

ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2008

Tomadas de Contas dos ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO

ÓRGÃO/ENTIDADE

Secretaria Executiva do Ministério da Justiça

RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS – PEÇAS EXIGIDAS (art. 13, IN/TCU 57/2008)
**LOCALIZAÇÃO (*)
(Volume / fls.)**
I. UNIDADE

I. Rol de responsáveis (art. 10 da IN/TCU 57/2008).

II. Relatório de Gestão com os conteúdos do anexo II apresentados em títulos específicos, destacando a localização dos itens abaixo discriminados

▪ Demonstrativo relacionando as dispensas de instauração de TCE, conforme indicado no item 14 do Anexo II

III. Informações contábeis

▪ Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada sobre as informações constantes do Siafi

▪ Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa, incluindo aqueles efetuados mediante suprimento de fundos

IV. Declaração da Unidade de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas

V. Relatórios e pareceres de instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão

▪ Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta das Comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção.

LOCAL/DATA

Brasília-DF, de março de 2009.

ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL
2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

VI. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente

VII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente

VIII. Parecer conclusivo do dirigente do órgão de controle interno competente

SITUAÇÃO

1 () A Tomada de Contas está constituída de todas as peças relacionadas no art. 13 da IN/TCU 57/2008 e conteúdos constantes dos Anexos II a VIII e X da DN/TCU __/2008, estando em condição de ser encaminhada ao TCU.

2 () Ausente(s) na Tomada de Contas a(s) peça(s)/conteúdo(s) exigido(s) pela IN/TCU 57/2008 e pela DN/TCU __/2008, relacionado(s) abaixo, com a respectiva justificativa, se houver:

LOCAL/DATA

Brasília-DF, 31 de março de 2009.

ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

3. ASSESSOR ESPECIAL / SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO

IX. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente

LOCAL/DATA
ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL

(*) Nos casos em que a UJ não tenha conteúdos objetivos para compor a peça requerida, escrever “não se aplica”.



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

**RELATÓRIO DE GESTÃO
- EXERCÍCIO 2008 -
SECRETARIA EXECUTIVA**

BRASÍLIA-DF, 31 DE MARÇO DE 2009.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO
Secretário-Executivo
Secretaria Executiva

ANDRÉ LUIZ ALVES BARCELLOS
Secretário-Executivo
Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual

SYLVIO RÔMULO GUIMARÃES DE ANDRADE JÚNIOR
Subsecretário
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração

RAQUEL MARSHALL GADEA
Coordenador-Geral
Coordenação Geral de Modernização e Administração

EDSON MACHADO
Coordenador-Geral
Coordenação Geral de Recursos Humanos

ALENON DE LOYOLA FLEURY JÚNIOR
Coordenador-Geral
Coordenação Geral de Logística

ORLANDO JOSÉ SOARES DE FREITAS
Coordenador-Geral
Coordenação Geral de Orçamento e Finanças

JOSÉ CARLOS GOMES
Coordenador
Coordenação de Contabilidade

JORILSON RODRIGUES DA SILVA
Coordenador-Geral
Coordenação Geral de Tecnologia da Informação

PAULO FRANCISCO BRITO GARCIA
Coordenador-Geral
Coordenação Geral de Planejamento Setorial

PEDRO VIEIRA ABRAMOVAY
Secretário
Secretaria de Assuntos Legislativos

Índice

SECRETARIA EXECUTIVA (SE)	13
1. Identificação	13
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos	14
2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas	14
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas	14
2.3. Programas	15
2.3.1. Programa 698 – Gestão e Apoio Institucional na Área da Justiça	15
2.3.2. Principais Ações do Programa	15
2.4. Desempenho Operacional	16
2.4.1. Evolução de gastos gerais	17
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	18
4. Restos a pagar de exercícios anteriores	18
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no exercício	18
6. Previdência complementar patrocinada	18
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	18
8. Renúncia tributária	18
9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia	18
10. Operações de fundos	18
11. Despesas com cartão de crédito	18
12. Recomendações do órgão ou unidade de controle interno	18
13. Determinações e recomendações do TCU	18
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	18
15. Dispensas de instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	18
16. Informações sobre a composição de recursos humanos	18
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	20
Relatório de Correição	20
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins	28
CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À PIRATARIA E DELITOS CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL (CNCP)	29
1. Identificação	29
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticas	29
2.1. Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas	29
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas	30
2.3 – Programas	31
2.3.1. Ação do Programa	31
Ação 1B30 – Implementação do Plano Nacional de Combate à Pirataria	31
2.4. Desempenho Operacional	31
2.4.1. Evolução de gastos gerais	34
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de crédito ou recursos	35
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	35
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	35
6. Previdência Complementar Patrocinada	35
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados em recursos externos	35
8. Renúncia Tributária	35
9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia	35
10. Operações de fundos	35
11. Despesas com cartão de crédito	35
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	35
13. Determinações e recomendações do TCU	35
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	35
15. Dispensas de instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	35
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos	35
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	37

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.....	37
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SPOA)	38
1. Identificação	38
2. Objetivos e metas institucionais e / ou programáticas.....	38
2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas	38
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas	40
2.3. Programas.....	40
2.4. Desempenho operacional.....	40
2.4.1. Evolução de gastos gerais.....	40
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	40
4. Restos a pagar de exercícios anteriores.....	40
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no exercício	40
6. Previdência Complementar Patrocinada.....	40
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	40
8. Renúncia tributária	40
9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia	41
10. Operações de fundos	41
11. Despesas com cartão de crédito.....	41
12. Recomendações do órgão ou unidade de controle interno	41
13. Determinações e recomendações do TCU.....	41
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão	41
praticados no exercício	41
15. Dispensa de instauração de Tomada de Constas Especial e Tomadas de Contas Especiais cujo envio foi dispensado	41
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos	41
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.....	42
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.....	42
COORDENAÇÃO GERAL DE MODERNIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO (CGMA)	43
1. Identificação	43
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos.....	43
2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas	43
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas	44
2.3. Programas.....	44
2.3.1. Programa	44
2.3.2. Principais Ações do Programa	44
2.4. Desempenho Operacional	44
2.4.1. Evolução de gastos gerais	53
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	53
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	53
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício.....	53
6. Previdência Complementar Patrocinada.....	53
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	53
8. Renúncia Tributária.....	53
9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia	53
10. Operações de fundos	53
11. Despesas com cartão de crédito.....	53
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	53
13. Determinações e recomendações do TCU	53
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	53
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	53
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos	53
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.....	55
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.....	55
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS (CGRH).....	56
1. Identificação	56

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos.....	56
2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas	57
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas	58
2.3. Programas.....	59
2.3.1. Programa 0698 – Gestão da Política na área da Justiça.....	59
2.3.2. Principais Ações do Programa	59
2.3.2.1. “Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação”.....	59
2.4. Desempenho Operacional	60
2.4.1. Evolução de gastos gerais	61
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	62
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	62
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	62
6. Previdência Complementar Patrocinada	62
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	63
8. Renúncia Tributária	63
9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia	63
10. Operações de Fundos	63
11. Despesas com cartão de crédito	63
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	63
Recomendações.....	63
13. Determinações e recomendações do TCU	65
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	69
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	69
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	69
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	71
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins	71
COORDENAÇÃO GERAL DE LOGÍSTICA (CGL).....	72
1. Identificação	72
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos.....	72
2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas	73
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas	73
2.3. Programas.....	74
2.3.1. Programa 0750 – Administração de Serviços Essenciais.....	74
2.3.2. Principais Ações do Programa	74
2.4. Desempenho Operacional	75
2.4.1 - Evolução de gastos gerais	75
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	107
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	108
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	109
6. Previdência Complementar Patrocinada	118
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	118
8. Renúncia Tributária	118
9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia	118
10. Operações de fundos	118
11. Despesas com cartão de crédito	118
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	118
13. Determinações e recomendações do TCU	147
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	150
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	150
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	150
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.	151
Relatório de Correição	151
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins	156
COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (CGOF).....	157

1. Identificação	157
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticas	157
2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas	157
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas	158
À Divisão de Orçamento de Pessoal, cumpre:	158
2.3. Programas	159
2.3.1. Principais Ações do Programa	159
2.4. Desempenho Operacional	160
2.4.1 - Evolução de gastos gerais	160
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	161
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	161
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	165
6. Previdência Complementar Patrocinada	165
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	165
8. Renúncia Tributária	165
9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia	165
10. Operações de fundos	165
11. Despesas com cartão de crédito	165
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	165
13. Determinações e recomendações do TCU	165
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	165
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	165
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos	165
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	166
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins	166
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE (CCONT)	167
1. Identificação	167
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos	167
2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas	167
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas	168
2.3. Programas	168
2.3.2. Principais Ações do Programa	168
2.4. Desempenho Operacional	168
2.4.1. Evolução de gastos gerais	170
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	171
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	171
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	171
6. Previdência Complementar Patrocinada	171
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos	171
8. Renúncia Tributária	171
9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia	171
10. Operações de fundos	171
11. Despesas com cartão de crédito	171
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	171
13. Determinações e recomendações do TCU	171
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício	171
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	171
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos	171
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão	173
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins	173
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CGTI)	174
1. Identificação	174
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos	174
2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas	175
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas	176

2.3. Programas.....	178
2.3.1. Programa 0698 – Gestão e Apoio Institucional na Área da Justiça.....	178
2.3.2. Principais Ações do Programa	178
2.3.2.1. Ação 3974 – Implementação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública.....	178
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	184
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	184
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	185
6. Previdência Complementar Patrocinada.....	185
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	185
8. Renúncia Tributária.....	185
9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia	185
10. Operações de fundos	185
11. Despesas com cartão de crédito.....	185
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	185
13. Determinações e recomendações do TCU.....	185
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	186
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	186
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos	186
COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO SETORIAL (CGPLAN)	188
1. Identificação.....	188
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos.....	188
2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas	188
2.3. Programas.....	190
2.3.1. Programa 0698 – Gestão e Apoio Institucional na Área da Justiça.....	190
2.3.2. Principais Ações do Programa	190
2.3.2.1. Ação 8673 – Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores.....	190
2.3.2.2. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa.....	191
2.3.2.3. Ação 1J90 – Implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial do PPA (Infrasig).....	191
2.4. Desempenho Operacional	193
2.4.1 - Evolução de gastos gerais	195
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	196
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	196
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	196
6. Previdência Complementar Patrocinada.....	196
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	196
8. Renúncia Tributária.....	196
9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia	196
10. Operações de fundos	196
11. Despesas com cartão de crédito.....	196
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	196
13. Determinações e recomendações do TCU.....	196
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	196
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	196
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos	197
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.....	198
18. Conteúdos específicos por uj ou grupo de unidades afins	198
SECRETARIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS (SAL).....	199
1. Identificação	199
2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos.....	199
2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas	199
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas.....	200
2.3.1. Programa 0698 – Gestão e Apoio Institucional na Área da Justiça.....	201
2.3.2. Principais Ações do Programa	201
2.3.2.1. Ação 2733 – Democratização do Processo de Elaboração Normativa	201
2.4. Desempenho Operacional	203

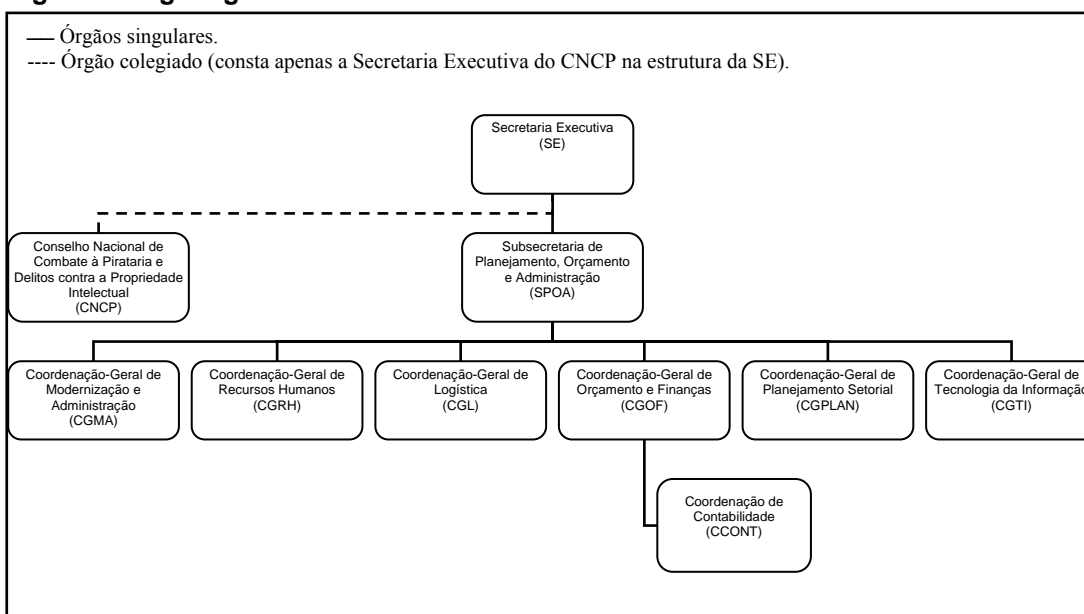
2.4.1. Evolução de gastos gerais	203
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	204
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	204
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	204
6. Previdência Complementar Patrocinada.....	205
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	205
8. Renúncia Tributária	205
9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia	205
10. Operações de fundos	205
11. Despesas com cartão de crédito.....	205
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	205
13. Determinações e recomendações do TCU	205
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	205
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado	205
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos	205
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.....	206
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.....	206

Introdução

As informações deste volume compreendem o Processo de Tomada de Contas Anual da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça (SE), na qualidade de Unidade Consolidadora, em cumprimento às DN-TCU nº 93 e 94/2008 e, Portaria CGU nº 2.238/2008.

Cabe apresentar na figura 1 o Organograma das Unidades Jurisdicionadas da SE que prestarão contas relativas ao exercício de 2008:

Figura 1: Organograma das Unidades Jurisdicionadas da SE



Fonte: Regimento Interno – Portaria nº 572/2006/GM/MJ (DOU de 15.5.2006); Decreto nº 6.061/2007 (DOU de 16.3.2007).

SECRETARIA EXECUTIVA (SE)

1. Identificação

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria Executiva do MJ (SE)
CNPJ	00.394.494/0002-17
Natureza jurídica	Órgão da Administração Pública Direta
Vinculação ministerial	MJ
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 3º andar, sala 300-A CEP: 70064-900 – Brasília, DF Telefones: (61) 3429-3335 / 3914 / 3277 – Fax: (61) 3321-5172
Endereço da página institucional na Internet	Não há
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	- Portaria MJ nº 572/2006 – DOU de 15.5.2006 (Regimento Interno) - Decreto nº 6.061/2007 – DOU de 16.3.2007 (Estrutura Regimental)
Código da UJ titular do relatório	30000
Códigos das UJ abrangidas	200236 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e

	Administração (SPOA) 200006 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos (CGRH) 200005 – Coordenação-Geral de Logística (CGL) 200094 – Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF)	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Administração	
Tipo de atividade	Assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério da Justiça/MJ e das entidades a ele vinculadas.	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	SPOA	200236
	CGRH	200006
	CGL	200005
	CGOF	200094

*O CNCP embora não possua código de UJ, apresentará separadamente relatório de tomada de contas anual.

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

Compete à Secretaria Executiva (SE) assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério da Justiça (MJ) e das entidades a ele vinculadas, supervisionar e coordenar as atividades de organização e modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério.

É também competência da SE auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência da Pasta.

Coube à SE agregado pela Portaria GM-MJ nº 572/06 o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC), de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP), de Serviços Gerais (SISG), de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal; por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) a ela subordinada.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

Compete a SE otimizar o resultado de suas unidades jurisdicionadas para que o produto final das secretarias que compõem o MJ apresentem resultados de excelência.

Embora caracterizada como área-meio, na SE também são abordados diversos temas de interesse das áreas-fim. A contribuição dessa abordagem concentra-se nos aspectos legais. Competências específicas de gestão orçamentária e de planejamento, quais sejam: coordenar, supervisionar e avaliar as atividades da CGPLAN, da CGOF e da Divisão de Contabilidade foram subdelegadas ao Diretor de Programa da SE (Dipro) por meio da Portaria nº 270/2004/SE/MJ.

Em 2008 merecem destaque as seguintes atividades da SE:

- *Planejamento estratégico para a SE*

Para melhor cumprir seu papel institucional de garantir o perfeito funcionamento do MJ, a SE, em 2008, observando a necessidade de racionalizar seus processos internos desenvolveu plano estratégico com base na metodologia de gestão de projetos *Balanced Scorecard (BSC)*¹.

- *Colegiados com representantes da SE*

¹ O BSC é um sistema de suporte à decisão que permite reunir os elementos-chave para acompanhar o cumprimento da estratégia. Sua função é refletir o equilíbrio entre os objetivos de curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não-financeiras, entre indicadores de tendências e ocorrências e, ainda, entre as perspectivas interna e externa de desempenho. (fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Balanced_scorecard#Defini.C3.A7.C3.A3o_do_BSC, acessado em 10.3.2009).

Os servidores do Gabinete da SE atuam, sejam na qualidade de titulares ou suplentes, de aproximadamente 20% do total de colegiados que o MJ participa.

A atuação compreende a elaboração de notas técnicas e relatórios, participação em reuniões, fornecimento de informações e auxílio técnico em temas específicos como meio ambiente, cidadania, povos indígenas, segurança pública, combate à pirataria e direitos difusos.

- *Processos Correccionais*

Compete ao Secretário-Executivo instaurar Sindicâncias e PADs, conforme delegação de competência do Ministro de Estado da Justiça (Portaria GM-MJ nº 145, de 26.1.2006). Assim, nos exercícios de 2006, 2007 e 2008 foram cumpridas as seguintes demandas:

Tabela 1 – Instauração de processos correccionais

Espécie	2006	2007	2008
PAD's	-	5	4
Sindicâncias	6	3	7
Total	6	8	11

Fonte: Gabinete da SE.

2.3. Programas

2.3.1. Programa 698 – Gestão e Apoio Institucional na Área da Justiça

Tabela 2 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Ação Orçamentária
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da justiça.
Objetivos específicos	Democratizar e aperfeiçoar o acesso a justiça e à cidadania (objetivo setorial do Sigplan)
Gerente do programa	Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto
Gerente executivo	Marcos Antônio Moreira West
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Marcos Antônio Moreira West
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa	Não há
Público-alvo (beneficiários)	Governo Federal

2.3.2. Principais Ações do Programa

Tabela 3 – Ações do programa 698

Ação orçamentária do Programa 698*	UJs Executoras
1B30 – Implementação do Plano Nacional de Combate à Pirataria	CNCP
1J90 – Implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial do PPA (Infrasing)	CGPLAN
3974 – Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública	CGTI
2272 – Gestão e Administração do Programa	CGPLAN
2733 – Democratização do Processo de Elaboração Normativa	Secretaria de Assuntos Legislativos
4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	CGRH
4641 – Publicidade de Utilidade Pública	Gabinete do Ministro
8673 – Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores	CGPLAN
8946 – Preservação do Acervo e Divulgação da Comissão de Anistia	Comissão de Anistia

Fonte: <http://sidornet.planejamento.gov.br/docs/cadacao/cadacao2008/downloads/0698.PDF>; acessado em 10.3.2009.

Destaque-se que o Gabinete não executa qualquer Ação Orçamentária do Programa 698, todavia, as ações acima mencionadas serão comentadas nos relatórios das respectivas Unidades Executoras.

2.4. Desempenho Operacional

• **Planejamento estratégico para a SE**

Em 2008 a SE contratou consultoria especializada para elaborar seu planejamento estratégico para os próximos 5 anos com base na metodologia do BSC. A etapa de concepção do plano estratégico contou com a participação da alta gerência, isto é, o Secretário-Executivo e de seus assessores; do Diretor de Programa; do Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração e os Coordenadores-Gerais da CGMA, CGRH, CGL, CGOF, CGPLAN e CGTI. Colaboraram também com a alta gerência a representante do Programa de Transparência e a Assessora de Controle Interno, ambas do Gabinete do Ministro, além de outros servidores.

A etapa de concepção compreendeu as seguintes fases:

a) REVISÃO DOCUMENTAL: Revisão e análise de todos os documentos existentes relativos ao planejamento da SE, incluindo planos de ação, relatórios de gestão, competências.

b) ENTREVISTAS COM LIDERANÇAS DA SE: Coleta de informações para subsidiar a construção do planejamento estratégico.

c) DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS: Elaboração de roteiro para alcance das metas e definição de projetos relevantes.

d) ELABORAÇÃO DE MAPA ESTRATÉGICO: Produto final da fase de elaboração do planejamento estratégico.

Em síntese, em 2008, a SE elaborou o plano estratégico para período de 2008 a 2012, iniciou a disseminação de cultura de projetos entre os gerentes intermediários, mapeou as competências gerenciais e os processos de trabalho, além de definir a estrutura de escritório de projetos que deverá, primordialmente, prover suporte aos gestores de projetos.

• **Colegiados com representantes da SE**

• *Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama)*

Foram realizadas 4 reuniões ordinárias e 2 extraordinárias, tendo sido aprovadas resoluções, moções e recomendações. Em todos os trabalhos houve participação efetiva dos conselheiros do MJ.

• *Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH)*

Foram realizadas reuniões ordinárias e extraordinárias, tendo sido dado destaque às comemorações ao ano da água, além de oficinas e palestras, foram elaboradas resoluções, recomendações e moções, sempre com a participação dos conselheiros do MJ.

Neste conselho é de se destacar a efetiva participação na Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, a qual cabe a análise da legalidade das resoluções a serem editadas pelo colegiado.

• *Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico (CCZEE/MMA)*

Contou com a participação da Secretaria Executiva do MJ em todas as reuniões realizadas no Ministério do Meio Ambiente.

• *Comissão Nacional Permanente do Tratado de Cooperação Amazônica*

Contou com a participação do MJ em todas as reuniões realizadas pelo Ministério das Relações Exteriores, sempre no preparo das reuniões dos conselheiros titulares dos 8 países partícipes do tratado.

• *Grupo Permanente de Trabalho Interministerial sobre o desmatamento na Amazônia Legal*

Embora tenham sido interrompidos os trabalhos para o desenvolvimento do Programa "BR-163 Sustentável", retomou as atividades com a participação do MJ no final do exercício, sendo que deverá intensificar tais trabalhos.

• *Grupo de Trabalho para implantação do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Região de Influência da Rodovia BR-163*

Embora tenha sido ofertado relatório final pelo GT com a participação do MJ, tais atividades tiveram prosseguimento em razão da aprovação do zoneamento ecológico-econômico da região realizado pelo governo do Estado do Pará, com sustentação nos resultados ofertados pelo GT à Casa Civil/PR.

- *Grupo Executivo Interministerial com a finalidade de acompanhar e propor medidas emergência necessárias à implementação do Plano de Contingência Brasileiro para a Pandemia de Influenza.*

O MJ participou dos trabalhos de programação da vigilância em portos, aeroportos e postos de fronteiras, bem como nos lugares recomendados pela incidência de aves migratórias, tendo também colaborado na revisão da legislação de vigilância sanitária.

- *Grupo Técnico Interministerial com a finalidade de coordenar e articular as ações do governo federal com vistas a conter a expansão de focos de febre aftosa no país*

Oferecido relatório final.

- *Grupo Executivo Interministerial para acompanhar a implementação das ações de competência dos órgãos federais no Arquipélago de Marajó*

O MJ participou do encerramento dos trabalhos no início do exercício de 2008, tendo sido oferecido relatório final devidamente aprovado pela Presidência da República.

- *Grupo Operacional para coibir a exploração mineral em terras indígenas*

Embora as atividades tenham sido coordenadas pelo DPF, coube ao MJ proporcionar as reuniões de debate das estratégias junto aos demais ministérios partícipes do GO.

- *Comitê Técnico Interministerial responsável pela elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos (LGBT)*

O Ministério da Justiça colaborou na elaboração do Plano durante o ano de 2008. Já há uma minuta do Plano, ainda a ser submetida às autoridades competentes.

- **Processos correccionais**

Conforme apresentado na Tabela 1, todos os processos instaurados no exercício de 2008 foram devidamente concluídos e submetidos à apreciação da autoridade instauradora. Cabe salientar que em 2008 a SE optou em manter servidores cedidos pelas corregedorias regionais dos Departamentos de Polícia Federal e de Polícia Rodoviária Federal para atuarem exclusivamente nas apurações correccionais. Tal estratégia garantiu ao longo do exercício a eliminação das pendências e a rápida apuração das demandas que foram surgindo.

2.4.1. Evolução de gastos gerais

Em R\$1,00

Descrição	Ano		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	70.552,20	50.281,58	137.071,08
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE VIAGENS	101.176,04	79.999,03	202.254,27
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	132.355,47	401.617,65	528.733,86
3.1. Publicidade ²	-	-	-
3.2. Vigilância, limpeza e conservação ³	-	-	-
3.3. Tecnologia da informação ⁴	-	-	-
3.4. Outras terceirizações ⁵	132.355,47	401.617,65	528.733,86
4. SUPRIMENTO DE FUNDOS ⁶	-	-	-

² Despesas de publicidade são absorvidas pela CGL como supridora de infra-estrutura do MJ.

³ Despesas de limpeza e conservação são absorvidas pela CGL como supridora de infra-estrutura do MJ.

⁴ Despesas de tecnologia são absorvidas pela CGTI como supridora da infra-estrutura do MJ.

⁵ Os valores correspondem a gastos com empresas prestadoras de serviços de apoio administrativo.

⁶ Não houve ocorrência de uso em 2008.

Descrição	Ano		
	2006	2007	2008
5. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO ⁷	-	-	-
TOTAIS	304.083,71	531.898,26	868.059,21

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Não houve ocorrências no exercício.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no exercício

Não houve ocorrências no exercício.

6. Previdência complementar patrocinada

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não houve ocorrências no exercício.

8. Renúncia tributária

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

10. Operações de fundos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

11. Despesas com cartão de crédito

Não houve ocorrências no exercício.

12. Recomendações do órgão ou unidade de controle interno

Não houve ocorrências no exercício.

13. Determinações e recomendações do TCU

Não houve ocorrências no exercício.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

15. Dispensas de instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não houve ocorrências no exercício.

16. Informações sobre a composição de recursos humanos

O quantitativo de pessoal informado nas tabelas abaixo corresponde à posição em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008.

Destaque-se que para desenvolvimento das competências subdelegadas ao DIPROG (conforme consta do item 2.2), destinou-se espaço físico próprio denominado "Diretoria de Programa", bem como foram alocados recursos humanos para a execução de atividades finalísticas e de apoio.

Embora a portaria e o decreto mencionados não citam a Diretoria de Programa como unidade da estrutura organizacional do MJ, as despesas com pessoal dessa Unidade estão sendo consolidadas ao relatório da SE nos quadros abaixo.

⁷ Não houve ocorrência de uso em 2008.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Servidores ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	19	885.078,02	18	876.296,30	7	955.922,44
Funcionários contratados (CLT) em exercício na Unidade	0	-	0	-	0	-
Total pessoal próprio	19	885.078,02	18	876.296,30	7	955.922,44

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	2	133.029,74	2	123.549,03	3	93.489,32

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	0	-	0	-	0	-

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal terceirizado (vigilância/limpeza)	0	-	0	-	0	-
Pessoal terceirizado (apoio administrativo)	9	132.355,47	9	401.617,65	10	528.733,86
Pessoal terceirizado (outras atividades)	0	-	0	-	0	-
Estagiários	3	15.960,00	4	24.960,00	2	9.720,00
Total: Terceirizados + Estagiários	12	148.315,47	13	426.577,65	12	538.453,86

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal requisitado em exercício na Unidade com ônus	1	103.249,90	1	116.841,41	2	128.115,60
Pessoal requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	8	137.384,00	7	124.586,23	6 ⁸	109.092,08
Total pessoal requisitado, em exercício na Unidade	9	240.633,90	8	241.427,64	8	237.207,68

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal cedido pela Unidade, com ônus	0	-	0	-	0	-
Pessoal cedido pela Unidade, sem ônus	0	-	0	-	0	-
Total pessoal cedido pela Unidade	0	-	0	-	0	-

Descrição	2008	
	Qtde.	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	14	1.053.066,28
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	4	233.553,16

⁸ Incluído 1 (um) servidor: exercício carreira descentralizada.

Descrição	2008	
	Qtde.	Despesa
Total Geral	18	1.286.619,44

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

Relatório de Correição

1.

Número do processo:	0820.002408/2004-21					
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória		
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº: 1.417		Data: 3/12/2007			
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Apurar responsabilidades pelo desaparecimento de notebook.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em __/__/__		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Situação Atual: Processo arquivado.

2.

Número do processo:	08001.002608/2005-93					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória		
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº: 32		Data: 17/1/2008			
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Apurar irregularidades na execução do Contrato MJ-Correios.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em __/__/__		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita			<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	

Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):
--	--------------------------	--

3.

Número do processo:	08003.000029/2007-58			
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 1.127		Data: 5/10/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Apurar responsabilidade de Suzana Maria Dunshee de Abranches Carneiro Fiod ao emitir parecer da Consultoria Jurídica/MJ favorável à dispensa de licitação.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em ___ / ___ / ___		<input checked="" type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input checked="" type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
	<input type="checkbox"/>	Arquivamento		
Pena aplicada:	Destituição de cargo em comissão.			
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

Observação: Anulada administrativamente a pena de destituição de cargo em comissão (Processo 08001.007323/2008-91). Após revisão, aplicação da pena de advertência.

Situação Atual: Processo arquivado.

4.

Número do processo:	08005.000005/2006-06			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 1.370		Data: 10/10/2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Apurar responsabilidades de dirigentes do Depen em apurar denúncia de assédio sexual no âmbito daquele departamento.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em 5/10/2008		<input type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
	<input type="checkbox"/>	Arquivamento		
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

Situação Atual: Processo em análise na Consultoria Jurídica-MJ para pronunciamento.

5.

Número do processo:	08004.001729/2006-79			
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 141		Data: 11/2/2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Apurar irregularidades de ex-servidor quanto à má gestão do convênio MJ nº 13/01: Reforma e ampliação da Penitenciária Feminina de Teresina-PI.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em ___/___/___		<input checked="" type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input checked="" type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
	<input type="checkbox"/>	Arquivamento		
Pena aplicada:	Demissão de cargo efetivo.			
Remessa dos autos:	<input checked="" type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

Observação: Ex-servidor já demitido no Processo 08004.001280/2003-04; registrado apenas de nota de culpa em seus assentamentos funcionais.

Situação Atual: Processo arquivado.

6.

Número do processo:	08004.001855/2006-23			
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 142		Data: 11/2/2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Apurar irregularidades de ex-servidor quanto à má gestão do convênio MJ nº 091/01: Reforma da Casa de Albergados de Teresina-PI.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em ___/___/___		<input checked="" type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input checked="" type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
	<input type="checkbox"/>	Arquivamento		
Pena aplicada:	Demissão de cargo efetivo.			
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

Observação: Ex-servidor já demitido no Processo 08004.001280/2003-04; registrado apenas de nota de culpa em seus assentamentos funcionais.

Situação atual: Processo Arquivado.

7.

Número do processo:	08008.002110/2006-41			
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 1.416		Data: 3/12/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Apurar responsabilidades pelo desaparecimento de livros do acervo da Biblioteca do Ministério da Justiça.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em __/__/__	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Arquivamento		
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

Observação: Absolvidas ex-servidoras aposentadas. Envio de cópia dos autos ao Ministério do Trabalho e Emprego para julgamento de servidora cedida, à época, ao Ministério da Justiça.

8.

Número do processo:	08099.002085/2007-13			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 1.222		Data: 26/10/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Apurar desaparecimento de resmas de papel A4 do DRCI/SNJ.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em __/__/__	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Arquivamento		
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

9.

Número do processo:	08004.001306/2007-30			
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 458		Data: 9/4/2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Apurar transgressões de Agente Penitenciário Federal quando da visita de parlamentares à Penitenciária Federal de Catanduvas-PR.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Relatório	<input type="checkbox"/>	
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em __/__/__	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input checked="" type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita	<input type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

Observação: Penalidade prescrita. Registrou-se apenas nota nos assentamentos funcionais do servidor.

10.

Número do processo:	08007.005905/2007-01			
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 16		Data: 11/1/2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Apurar responsabilidade de servidor que atirou aparelho telefônico ao chão na CGRH/MJ.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Relatório	<input type="checkbox"/>	
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em __/__/__	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita	<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

Observação: Acusado incidente de sanidade mental.

Situação atual: Servidor submetido a tratamento (§ 1º do art. 188 da Lei 8.112/90).

11.

Número do processo:	08008.005750/2007-94			
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 1.367		Data: 23/11/2007	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Apurar conduta inapropriada de servidor ao desacatar 2 (duas) funcionárias.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Relatório	<input type="checkbox"/>	
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em ___/___/___	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Arquivamento		
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

12.

Número do processo:	23121.001560/93-92			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 246		Data: 28/2/2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Apurar responsabilidade, no âmbito DPRF, pela prescrição do prazo para cobrança de valores recebidos indevidamente por servidora da AGU.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Relatório	<input type="checkbox"/>	
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em ___/___/___	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Arquivamento		
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

Observação: Ofício 755/2008/SE-MJ encaminhou ao MPOG autos para apuração de responsabilidades de servidores do extinto MARE.

Situação atual: Processo arquivado.

13.

Número do processo:	08016.008231/2007-89			
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 694		Data: 27/1/2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Apurar conduta de motorista oficial ao retirar, sem autorização, veículo acautelado do Depen, do pátio da Penitenciária Federal de Campo Grande-MS, envolvendo-se em acidente de trânsito em seguida.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em ___/___/___		<input checked="" type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input checked="" type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
	<input type="checkbox"/>	Arquivamento		
Pena aplicada:	Suspensão por 15(quinze) dias.			
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input checked="" type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

14.

Número do processo:	08664.002897/2007-99			
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 948		Data: 15/7/2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Apurar o não julgamento de processos pela JARI da 15ª SR-DPRF/RN.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em 26/1/2009		<input type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
	<input type="checkbox"/>	Arquivamento		
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

Situação Atual: Processo em análise na Consultoria Jurídica-MJ para pronunciamento.

15.

Número do processo:	08008.003980/2008-08					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória		
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº: 1.193			Data: 29/8/2008		
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Apurar denúncia de irregularidades em contrato entre o MJ e a empresa Cosmopolitan transportadora.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em 17/12/2008		<input type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Situação Atual: Processo em análise na Consultoria Jurídica-MJ para pronunciamento.

16.

Número do processo:	08007.005870/2007-00					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória		
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº: 1.436			Data: 30/10/2008		
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Apurar a não baixa de ex-servidora sem vínculo do sistema de pagamentos após a sua exoneração.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em 5/1/2009		<input type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

Situação Atual: Processo em análise na Consultoria Jurídica-MJ para pronunciamento.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Não houve ocorrências no exercício.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À PIRATARIA E DELITOS CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL (CNCP)

1. Identificação

Nome completo da unidade e sigla	Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual (CNCP)	
CNPJ	Não há	
Natureza jurídica	Órgão de Administração Direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 3º andar, sala 313 CEP: 70064-900 – Brasília, DF Telefones: (61) 3429-3199/ 9296/ 3483/ 3321 Fax: (61) 3429-3011	
Endereço da página institucional na Internet	www.mj.gov.br/combatepirataria	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	- Decreto nº 5.244/2004 –D.O.U de 15/10/2004 (Criação, Definição de Competências e Estrutura Organizacional) - Portaria MJ nº 2.258/2007 – DOU de 31/12/2007 (Regimento Interno)	
Código da UJ titular do relatório	Não há	
Códigos das UJ abrangidas	Não há	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Segurança Pública	
Tipo de atividade	Pública	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	CGL/SPOA/SE/MJ	200005

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticas

2.1. Responsabilidades institucionais – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

O Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra Propriedade Intelectual (CNCP), órgão colegiado consultivo, tem por finalidade elaborar as diretrizes para a formulação e proposição de plano nacional para o combate à pirataria, à sonegação fiscal dela decorrente a aos delitos contra a propriedade intelectual.

Dentro deste escopo geral das atribuições do conselho destacam-se algumas específicas de sua competência, como a de estudar e propor medidas e ações que visam o enfrentamento da pirataria e dos delitos contra a propriedade intelectual no País.

Vale destacar, ainda, competências destinadas à área repressiva como a de apoiar as medidas necessárias ao combate à pirataria junto aos Estados da Federação, incentivar e auxiliar o planejamento de operações específicas à repressão e prevenção da pirataria e da violação da propriedade intelectual, propondo mecanismos de combate à entrada de produtos piratas no País bem como de produtos, mesmo de importação regular, que possam servir de insumos para a pirataria. Cabe, ainda, ao CNCP a atribuição de estimular, auxiliar e fomentar o treinamento dos agentes públicos envolvidos em operações e processamento de informações relativas à pirataria e a delitos contra a propriedade intelectual, visando o aperfeiçoamento dos agentes públicos envolvidos na repressão tais delito.

Compete também ao Conselho estabelecer mecanismo de diálogo e colaboração com os Poderes Legislativo e Judiciário, tendo como propósito o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico relativo à proteção dos direitos autorais e da propriedade intelectual, bem como as ações efetivas de combate à pirataria e a delitos contra a Propriedade Intelectual.

Atuante na área educativa, cabe ao CNCP efetuar levantamentos estatísticos com o objetivo de estabelecer mecanismos eficazes de prevenção e repressão da pirataria e delitos contra a propriedade intelectual. Estudos esses que devem estimular e servir de insumos para que o Conselho possa fomentar e/ou coordenar campanhas educativas sobre os malefícios da pirataria e da violação da propriedade intelectual.

À Secretaria-Executiva do CNCP (SE/CNCP) cabe promover a coordenação dos órgãos de governo para o planejamento e execução de ações voltadas para o combate à pirataria e aos delitos contra a propriedade intelectual. Entre suas atribuições destaca-se, ainda, o auxílio ao Presidente do CNCP na definição de diretrizes e implementação das deliberações, bem como na assistência da supervisão e coordenação das atividades do Conselho.

É também competência da SE/CNCP promover a coordenação, o planejamento e a execução de ações do Conselho Nacional de Combate à Pirataria prestando contas de suas atividades aos Conselheiros.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

O Plano Nacional de Combate à Pirataria, elaborado em 2005, composto por 99 ações, subdivide-se em três vertentes principais: a repressiva, a educativa e a econômica.

O referido Plano alcançou resultados importantes, tanto no plano político – unindo setor público e privado em torno da questão – quanto no plano operacional – onde houve um total envolvimento de órgãos federais no combate à pirataria, notadamente a Receita Federal, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, com a conseqüente quebra de todos os recordes de apreensões de produtos falsos, de prisões e de instauração de inquéritos e processos contra falsificadores.

No decorrer do ano de 2008, o CNCP atuou em diversos assuntos de sua competência, dando maior prioridade para a elaboração de um novo Plano Nacional de Combate à Pirataria, tendo em vista o caráter dinâmico do fenômeno da pirataria e o desafio da implementação de ações destinadas à redução da demanda por produtos pirateados.

Dentro da atuação do conselho segue as ações que merecem destaque:

- ***Curso de capacitação e aperfeiçoamento de agentes públicos***

Com a finalidade de capacitar e aperfeiçoar os agentes públicos envolvidos no combate à pirataria bem como no combate aos delitos contra a propriedade intelectual o CNCP, em união de esforços entre a iniciativa privada e o Poder Público, vem atuando com a implementação de cursos de capacitação e aperfeiçoamento aos agentes envolvidos com o tema nas esferas municipal, estadual e federal.

- ***Estratégia de atuação na área educativa***

Tendo em vista que as ações repressivas tendem à contenção da oferta dos produtos piratas temos que, por outro lado, as ações educativas tendem à contenção da demanda por produtos piratas através da conscientização da população acerca dos malefícios da pirataria.

O CNCP, em sua experiência de trabalho colaborativo entre o Poder Público e a iniciativa privada, visando à contenção da demanda por produtos piratas, vem atuando com ações em contato direto com os “consumidores do futuro” nas escolas públicas e privadas.

- ***Canal de comunicação de denúncias***

Atento à necessidade de haver um canal facilitado de comunicação entre o cidadão brasileiro e o CNCP foi desenvolvido o “Clique Denúncia”. Ferramenta disponível no sítio eletrônico do CNCP na Internet onde qualquer pessoa pode encaminhar denúncia ao órgão sobre práticas de pirataria que sejam de seu conhecimento.

O CNCP atua diretamente, através de sua Secretaria-Executiva, na manutenção desse canal de comunicação, em respeito ao cidadão brasileiro que relata suas denúncias e visando dar subsídios para a atuação das forças repressivas no combate aos ilícitos gerados pela pirataria.

- ***Foros internacionais***

O CNCP, através dos foros internacionais em que participa, percebeu a impressão de vários países em respeito à atuação do Governo Brasileiro no que diz respeito à defesa dos direitos autorais e da propriedade intelectual no País. Sendo citado em vários desses foros como um exemplo a ser seguido por outros países, principalmente por incorporar em sua estrutura o Poder Público e a Iniciativa Privada, ato esse pioneiro no mundo.

Por meio da representação do membro suplente do Ministério da Justiça, a Secretaria Executiva do CNCP participou de reuniões e debates sobre o tema Pirataria e Propriedade Intelectual realizados fora do País.

- ***Elaboração de plano estratégico do CNCP***

Em 2008 as atividades do CNCP estiveram voltadas, prioritariamente, para a elaboração de um novo Plano Nacional de Combate à Pirataria.

2.3 – Programas

Este Conselho não executa nenhum Programa específico, somente uma Ação contemplada no Programa 698 - Gestão e Apoio Institucional na Área da Justiça, conforme segue abaixo.

2.3.1. Ação do Programa

Ação 1B30 – Implementação do Plano Nacional de Combate à Pirataria

Tabela 1 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Fornecer suporte operacional à Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual nas medidas que lhes são pertinentes, destinadas ao alcance dos objetivos do Plano Nacional de Combate à Pirataria.
Descrição	Realização das medidas necessárias à implementação das 99 ações que integram o Plano Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual, além de eventos, seminários, estudos, cursos, desenvolvimento e integração de sistemas, deslocamentos de técnicos, contratação de serviços especializados e consultorias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria Executiva
Coordenador Nacional da Ação	Ana Lucia de Moraes Gomes Soares
Unidades Executoras	Secretaria Executiva
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

Tabela 2 – Metas e resultados da ação no exercício

Meta	Previsão	Execução	Execução/Previsão %
Financeira	184.453,00	184.453,00	100%
Física	8	8	100%

Cabe-nos apontar as dificuldades de entrelaçar a realização física e a financeira desta ação, tendo em vista a heterogeneidade dos produtos que por ela podem ser gerados. Não obstante, consideramos que as metas físicas previstas para 2008 foram integralmente atingidas.

2.4. Desempenho Operacional

• Curso de capacitação e aperfeiçoamento de agentes públicos

- Road Show – Programa de Treinamento Antipirataria

Partindo da necessidade de união de esforços entre a iniciativa privada e o Poder Público no combate à pirataria, a Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES) e a Associação Antipirataria de Cinema e Música (APCM), em parceria com o CNCP, vem realizando cursos de aperfeiçoamento e capacitação de agentes públicos envolvidos no tema com edições anuais, com a nomenclatura de Road Show – Programa de Treinamento Antipirataria.

Em sua última edição, no ano de 2008, o Road Show teve alcance em 14 estados da federação contemplando 21 cidades conforme quadro que segue:

Tabela 3 – Road Show – Programa de Treinamento Antipirataria 2008

UF	CIDADE	PESSOAL
1 AM	1 MANAUS	71

UF		CIDADE		PESSOAL
2	BA	2	SALVADOR	76
3	ES	3	VITÓRIA	61
4	GO	4	GOIÂNIA	100
5	MG	5	BELO HORIZONTE	242
6	MT	6	CUIABÁ	168
7	PA	7	BELÉM	100
8	PE	8	RECIFE	90
9	PI	9	TERESINA	100
10	PR	10	CASCADEL	85
		11	CURITIBA	248
		12	FOZ DO IGUAÇU	30
		13	LONDRINA	68
		14	MARINGÁ	96
11	RJ	15	RIO DE JANEIRO	200
12	RS	16	PORTO ALEGRE	120
13	SC	17	BLUMENAU	30
		18	JOINVILLE	23
14	SP	19	CAMPINAS	158
		20	RIBEIRÃO PRETO	163
		21	SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	30
Total de Agentes Capacitado →				2.259

- Fórum de Boas Práticas Repressivas ao Comércio de Produtos Audiovisuais Falsificados

A Agência Nacional do Cinema (Ancine), através de seu Centro de Apoio ao Combate à Pirataria, realizou o primeiro Fórum de Boas Práticas Repressivas ao Comércio de Produtos Audiovisuais Falsificados voltado às delegacias especializadas que atuam no combate à pirataria em todo o País.

O Referido evento, que contou com a colaboração do CNCP, teve como objetivo a troca de experiências entre as delegacias especializada no combate à pirataria de todo o país além do foco na integração de ações e discussão de novas formas de atuação.

Tal realização se deu como resultado de Termo de Cooperação assinado pelo Ministério da Justiça, por intermédio do CNCP, em conjunto com a Agência Nacional de Cinemas (Ancine) em 17 de julho de 2008.

- Treinamento de Peritos da Polícia Federal

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em parceria com o CNCP e o Departamento de Polícia Federal, realizou curso de treinamento e aperfeiçoamento de Peritos Policiais Federais ocorrido no Instituto Nacional de Criminalística na Superintendência do Departamento de Polícia Federal do Distrito Federal. Na ocasião foram certificados 60 peritos policiais federais.

- Treinamento de Agentes Aduaneiros da Receita Federal do Brasil

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em parceria com o CNCP e a Receita Federal do Brasil (RFB), realizou curso de treinamento e aperfeiçoamento de agentes aduaneiros da Receita Federal.

O curso teve como foco os portos de Paranaguá, Vitória, Santos e Recife além da atuação da RFB na tríplice fronteira na cidade de Foz do Iguaçu.

Tabela 4 – Agentes Aduaneiros Capacitados

Cidade Contemplada	Servidores
Recife/PE	40
Paranaguá/PR	29
Vitória/ES	37
Foz do Iguaçu/PR	41
Santos/SP	44
Total	191

- II Curso de Técnicas de Investigações de Crimes Cibernéticos

Curso voltado a Delegados e Agentes federais de todo o País que atuam no combate aos crimes cometidos na internet, tendo como uma das pautas do curso a importância de se combater a violação dos direitos de propriedade intelectual e de direito autoral pela internet.

O referido curso foi proferido na Academia Nacional de Polícia (ANP/DPF) em novembro de 2008.

• **Estratégia de atuação na área educativa**

○ Projeto Escola Legal

Projeto acampado pela Câmara Americana de Comércio (AMCHAM) recebendo o apoio e participação efetiva do CNCP tem como objetivo alertar os educadores sobre problemas ligados à compra e ao consumo de produtos piratas e promover atividades de conscientização sobre o tema para alunos de 7 a 14 anos, fase em que entram no mercado consumidor.

O Projeto Escola Legal, que foi lançado em 2007, teve alcance em 62 escolas em 5 cidades no ano de 2008: São Paulo/SP, Porto Alegre/RS, Campinas/SP, Goiânia/GO e Brasília/DF.

Com o envolvimento de 302 professores o projeto teve como resultado o alcance de 12.064 alunos que, pelo entendimento do Conselho, são considerados os “consumidores do futuro”.

○ Canal de comunicação de denúncias

Através do sítio do CNCP na Internet o cidadão pode fazer denúncias no ícone Clique Denúncia. As reclamações vêm aumentando expressivamente desde o ano de sua criação em 2005.

No ano de 2008 foram registradas 1.889 denúncias e encaminhadas às autoridades policiais para averiguação das quais 721 tiveram seus registros concluídos com ações repressivas em virtude de atividade ilícita praticada.

Tivemos uma média de 157 registros mensais procedentes.

• **Foros internacionais**

○ Fórum Global de Combate à Pirataria e Contrafação

Em fevereiro de 2008 o CNCP se fez presente, representado pela Secretária-Executiva Substituta, no Congresso Global de Combate à Contrafação e Pirataria (*Global Congresso on Combating Counterfeiting & Piracy*) realizado em Dubai nos Emirados Árabes Unidos.

Na ocasião o CNCP apresentou os trabalhos de combate à pirataria já realizados no País, sua estrutura e funcionamento, além da como foi dada a sua formação.

Houve relatos sobre o tema de diversos outros países acerca dos problemas enfrentados por cada um e sua forma de atuação, abrangendo tanto a propriedade intelectual (pirataria) quanto a propriedade industrial.

○ II Fórum Global Anual de Inovação, Criatividade e Propriedade Intelectual

Em março de 2008 o CNCP, representado pela Secretária-Executiva Substituta, esteve presente no II Fórum Global Anual de Inovação, Criatividade e Propriedade Intelectual (*2nd Annual Global Forum on Innovation, Creativity and Intellectual Property*), realizado em Mumbai/Índia.

Na ocasião, frente a relatos de vários países ali representados, o CNCP relatou sobre a experiência do Brasil no enfrentamento aos delitos contra a propriedade intelectual.

○ 3º Encontro Anual de Propriedade Intelectual, Pirataria e Falsificação

Evento realizado pela Câmara de Comércio dos Estados Unidos na República Argentina (AMCHAM), ocorrido em Buenos Aires/Argentina.

A participação do Conselho se deu pela solicitação da organizadora do evento em informar as principais linhas de ação do CNCP e como se desenvolve a interação público-privada dentro do órgão, para que possa servir de modelo a ser aplicável na Argentina.

○ IV Sessão do Grupo de Trabalho “SECURE”

Evento Coordenado pela Organização Mundial das Aduanas, ocorrido em Bruxelas/Bélgica.

Com enfoque em documentos sobre “*enforcement*” de direitos de propriedade intelectual, a participação do CNCP se deu pelo alto grau de prioridade atribuído por grandes parceiros comerciais às estratégias de repressão de violação de direitos de propriedade intelectual no campo aduaneiro, bem como pela oportunidade do Conselho de aprofundar contatos com instituições homologadas de outros países.

○ Elaboração do plano estratégico do CNCP

O Plano Nacional de Combate à Pirataria - elaborado em fevereiro de 2005 - compõe-se de 99 ações subdivididas em três vertentes principais, quais sejam: a repressiva, a educativa e a econômica.

Significa dizer que o referido plano visa, de um lado, por meio da implementação de ações repressivas, a contenção da oferta de produtos pirata; por outro lado, as ações de cunho educativo e econômico têm por escopo a contenção da demanda por produtos pirata.

Outrossim, a implementação das referidas ações se dá mediante a conjugação dos esforços de entidades públicas (das três esferas de governo) e privadas ligadas ao tema.

Em 2008 as atividades do CNCP estiveram voltadas, prioritariamente, para a elaboração de um novo Plano Nacional de Combate à Pirataria.

O Plano concebido em 2005 alcançou resultados importantes, tanto no plano político – unindo setor público e privado em torno da questão – quanto no plano operacional – entre 2005 e 2007, houve um total envolvimento de órgãos federais no combate à pirataria, notadamente a Receita Federal, a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, com a conseqüente quebra de todos os recordes de apreensões de produtos falsos, de prisões e de instauração de inquéritos e processos contra falsificadores.

No entanto, tendo em vista o caráter dinâmico do fenômeno da pirataria e o desafio da implementação de ações destinadas a mitigar a demanda por produtos pirateados, tornou-se necessária a reformulação do Plano.

Para atingir esse intento, em 2008 foi inaugurado um novo processo de planejamento estratégico, que se estruturou em quatro oficinas de trabalho - envolvendo os representantes dos setores público e privado no Conselho.

Nas referidos eventos foi utilizada uma metodologia reconhecida internacionalmente, o Balanced Scorecard (BSC), que possibilitou ao CNCP a construção de um Mapa Estratégico do qual derivaram novas ações, novos métodos, novas frentes de combate à pirataria.

O próximo passo do CNCP, então, é o da implementação do novo Plano, a partir de 2009, com especial ênfase no envolvimento direto dos consumidores nesse debate.

Nesse sentido, é também um grande desafio envolver os vendedores de produtos formais que sofrem com a competição desleal dos produtos piratas, para a promoção de campanhas e trabalhos de sensibilização dos consumidores nos cinemas, nos shoppings, nas lojas, nos próprios produtos originais.

De igual modo, é importante envolver a indústria e o comércio nesse difícil trabalho de conscientizar os consumidores brasileiros para os efeitos nocivos da aquisição dos produtos ilegais, seja no que se refere à criminalidade que opera o comércio da pirataria, seja pela perda de empregos no mercado de trabalho, seja pela perda de impostos, seja pela falta de garantia e qualidade dos produtos.

No fundo, espera-se criar uma união nacional para um amplo e sistemático combate à pirataria e aos delitos contra a propriedade intelectual no Brasil.

Isto posto, cabe-nos informar das etapas, segmentadas em 9 (nove) etapas, do Planejamento Estratégico do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual:

1 – Revisão Documental; 2 – Entrevistas com as Lideranças; 3 – Mapa Estratégico: Descrição dos Objetivos Estratégicos, Cartilha; 4 – Indicadores Estratégicos e Painel Estratégico; 5 – Lista de Projetos Estratégicos; 6 – material do Workshop de Validação dos indicadores, das metas e projetos; 7 – Relatórios – Plano de Comunicação; 8 – Metodologia de Gerenciamento de Projetos; 9 – Arquitetura do Escritório de Projetos.

Nossa Missão → Propor e Coordenar ações públicas e privadas para prevenir e combater a pirataria e os delitos contra a propriedade intelectual

Nossa Visão → Todos os brasileiros contra a pirataria

Nosso Valores → Comprometimento
Parceria
Ética
Inteligência estratégica
Poder de Decisão
Inclusão

2.4.1. Evolução de gastos gerais

Em R\$ 1,00

Descrição	Ano		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	50.683,97	47.624,08	45.733,00
1.1. Passagens e despesas com locomoção	-	-	45.733,00
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS DE VIAGENS	39.194,71	26.986,62	20.067,00

Descrição	Ano		
	2006	2007	2008
2.1. Diárias – Pessoa Civil	-	-	20.067,00
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	63.961,21	154.436,78	291.598,03
3.1. Publicidade	-	-	-
3.2. Vigilância, limpeza e conservação	-	-	-
3.3. Tecnologia da informação	-	-	-
3.4. Outras Terceirizações	63.961,21	154.436,78	291.598,03
3.4.1. Serviços de Consultoria	-	-	114.000,00
3.4.2. Outros serviços de terceiros – Pessoa Física	-	-	485,00
3.4.3. Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	-	-	4.168,00
3.4.4. Pessoal Terceirizado - Apoio Administrativo	63.961,21	154.436,78	172.945,03
4. SUPRIMENTO DE FUNDOS	-	-	-
5. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	-	-	-
TOTAIS	153.839,89	229.047,48	357.398,03

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de crédito ou recursos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não houve ocorrências no período.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Não houve ocorrências no período.

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados em recursos externos

Não houve ocorrências no período.

8. Renúncia Tributária

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

10. Operações de fundos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

11. Despesas com cartão de crédito

Não houve ocorrências no período.

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Não houve ocorrências no período.

13. Determinações e recomendações do TCU

Não houve ocorrências no período.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

15. Dispensas de instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não houve ocorrências no período.

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	.		.		.	
Funcionários contratados (CTL) em exercício na Unidade						
Total Pessoal Próprio						

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	.		.		.	

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	.		.		.	

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa (R\$)	Qtde	Despesa (R\$)	Qtde	Despesa (R\$)
Pessoal terceirizado (vigilância/limpeza)	.		.		.	
Pessoal terceirizado (apoio administrativo)	3	63.961,21	3	154.436,78	3	172.945,03
Pessoal terceirizado (outras atividades)						
Estagiários						
Total: Terceirizados + Estagiários	3	63.961,21	3	154.436,78	3	172.945,03

Justificativa:

- As informações de 2006 são de agosto a dezembro. Período em que se iniciou o contrato com a empresa Fortesul Serv. Const. e Saneamento Ltda. levando à disparidade expressiva de valores entre 2006 e 2007.
- Em 2006 houve desligamento de uma pessoa e contratação de outra com função diferente à anterior, ocorrida no mês de outubro.
- No transcorrer de 2007 houve alteração de função do pessoal terceirizado. Refletindo nos valores informados em 2008.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa (R\$)
Pessoal requisitado em exercício na Unidade, com ônus					2	R\$ 54.561,31
Pessoal requisitado em exercício na Unidade, sem ônus						
Total pessoal requisitado, em exercício na Unidade					2	R\$ 54.561,31

Obs: Incluído 1 (um) servidor Exercício Carreira Descentralizada

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal cedido pela Unidade, com ônus	.		.		.	
Pessoal cedido pela Unidade, sem ônus						
Total pessoal cedido pela Unidade						

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa (R\$)
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	2	54.561,31
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	3	172.945,03
Total Geral	5	227.506,34

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

Não houve ocorrências no período.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO (SPOA)

O presente relatório tem por finalidade compor o processo de Tomada de Contas do exercício 2008, da Unidade Consolidadora (Órgão 30803) – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), do Ministério da Justiça, na forma da Instrução Normativa TCU nº 57, de 27 de agosto de 2008, e das Decisões Normativas TCU nº 93 e nº 94, de 3 de dezembro de 2008.

Vale ressaltar que a formalização do processo de tomada e prestação de contas teve por base as orientações técnicas previstas na Portaria CGU nº 2.238, de 19 de dezembro de 2008 e Norma de Execução CGU nº 3, de 19 de dezembro de 2008, as quais contribuíram significativamente para a composição deste Relatório.

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA)	
CNPJ	Não se aplica	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Sala 300-B 70064-900 Brasília, DF Telefone: (61) 3429-3134	
Endereço da página institucional na internet	http://www.mj.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Estrutura regimental: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, publicado no DOU nº 52, de 16 de março de 2007 Regimento interno: Portaria nº 572, de 12 de maio de 2006, publicada no DOU nº 91, de 15 de maio de 2006	
Código da UJ titular do relatório	30000	
Códigos das UJ abrangidas	Não se aplica	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Administração	
Tipo de atividade	Planejamento, orçamento e administração	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	CGRH	200006
	CGL	200005

2. Objetivos e metas institucionais e / ou programáticas

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

As normas que regem a atuação da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) são as seguintes:

- Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios;
- Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça;
- Portaria nº 572, de 12 de maio de 2006, que aprova o Regimento Interno da Secretaria-Executiva/MJ;
- Portaria SE nº 41, de 27 de janeiro de 2004;
- Portaria SE nº 42, de 27 de janeiro de 2004;
- Portaria SE nº 45, de 27 de janeiro de 2004;
- Portaria SE nº 944, de 24 de agosto de 2004;
- Portaria SE nº 957, de 27 de agosto de 2004;
- Portaria SE nº 1.039, de 22 de setembro de 2005;
- Portaria SE nº 131, de 13 de fevereiro de 2006;

- k) Portaria SE nº 270, de 22 de março de 2006;
- l) Portaria SE nº 35, de 15 de janeiro de 2007;
- m) Portaria SE nº 1.415, de 30 de novembro de 2007.

A estrutura da SPOA é composta por Coordenações-Gerais, Coordenações, Divisões, Serviços e Núcleos. As Coordenações-Gerais, bem como a Coordenação pertencente à SPOA, são as seguintes:

- a) Coordenação-Geral de Recursos Humanos;
- b) Coordenação-Geral de Logística;
- c) Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação;
- d) Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças;
- e) Coordenação-Geral de Planejamento Setorial;
- f) Coordenação-Geral de Modernização e Administração;
- g) Coordenação de Programas Técnicos.

A competência da SPOA, na qualidade de órgão setorial dos Sistemas de Planejamento e de Orçamento, de Organização e Modernização Administrativa, de Contabilidade e de Administração Financeira, de Administração de Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, é a seguinte:

I – planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização e modernização administrativa, de contabilidade e de administração financeira, de administração de recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério;

II – promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais, referidos no item anterior, e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III – promover a elaboração e consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los a decisão superior;

IV – acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades;

V – desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil no âmbito do Ministério; e

VI – realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

Vale ressaltar que com a fusão da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento e da Subsecretaria de Assuntos Administrativos criou-se a SPOA, abarcando as atividades de recursos humanos, serviços gerais, informática, planejamento, orçamento e finanças e contabilidade. Todavia, em razão da complexidade das atribuições desta Pasta, fez-se necessária a criação do cargo de Diretor de Programa que, por delegação de competência, do Secretário-Executivo, assumiu a responsabilidade pelas Coordenações-Gerais de Planejamento Setorial (COPLAN) e de Orçamento e Finanças (CGOF), além da área de Contabilidade Setorial, conforme disposto na Portaria SE nº 270, de 22 de março de 2006. As referidas áreas são responsáveis pelo planejamento, orçamento e finanças, contabilidade, análise de processos administrativos de pessoal relativos a exercícios anteriores, sentenças judiciais, avaliação e acompanhamento dos planos, programas e ações do Ministério da Justiça, além da disseminação da modalidade de gestão e metodologia do Plano Plurianual (PPA).

As atividades da Coordenação de Programas Técnicos estão sendo desenvolvidas sob responsabilidade do Diretor de Programa.

Todas as áreas do Ministério da Justiça, inclusive a própria SPOA, necessitam de estrutura institucional e de recursos humanos, espaço adequado, material de qualidade e suficiente, acesso à informação, comunicação, segurança, saúde, para cumprirem devidamente suas atribuições. A SPOA tem por papel prover esses meios.

Cada área tem suas necessidades específicas. Assim, as demandas à SPOA revestem-se de caráter múltiplo, exigindo da Subsecretaria que procure um balanço dessas demandas em face dos objetivos maiores do Ministério. Para tanto, tem adotado critérios de priorização de atendimento das demandas, respeitadas as urgências e grandes prioridades setoriais. Esses procedimentos se fazem necessários tendo em vista as limitações orçamentárias, técnicas e de pessoal que a SPOA e suas unidades enfrentam.

Nos últimos anos, e especialmente após o lançamento do I Plano Nacional de Segurança Pública, o Ministério da Justiça vem conhecendo um vigoroso crescimento em sua estrutura, com a aumento de suas atribuições e a conseqüente criação de várias Secretarias e Departamentos, bem como o aumento de pessoal em área específicas. Destacam-se aqui a Secretaria Nacional de Segurança Pública – incluindo a coordenação da Força Nacional de Segurança Pública –, a Secretaria de Reforma do Judiciário, a elevação do Departamento Penitenciário Nacional ao mesmo nível dos demais Departamentos autônomos do Ministério – incluindo a criação de penitenciárias federais e da carreira de agente penitenciário federal –, a Comissão de Anistia, entre outros. Mesmo a saída do DENATRAN e da SEDH não aliviaram a carga de trabalho da SPOA, uma vez que por força de

Decreto presidencial continuam dependendo das atividades da SPOA, devendo-se somar a elas ainda a SEPPIR. O lançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) em 2007 e a preparação da I Conferência Nacional de Segurança Pública, a ocorrer em agosto de 2009, aumentaram significativamente as demandas a esta Subsecretaria.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

No processo de aumento de estrutura e atribuições do Ministério não houve aumento na estrutura da SPOA, ainda que o volume de trabalho tenha-se multiplicado algumas vezes. O último concurso para a área meio – do Ministério da Educação, com aproveitamento por parte do Ministério da Justiça – foi realizado em 1994. O resultado é que hoje as áreas da SPOA enfrentam gargalos que precisam ser resolvidos com urgência: como falta de pessoal, ausência de carreira específica no Ministério, desequilíbrio hierárquico com relação às unidades vinculadas – no Departamento de Polícia Federal, por exemplo, há uma Diretoria de Gestão do Recursos Humanos e uma Diretoria de Administração e Logística Policial, que dependem das respectivas Coordenações-Gerais da SPOA –, orçamento inadequado etc. Enquanto soluções mais adequadas não se concretizam, uma das soluções adotadas tem sido a utilização de pessoal contratado e de estagiários, o que claramente não vem ao encontro dos anseios do Ministério. De fato, em várias áreas, os servidores efetivos são minoria. O concurso para substituição de pessoal contratado por servidores, a realizar-se em 2009, resolverá apenas parcialmente o problema, uma vez que não haverá aumento do quadro, devendo ocorrer mesmo uma redução.

Apesar dessas deficiências, as unidades da SPOA têm obtido êxito na consecução de suas tarefas, procurando-se sempre a melhoria das condições de trabalho dos servidores e colaboradores. Esse fato, no entanto, não nos exime de continuar buscando mudanças na estrutura da SPOA que permitam uma melhoria na qualidade dos serviços oferecidos pelo Ministério. Pode-se dizer que o Ministério da Justiça – e a SPOA em particular – não tem estrutura adequada para assumir plenamente o porte que hoje tem.

2.3. Programas

O Gabinete da SPOA não é responsável direto por programas ou ações, ficando esses a cargo de suas unidades subordinadas.

2.4. Desempenho operacional

Há grande dificuldade em se estabelecer indicadores para as áreas meio. Mesmo em áreas cujos objetivos são mais palpáveis não há consenso em quais indicadores melhor medem o desempenho desse ou daquele órgão, dessa ou daquela ação. Há ainda o fato de que para algumas atividades, como pagamento de salários, um indicador torna-se praticamente inútil, uma vez que as automatizações existentes levam ao cumprimento integral da atividade sempre. Deve-se no entanto ter em mente a necessidade de mensuração do desempenho das áreas meio, e estaremos assim empenhados em desenvolver e adotar instrumentos que possibilitem isso.

2.4.1. Evolução de gastos gerais

Os gastos relativos a este Gabinete encontram-se incluídos nos gastos da Coordenação-Geral de Logística.

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não Aplicável à Natureza Jurídica da UJ.

4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Não Aplicável à Natureza Jurídica da UJ.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no exercício

Não Aplicável à Natureza Jurídica da UJ.

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não Aplicável à Natureza Jurídica da UJ.

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não Aplicável à Natureza Jurídica da UJ.

8. Renúncia tributária

Não Aplicável à Natureza Jurídica da UJ.

9. Declaração sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não Aplicável à Natureza Jurídica da UJ.

10. Operações de fundos

Não Aplicável à Natureza Jurídica da UJ.

11. Despesas com cartão de crédito

Não Aplicável à Natureza Jurídica da UJ.

12. Recomendações do órgão ou unidade de controle interno

Aplica-se somente à Coordenação-Geral de Recursos Humanos e à Coordenação-Geral de Logística.

13. Determinações e recomendações do TCU

Aplica-se somente à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, à Coordenação-Geral de Logística e à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Aplica-se somente à Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

15. Dispensa de instauração de Tomada de Constas Especial e Tomadas de Contas Especiais cujo envio foi dispensado

Aplica-se somente à Coordenação-Geral de Recursos Humanos e à Coordenação Geral de Logística.

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Obs: Qtde – Posição em 31/12/2008 - Despesa – total incorrido no exercício.

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	26	959.133,34	18	1.116.378,79	6	1.113.600,22
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	0		0		0	
Total Pessoal Próprio	26	959.133,34	18	1.116.378,79	6	1.113.600,22

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	4	79.043,00	1	59.409,93	2	151.132,01.

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	0	0	0	0	0	0

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância /Limpeza						
Pessoal Terceirizado ApoioAdministrativo						
Pessoal Terceirizado Outrasatividades						
Estagiários	11	60.360,00	12	72.120,00	14	76.320,00
Total Pessoal Terc + Estag	11	60.360,00	12	72.120,00	14	76.320,00

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	0		0		0	
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	2	93.870,57	2	85.628,56	4*	31.312,09
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	2	93.870,57	2	85.628,56	4	31.312,09

*Incluídos 2 (dois) servidores com exercício descentralizado.

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus						
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus						
Total Pessoal cedido pela Unidade						

* Os dados da tabela acima foram registrados na CGRH.

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	9	1.158.555,87
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	3	137.488,45
Total Geral	12	1.296.044,32

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

Não Aplicável à Natureza Jurídica da UJ.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Não Aplicável à Natureza Jurídica da UJ.

COORDENAÇÃO GERAL DE MODERNIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO (CGMA)

1. Identificação

Nome completo da unidade e sigla	Coordenação-Geral de Modernização e Administração (CGMA)	
CNPJ	Não se aplica	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, Sala 314, CEP: 70064-900 Brasília, DF - Telefone: (61) 3429-3040	
Endereço da página institucional na Internet	http://www.mj.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Estrutura regimental: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, publicado no DOU nº 52, de 16 de março de 2007. Regimento interno: Portaria nº 572, de 12 de maio de 2006, publicada no DOU nº 91, de 15 de maio de 2006.	
Código da UJ titular do relatório	3000	
Códigos das UJ abrangidas	Não se aplica	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Administração	
Tipo de atividade	Modernização Administrativa	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Não se aplica	Não se aplica

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

No que concerne às responsabilidades institucionais, a Coordenação-Geral de Modernização e Administração – GGMA/MJ contribui de forma sistemática com as diversas unidades do Ministério da Justiça/MJ por tratar-se de unidade integrante da Secretaria Executiva.

Ainda, dentro da sua esfera de atuação, a CGMA desenvolve os seguintes trabalhos:

- Estudos referentes à elaboração, o desenvolvimento e a execução de projetos de estruturação organizacional, de modernização administrativa e de melhoria contínua de gestão de processos, no âmbito do Ministério;
- Regimentos internos das unidades integrantes da estrutura regimental do Ministério;
- Normas e manuais de organização;
- Manutenção dos Sistemas de informações gerenciais, organizacionais e de apoio à decisão, de interesse do Ministério, promovendo a sua divulgação;
- Ações de apoio ao uso da tecnologia da informação, visando à universalização do acesso aos serviços prestados pelo Ministério;
- Estudos visando à padronização de material permanente e de equipamentos de uso geral;
- Política de documentação e informação no âmbito do Ministério, garantindo a recuperação, o acesso ao documento e a preservação de sua memória;
- Implantação das atividades de gestão de documentos das unidades administrativas do Ministério, em conformidade com as orientações do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos;
- Consolidação do Projeto Mudando Papeis e Reciclando Vidas (reciclagem e inclusão social do egresso);
- Comunicação interna do MJ, com o desenvolvimento de informativos, atualização da intranet, divulgação de eventos e ações de publicidade em geral; e
- Coordenação de Concursos Públicos do MJ sob a responsabilidade do Secretário Executivo.
- Coordenação de curso de ambientação de novos contratados do MJ sob a responsabilidade do Secretário Executivo.

Principais Produtos/Serviços	Estrutura Regimental, Regimento Interno, Normas de Serviço, Registro e Expedição de Correspondências, Informações de apoio à decisão, análise organizacional, Gestão da Intranet, Multimídia, Informe MJ, Pesquisas internas, Sinalização, Projetos de Modernização Organizacional, Gestão Documental do Arquivo do MJ, Organogramas, Fluxogramas, Pesquisas Internas, Campanhas, Treinamentos Específicos, Empréstimos e Pesquisas Bibliográficas
Principais processos finalísticos e de apoio	Normatização Gestão da Informação Gestão Documental Comunicação Interna Gestão de Sistemas Gerenciais (Sdarq, MJdoc, Sigeo)
Principais insumos e fornecedores	Insumos: Atos normativos, D.O.U., legislação, informações funcionais, notícias jornalísticas e banco de dados Fornecedores: Unidades do MJ, Presidência da República, Ministério do Planejamento, dirigentes, servidores, colaboradores e público externo
Parcerias institucionais	Demais órgãos e setores do MJ

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

No cumprimento do Regimento Interno a CGMA elaborou e executou no exercício de 2008 os seguintes projetos:

- a) Elaboração de estruturas regimentais;
- b) Estudos contemplando a evolução da estrutura regimental do MJ;
- c) Coordenação de estudos referentes aos regimentos internos das unidades do MJ;
- d) Elaboração de organogramas das unidades do MJ;
- e) Elaboração de Normas de Serviços;
- f) Elaboração e publicação de informações na intranet;
- g) Elaboração e publicação do Informe MJ;
- h) Desenvolvimento de trabalhos na área de multimídia;
- i) Atuação em parceria com a CGTI na elaboração de sistemas estruturantes do MJ;
- j) Elaboração de fluxogramas;
- k) Aplicação de pesquisas de opinião;
- l) Elaboração de portarias de delegação de competências, termos de referência e projetos básicos;
- m) Desenvolvimento de cursos de capacitação;
- n) Desenvolvimento de projeto de reciclagem; e
- o) Processamento de documentos da biblioteca enviados ao arquivo central.

2.3. Programas

2.3.1. Programa

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.3.2. Principais Ações do Programa

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.4. Desempenho Operacional

Com base na adoção do programa de implementação da Gestão Estratégica no Ministério da Justiça, 2008 - 2012, uma nova política para criação de indicadores de desempenho vem sendo desenvolvida em toda a Secretaria Executiva.

Foram planejadas e executadas pela Coordenação as atividades solicitadas pelas unidades demandantes do MJ conforme demonstrado a seguir.

I. Estrutura Regimental

A Coordenação-Geral trabalhou na elaboração das seguintes estruturas regimentais:

Órgão: alteração do anexo do Decreto de Estrutura Nº 6.061, de 15 de março de 2007, acrescido de três (três) cargos: dois (dois) DAS 102.3 e 1 (um) DAS 102.2, conforme Decreto Nº 6.517, de 28 de julho de 2008.

Status: Enviado ao Ministério do Planejamento.

II. Histórico da Estrutura Regimental do MJ

A Coordenação-Geral realizou o levantamento dos dados históricos relativos às competências e estruturas do MJ, desde a sua criação em 1821 até 2008, e da legislação relativa às delegações de competências no âmbito do MJ, que já se encontra publicada na Intranet MJ.

III. Regimentos Internos

A Coordenação-Geral trabalhou na elaboração dos seguintes regimentos:

- Gabinete do Ministro – GM
- Consultoria Jurídica – CJ
- Conselho Nacional de Política Criminal – CNPCP
- Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos – CFDD

IV. Concursos

- Processo Seletivo Simplificado do Ministério da Justiça – PRONASCI. Concluído.
- Concurso Público para o provimento de Cargos do Quadro de pessoal do Ministério da Justiça, para preenchimento de 656 vagas para os Cargos de Agente Penitenciário Federal, Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária e Especialista em Assistência. Em andamento.
- Auxílio ao Processo Seletivo da FUNAI. Concluído.

V. Organogramas

Elaboração de diversos organogramas para subsidiar a elaboração de Estruturas Regimentais e publicação do Decreto de Estrutura Regimental do MJ.

- Departamento de Estrangeiros – DEEST;
- Secretaria Executiva – SE;
- Coordenação-Geral de Logística – CGL;
- Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania-PRONASCI;
- Consultoria Jurídica – CJ; e
- Departamento da Força Nacional – DEPF.

VI. Normas de Serviço e Programas

Elaboração ou Atualização das seguintes Normas e Programas do MJ.

- **Controle de Acesso e Segurança Patrimonial – NS-LG-01**
Portaria nº 45 de 01/12/08 – BS 01/12/08
- **Utilização de Tokens e Smartcards no âmbito do Ministério da Justiça - NS-TI-02**
Portaria nº 1.585 de 03/12/08 – BS 01/12/08
- **Diárias e Passagens**
Em desenvolvimento
- **Uso Aceitável de Recursos de Tecnologia da Informação**
Em desenvolvimento
- **Controle de Utilização de Telefonia Fixa e Móvel**
Em desenvolvimento
- **Estacionamento Privativo**
Em desenvolvimento
- **Diárias e Passagens**
Em desenvolvimento

VII. Sistemas

A Coordenação-Geral, em parceria com a CGTI, está trabalhando na atualização e elaboração dos sistemas relacionados abaixo:

- SIGEO (Sistema de gestão de estrutura organizacional);
- MJDoc (Sistema de controle de tramitação dos processos no MJ);
- Gerenciamento do Sistema de Gerenciamento de Documentos e Processos – MJDoc para os servidores/colaboradores da Secretaria Especial de Direitos Humanos – SEDH/PR;
- Realização de tarefas administrativas nos sistemas MJDOC e SIGEO;
- Apoio à Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e demais órgãos do Ministério nas tarefas que necessitam de interface com os sistemas MJDoc e SIGEO;
- Implementação do MJDoc na SEDH;
- Alteração dos procedimentos via MJDoc para recebimento de Atestados de Saúde-Homologação pela Divisão de Promoção à Saúde/DIPIS; e
- Estruturação e análise da integração do Sistema de Correspondência ao MJDOC.

VIII. Fluxograma De Trâmite De Processos

- Elaboração do Fluxograma de tramitação de documentos e processos na Consultoria Jurídica; e
- Elaboração do Fluxograma dos processos administrativos da Comissão de Anistia.

IX. Documentos Elaborados

- Despachos: 19
- Minutas de Ofício: 27
- Memorandos: 102
- Informações e Notas Técnicas: 11
- Minutas de Portaria: 27

XI. Notas Para o Portal Intranet

A Coordenação-Geral publicou de janeiro a dezembro de 2008, 236 notas para a Intranet e produziu 82 matérias destaque para o portal, em atenção às demandas de todo o Ministério e de assuntos pertinentes aos servidores e colaboradores.

XII. Publicação do Informe MJ

A Coordenação-Geral em parceria com a Assessoria de Comunicação trabalhou na elaboração do Informe MJ, com 03 edições no ano de 2008.

Mês	Ano	Edição
Maio/Junho/Julho	07	N.º 43
Agosto/Setembro	07	N.º 44
Outubro/Novembro/Dezembro	07	N.º 45

XIII. Pesquisa de opinião

- **Pesquisa de satisfação com o INFORME MJ**
Período: edição de Agosto / Setembro - 1500 exemplares

XIV. Outras ações de Comunicação

- Apoio à Coordenação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) do Ministério da Justiça para divulgação interna de folders e matérias relacionadas ao programa;
- Julho/08: Elaboração do Plano de Comunicação Interna do Ministério da Justiça;
- Outubro/08: Elaboração de peças para a realização da campanha da Norma de Controle de Acesso do Ministério da Justiça: folder; cartaz; matéria na intranet; filmetes e pop-up.
- Divulgação de notícias, eventos e campanhas internas nos elevadores e murais, conforme a demanda;

XV. Cursos de Capacitação

- **Gestão Documental MJDOC**
Período: 11,12 e 13 de novembro de 2008
Participantes: 40 pessoas

Unidade – Consultoria Jurídica

- **Gestão Documental MJDOC**
Período: agosto de 2008
Participantes: 110 pessoas
Unidade – SEDH

XVI. Multimídia

- Confecção de certificados para os universitários participantes do Programa de Intercâmbio promovido pela Secretaria de Assuntos Legislativos;
- Confecção do layout para o Programa de Ambientação dos aprovados no Processo Seletivo do PRONASCI, bem como a confecção da apresentação padrão power point, confecção de dois banners e folders com toda a programação da capacitação;
- Criação da logomarca oficial para o Programa de Preparação para Aposentadoria da Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça;
- Confecção do layout da placa de identificação física do Setor de Atendimento da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça;
- Confecção de cartões de visitas para autoridades MJ;
- Criação de layout para a capa do livro “Guia de Boas Práticas para Transferência de Pessoas Condenadas ou Sujeitas a Medidas de Segurança, nas versões e, português e espanhol. Projeto da Secretaria Nacional de Justiça”;
- Criação de layout para a divulgação da Caravana da Anistia, projeto da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, bem como a impressão 100 cartazes em formato A3. Os eventos ocorreram nos dias 15 e 16 de outubro de 2008, em São Leopoldo – RS;
- Criação de layout gráfico para a impressão de banner em lona vinílica, para a reunião da Comissão Organizadora Nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, ocorrida em 3 de setembro de 2008;
- Criação de banner pop-up digital para a reunião da Comissão Organizadora Nacional da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, ocorrida em 3 de setembro de 2008;
- Tratamento e aplicação de duas (02) assinaturas digitais em 200 certificados da SEDH;
- Criação de layout para a divulgação do evento “29 anos da Lei de Anistia, e 40 anos da resistência dos estudantes à invasão da UnB durante a ditadura militar”. Evento realizado nos dias 28 e 29 de agosto de 2008 na Universidade de Brasília;
- Criação de layout para a divulgação do evento “Anistia, democracia e direitos humanos” a realizar-se em 22 de agosto de 2008 na Universidade Federal de Santa Catarina;
- Elaboração de layout gráfico, bem como a confecção de peças publicitárias como banner, folder, cartazes e capas para cd, para o Simpósio sobre a Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Evento promovido pela Consultoria Jurídica, realizado em 4 de agosto de 2008;
- Criação de layout para a divulgação da Caravana da Anistia, projeto da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, bem como a impressão 100 cartazes em formato A3. Os eventos ocorreram no dia quatro de junho de 2008, na Universidade Federal de Goiás;
- Criação de layout gráfico para a impressão de banner em lona vinílica, para a Audiência Pública realizada pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça em 31 de julho de 2008;
- Confecção de banners em lona vinílica em dois tamanhos distintos e panfletos para a divulgação do Projeto Memorial da Anistia. Projeto da Comissão de Anistia do MJ;
- Confecção de layout para certificados a serem entregues aos participantes da Palestra “O Crime Organizado na Visão da Convenção de Palermo”. Evento ocorrido na biblioteca do MJ, promovido pela Secretaria de Assuntos Legislativos;
- Confecção de layout de Selo para uso em materiais de divulgação do projeto “Memorial da Anistia Política no Brasil”. Projeto da Comissão de Anistia do MJ;
- Confecção de banners de logon e rotativo da intranet, para a Campanha “Preveniu, Sorriu! Terapia de Flúor para os Dentes” da Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça;
- Confecção de convite eletrônico para a divulgação da Anistia Cultural, projeto da Comissão de Anistia do MJ, realizado em 29 de maio de 2008;
- Confecção de layout para 5 banners a serem impressos em lona vinílica, para a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça;

- Confecção de convite eletrônico para a divulgação da Caravana da Anistia, projeto da Comissão de Anistia do MJ, realizado em 15 de maio, no Rio de Janeiro;
- Confecção de layout para a capa do Manual de termo de parceria, projeto da Coordenação de Entidades Sociais (Coeso) do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, em parceria com o PRONASCI;
- Criação de Layout e impressão de convites e cartazes para a divulgação do Lançamento da Caravana da Anistia, realizado no Rio de Janeiro, em 4 de abril de 2008;
- Criação de layout para a confecção de banner a ser impresso em lona vinílica, para a divulgação de projetos da Comissão de Anistia/MJ;
- Criação de layout e impressão de convites e cartazes para a Anistia Cultural da Comissão de Anistia, sob o tema “O papel das mulheres na resistência à ditadura militar” realizado em 7 de março no Auditório Tancredo Neves;
- Criação de layout oficial e peças publicitárias para o Seminário “Controle Interno e Externo do Governo Federal” realizado nos dias 10 e 11 de março de 2008. Evento promovido pela Assessoria de Controle Interno do Ministério da Justiça;
- Confecção de layout e peças publicitárias para a divulgação do Dia Nacional de Ação de Graças. Evento anual promovido pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MJ; e
- Confecção de layout e peças publicitárias para a VII Jornada de Qualidade de Vida do Ministério da Justiça.

Em 2008 a CGMA atuou de forma efetiva, visto que além de cumprir com suas atribuições regimentais, ainda, coordenou a comissão organizadora de 2 (dois) concursos públicos no âmbito do MJ, conforme já mencionado. Também a Coordenação realizou outras atividades no exercício de 2008, quais sejam:

- Desenvolvimento do projeto de criação do Protocolo Avançado que objetiva agilizar o atendimento dos usuários na entrega e autuação de documentos, bem como minimizar os problemas gerados pela indisponibilidade de vagas nos estacionamentos próximos ao Ministério da Justiça, além de contribuir para segurança, visto que o fluxo de pessoas que circulam dentro do Órgão será reduzido. O Protocolo Avançado atenderá as Unidades do Ministério da Justiça, ao recebimento de documentação, autuação de processos do DEEST, entrega e recebimentos de livros e correspondências, e outras atividades correlatas;
- Mapeamento do fluxo processos da Consultoria Jurídica. Realizadas visitas em cada uma das coordenações que compõe a CJ. Dessas visitas foram desenhados fluxos de processo e atividades destas coordenações. A partir desse desenho, foi analisada possibilidade de mudanças na rotina de trabalho da Consultoria, e a introdução do Sistema MJDoc no fluxo de processos. Para que o desenho final do fluxo de processos da CJ fosse concluído, organizou-se uma oficina de trabalho com os funcionários chaves da área, a qual foi realizada em 27, 28 e 29 de setembro de 2008. Atualmente, o trabalho encontra-se em fase de implementação, pois os advogados, servidores, colaboradores e estagiários da CJ estão sendo treinados para o uso do Sistema de trâmite de documentos e processos;
- Capacitação e ambientação dos aprovados do concurso temporários:

Quanto às Unidades de Informação, Biblioteca, Protocolo, Arquivo e Reciclagem de responsabilidade da CGMA/MJ, foram executadas as seguintes atividades abaixo relacionadas:

BIBLIOTECA

Participação nos seguintes eventos:

- V Jornada de Qualidade de Vida;
- Dia das Crianças;
- Curso de atualização e catalogação (AACR2 2002 Revision);
- Treinamento no sistema MJDOC;
- Seminário Nacional sobre Bibliotecas Universitárias – São Paulo / SP;
- Encontro de Arquivos e Bibliotecas da Administração Pública Federal – Brasília / DF;
- Programa “Iluminuras”, da TV Justiça;
- Encontro do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA – Brasília / DF;
- Curso de Procedimentos Processuais e Digitalização de Documentos – Brasília / DF;
- Seminário sobre Saberes do Conhecimento, inovação e Desenvolvimento Sustentável – Vitória /

ES;

- Workshop sobre Planejamento Estratégico – Secretaria Executiva/MJ.

Organização dos eventos:

- Lançamento do livro “O Crime Organizado na Visão da Convenção de Palermo” do autor Rodrigo Carneiro;
- Lançamento do livro “O Ser e o Humano, uma conexão essencial” e palestra “O ser humano e os tempos atuais: a necessidade de síntese”. do autor Luis Felipe Ormonde;
- Exposição de arte “Diferentes Expressões de Arte” – Salão Negro/MJ;
- Campanha, veiculada na intranet, visando obter sugestões dos funcionários do MJ, para aquisição de novos livros e divulgação dos títulos adquiridos em 2008.
- Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o MJ e a Imprensa Nacional, visando digitalização e microfilmagem do acervo do Núcleo de Arquivo/MJ;
- Relatório do contrato administrativo n.º 342/2007, 073/2005 e 124/2005 com a Empresa de Correios, visando redução de custos e capacitação para utilização do sistema de mapeamento de custos do Governo Federal;
- Elaboração do projeto para implantação do “Protocolo Avançado”;
- Acolhida do Exmo. Senhor Ministro da Justiça, no ambiente da Biblioteca, para coletivas à imprensa.

Apoio às seguintes iniciativas:

- Campanha “Registro Civil de Nascimento” promovida pela SEDH;
- Organização e transferência para o Núcleo de Arquivo, do acervo arquivístico da SENASP;
- Definição do Termo de Referência para aquisição de arquivos deslizando à Comissão de Anistia, CADE e DEPEN e, em particular para a Comissão de Anistia, orientação na formulação do Termo de Referência para contratação de empresa especializada na organização do acervo arquivístico;
- Reunião com a Imprensa Nacional, visando possibilitar acesso as informações referentes ao DOU eletrônico, pelo Ministério da Justiça;
- Elaboração do selo comemorativo aos 60 anos dos Direitos Humanos, promovido pela SEDH.

DIVISÃO DE BIBLIOTECA - DIB

- Supervisão do Núcleo de Referência;
- Supervisão da aquisição, dos processos técnicos de livros e periódicos do Núcleo de Análise e Tratamento da Informação;
- Supervisão dos serviços administrativos;
- Supervisão dos estagiários do curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciência da Informação e Documentação da Universidade de Brasília – UNB;

São gerenciados pela Divisão:

I – Contrato Administrativo n.º 035/2008

Empresa: BPGR – Tecnologia e Informação Ltda

Objeto: Fornecimento de coletânea de Diários Oficiais da União em mídia digital (DVD) com sistema de busca - DOINET

II – Contrato Administrativo n.º 010/2008

Empresa: DATA LEGIS

Objeto: Assinatura do Directre de Legislação Brasileira Informatizada S/A

III – Contrato Administrativo n.º 008/2008

Empresa: Editora Forum

Objeto: Assinatura de publicações periódicas da Editora Forum

IV – Contrato Administrativo n.º 054/2008

Empresa: Portal Jurídico

Objeto: Fornecimento de material bibliográfico nacional e estrangeiro

BIBLIOTECA	
Informações	Quantidade
Ofícios expedidos	72

BIBLIOTECA	
Informações	Quantidade
Memorandos recebidos	90
Memorandos expedidos	181
Ofícios expedidos	91
Correspondências expedidas	14
Correspondências recebidas	210
E-mails recebidos e atendidos	2.022
Sistema MJDOC – recebimento de processos	188
Sistema MJDOC – remessa de processos	215
Cópias xerox	5.935
Conferencia de materiais / almoxarifado	13
Pesquisas no Sistema Aleph	729
Elaboração de resenha do DOU, Seções 1, 2 e 3, enviadas por e-mail diariamente a servidores num totalizando	441
Atendimento ao usuário (Interno e Externo)	10.547
Empréstimos	4.596
Devoluções	4.217
Renovações	2.973
Reservas	885
Cobranças / atrasos	757
Periódicos / artigos	484
Empréstimo entre bibliotecas	380
Solicitações via:	
Pessoal	7.466
Telefone	2.966
E-mail	68
Pesquisas realizadas	
Aleph	3.438
Doinet	1.281
Datalegis	16
DOU	123
Internet	181
Levantamentos bibliográficos	52
Cadastro de usuário: atualização	159
Emissão de carteira de usuário	139
Cópias xerox	7.232
Informações gerais	402
Sala de reunião	75
Pesquisas	
Aleph	5.598
Internet	3.368
Elaboração de lista / compras	34
Títulos / compras	1.500
Cotação / conferência	800
Ofícios	06
Memorandos	29
E-mail	65
MJDOC	15
Elaboração de projetos básicos	12
Processos técnicos de livros	
Seleção / descarte	30
Pesquisas no Sistema Aleph	4.416
Registro no Livro de Tombo:	
Doação	262

BIBLIOTECA	
Informações	Quantidade
Compra	644
Processamento técnico / Aleph	
Classificação	416
Catologações	416
Indexações	416
Inclusões	416
Alterações	1.311
Exemplares / itens / Aleph:	
Inclusões	704
Alterações	2.767
Impressão	
Etiquetas de lombadas	8.478
Códigos de barras	403
Colagem:	
Etiquetas de lombadas	8.022
Códigos de barras	815
Remanejamento, organização e recolocação de livros no acervo	18.034
Elaboração de fichas catalográficas	06
Processos técnicos de periódicos	
Seleção / descarte	1.025
Pesquisas no sistema Aleph	1.689
Processo técnico / Aleph / títulos (novos)	166
Processo técnico / Aleph / artigos	
Classificação	207
Catologações	166
Indexações	198
Alterações	239
Atualização da lista de periódicos	
Doação	178
Compra	354
Kardex / registro:	
Doação	335
Compra	985
Exemplares / itens / Aleph	
Inclusões	3.121
Alterações	3.159
Códigos de barra:	
Impressão	4.206
Colagem	4.311
Remanejamento, organização e recolocação de periódicos no acervo	1.964

PROTOCOLO GERAL

DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES – DICOM

São gerenciados pela Divisão:

I – Termo de Compromisso

Empresa: Imprensa Nacional

Objeto: Publicação de matérias pagas no Diário Oficial da União

II – Contrato Administrativo n.º 124/2005

Empresa: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT

Objeto: Sedex Internacional

III – Contrato Administrativo n.º 342/2007

Empresa: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT

Objeto: Sedex Nacional

IV – Contrato Administrativo n.º 073/2005

Empresa: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT

Objeto: Prestação de serviços postais e telemáticos convencionais

V – Contrato Administrativo n.º 017/2007

Empresa: Vitória Distribuidora de Jornais Ltda

Objeto: Fornecimento de jornais e revistas

PROTOCOLO GERAL	
Gestão de Contratos Administrativos	05
Usuários atendidos pessoalmente	25.634
Usuários atendidos por telefone	7.379
Guias entregues	10.437
Informações sobre documentos e/ou processos	6.437
Sedex expedidos	83.567
Cartas registradas expedidas	54.864
Documentos processados	125.537
ARQUIVO CENTRAL	
Requisições	
No 1º Semestre	2.432
No 2º Semestre	1.700
Processos arquivados	64.314

SETOR DE RECICLAGEM

O projeto Mudando Papéis e Reciclando Vidas, objetiva profissionalizar egressos criando a oportunidade de reintegração à sociedade e à família.

Entre as atividades desenvolvidas no setor, por meio da reutilização e reciclagem de papel, destacam-se as confecções de agendas, blocos para rascunho, lixeiras de papelão, encadernação e douração de livros, papel reciclado, papel marmorizado, risque-rabisque, caixas porta recado, porta lápis, molduras, chaveiros, tapetes, sacolas, entre outros produtos utilizados na administração pública.

SETOR DE RECICLAGEM	
Confecções:	
Agenda com e sem espirais	4.000
Blocos para rascunho	3.000
Caixa porta recado	2.500
Chaveiros	06
Dourações	1350
Encadernações	2.200
Lixeiras	400
Molduras	12
Porta lápis	3.050
Papel reciclado	4.100
Papel marmorizado	6.000
Relógios	10
Restauração de livros	33
Risque rabisque	120
Sacolas	170
Caixa grande	29
Pasta personalizada	60
Maquete de presídio	01

2.4.1. Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	6.271,31	2.299,04	6.271,31
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	8.395,09	5.935,28	8.395,09
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	65.041,46	312.084,12	402.600,60
3.1. Publicidade	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade
3.3. Tecnologia da Informação	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade
3.4. Outras Terceirizações (*) Apoio Administrativo	65.041,46	312.084,12	402.600,60
3.5. Suprimento de Fundos	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade
TOTAIS	79.707,86	320.318,44	417.267,00

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

8. Renúncia Tributária

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

10. Operações de fundos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

11. Despesas com cartão de crédito

Não houve ocorrências no período.

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Não houve ocorrências no período.

13. Determinações e recomendações do TCU

Não houve ocorrências no período.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Obs: Qtde - Posição em 31.12.2008 - Despesa – total incorrido no exercício.

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro	4	246.025,70	8	369.369,49	25	207.535,69

Funcionários Contratados – CLT	0	0	0	0	0	0
Total Pessoal Próprio	4	246.025,70	8	369.369,49	25	207.535,69

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança sem vínculo	1	16.831,53	2	69.728,92	4	137.381,52

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	0	0	0	0	0	0

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza						
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	05	65.041,46	07	312.084,12	06	402.600,60
Pessoal Terceirizado outras atividades						
Estagiários						
Total Pessoal Terc + Estag	05	65.041,46	07	312.084,12	06	402.600,60

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	0	0	0	0	0	0
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	*	2.768,00	1	18.162,05	4	86.171,05
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	0	2.768,00	1	18.162,05	4	86.171,05

*Durante o exercício de 2006, houve despesa com pessoal requisitado na área;

Como o quantitativo há que expressar a existência de pessoas em 31.12.2006 – nesta data não havia pessoas mais na área.

Assim, há que ficar em branco o quantitativo físico, porquanto a despesa expressa resíduo de pessoa que esteve durante o ano na unidade e já não estaria em 31.12.2006.

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus						
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus						
Total Pessoal cedido pela Unidade						

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações	10	181.154,06
Pessoal envolvido em ações	23	249.934,20

Total Geral	33	431.088,26
--------------------	-----------	-------------------

* Os dados da tabela acima foram registrados na CGRH.

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Não houve ocorrências no período.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Não houve ocorrências no período.

COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS (CGRH)

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Coordenação Geral de Recursos Humanos - CGRH	
CNPJ	00.394.494/0018-84	
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça-30101	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco T – Ed. Anexo II, 4º andar sala 402, Brasília-DF, CEP: 70064-900	
Endereço da página institucional na Internet	http://www.mj.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007/Portaria 2.670, 23 de dezembro 2003	
Código da UJ titular do relatório	30101	
Códigos das UJ abrangidas	30101	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	em funcionamento	
Função de governo predominante	Apoio Administrativo – Área Meio	
Tipo de atividade	Gestão de Recursos Humanos do MJ	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	CGRH/MJ	200600-Gestão 001

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

A Coordenação Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça tem consignado no SIGPLAN, dentro do Programa “0698 – Gestão e Apoio Institucional na Área de Justiça”, a Ação “4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação”, fixado na Lei Orçamentária Anual o valor de R\$ 823.000,00 (Oitocentos e vinte e três mil Reais), tendo sido empenhado R\$ 640.191,00 (seiscentos e quarenta mil, cento e noventa e um reais), e efetivamente pagos R\$ 558.430,00 (quinhentos e cinqüenta e oito mil, quatrocentos e trinta reais), alcançando, assim, o seguinte quantitativo mensal de servidores capacitados, em 2008:

- a) no mês de janeiro, 03 (três) servidores;
- b) no mês de fevereiro, 20 (vinte);
- c) no mês de março, 13 (treze);
- d) no mês de abril, 13 (treze);
- e) no mês de maio, 28 (vinte e oito);
- f) no mês de junho, 48 (quarenta e oito);
- g) no mês de julho, 15 (quinze);
- h) no mês de agosto, 55 (cinqüenta e cinco);
- i) no mês de setembro, 56 (cinqüenta e seis);
- j) no mês de outubro, 69 (sessenta e nove);
- k) no mês de novembro, 36 (trinta e seis); e
- l) no mês de dezembro, 09 (nove) servidores foram capacitados.

Compreende-se como Programa de Capacitação, ações de curta (carga horária inferior a 88 horas) e média duração (carga horária superior a 88 horas e inferior a 360). Foram proporcionadas 244 (duzentas e quarenta e quatro) participações em seminários, workshops e congressos em diversas áreas de interesse, perfazendo um total de, aproximadamente, R\$ 190.164,90 (Cento e noventa mil, cento e sessenta e quatro Reais e noventa centavos). Em cursos de aperfeiçoamento e reciclagem, em especial nas áreas de logística, orçamento e

direito, foram investidos, aproximadamente, R\$ 273.200,00 (Duzentos e setenta e três mil e duzentos Reais), tendo participado desta modalidade de capacitação 478 (quatrocentos e setenta e oito) servidores.

Para o Programa de Educação, que consiste em eventos de longa duração (acima de 360 horas), como pós-graduação, especialização e MBA, foram investidos, no ano de 2008, cerca de R\$ 145.071,04 (Cento e quarenta e cinco mil, setenta e um Reais e quatro centavos). Salientamos que 12 (doze) servidores foram agraciados com bolsas para cursos desta natureza, em aérea como Gestão de Pessoas,

Demonstra-se, assim, que 734 (setecentos e trinta e quatro) servidores foram beneficiados com os eventos supra, perfazendo 8.720 (oito mil, setecentos e vinte) horas/aulas. Cabe ressaltar, todavia, que nestes valores já estão inclusos os referentes aos cursos que tiveram início em 2007.

Destaca-se, por oportuno, que este ano a Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos ofereceu palestras e oficinas, sem ônus ao Ministério, o que resultou na participação, também, de colaboradores e estagiários.

O valor orçamentário previsto para o ano de 2009, foi de R\$ 1.680.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta mil Reais), tendo sido fixado em R\$ 1.530.000,00 (um milhão, quinhentos e trinta mil Reais). Esta ampliação se deve ao fato de que todos os 462 (quatrocentos e sessenta e dois) Agentes Penitenciários Federais terão cumprido os seus respectivos estágios probatórios e, certamente, carecerão de eventos de capacitação e desenvolvimento, além da permissão dada ao Ministério da Justiça de realização de concurso ou concursos públicos para substituir prestadores de serviços – terceirizados – e para contratar, mediante Processo Seletivo Simplificado, profissionais de níveis superiores, na forma da Lei nº 8.745/93 – contratação de temporária.

No que concerne ao oferecimento de Bolsas Universitárias, frise-se que, a partir de julho de 2008, foi implementado o “Projeto Bolsa Universitária”, como já consignado, que consiste no auxílio financeiro ao pagamento de mensalidades dos cursos de ensino superior, em até 50% (cinquenta por cento) aos servidores do quadro efetivo do Ministério da Justiça, hoje contando com 29 (vinte e nove) servidores beneficiados, perfazendo um gasto de aproximadamente R\$ 22.287,27 (Vinte e dois mil, duzentos e oitenta e sete Reais e vinte e sete centavos).

A Coordenação Geral de Recursos Humanos ofertou e, efetivamente, foram ocupadas 229 (duzentas e vinte e nove) vagas de bolsas estágios, de nível superior, e 24 (duzentas e quarenta) vagas no nível médio, de ensino.

A Coordenação Geral de Recursos Humanos implantou, também, o “Programa de Autodesenvolvimento”, consistente na disseminação, por meio eletrônico, o que permite atingir, praticamente, todos os servidores do quadro efetivo do Ministério da Justiça.

No período de 28 de outubro a 17 de novembro de 2008, foram realizadas as Avaliações dos servidores ocupantes de Funções Comissionadas Técnicas, à luz do que dispõe o Decreto nº 4.941, de 29 de dezembro de 2003.

Desta forma, entende-se que as metas foram devidamente alcançadas, diante do físico e financeiramente demonstrados.

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Coordenação Geral de Recursos Humanos da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça tem por competência planejar, coordenar e acompanhar as atividades de administração, pagamento e desenvolvimento de recursos humanos, em conformidade com a legislação vigente e normas procedentes do órgão central coordenador do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC; formular proposta de implementação da política de recursos humanos para o Ministério da Justiça; orientar e coordenar a execução da política de recursos humanos e de assistência médico-social, observada a legislação pertinente; propiciar o suprimento das necessidades de recursos humanos do Ministério; garantir a aplicação da legislação de pessoal e demais normas emanadas dos órgãos competentes.

À luz do Decreto nº 4.939, de 29 de dezembro de 2003, incumbe, ainda, à Coordenação Geral de Recursos a gestão de pessoas da Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, ambas da Presidência da República.

Tem-se, então, que o público alvo da Coordenação Geral de Recursos Humanos são os dirigentes, servidores, colaboradores e estagiários do Ministério da Justiça, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, estas da Presidência da República, além de todo o Quadro de servidores aposentados e instituidores de pensões da extinta Fundação Centro Brasileira para a Infância e Adolescência – FCBIA.

A Coordenação Geral de Recursos Humanos tem a seguinte estrutura:

- a) Coordenação de Administração de Recursos Humanos – CARH à qual, dentre outras, compete:

I – coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades relacionadas com registros funcionais, lotação e movimentação, benefícios, classificação de cargos, aposentadorias e pensões, bem como prestar apoio técnico ao Coordenador-Geral em assuntos relacionados à administração de pessoal;

II – coordenar, acompanhar, controlar e orientar a aplicação da legislação de pessoal e demais normas emanadas dos órgãos competentes;

III – propor, coordenar, acompanhar e avaliar a otimização dos processos de trabalho, bem assim de elaborar normas e procedimentos relativos às atividades da Coordenação Geral em conjunto com o órgão setorial de modernização administrativa do Ministério da Justiça.

b) Coordenação de Pagamento – COPAG à qual, dentre outras, compete:

I – elaborar, executar e controlar as atividades e os mecanismos relacionados à folha de pagamento dos servidores ativos e aposentados e dos beneficiários de pensões, além de instruir e executar os processos relativos a pagamentos de exercícios anteriores, auxílios-funerais, ajudas de custo, ressarcimentos e outros;

II – organizar e manter atualizados os registros e fichas financeiras dos servidores e pensionistas, propondo o desenvolvimento e alterações no sistema de pessoal, quando necessárias, na sua área de atuação, bem assim zelando pela integridade e sigilo das bases de dados existentes na Coordenação;

III – elaborar proposta orçamentária, acompanhar a execução orçamentária e financeira e solicitar créditos adicionais, no âmbito da área de competência, além de acompanhar os recolhimentos financeiros diversos.

c) Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos à qual, dentre outras, compete:

I – propor, coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de desenvolvimento de recursos humanos, em consonância com a legislação vigente, levantando as necessidades de capacitação junto às unidades organizacionais do Ministério e preparando, para aprovação, o Plano Anual de Capacitação, à luz dos normativos aplicáveis;

II – propor, coordenar, acompanhar e avaliar projetos de intercâmbios com instituições especializadas nacionais e estrangeiras, públicas e/ou privadas, bem como programas e projetos de capacitação e desenvolvimento, em nível gerencial, técnico e operacional, juntamente com as unidades organizacionais do Ministério;

III – organizar, conforme orientações específicas, emanadas dos órgãos superiores, concursos públicos para o provimento de cargos efetivos;

IV – coordenar e controlar a programação, execução e avaliação das atividades de estágio;

V – coordenar, acompanhar e avaliar as atividades de promoção à saúde e assistência médica, odontológica, farmacêutica e psicossocial aos servidores e seus dependentes, assim como as relativas às perícias médicas e à medicina do trabalho, em conformidade com a legislação vigente;

VI – desenvolver ações e projetos preventivos visando a melhoria do ambiente de trabalho e da qualidade de vida dos servidores e seus dependentes.

Visando, então, a qualificação de todo o corpo técnico da Pasta, seja na busca da melhoria do campo cognitivo, incentivando-os sistematicamente a alcançar a formação acadêmica de nível superior, seja no que concerne ao aperfeiçoamento e o aprimoramento frente às competências institucionais, de forma a reduzir a distância existente entre as competências individuais apresentadas pelos nossos servidores e as competências, como dito, institucionais, a Coordenação Geral de Recursos Humanos operou, como será descrito a seguir, em várias frentes.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

A Coordenação Geral de Recursos Humanos, dentro da “**Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação**”, inovou o seu campo de atuação dando origem a uma série de oportunidades aos servidores e seus dependentes, por meio dos atos a seguir especificados.

Objetivando a que todos os servidores tivessem, efetivamente, concluídos os primeiro e segundo grau – ensinos médio e fundamental – foram firmadas parcerias com a Presidência da República e o Centro de Ensino Verde Oliva, este sito no Quartel do Exército Brasileiro, vindo a se formarem 241 (duzentos e quarenta e um) servidores. Hoje, o Ministério da Justiça tem apenas 01 (um) servidor não alfabetizado, este por opção própria.

Buscando, ainda, a melhoria da qualificação acadêmica de seus servidores, o Ministério da Justiça, devidamente, aprovado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, paga aos estudantes de nível superior uma “bolsa universitária”, correspondente a 50% (cinquenta por cento) das mensalidades escolares, incluindo a matrícula.

Também perseguindo a melhoria da qualificação acadêmica de seus servidores e dos seus respectivos dependentes, o Ministério da Justiça tem firmado Acordos de Cooperação, sem incidência de encargos financeiros, com creches e centros de ensino médio e fundamental privados, cursos de língua estrangeira, faculdades e universidades particulares que, neste momento, oferecem descontos razoáveis em suas mensalidades a servidores e dependentes. A contrapartida do Ministério da Justiça nesse campo é, quando possível, oferecer palestras sobre temas do seu âmbito de competência.

Já no que concerne à capacitação e o desenvolvimento dos recursos humanos, o Ministério da Justiça, de forma a reduzir a distância entre as competências individuais dos servidores e as competências institucionais, além das ações delineadas no seu Plano Anual de Capacitação e Desenvolvimento, realizou o mapeamento das competências individuais e institucionais e está, neste momento, re-avaliando-as de tal forma que se seguro aprofundar na alocação e na re-alocação do corpo funcional, diante do Mapa Estratégico recentemente aprovado para a Secretaria Executiva da Casa.

Dito isto e os números consignados nos Quadros a seguir comprovam que as ações de requalificação do pessoal foram intensamente executadas nos exercícios passados. O percentual apontado em 2008 será expressivamente crescente no início de 2009, porquanto cerca de 460 (quatrocentos e sessenta) Agentes Penitenciários Federais encerram o período de estágio probatório e hão de se habilitar aos eventos de capacitação e desenvolvimento.

No ano de 2007, a Coordenação Geral de Recursos Humanos buscou alcançar a quase totalidade dos servidores do quadro efetivo, no concerne à capacitação, de forma a que, no ano de 2008, estivessem sendo preparados os servidores que ingressaram na nova estrutura do Departamento Penitenciário Nacional eis que este Departamento deixou de tratar somente da Política Penitenciária Nacional e incorporou no rol de suas atribuições, também, a execução penal, administrando, hoje, 05 (cinco) unidades prisionais federais, 03 (três) em efetivo funcionamento.

Durante o exercício de 2008, a Coordenação Geral de Recursos Humanos, em atividades desenvolvidas pela Coordenação de Modernização e Administração, ambas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, atuaram na formatação da seleção e recrutamento de profissionais de nível superior, por meio do Processo Seletivo Simplificado, autorizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, cuja convocação, impulsionada no final daquele exercício, redundou na contratação 100 (cem) candidatos no início de janeiro de 2009, tudo na forma da Lei nº 8.745/1993.

2.3. Programas

2.3.1. Programa 0698 – Gestão da Política na área da Justiça

Tabela 2 – Dados gerais do programa

Tipo de programa (1)	Programa de Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da justiça
Objetivos Específicos	
Gerente do programa (2)	Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto
Gerente executivo (2)	Paulo Francisco Britto Garcia
Responsável pelo programa no âmbito da UJ(3)	Paulo Francisco Britto Garcia
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	Não há
Público-alvo (beneficiários)	Servidores Federais lotados no Ministério da Justiça/MJ

O referido programa não é da competência da CGRH, cabendo a esta Unidade apenas a **“Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação”**.

2.3.2. Principais Ações do Programa

O programa tem várias ações, porém a única que está a cargo da CGRH é a de Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação-(4572).

2.3.2.1. “Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação”.

Tabela 3 – Dados gerais da ação de Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Tipo	Ação Orçamentária
Finalidade	Promover a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento dos servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem pra capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Ministério da Justiça / MJ
Coordenador nacional da ação (1)	Edson Raimundo Machado
Unidades executoras (1)	Coordenação Geral de Recursos Humanos
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação de Desenvolvimento de Recursos Humanos da Coordenação Geral de Recursos Humanos.
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Não aplicável à natureza jurídica desta UG

A tabela a seguir pode ser utilizada em apoio à composição das informações sobre os resultados obtidos em cada ação:

Tabela 3 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	1.530.000,00	640, 190, 00	41,84
Física	823	365	44,35%

2.4. Desempenho Operacional

A Coordenação Geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça, em continuidade às ações de melhoria dos processos e procedimentos internos, dentre outros, alinhada às orientações normativas dos Tribunais e órgãos de controle interno e externo, principalmente, às do órgão central coordenador do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC, neste caso, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, adotou como meta para o exercício de 2008, a revisão de todos os atos de aposentadoria, re-apreciando, um a um, os processos e os atos concessórios.

De outra parte, não se afastando da melhoria da qualidade de vida dos nossos servidores e dos ambientes de trabalho, implantou um Calendário de Atividades de entretenimento, mediante a contratação, com dispensa de licitação, do SESI, desenvolvendo, assim, uma série de atividades, como por exemplo, dia das mães, dia dos pais, das crianças, festa julina, caminhada saudável, Natal, campanhas de arrecadação de alimentos e vestuários para as vítimas das chuvas no Sul do País, coleta de sangue e diversos outros.

No que se refere aos atos processuais, propriamente ditos, esta Coordenação Geral de Recursos Humanos, ao idealizar e implementar no âmbito da Coordenação de Pagamento, por exemplo, o Termo de Compromisso e Reconhecimento de Dívida, aumentou consideravelmente as reposições ao Erário, porquanto devidamente assinado pelo notificado, aquele documento se transforma em título executivo extrajudicial e, administrativamente, tem tido um peso bastante significativo no comprometimento da parte devedora frente o compromisso assumido.

Apenas para exemplificar, vejamos os dados:

a) no período de janeiro de 2006 a dezembro de 2008, os processos de devolução ao Erário assim se apresentaram:

i – processos quitados	
- descontos em folha	268
- descontos em folha – 3,17%	25
- descontos em folha – 28,86%	5
- descontos em folha – em outros órgãos	41
- pagos por meio de GRU	144
- não há valores a restituir	10
Total	493

ii – **processos com descontos em folha, em andamento, somam 46.**

iii – **processos com pendências, somam 58**

Em razão de mudarmos a metodologia de trabalho, diante do identificado no período de 2007, no que se refere aos processos de reversões de créditos em razão de falecimento, não informados ou informados a destempo, chegamos aos seguintes resultados:

- de um total de 594 (quinhentos e noventa e quatro) processos identificados em 2007, obtivemos:

i – 324 processos devidamente quitados

ii – 78 processos aguardavam pronunciamento das instituições financeiras

iii – 92 processos efetivamente estavam em tramitação

iv – 100 processos foram encaminhados ao Departamento de Polícia Federal

- já no período de 2008, dos 693 (seiscentos e noventa e três) processos apreciados, obtivemos:

i – 74 processos devidamente quitados

ii – 263 processos aguardando respostas das instituições financeiras

iii – 356 processos efetivamente em tramitação

iv – nenhum processo encaminhado ao Departamento de Polícia Federal

Focando a revisão dos atos de aposentadorias, no âmbito da Coordenação de Administração de Recursos Humanos, por exemplo, do total de 1.398 (mil trezentos e noventa e oito) atos, foram examinados, até 04 de dezembro de 2008, 1.313 (um mil, trezentos e treze) processos e atos de aposentação, sendo identificados 549 (quinhentos e quarenta e nove) atos em conformidade e 764 (setecentos e sessenta e quatro) atos com inconsistências desde interpretações equivocadas de normativos e outros. Há, no momento para apreciação, 85 (oitenta e cinco) processos e atos respectivos.

Daquele total de 1.313 (um mil trezentos e treze) processos e atos revisados, encontramos 1.300 (um mil e trezentos) atos de quintos, em conformidade; 713 (setecentos e treze) atos de anuênios, em conformidade; 1.245 (um mil duzentos e quarenta e cinco) vantagens, em conformidade; 1.030 (um mil e trinta) ocorrências no SIAPE, em conformidade; e 1.284 (um mil duzentos e oitenta e quatro) atos cadastrados no SISAC, em conformidade.

A mesma metodologia será adotada quando da revisão de todos os atos de pensões concedidas, cujos trabalhos serão impulsionados a partir do 2º semestre de 2009.

Desta forma, os mecanismos de controle cadastral em confrontação com os dados das respectivas fichas financeiras se aperfeiçoaram e os impactos negativos identificados serão sanados.

Com o crescimento da Secretaria Nacional de Segurança Pública, incorporando as atividades da Força Nacional, com a ampliação do Departamento Penitenciário Nacional, incluindo nessa unidade 462 (quatrocentos e sessenta e dois) Agentes Penitenciários Federais e o exercício das atividades de execução de penas, nos presídios federais, o volume de atos de gestão de pessoas praticamente triplicou, seja no pagamento de ajudas de custo, seja no pagamento de diárias e passagens, nos indenizatórios de auxílio alimentação, auxílio transporte e adicionais noturnos, seja no que se refere a todo um controle e fiscalização de folhas de pagamentos e outros, além da capacitação e desenvolvimento de toda essa massa de servidores.

No que concerne às suas improvisadas Assessorias Técnica e Jurídica, porquanto, repita-se, carece a Coordenação Geral de Recursos Humanos de uma urgente revisão dos atos de estrutura organizacional e regimental, o volume de feitos apreciados frente ao número de servidores e colaboradores é de expressiva preocupação.

2.4.1. Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	50.201,34	57.998,60	27.101,13
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	42.261,03	49.527,38	36.609,22
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS-apoio adm	231.126,00	769.077,85	1.003.834,99
3.1. Publicidade	0	0	0
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	0	0	0
3.3. Tecnologia da informação	0	0	0
3.4. Outras Terceirizações	0	0	0
3.5. Suprimento de fundos	0	0	0
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	Não aplica à natureza da UJ		
TOTAIS	323.588,37	876.603,83	1.067.545,34

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não aplicável à natureza jurídica desta UG.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro II.A.2 – Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no Siafi

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2006	-	-	-	-	2.046,67	-	-	*2.046,67
2007	657.985,71	-	-	657.985,71	388.320,68	378.110,68	-	**10.210,00
2008	39.626,01	-	-	39626,01	1.313.468,11	-	105.234,85	1.208.286,26
Total	697.611,72	-	-	697.611,72	1.703.835,46	378.110,68	105.234,85	1.220.489,93

* Saldo para pagamento do curso.

** Saldo para pagamento de cursos no valor total de R\$ 10.210,00.

Nota:

- Devem ser informados os valores constantes do Siafi;
- O quadro deve ser complementado por uma análise abordando:
 - as razões para a permanência de Restos a Pagar Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro;
 - discriminação de valores referentes a restos a pagar que permanecem no sistema sem que porventura sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Quadro II.A.3 – Transferências (convênios e outros tipos)

Tipo *	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº do processo e do termo, data assinatura, vigência etc)	Objeto da avença	Data de publicação ou no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contrapartida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
1	57	08007.001880/2006-87, 30/06/06, 30/06/06 à 30/06/11.	ASSITÊNCIA MÉDICA	30/06/2006	53.341.836,00	34.840.860,87	-	03.658.432.0001-82	
1	57	08007.007496/2007-79, 01/02/08, 01/02/08 à 31/12/08.	ESTÁGIO	07/02/2008	1.020.00,00	231.666,00	-	00.366.849.0001-83	

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza jurídica da UG

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à natureza jurídica da UG

8. Renúncia Tributária

Não aplicável à natureza jurídica da UG

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não aplicável à natureza jurídica da UG

10. Operações de Fundos

Não aplicável à natureza jurídica da UG

11. Despesas com cartão de crédito

Não aplicável à natureza jurídica da UG

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Processos de Controle Interno – SFC/CGU

RECOMENDAÇÕES ORIUNDAS DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO – CGU

DOCUMENTO (Nº do Relatório de Auditoria e Item)	Recomendações	Providências Adotadas
Ofício nº 4.997/DPPES/DP/SFC/CGU/PR, de 28.02.2008 e Ofício nº 5.062/DPPES/DP/SFC/CGU/PR, de 29.02.2008 - Auditoria SISAC.	Solicita apresentar à Equipe de Auditoria os processos de admissão, aposentadoria e pensão, cujos atos estejam na situação “Aguardando Parecer”, bem como aqueles atos diligenciados em trabalhos anteriores da DPPES ou provenientes de Decisões/Acórdãos do TCU.	Os processos foram apresentados à Equipe de Auditoria.
Solicitação de Auditoria nº 001/2008, de 12.03.2008.	Solicita justificar o motivo pelo qual os atos de concessão de aposentadoria mencionados não foram apresentados.	Respondido pelo Ofício nº 206/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 17.03.2008.
Ofício nº 9.429/DPPES/DP/SFC/CGU/PR, de 02.04.2008 – Resultado SISAC.	Encaminha Relatório de Auditoria SISAC que trata do resultado dos exames dos atos de concessões de aposentadorias e pensões, com as seguintes diligências: - anexar ao processo certidões de nascimento atualizadas das pensionistas Marli da Conceição Anselmo, Márcia da Conceição Anselmo, Francisca Suellem de P. Santos e Francisca Samanda de P. Santos. - esclarecer pagamento de 37% de adicional por tempo de serviço à Sonia Mª Lopes Vieira, sendo que o ex-servidor possuía apenas 35 anos de tempo de serviço. - emitir um ato de abono provisório para cada concessão de pensão (Jurema Coelho Rodrigues e Ivone Magalhães), bem como registrar no SISACNET um ato inicial e um de alteração.	Respondido pela Informação nº 12/CARH/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 05.03.2009.
Ofício nº 15.781/DPPES/DP/SFC/CGU/PR, de 21.05.2008 – Atribuições de Função.	Solicita informações quanto às atribuições do Cargo Comissionado denominado Assessor, exercido pela servidora citada.	Respondido pelo Ofício nº 529/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 09.06.2008.
Ofício nº 30.674/DPPES/DP/SFC/CGU-PR, de 25.09.2008.	Solicita encaminhar para análise os processos de aposentadoria e pensões registrados no sistema SISAC, constantes das relações anexas.	Respondido pelo Ofício nº 1060/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 06.10.2008.

DOCUMENTO (Nº do Relatório de Auditoria e Item)	Recomendações	Providências Adotadas
Ofício nº 36.437/DPPES/DP/SFC/CGU-PR, de 12.11.2008.	Reitera o Ofício nº 30.674/DPPES/DP/SFC/CGU-PR, que solicita processos de pensões.	Respondido pelo Ofício nº 1444/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 28.11.2008.
Diligência nº 01/2008/DPPES/SFC/CGU/PR/MA, de 17.10.2008 - Aposentadoria	Recomenda disponibilizar o ato 10000909-04-2008-000030-6, publicar a Portaria de Alteração de Fundamentação Legal de substituição da vantagem do art. 192 II pela do art. 62 e cadastrar ato de alteração do SISACNET.	Respondido pela Informação nº 111/CARH/CGRH, de 08.12.2008.
Ofício nº 38.016/DP/SFC/CGU-PR, de 24.11.2008.	Restitui processo 08007.001651/2008-24 para cumprimento de diligencia, recomendando alterar portaria de aposentadoria, justificar concessão de vantagem, informar valor correto a ser pago ao servidor.	Respondido pela informação nº 112/CARH/CGRH, de 08.12.2008.
Ofício nº 38.666/DPPCE/DP/SFC/CGU-PR, de 28.11.2008.	Encaminha despacho do MPOG que trata da impossibilidade do pagamento de pensão à filha maior solteira pelo Ministério da Justiça, cumulativamente com aposentadoria concedida inicialmente pelo Regime Geral de Previdência Social e solicita providências quanto ao benefício concedido, com atenção especial ao item referente ao ressarcimento ao erário dos valores recebidos indevidamente durante os últimos cinco anos.	Encaminhado ao Departamento de Polícia Federal pelo Memorando nº Ofício nº 1518/CGRH, de 09.12.2008
Relatório de Auditoria Consolidado nº 208690, da Auditoria de Gestão exercício 2007.	<p>- Item 2.3.1.2 Constatação: Pagamento a maior do auxílio-alimentação. Recomendação: Efetuar a implantação dos descontos em folha de pagamento dos servidores mencionados, bem como efetuar revisão nos pagamentos de auxílio-alimentação decorrentes de inclusão/desligamento de servidores ocorridos no exercício de 2007.</p> <p>- Item 2.3.1.3 Constatação: Cessão de servidores com vigência expirada, bem como atraso no reembolso pelos órgãos cessionários. Recomendação: a) observar o disposto no art. 2º do Decreto nº 4.050/2001 no que diz respeito ao prazo de vigência da cessão, solicitando a apresentação dos servidores se não for efetivada a prorrogação das respectivas cessões. b) Cumprir o disposto no art. 4º e respectivos parágrafos do referido Decreto, solicitando o retorno dos cedidos se o reembolso não for efetuado, bem como adotar medidas com vistas ao recebimento dos valores pendentes de pagamento.</p>	<p>Respondido pelo Memorando nº 423/2008-Gab.CGRH/SPOA/SE/MJ, de 31.07.2008.</p> <p>- Item 2.3.1.2: Três servidoras tiveram o desconto a título de reposição ao Erário incluídos na folha de pagamento de agosto/2008 e um servidor foi notificado de que o desconto será promovido em sua folha de pagamento de setembro/2008.</p> <p>- Item 2.3.1.3: a) servidores cedidos a Câmara Legislativa do DF pendem, apenas, do ato de competência da Secretaria de Recursos Humanos do MPOG sobre a prorrogação do prazo de cessão, porquanto no que diz respeito a este Ministério, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da</p>

DOCUMENTO (Nº do Relatório de Auditoria e Item)	Recomendações	Providências Adotadas
		<p>Justiça firmou Aviso autorizando a prorrogação em comento.</p> <p>b) No que concerne ao ressarcimento por parte do Governo do Estado do Amazonas, a situação foi regularizada consoante os meses outubro a dezembro de 2007 e janeiro a abril de 2008; com referencia ao ressarcimento por parte da Câmara Legislativa, os documentos inclusos demonstram a regularidade dos meses de outubro a dezembro de 2007. Relativo aos meses de janeiro a junho de 2008, o Of. 270/COOPAG expressa o empenho desta Unidade Administrativa em buscar o respectivo ressarcimento.</p>

13. Determinações e recomendações do TCU
Processos de controle externo – TCU

**DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EXARADAS PELO
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU**

DOCUMENTO (Ofício, Decisão, Acórdão e Item)	Determinações/Recomendações	Providências Tomadas
Ofício nº 875/2008 – TCU/SEFIP, de 07.03.2008, referente ao Processo TC-013.158/2007-0.	Referente ao Acórdão nº 2994/2007-TCU-1ª Câmara, solicitando disponibilizar no sistema SISAC as admissões e os desligamentos dos servidores mencionados.	Encaminhado ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal pelo Memorando nº 129, de 20.03.2008 e ao Departamento de Polícia Federal pelo Memorando nº 130, de 20.03.2008.
Ofício nº 927/2008 – TCU/SEFIP, de 12.03.2008, referente ao Processo TC-021.996/2007-0.	Cópia do Acórdão nº 579/2008-TCU-1ª Câmara, solicitando fazer cessar o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais, relativos a pensão civil.	Respondido pelo Ofício nº 257/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 02.04.2008.
Ofício nº 946/2008 – TCU/SEFIP, de 13.03.2008, referente ao Processo TC-019.976/2007-0.	Cópia do Acórdão nº 576/2008-TCU-1ª Câmara, solicitando providenciar encaminhamento de novos atos de aposentadoria, via SISAC, com a correção das falhas e omissões.	Respondido pelo Ofício nº 453/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 20.05.2008.
Controle nº 01522–TCU/SEFIP, de 03.04.2008, referente ao	Cópia do Acórdão nº 357/2008-TCU-1ª Câmara, solicitando excluir dos proventos do servidor	Respondido pelo Ofício nº 604/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 23.06.2008 e

DOCUMENTO (Ofício, Decisão, Acórdão e Item)	Determinações/Recomendações	Providências Tomadas
Processo TC-020.060/2007-3.	citado a vantagem do artigo 184, item II, da Lei nº 1.711/52.	0818/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 08.08.2008.
Controle nº 01813-TCU/SEFIP, de 17.04.2008, referente ao Processo TC-023.032/2007-2.	Cópia do Acórdão nº 989/2008-TCU-2ª Câmara, solicitando fazer cessar o pagamento decorrente dos atos considerados ilegais, relativos à pensão civil, dar ciência ao interessado sobre o efeito suspensivo e proporcionalização da vantagem em todos atos de concessão deferidos pelo órgão com proventos proporcionais.	Respondido pelo Ofício nº 441/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 16.05.2008.
Controle nº 01933-TCU/SEFIP, de 22.04.2008, referente ao Processo TC-013.107/2000-4.	Cópia do Acórdão nº 1149/2008-TCU-1ª Câmara, solicitando que faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, relativos à aposentadoria e dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado.	Respondido pelo Ofício nº 454/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 20.05.2008.
Controle nº 02273-TCU/SEFIP, de 16.05.2008, referente ao Processo TC-023.887/2007-4.	Cópia do Acórdão nº 1533/2008-TCU-1ª Câmara, solicitando que faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, relativos a pensão civil e dar ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados.	Respondido pelo Ofício nº 621/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 03.07.2008.
Diligência nº 00600/2008-TCU/SEFIP, de 30.05.2008, referente ao Processo TC-012.036/2008-1.	Referente ao Acórdão nº 1568/2008-TCU-1ª Câmara, solicitando certificar a adequação do fundamento legal utilizado nas concessões de aposentadoria.	Respondido pelo Ofício nº 634/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 04.07.2008.
Ofício nº 00627/2008 - TCU/SEFIP, de 02.06.2008, referente ao Processo TC-011.867/2008-7.	Solicita enviar copia da sentença judicial que determinou a incorporação do tempo de serviço do servidor citado.	Respondido pelo Ofício nº 519/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 06.06.2008.
Ofício nº 1641/2008 - TCU/SEFIP, de 05.06.2008, referente ao Processo TC-002.309/2008-7.	Cópia do Acórdão nº 1784/2007-TCU-1ª Câmara, solicitando que faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, relativos a acumulação de aposentadoria e dar ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados.	Respondido pelo Ofício nº 642/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 07/07/2008.
Controle nº 02804-TCU/SEFIP, de 05.06.2008, referente ao Processo TC-000.761/2008-0.	Cópia do Acórdão nº 1783/2008-TCU-1ª Câmara, solicitando que faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, relativos a aposentadoria e dar ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados.	Respondido pelo Ofício nº 620/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 03.07.08
Controle nº 02783-TCU/SEFIP, de 04.06.2008, referente ao Processo TC-008.273/2008-0.	Cópia do Acórdão nº 1602/2008-TCU-1ª Câmara, solicitando o encaminhamento de novo ato concessório por meio do sistema SISAC, devidamente corrigido.	Respondido pelo Ofício nº 613/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 30.06.2008.
Ofício nº 02694-TCU/SEFIP, de 02.06.2008, referente ao Processo TC-006.351/2008-9.	Cópia do Acórdão nº 1564/2008-TCU-1ª Câmara, solicitando medidas para se certificar sobre a regularidade da concessão de benefício, tendo em vista ausência de informação sobre a preexistência de invalidez na data do óbito do instituidor.	Respondido pelo Ofício nº 614/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 30.06.2008.

DOCUMENTO (Ofício, Decisão, Acórdão e Item)	Determinações/Recomendações	Providências Tomadas
Ofício nº 1733/2008 – TCU/SEFIP, de 13.06.2008, referente ao Processo TC-003.089/2008-6.	Cópia do Acórdão nº 1860/2008-TCU-1ª Câmara, solicitando que faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, relativos à pensão e dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado.	Respondido pelo Ofício nº 641/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 07.07.2008.
Diligência nº 0827/2008-TCU/SEFIP, de 04.07.2008, referente ao Processo TC-014.723/2008-0.	Solicita enviar: - copias de certidões de Ana Paula dos Santos, Otavio Augusto M. dos Santos, Jose Guilherme C. Fleger, Ravena Sousa Lima, Firmino Xavier de Sousa, Márcia Ferreira de Sousa, Ana Luiza F. de Sousa e RAiza Sousa Lima. - comprovantes de que residiam com os instituidores. - comprovantes de dependência econômica e - comprovantes da incapacidade de seus pais em prover-lhes o sustento.	- Respondido pelo Ofício nº 813-Gab/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 07.08.2008, encaminhando copias das certidões de nascimento de Ana Paula dos Santos e Otavio Augusto M. dos Santos, com documentos de tutoria, de Jose Guilherme C. Fleger, com certidão judicial de guarda e outros e de Ravena Sousa Lima, Firmino Xavier de Sousa, Márcia Ferreira de Sousa, Ana Luiza F. de Sousa e RAiza Sousa Lima com certidão judicial de guarda e outros. - Respondido pelo Ofício nº 1468-Gab/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 02.12.2008, complementando certidões de nascimento e de guarda de Jose Guilherme Fleger. - Respondido pelo Ofício nº 013-Gab/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 13.01.2009, encaminhando copia do termo de compromisso do tutor, comprovante de residência, documento esclarecendo a dependência econômica de Ana Paula dos Santos e Otavio Augusto Miranda dos Santos e que os mesmos residiam com o instituidor da pensão à época do falecimento; copia da certidão de nascimento atualizada, declaração de dependência econômica e de que Firmino Xavier de Sousa residia com o instituidor à época do seu falecimento; copia do termo de compromisso de guarda, sustento e responsabilidade, de declaração de que Ravena Sousa Lima e Raiza Sousa Lima residiam e dependiam economicamente do instituidor

DOCUMENTO (Ofício, Decisão, Acórdão e Item)	Determinações/Recomendações	Providências Tomadas
		<p>e de que a mãe não tinha condições financeiras para prover o sustento das filhas. Informa que tão logo consiga as informações referentes as ex-pensionistas Márcia Ferreira de Sousa e Ana Luiza Ferreira de Sousa, será providenciado a complementação do atendimento.</p> <p>Reiterada a solicitação de documentação a Marcia Ferreira de Sousa e Ana Luiza Ferreira de Sousa pelo Ofício 133/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 10.03.2009.</p>
<p>Diligência nº 0877/2008-TCU/SEFIP, de 14.07.2008, referente ao Processo TC-013.151/2008-8.</p>	<p>Solicita esclarecimentos sobre a preexistência de invalidez na data do óbito do instituidor, bem como copias dos laudos médicos.</p>	<p>Respondido pelo Ofício nº 817/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 08.09.2008.</p>
<p>Diligência nº 0957/2008-TCU/SEFIP, de 23.07.2008, referente ao Processo TC-017.764/2008-7. Reiteração – Ofício nº 04632-TCU/SEFIP, de 08.09.2008.</p>	<p>Solicita enviar copias de certidões e comprovantes referentes a pensões.</p>	<p>Respondido pelo Ofício nº 804/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 05.08.2008. Reiteração respondida pelo Ofício nº 993/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 12.09.2008.</p>
<p>Ofício nº 2001/2008 – TCU/SEFIP, de 23.07.2008, referente ao Processo TC-011.171/2007-3. Ofício nº 2271/2008 – TCU/SEFIP, de 12.09.2008 (concedendo prazo) Ofício nº 08167-TCU/SEFIP, de 06.01.2009 (reiteração)</p>	<p>Cópia do Acórdão nº 2267/2008-TCU-1ª Câmara, solicitando que faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, relativos à aposentadoria e dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado.</p>	<p>Respondido pelo Ofício nº 852/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 19.08.2008, solicitando prazo adicional. Encaminhado Ofício nº 853/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 19.08.2008, ao servidor. Reiterado o Ofício encaminhado ao servidor pelo Ofício 134/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 10.03.2009. O Coordenador marcará reunião com o Secretário de Fiscalização de Pessoal em razão do silêncio da parte notificada, frente a idade avançada do acionado.</p>
<p>Controle nº 04395–TCU/SEFIP, de 25.08.2008, referente ao Processo TC-009.322/2008-0.</p>	<p>Cópia do Acórdão nº 2615/2008-TCU-1ª Câmara, solicitando o encaminhamento de novos atos de aposentadoria, devidamente corrigidos e observação do preenchimento do formulário de concessão no sistema SISAC.</p>	<p>Respondido pelo Ofício nº 1038/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 25.09.2008.</p>
<p>Ofício nº 2075/2008 –</p>		

DOCUMENTO (Ofício, Decisão, Acórdão e Item)	Determinações/Recomendações	Providências Tomadas
TCU/SEFIP, de 04.08.2008, referente ao Processo TC-013.107/2000-4.	Cópia do Acórdão nº 2333/2008-TCU-1ª Câmara, referente à aposentadoria considerada ilegal.	Respondido pelo Ofício nº 870/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 21.08.2008.
Ofício nº 2670/2008 – TCU/SEFIP, de 30.10.2008, referente ao Processo TC-022.622/2008-2.	Cópia do Acórdão nº 3547/2008-TCU-1ª Câmara, solicitando que faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, relativos à aposentadoria e dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado.	Respondido pelo Ofício nº 1445/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 28.11.2008.
Ofício nº 2448/2008 – TCU/SEFIP, de 13.10.2008, referente ao Processo TC-015.065/2008-7.	Cópia do Acórdão nº 3297/2008-TCU-1ª Câmara, solicitando que faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, relativos à pensão e dar ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado.	Respondido pelo Ofício nº 1275/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 31.10.2008.
Diligência nº 1475/2008 – TCU/SEFIP, de 26.11.2008, referente ao Processo TC-012.800/2007-4.	Solicita esclarecimentos sobre viúvas e companheiras de ex servidores, justificar deferimento de pensão e justificar inclusão da GDATA sem a devida proporcionalização em pensão.	Respondido pelo Ofício nº 1549/Gab-CGRH/SPOA/SE/MJ, de 12.12.2008.
Controle nº 06892–TCU/SEFIP, de 24.11.2008, referente ao Processo TC-021.106/2008-7.	Cópia do Acórdão nº 4502/2008-TCU-1ª Câmara, solicitando providenciar encaminhamento de novo ato de pensão civil, via SISAC, devidamente corrigido.	Respondido pelo Ofício nº 1574/CGRH/SPOA/SE/MJ, de 19.12.2008.
Ofício nº 3077/2008–TCU/SEFIP, de 10.12.2008, referente ao Processo TC-020.794/2008-8.	Cópia do Acórdão nº 5218/2008-TCU-1ª Câmara, solicitando providenciar encaminhamento de novo ato de pensão civil, via SISAC, devidamente corrigido.	Respondido pelo Ofício nº 008/Gab-CGRH/SPOA/SE/MJ, de 08.01.2009.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	1(DEPEN)	9(DEPEN)
Desligamento	21 (DEPEN) + (CGRH)	17(DEPEN) + 3(CGRH)
Aposentadoria	3 (CGRH) = 2 (CGL) =1(SEDE)	51
Pensão	41	88

* Somaram-se a estes Atos os quantitativos relativos ao DEPEN, CGL/SPOA, e SDE.

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não houve ocorrência no período.

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	78	2.691.724,66	79	3.273.850,65	92	3.622.159,20
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	0		0		0	
Total Pessoal Próprio	78	2.691.724,66	79	3.273.850,65	92	3.622.159,20

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa *	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	0	2.947,60	1	20.040,48	2	69.234,63

* O

quantitativo é posição de 31.12.2006 e o gasto é anual, de forma que, embora o servidor, tenha sido exonerado anteriormente, gerou despesa.

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	0	0	0	0	0	0

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância /Limpeza	0		0		0	
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	30	231.126,00	32	769.077,85	35	1.003.834,99
Pessoal Terceirizado Outrasatividades	0		0		0	
Estagiários	26	151.200,00	19	107.520,00	30	179.760,00
Total Pessoal Terc + Estag	56	382.326,00	51	876.597,85	65	1.183.594,99

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa **	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	0		0		0	
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	3*	14.569,92	3*	28.553,39	3	28.943,13
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	3	14.569,92	3	28.553,39	3	28.943,13

*Incluída

uma servidora em Exercício Provisório.

**1 (um) servidor entrou em exercício no final do ano de 2006.

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	131	4.119.997,27	146*	4.671.979,75	145*	4.738.243,61
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	5	175.248,92	4	163.389,34	4	138.219,26
Total Pessoal cedido pela Unidade	136	4.295.246,19	150	4.835.369,09	149	4.876.462,87

* 2007:

Incluídos os 25(vinte e cinco) servidores cedidos formalmente à Secretaria Especial dos Direitos Humanos /PR (SEDH,UPAG: 1092) e 01(um) cedido à Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial /PR (SEPPIR,UPAG: 1093) em razão da sistemática do SIAPE.

*2008: Incluídos os 26 (vinte e seis) servidores cedidos formalmente à Secretaria Especial dos Direitos Humanos /PR (SEDH, upag: 1092), e 01(UM) CEDIDO À Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial /PR (SEPPIR, UPAG: 1093) em razão da sistemática do SIAPE.

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	83	3.166.566,81
Pessoal envolvido em ações de suporte da	14	553.770,15

unidade		
Total Geral	97	3.720.336,96

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Não houve ocorrência no período.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Não houve ocorrência no período.

COORDENAÇÃO GERAL DE LOGÍSTICA (CGL)

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Coordenação-Geral de Logística (CGL)	
CNPJ	00.394.494/0013-70	
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta e do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Anexo II, Sala 200, CEP: 70064-900 Brasília, DF – Telefone: (61) 3429-3223	
Endereço da página institucional na Internet	http://www.mj.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Estrutura regimental: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, publicado no DOU nº 52, de 16 de março de 2007 Regimento interno: Portaria nº 572, de 12 de maio de 2006, Publicada no DOU nº 91, de 15 de maio de 2006	
Código da UJ titular do relatório	30000	
Códigos das UJ abrangidas	Não se aplica	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Administrativa	
Tipo de atividade	Logística	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	CGL	200005

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

A Coordenação-Geral de Logística tem como principal função o atendimento às demandas das unidades do Ministério da Justiça, provendo-as de infra-estrutura para realizarem suas atribuições regimentais.

Em maio de 2008 foi iniciado o Planejamento Estratégico da Secretaria Executiva, e nesse planejamento a CGL se insere em todos os objetivos estratégicos, como coadjuvante em vários objetivos, e como ator principal em outros tantos, especialmente aqueles vinculados a processos internos, pessoas e tecnologia.

Para 2009, com o objetivo de integrar ações de melhoria da CGL, algumas metas foram estabelecidas e já estão em andamento, com maior ou menor percentual de desenvolvimento.

A principal meta, que é inclusive um dos objetivos estratégicos do Planejamento da SE, é “racionalizar e tornar ágil o processo de contratação”. Para isso, está sendo feito diagnóstico das áreas de licitação e contratos, com a finalidade de identificar pontos de retenção dos processos, fragilidades e eventuais necessidades de redesenho de fluxos de serviços. Esse diagnóstico faz parte de outro objetivo estratégico da SE, que é “mapear e sistematizar processos e procedimentos internos de trabalho”, e já permitiu identificar necessidade de redesenho de alguns fluxos nos processos de contratação, o que já está sendo feito.

Ainda dentro do objetivo de racionalizar o processo de contratação, foi desenvolvido um manual destinado aos fiscais de contrato, com a finalidade de fornecer aos fiscais de todos os contratos do MJ as noções necessárias ao bom desempenho da atribuição de fiscalizar, uma vez que se identificou que muitos contratos, embora celebrados com todos os cuidados, às vezes tinham seu andamento prejudicado por falhas na fiscalização. A partir de agora cada fiscal, ao ser designado para o mister, receberá seu manual de formação básica. Ainda em 2009, será oferecido a esses fiscais treinamento específico que pretende aprofundar temas tratados no manual, como forma de formar multiplicadores de conhecimentos do tema no MJ. Em algumas áreas da CGL, como nos serviços de patrimônio e de suprimentos, estão sendo modificadas as rotinas de recebimento de bens e materiais, de forma que seja verificada com maior rigor a qualidade dos itens recebidos, inclusive com amostragem aumentada naqueles que costumam apresentar mais problemas, como por exemplo canetas e outros materiais que tem prazo de validade.

Com o mesmo objetivo anterior, está sendo formatado treinamento para todos os integrantes das equipes de licitação e contratos que permita a capacitação intensiva e com a profundidade necessária nos temas afetos ao assunto. Essa capacitação será precedida de diagnóstico específico da situação vigente nas equipes, prevê o treinamento teórico e em serviço, e como fecho a simplificação de procedimentos e a criação de instruções específicas para as áreas de licitações e contratos do MJ.

Está em andamento e tem ações previstas para 2009 o Programa de racionalização de gastos, em parceria com o MPOG, que objetiva a economia de energia elétrica, água, gastos de telefonia fixa e móvel, limpeza, vigilância, transportes, entre outros.

Também em 2009 será reinaugurado o restaurante do Ministério, fechado desde julho de 2008 em razão da baixa qualidade e sanidade das refeições oferecidas pelo concessionário então contratado. Já foi celebrado acordo de cooperação entre o MJ e o SENAC, que inaugurará em julho próximo um restaurante-escola, sem fins lucrativos, nos moldes daqueles que a Instituição já conduz em outros lugares, como o da Câmara dos Deputados em Brasília.

Finalmente, é importante lembrar que a CGL tem como metas permanentes a gestão responsável dos recursos materiais e financeiros, bem como o suprimento de soluções de infra estrutura para o perfeito funcionamento do Ministério da Justiça.

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

Na qualidade de área meio, a principal função da Coordenação-Geral de Logística é atender às demandas das unidades do Ministério da Justiça, provendo-as de estrutura institucional para realizar as suas atribuições regimentais bem como executar políticas públicas e programas de governo. Nesse sentido, o número de Contratos firmados e fiscalizados pela CGL, bem como o orçamento executado, são reflexos das necessidades do Ministério como um todo. A CGL diferencia-se das demais áreas meios justamente por seu papel de “provedora” de recursos (materiais, financeiros e logísticos).

À Coordenação-Geral de Logística compete:

I – planejar, coordenar, implementar, acompanhar, supervisionar, orientar e controlar as atividades de apoio logístico incluindo as de administração de material, patrimônio, serviços gerais, obras e aquelas referentes à execução orçamentária e financeira, bem como atividades relacionadas a contratos administrativos e procedimentos licitatórios, observadas as normas emanadas do Órgão Central do Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG; e

II – propor normas de serviço dentro de sua área de competência.

A estrutura da CGL é composta pelas seguintes Coordenações, Divisões e Núcleos e Serviços:

- Núcleo de Apoio Administrativo – NUAD
- Coordenação de Procedimentos Licitatórios – COPLI
- Coordenação de Contratos, Execução Orçamentária e Financeira – COEFIN
- Divisão de Contratos – DICON
- Serviço de Contratos – SECON
- Divisão de Execução Orçamentária e Financeira – DIOF
- Coordenação de Suprimento e Serviços Gerais – COSEG
- Divisão de Material e Patrimônio – DIMAP
- Serviço de Compras e Cadastro – SECOM
- Serviço de Almoxarifado – SEAL
- Serviço de Patrimônio – SEPAT
- Divisão de Serviços Gerais – DISEG
- Núcleo de Engenharia – NE
- Núcleo de Transportes – NUTRANS
- Núcleo de Telecomunicações – NUTEL
- Núcleo de Apoio a Segurança Institucional – NUASI

A CGL configura-se como unidade de suporte administrativo, sem execução direta de políticas públicas, ou seja, a sua participação consubstancia-se de maneira mediata, ao intermediar a execução das ações finalísticas dos órgãos com a prestação de serviços administrativos, realização de procedimentos licitatórios, execução financeira e orçamentária de créditos descentralizados, administração de registro patrimonial, além da gestão das unidades edifícios centrais, bens, materiais e serviços de suporte institucional.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

A CGL buscou ao longo do exercício desenvolver os trabalhos com ênfase nos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade, de acordo com as limitadas disponibilidades orçamentárias e financeiras, mas tentando oferecer aos dirigentes e servidores do Ministério da Justiça as condições essenciais para a realização de seus trabalhos.

Compete adicionalmente à unidade arcar com as atividades de logística de outros órgãos de estrutura ministerial, como a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e da Secretaria Especial de Políticas de

Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), vinculadas à Presidência da República, bem como do Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN), da estrutura do Ministério das Cidades. Vale observar que em 2008 ocorreu o incremento das demandas decorrentes da implementação e expansão das ações finalísticas dessas unidades com o intuito de dar cumprimento às metas de Governo, bem como atender aos anseios da sociedade.

Durante o exercício de 2008 algumas particularidades foram inseridas às rotinas da Coordenação-Geral de Logística. Dentre as principais destacam-se:

- instituição do Cartão de Pagamento do Governo Federal, a partir de fevereiro/2008);
- utilização do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens para formalização de viagens internacionais, a partir de julho/2008;
- aumento no quantitativo de dispensas de licitação, em razão da falta de contratos vigentes no início do ano em decorrência da constante mudança na administração ocorrida de 2007 para 2008;
- contratações e aquisições emergenciais para atender o Estado de Santa Catarina devido às enchentes ocorridas em Dezembro/2008;
- aumento considerável nas demandas de realização de eventos, havendo necessidade inclusive de deslocamentos de prestadores de serviço;
- atendimento às demandas oriundas do PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania;

2.3. Programas

A Coordenação-Geral de Logística executa o Programa de Apoio Administrativo que objetiva atender as necessidades básicas para melhor desempenho das unidades demandantes, dinamizando a atividade logística do Ministério da Justiça. Cabe ressaltar que estas despesas são aquelas não incluídas em outros programas desenvolvidos a nível Ministerial.

2.3.1. Programa 0750 – Administração de Serviços Essenciais

Tabela 2 – Dados gerais do programa

Tipo de programa (1)	Programa de Apoio Administrativo
Objetivo geral	Agregar as despesas de natureza administrativa que não estão incluídas em outros programas ou ações finalísticas
Gerente do programa (2)	Não se aplica
Gerente executivo (2)	Não se aplica
Responsável pelo programa no âmbito da UJ(3)	Alenon de Loyola Fleury Júnior
Público-alvo (beneficiários)	Ministério da Justiça

2.3.2. Principais Ações do Programa

Através de uma atividade padronizada, a Coordenação-Geral de Logística procura agregar as despesas de natureza administrativa, dando-lhes a devida orientação de acordo com a necessidade pertinente a cada caso. Reforça-se que essas despesas somente são processadas nesta ação quando não puderem ser apropriadas em ações ou programas finalísticos. Compreendem-se nessas despesas os serviços administrativos.

Tabela 3 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação de programas ou ações finalísticas.
Descrição	Agregar as despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas abrangem os serviços administrativos; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; sistemas de informações gerenciais internos; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria-Executiva

Tipo	Atividade
Unidades executoras	CGL
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CGL
Coordenador nacional da ação	Não se aplica
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	Alenon de Loyola Fleury Júnior

2.4. Desempenho Operacional

Em 2008 deu-se continuidade ao atendimento às diversas unidades administrativas deste Ministério, bem como àquelas amparadas pelo Decreto nº 4.939/2003.

Dentre as inúmeras atividades desempenhadas pela CGL, destacam-se as aquisições por licitação, dispensas e inexigibilidades, a celebração de contratos e termos aditivos, execução orçamentária e financeira e realização de obras e reformas. Esses são os indicadores do desempenho da CGL ao longo do exercício de 2008.

Constata-se que durante o exercício foram realizadas **204** dispensas de licitação e **46** inexigibilidades. Como explicado anteriormente, este número sofreu um significativo aumento devido às constantes mudanças na administração no fim do ano de 2007 e início de 2008. Para o exercício de 2009, é meta desta Coordenação-Geral reduzir as contratações por meio desses procedimentos, utilizando-se das ferramentas de planejamento para as ações da CGL, com vistas ao atendimento das demandas das diversas unidades.

Ainda em 2008 a modalidade de aquisição por Pregão Eletrônico com Registro de Preços foi bastante utilizada, visando assim celeridade na contratação, resultados satisfatórios e alcance das metas traçadas.

2.4.1 - Evolução de gastos gerais

1. PASSAGENS	R\$ 19.674,87	R\$ 7.493,14	R\$ 21.949,13
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGEM	R\$ 16.983,27	R\$ 4.099,75	R\$ 7.986,46
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade	R\$ 12.252.200,75	R\$ 26.397.092,52	R\$ 34.723.078,65
3.1. Vigilância	R\$ 2.672.533,44	R\$ 2.788.363,22	R\$ 2.761.583,90
3.2. Limpeza e Conservação	R\$ 1.654.785,73	R\$ 1.380.948,00	R\$ 1.416.766,26
3.3. Copeiragem	R\$ 1.257.856,60	R\$ 1.374.254,95	R\$ 1.426.766,26
3.4. Jardinagem	R\$ 103.572,87	R\$ 9.313,87	R\$ 89.872,53
3.5. Apoio Administrativo	R\$ 1.150.851,19	R\$ 4.283.617,94	R\$ 4.864.303,59
3.6. Suprimento de fundos	R\$ 9.306,21	R\$ 11.797,88	R\$ 4.554,74
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO			R\$ 18.379,50
TOTAIS	R\$ 19.137.764,93	R\$ 36.256.981,27	R\$ 45.335.241,02

a) Comparativo de licitações realizadas

Verifica-se que a Coordenação-Geral de Logística teve um decréscimo de 27,87% na demanda de licitações no exercício de 2008 em comparação com o exercício de 2007. Isto ocorreu em razão do término das atividades relacionadas à realização dos Jogos Panamericanos de 2007. Houve ainda um considerável aumento na modalidade dispensa. Em contrapartida, na modalidade inexigibilidade houve redução de 48,9%. Na modalidade pregão eletrônico o decréscimo foi de 60% e na modalidade registro de preços foi de 79,24%.

COMPARATIVO DE LICITAÇÕES REALIZADAS

2006 X 2007 X 2008

Nº	MODALIDADE	2006 (Qtde)	2007 (Qtde)	2008 (Qtde)
1	CONCORRÊNCIA	0	2	0
2	TOMADA DE PREÇOS	3	4	0
3	CONVITE	0	1	0
4	DISPENSA	127	132	204
5	INEXIGIBILIDADE	9	90	46
6	PREGÃO ELETRÔNICO	23	115	46
7	PREGÃO PRESENCIAL	15	21	1
8	ANULADA	2	4	8
9	REGISTRO DE PREÇOS	16	53	11
10	SUSPENSA	1	2	1
11	REVOGADA	3	2	1
12	ADESÕES A REGISTROS DE PREÇOS	0	87	42
13	DESERTAS	0	0	3
14	ARQUIVADAS	0	0	1
15	NÃO FINALIZADAS	0	0	6
TOTAL DE LICITAÇÕES		199	513	370

b) Contratos celebrados no exercício 2008

Foram celebrados neste exercício 176 novos contratos de diversos objetos, conforme discriminação a seguir:

Tipo	Contrato nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
Contrato	001	2003	JUIZ DE FORA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA.	Prestação de serviços de copeiragem com fornecimento de materiais.	26/3/2003	25/3/2009
Contrato	002	2003	POLITEC TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S.A.	Prestação de serviços de tecnologia da informação, tais como: consultoria, desenvolvimento, manutenção, implantação, suporte e operação de sistemas, rede corporativa e teleprocessamento.	1/4/2003	29/3/2009
Contrato	008	2004	LINK-DATA INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA	Prestação de serviços de manutenção do Sistema Automation System of Inventory - A.S.I, composto pelos módulos de Patrimônio, Almoxarifado e Compras, instalado no Ministério da Justiça	13/4/2004	12/4/2009
Contrato	030	2004	CEB DISTRIBUIÇÃO S/A	Fornecimento de energia elétrica para o Edifício Sede e Anexos do Ministério da Justiça	1/10/2004	28/9/2009
Contrato	047	2004	PRINTER PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS LTDA	Locação de imóvel para instalação do Arquivo Central do Ministério da Justiça	2/1/2005	29/12/2009
Contrato	014	2005	ENGEREDE ENGENHARIA E REPRESENTAÇÕES LTDA	Manutenção predial.	14/2/2005	13/2/2010
Contrato	047	2005	TRUE ACCESS CONSULTING LTDA	Aquisição de licenças de uso de um conjunto integrado de software de defesa, denominado Antivírus.	23/3/2005	23/3/2009
Contrato	064	2005	BANCO DO BRASIL S/A	Cessão de uso gratuito da área situada no Térreo do Ed. Anexo II medindo 174,14 M².	3/5/2005	3/5/2010
Contrato	089	2005	BANCO ITAÚ S/A	Cessão de uso oneroso da área situada no Térreo do Ed. Anexo II medindo 100m².	11/7/2005	10/7/2009
Contrato	099	2005	INFORME - RRN COMUNICAÇÃO MARKETING SS LTDA	Prestação de serviços de consultoria análise, planejamento e assessoria de comunicação.	2/8/2005	31/7/2009
Contrato	105	2005	POLI ENGENHARIA LTDA.	Manutenção do ar condicionado central	21/9/2005	20/9/2009

Tipo	Contrato nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
Contrato	106	2005	HIDROSERVICE INDÚSTRIA E SERVIÇOS LTDA.	Prestação de serviços de tratamento químico preventivo da água de refrigeração utilizada no sistema central.	21/9/2005	20/9/2009
Contrato	111	2005	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES - EMBRATEL	Prestação de serviços de comunicação de dados através de comutação de pacotes, com CVP's – Circuitos Virtuais Permanentes, através de ATM e Frame Relay - INFOSEG	11/9/2005	11/11/2009
Contrato	120	2005	ELEVADORES ATLAS SCHINDLER	Prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva nos elevadores do Ministério da Justiça.	17/11/2005	15/11/2009
Contrato	129	2005	DM9DDB PUBLICIDADE LTDA	Prestação de serviços de publicidade compreendidos: estudo, concepção, execução e distribuição de campanhas e peças publicitárias; desenvolvimento e execução de ações promocionais e à elaboração de marcas, de expressões de propaganda, de logotipos e de outros elementos de comunicação visual.	2/12/2005	30/11/2009
Contrato	130	2005	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CAESB	Fornecimento de água e tratamento de esgoto produzido nas dependências do Ministério da Justiça.	20/12/2005	19/12/2009
Contrato	138	2005	AGROGENÉTICA LABORATÓRIO DE ANÁLISE GENÉTICAS LTDA	Desenvolvimento de análises moleculares quantitativas e qualitativas em alimentos que supostamente contenham organismos geneticamente modificados.	29/12/2008	28/12/2009
Contrato	045	2006	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES - EMBRATEL	Prestação de serviços de comunicação multi-serviço, por intermédio de uma solução integrada de comunicação que viabilize a troca de dados, voz e imagem, de forma segura, gerenciável e com qualidade de serviço, para a Infovia da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública – INFOVIA MJ.	30/1/2006	29/1/2010
Contrato	047	2006	BRASIL TELECOM S/A	Prestação de serviços de telefone fixo comutado - STFC, de longa distância, nacional, abrangendo: Área Intra-Regional, compreendendo a região I e III.	1/2/2006	31/3/2009
Contrato	048	2006	BRASIL TELECOM S/A	Prestação de serviço de telefone fixo comutado - STFC, de longa distância nacional, abrangendo: Área Intra-Regional, compreendendo a Região II.	1/2/2006	31/3/2009
Contrato	049	2006	BRASIL TELECOM S/A	Prestação de serviço telefônico móvel pessoal de longa distância.	1/2/2006	28/1/2010
Contrato	073	2006	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT	Prestação de serviços continuados de postais e telemáticos, adicionais nas modalidades nacional e internacional, carga de máquina e franquear, bem como serviços de mala oficial e venda de produtos postais conforme o anexo I do presente Contrato.	1/4/2006	31/3/2009
Contrato	094	2006	MICROLOG INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA	Aquisição de 3 (três) Servidores de Rede de Pequeno Porte referente ao item 01 e 05 (cinco) Servidores de Rede de Médio Porte do item 2	24/7/2006	23/7/2009
Contrato	096	2006	ITAUTEC S/A	Aquisição de estações de trabalho do tipo desktop.	7/8/2006	6/8/2010
Contrato	108	2006	CONSTRUTORA LDN LTDA	Prestação de serviços de impermeabilização na laje do estacionamento Norte e caixas de escada de emergência do Ed. Anexo II.	10/8/2006	9/8/2011
Contrato	115	2006	FORTESUL - SERVIÇOS, CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA	Prestação de serviços de recepção, apoio administrativo, atividades de suporte operacional e técnico especializado, para atender a demanda do Ministério da Justiça.	24/8/2006	23/8/2009
Contrato	116	2006	HEWLETT PACKARD BRASIL LTDA	Aquisição de notebooks.	4/9/2006	3/9/2009
Contrato	126	2006	GIROFLEX S/A	Aquisição e instalação de poltronas.	18/9/2006	17/9/2011
Contrato	190	2006	RADIOBRÁS - EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S.A	Prestação de serviços de publicidade legal.	8/12/2006	17/12/2009
Contrato	001	2007	SERVEGEL - APOIO ADMINISTRATIVO E SUPORTE OPERACIONAL LTDA	Prestação de serviços de limpeza e conservação, com o fornecimento de material e equipamentos, nos Edifícios Sede e Anexos I e II, nas dependências onde funcionam o Arquivo Central e no Departamento de Recuperação de Ativos, todos do Ministério da Justiça em Brasília-DF.	2/1/2007	1/1/2010
Contrato	002	2007	BOEING TURISMO	Prestação de serviços de fornecimento de	2/1/2007	1/1/2010

Tipo	Contrato nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
			LTDA	passagens aéreas e terrestres, nacionais e internacionais e operacionalização de reservas, marcação/remarcação de bilhetes para atender o Ministério da Justiça e suas Unidades, bem como qualquer tarefa associada a esses procedimentos.		
Contrato	065	2007	ASA TRANSPORTE LTDA	Prestação de Serviços de transporte rodoviário interestadual e local, por meio da unidade de cotação M ³ /Km, de mobiliário, bagagem e bens pessoais de servidores transferidos e de seus dependentes, bem como de mobiliário em geral, cargas, documentos e demais objetos de propriedade ou de interesse do MJ em todo território nacional.	27/3/2007	26/3/2009
Contrato	066	2007	COSMOPOLITAN TRANSPORTE LTDA	Prestação de Serviços de transporte rodoviário interestadual e local, por meio da unidade de cotação Kg/Km, de mobiliário, bagagem e bens pessoais de servidores transferidos e de seus dependentes, bem como de mobiliário em geral, cargas, documentos e demais objetos de propriedade ou de interesse do MJ em todo território nacional.	27/3/2007	26/3/2009
Contrato	070	2007	CEB DISTRIBUIÇÃO S/A	Fornecimento de energia elétrica para o arquivo central.	30/3/2007	29/3/2009
Contrato	075	2007	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO DISTRITO FEDERAL - CAESB	Fornecimento de água Potável para o arquivo central	16/4/2007	15/4/2009
Contrato	076	2007	HORA H TREINAMENTO E INFORMÁTICA LTDA	Prestação de serviços de impressão, por meio digital e/ou cópias de documentos (fotocópias monocromáticas e policromáticas), com fornecimento de todos os equipamentos em conexão com a rede do órgão, mão-de-obra, plastificações, encadernações, e refilamento, bem como a disponibilização de copiadoras/impressoras digitais e fornecimento de todos os insumos necessários à execução dos serviços exceto papel e transparência.	15/5/2007	14/5/2009
Contrato	077	2007	CEB DISTRIBUIÇÃO S/A	Fornecimento de energia elétrica para o DRCl.	23/4/2007	22/4/2009
Contrato	105	2007	TECHBIZ INFORMÁTICA LTDA	Aquisição de licença de uso de software de ferramenta de análise pericial módulo individual e corporativo, incluindo a instalação, configuração, serviços de suporte técnico e atualização de versões.	25/5/2007	24/5/2010
Contrato	119	2007	TERMSUL ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA.	Fornecimento e instalação de resfriador de líquido e tanques de termo-acumulação da central de ar condicionado do Palácio da Justiça.	5/6/2007	7/7/2009
Contrato	151	2007	MMC AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA	Registro de preços de 13 (treze) veículos automotores, tipo caminhonete cabine dupla com tração 4x4, da marca Mitsubishi, modelo L200 GL	14/6/2007	13/6/2010
Contrato	152	2007	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA	Aquisição de 15 veículos.	25/6/2007	23/6/2010
Contrato	153	2007	MMC AUTOMOTORES DO BRASIL LTDA	Aquisição de 10 veículos L200 GL.	25/6/2007	22/6/2010
Contrato	159	2007	GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA	Aquisição de veículos	25/6/2007	25/6/2010
Contrato	190	2007	DTCOM DIRECT TO COMPANY S/A	Prestação dos seguintes serviços técnico: Implantação e Operacionalização de Plataforma Tecnológica de Ensino à Distância contemplando Transmissão e Veiculação de Conteúdos Educacionais, Comunicação e Informações Institucionais relacionados à Segurança Pública, através de sistemas integrados de TV digital interativa, vídeo conferência multiponto, gestão escolar e aprendizagem via web.	29/6/2007	31/12/2009
Contrato	209	2007	RENAULT DO BRASIL S/A	Aquisição através de registro de preços de 10 (dez) veículos policiais, para patrulhamento das rodovias e estradas federais e ações de segurança pública	25/5/2007	8/7/2010
Contrato	258	2007	CEB DISTRIBUIÇÃO S/A	Fornecimento de energia elétrica ao prédio localizado na, QNG 33/35, área especial, Taguatinga Norte – DF, para fins de utilização da Força Nacional de Segurança Pública – FNSP, em conformidade	25/7/2007	24/7/2009

Tipo	Contrato nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
				com a Resolução nº 456, de 29 de novembro de 2000, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.		
Contrato	260	2007	LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LTDA.	Fornecimento de 387 microcomputadores e 404 monitores policromáticos LCD de 17".	26/7/2007	25/7/2011
Contrato	278	2007	EVOLUÇÃO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA	Manutenção evolutiva do Sistema de Acompanhamento Legislativo da SAL e Assessoria Parlamentar - ASPAR.	10/8/2007	10/8/2009
Contrato	285	2007	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES - EMBRATEL	Prestação de serviços de telecomunicações para implantação, configuração, gerenciamento pró-ativo e manutenção de uma Rede Corporativa de Serviços de Dados para Acesso IP do Ministério da Justiça.	10/10/2007	9/4/2010
Contrato	294	2007	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES - EMBRATEL	Prestação mensal continuada de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, de longa distância Internacional- LDI.	31/10/2007	29/10/2009
Contrato	300	2007	ÁGIL SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA	Prestação de serviços de conservação e manutenção dos jardins do Ministério da Justiça.	22/11/2007	21/11/2009
Contrato	307	2007	MASCARELLO - CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA	Aquisição de veículos automotores, com diversas especificações, de acordo com os Anexos que integram o Edital, bem como a prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia oferecido, conforme as especificações técnicas do Termo de Referência do Edital.	30/11/2007	8/5/2009
Contrato	329	2007	BRÁSILIA MOTORS LTDA	Aquisição de 20 (vinte) veículos tipo Furgão para transporte de pessoal - SR, item 37 do Anexo I-A do Edital, bem como a prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia oferecido, conforme as especificações técnicas do Termo de Referência do Edital.	30/11/2007	8/5/2009
Contrato	330	2007	MASCARELLO - CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA	Aquisição de 27 (vinte e sete) veículos tipo micro-ônibus ostensivo – SR de acordo com o item 30 do Anexo I-A do Edital, bem como a prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia oferecido. PRONASCI.	30/11/2007	8/5/2009
Contrato	341	2007	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS	Desenvolvimento de projetos ou atividades de interesse do Ministério da Justiça na pesquisa, no monitoramento e avaliação do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci.	30/10/2007	31/12/2010
Contrato	342	2007	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT	Prestação de serviços de Remessas Expressas, que consistem no recebimento nas unidades da ECT, e/ou coleta, transporte e entrega de Encomendas SEDEX, SEDEX 10, SEDEX HOJE, SEDEX A COBRAR, bem como a venda de produtos postais relativos às embalagens das encomendas.	28/11/2008	27/11/2009
Contrato	348	2007	PATRIMONIAL SEGURANÇA INTEGRADA LTDA	Prestação de serviços de vigilância e segurança armada e desarmada a serem executados nas dependências do Ministério da Justiça, no Distrito Federal.	1/1/2008	31/12/2009
Contrato	349	2007	PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.	Aquisição de 02 (dois) veículos automotores tipo Station Wagon, de acordo com o item 018 do Anexo I-A do Edital, bem como a prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia oferecido, conforme as especificações técnicas do Termo de Referência do Edital.	31/12/2007	8/5/2009
Contrato	351	2007	ZP CONSERVAÇÃO DE LIMPEZA LTDA	Prestação de serviços de segurança contra incêndio a serem executados nas dependências do Ministério da Justiça, no Distrito Federal.	1/1/2008	31/12/2009
Contrato	352	2007	FUNDAÇÃO EUCLIDES DA CUNHA DE APOIO INSTITUCIONAL A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE - UFF- RJ	Ministrar Curso de Especialização em Segurança Pública.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	353	2007	FUNDAÇÃO JOÃO	Curso de Especialização para Segurança Pública	31/12/2007	30/4/2009

Tipo	Contrato nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
			PINHEIRO	destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federação, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, na modalidade presencial.		
Contrato	354	2007	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA	Curso de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federação, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, na modalidade presencial.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	355	2007	SOCIEDADE PERNAMBUCANA DE ENSINO SUPERIOR - SOPES	Curso de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federação, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, na modalidade presencial.	31/12/2008	30/4/2009
Contrato	356	2007	CENTRO UNIVERSITÁRIO EURO-AMERICANO	Curso de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federação, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, na modalidade presencial.	31/12/2008	30/4/2009
Contrato	357	2007	FUNDAÇÃO NILTON LINS	Prestação de serviços com FUNDAÇÃO NILTON LINS para ministrar Curso de Segurança Pública e Direitos Humanos, conforme especificado no Projeto Básico. (CREDENCIAMENTO Nº 007/2007)	31/12/2008	30/4/2009
Contrato	358	2007	MOTO HONDA DA AMAZÔNIA LTDA	Aquisição de 59 (cinquenta e nove) veículos tipo motocicleta ostensiva 390cm, de acordo com o item 02 do Anexo I-A do Edital, bem como a prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia oferecido, conforme as especificações técnicas do Termo de Referência do Edital.	31/12/2007	8/5/2009
Contrato	359	2007	PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.	Aquisição de 06 (seis) veículos automotores de acordo com os itens: 15, 32 e 38 do Anexo I-A do Edital, bem como a prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia oferecido, conforme as especificações técnicas do Termo de Referência do Edital.	31/12/2007	8/5/2009
Contrato	360	2007	FUNDAÇÃO DOM AGUIRRE	Contratação de Instituições de Ensino Superior (IES) para ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federal, observando o efetivo de profissionais de segurança pública, nas modalidades presencial e a distância.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	362	2007	RENAULT DO BRASIL S/A	Aquisição de 12 (doze) veículos automotores tipo sedan pequeno descaracterizado – SR de acordo com o item 05 do Anexo I-A do Edital, bem como a prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia oferecido, conforme as especificações técnicas do Termo de Referência do Edital	31/12/2007	8/5/2009
Contrato	363	2007	MASCARELLO - CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA	Aquisição de 02 (dois) veículos tipo micro-ônibus ostensivo – SR de acordo com o item 30 do Anexo I-A do Edital, bem como a prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia oferecido, conforme as especificações técnicas do Termo de Referência do Edital	31/12/2007	8/5/2009
Contrato	364	2007	RENAULT DO BRASIL S/A	Aquisição de veículos automotores de acordo com os itens: 05, 06, 07, 08, 12,13 e 14 do Anexo I-A do Edital, bem como a prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia oferecido, conforme as especificações técnicas do Termo de Referência do Edital	31/12/2007	8/5/2009
Contrato	365	2007	RENAULT DO BRASIL	Aquisição de veículos automotores de acordo com	31/12/2007	8/5/2009

Tipo	Contrato nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
			S/A	os itens: 06, 07, 12, 13, 35 e 36 do Anexo I-A do Edital, bem como a prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia oferecido, conforme as especificações técnicas do Termo de Referência do Edital		
Contrato	366	2007	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	Contratação de Instituições de Ensino Superior (IES) para ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federação. Observado o efetivos dos profissionais de segurança pública, nas, nas modalidades presencial e à distância.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	367	2007	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO ESPÍRITO SANTO UNIDADE DE VILA VELHA ENSINO SUPERIOR	Ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública. (Presencial).	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	368	2007	FUNDAÇÃO ULBRA	Ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinado a formação de profissionais de Segurança Pública (à distância).	31/12/2008	30/4/2009
Contrato	369	2007	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	Ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinado a formação de profissionais de Segurança Pública (Presencial).	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	370	2007	FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FLACSO	Prestação de serviço com a FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FLACSO, para ministrar Cursos de Segurança Pública, e Cidadania, conforme especificado no Projeto Básico.	31/12/2008	30/4/2009
Contrato	371	2007	ASSOCIAÇÃO CARUARUENSE DE ENSINO SUPERIOR - ASCES	Ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinado a formação de profissionais de Segurança Pública (Presencial).	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	373	2007	YAMAHA MOTOR DA AMAZÔNIA LTDA	Aquisição de 13 (treze) veículos motocicleta ostensiva 220cm sem radiocomunicação modelo Yamaha Lander XTZ 250, de acordo com o item 01 do Anexo I-A do Edital, bem como a prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia oferecido, conforme as especificações técnicas do Termo de Referência do Edital.	31/12/2007	8/5/2009
Contrato	374	2007	YAMAHA MOTOR DA AMAZÔNIA LTDA	Aquisição de 77 (setenta e sete) veículos motocicleta ostensiva 220cm modelo Yamaha Lander XTZ 250, de acordo com o item 01 e 03 (três) veículos motocicleta ostensiva 590 cm modelo XT 660R de acordo com o item 03, ambos relacionados no Anexo I-A do Edital, bem como a prestação de serviço de assistência técnica, durante o período de garantia oferecido, conforme as especificações técnicas do Termo de Referência do Edital.	31/12/2007	8/5/2009
Contrato	375	2007	YAMAHA MOTOR DA AMAZÔNIA LTDA	Aquisição de 07 (sete) veículos motocicleta ostensiva 220cm modelo Yamaha Lander XTZ 250, de acordo com o item 01 do Anexo I-A do Edital, bem como a prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia oferecido, conforme as especificações técnicas do Termo de Referência do Edital.	31/12/2007	8/5/2009
Contrato	376	2007	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	Ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinado a formação de profissionais de Segurança Pública (Presencial).	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	377	2007	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS - UNIMONTES	Ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinado a formação de profissionais de Segurança Pública (Presencial).	31/12/2007	30/4/2009

Tipo	Contrato nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
Contrato	378	2007	MICROLOG INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA	Aquisição de 20 (vinte) Softwares de Virtualização versão FULL e 02 (dois) Software de gerência de máquinas virtuais, destinados ao Centro de Gerência de Rede de Dados da Infovia MJ, com prestação de assistência técnica de garantia.	31/12/2007	10/4/2011
Contrato	381	2007	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ	Curso de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federação, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, na modalidade presencial.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	382	2007	SOCIEDADE TECNOPOLITANA DA BAHIA LTDA	Curso de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federação, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, na modalidade presencial.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	383	2007	UNIÃO DINÂMICA DE FACULDADES CATARATAS - UDC	Curso de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federação, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, na modalidade presencial.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	384	2007	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	Curso de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federação, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, na modalidade presencial.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	385	2007	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS	Curso de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federação, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, na modalidade presencial.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	386	2007	FUNDAÇÃO ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO - FESP/SP	Contratação de Instituição de Ensino Superior para ministrar Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas Preventivas da Violência.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	387	2007	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI	Prestação de serviços com FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI, para ministrar Curso de Especialização em Gestão de Segurança Pública e Especialização em Política Comunitária, conforme especificado no Projeto Básico.	31/12/2008	30/4/2009
Contrato	388	2007	YAMAHA MOTOR DA AMAZÔNIA LTDA	Aquisição de 04 (quatro) veículos motocicleta ostensiva 220cm sem radiocomunicação modelo Yamaha Lander XTZ 250, de acordo com o item 01 do Anexo I-A do Edital, bem como a prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia oferecido conforme especificações técnicas do Termo de Referência do Edital.	31/12/2007	8/5/2009
Contrato	389	2007	RENAULT DO BRASIL S/A	Aquisição de 02 (dois) veículos automotores Clio Hatch Authentique 1.6 – 16 v, conforme item 16 do Anexo I-A do Edital, bem como a prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia oferecido, conforme especificações técnicas do Termo de Referência do Edital.	31/12/2007	8/5/2009
Contrato	392	2007	FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA E A EXTENSÃO	Curso de Especialização "Latu Sensu" em Prevenção de Violência e Promoção da Segurança e da Cidadania, conforme especificado no Projeto Básico.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	394	2007	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO	Prestação de serviços com FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MATO GROSSO, para ministrar Curso de Especialização em Políticas de Segurança Pública e Direito Humanos, conforme	31/12/2008	30/4/2009

Tipo	Contrato nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
				especificado no Projeto Básico.		
Contrato	395	2007	UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE	Contratação de Instituições de Ensino Superior (IES) para ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federal, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, nas modalidades presencial e à distância.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	396	2007	FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FUNDEP	Contratação de Instituição de Ensino Superior para ministrar Curso de especialização em Estudos de Criminalidade E Segurança Pública.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	397	2007	PRÓ-ENSINO SOCIEDADE CIVIL LTDA	Ministrar Curso de Núcleo de Estudos em Segurança Pública e Prevenção da Violencia, na modalidade presencial.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	398	2007	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO - PUC S/P	Contratação de Instituições de Ensino Superior (IES) para ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federal, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, nas modalidades presencial e à distância.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	399	2007	ESCOLA SUPERIOR DOM HELDER CÂMARA - ESDHC	Contratação de Instituições de Ensino Superior (IES) para ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federal, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, nas modalidades presencial e à distância.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	400	2007	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTÁCIO DE SÁ LTDA.	Contratação de Instituições de Ensino Superior (IES) para ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federal, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, nas modalidades presencial e à distância.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	401	2007	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE ALAGOAS S/C LTDA.	Contratação de Instituições de Ensino Superior (IES) para ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federal, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, nas modalidades presencial e à distância.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	403	2007	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	Contratação de Instituições de Ensino Superior (IES) para ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federal, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, nas modalidades presencial e à distância.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	404	2007	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	Contratação de Instituições de Ensino Superior (IES) para ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federal, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, nas modalidades presencial e à distância.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	405	2007	SOCIEDADE DE	Contratação de Instituições de Ensino Superior (IES)	31/12/2007	30/4/2009

Tipo	Contrato nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
			ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO LTDA.	para ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federal, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, nas modalidades presencial e à distância.		
Contrato	406	2007	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO AMAPÁ LTDA.	Contratação de Instituições de Ensino Superior (IES) para ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federal, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, nas modalidades presencial e à distância.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	407	2007	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ	Contratação de Instituições de Ensino Superior (IES) para ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federal, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, nas modalidades presencial e à distância.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	408	2007	ASSOCIAÇÃO PRÓ-ENSINO SUPERIOR EM NOVO HAMBURGO	Contratação de Instituições de Ensino Superior (IES) para ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinados à formação de profissionais de Segurança Pública, atuantes nas organizações de segurança pública de todo o país, distribuídos nas Unidades da Federal, observado o efetivo de profissionais de segurança pública, nas modalidades presencial e à distância.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	409	2007	FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ (UNIVERSIDADE DE FORTALEZA)	Ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinado a formação de profissionais de Segurança Pública (Presencial).	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	410	2007	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	Ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinado a formação de profissionais de Segurança Pública (Presencial).	31/12/2008	30/4/2009
Contrato	411	2007	SOCIEDADE CAMPINEIRA DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO (PUC/CAMPINAS)	Ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinado a formação de profissionais de Segurança Pública (Presencial).	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	412	2007	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	Ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinado a formação de profissionais de Segurança Pública (Presencial).	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	413	2007	ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO VIEIRA - UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	Ministrar Curso de Gestão Estratégica para Prevenção da Violência Local, na modalidade presencial.	21/12/2007	30/4/2009
Contrato	415	2007	ESCOLA SUPERIOR DOM HELDER CÂMARA - ESDHC	Prestação de serviço com a ESCOLA SUPERIOR DOM HELDER CÂMARA - ESDHC, para ministrar Cursos de Pós-Graduação "Latu Sensu", Segurança Pública, e Complexidade, conforme especificado no Projeto Básico.	31/12/2008	30/4/2009
Contrato	416	2007	FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - PA - UFPA	Prestação de serviços com a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA e a FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP para apoiar o Curso de Especialização em Sociedade e Gestão da Informação, ministrado pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, conforme especificado no Projeto Básico.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	417	2007	FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ -	Prestação de serviços com a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA e a FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP para apoiar o Curso de Especialização em Sociedade e Gestão de Segurança Pública CEGESP, ministrado pela UNIVERSIDADE	31/12/2007	30/4/2009

Tipo	Contrato nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
			PA - UFPA	FEDERAL DO PARÁ, conforme especificado no Projeto Básico.		
Contrato	418	2007	DATABRASIL ENSINO E PESQUISA (UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES)	Ministrar Cursos de Especialização para Segurança Pública destinado a formação de profissionais de Segurança Pública (Presencial).	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	419	2007	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	Ministrar Curso de Especialização em Policiamento Comunitário.	31/12/2007	30/4/2009
Contrato	420	2007	RENAULT DO BRASIL S/A	Aquisição de 03 (três) veículos automotores Clio Hatch Authentique 1.6 – 16 v, conforme item 14 do Anexo I-A do Edital, bem como a prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia oferecido, conforme as especificações técnicas do Termo de Referência do Edital.	31/12/2007	8/5/2009
Contrato	421	2007	RENAULT DO BRASIL S/A	Aquisição de 117 (cento e dezessete) veículos automotores tipo hatch ostensivo sem radiocomunicação, Renault Clio Hatch Authentique 1.6, 16v de acordo com o item 12 do Anexo I-A do Edital, bem como a prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia oferecido, conforme especificações técnicas do Termo de Referência do Edital.	31/12/2007	8/5/2009

c) Contratos prorrogados

A CGL vem realizando novas licitações conforme demonstrado no quadro referente ao item “a”, buscando assim melhores preços, preservando a qualidade nas aquisições e contratações de serviços para a Administração no estímulo à concorrência de mercado. Além das novas contratações, a CGL prorrogou 107 contratos durante o exercício de 2008, conforme demonstrado a seguir.

Tipo	Contr. nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
Contrato	001	2008	FLEXIBASE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA	Aquisição de mobiliário para a expansão do Programa de Ensino à Distância da SENASP.	7/1/2008	26/10/2008
Contrato	002	2008	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	Cessão de uso de bem público imóvel, a título sem ônus, de espaço físico de área de 2,25 m², localizada no andar térreo do Edifício Anexo II.	8/1/2008	7/1/2010
Contrato	003	2008	RIBEIRO & ALBUQUERQUE COMÉRCIO E LUBRIFICANTES LTDA	Fornecimento de 40.000 Litros de gasolina comum, de forma parcelada, em posto de abastecimento próprio, com vistas ao atendimento das necessidades de abastecimento dos veículos automotores oficiais pertencentes ao Ministério da Justiça.	16/1/2008	31/12/2008
Contrato	004	2008	POSTO BRASAL LTDA	Fornecimento de 10.000 litros de álcool e 20.000 litros de óleo diesel, de forma parcelada, em posto de abastecimento próprio, com vistas ao atendimento das necessidades de abastecimento dos veículos automotores oficiais pertencentes ao Ministério da Justiça.	17/1/2008	31/12/2008
Contrato	005	2008	RADIOBRÁS - EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S.A	Aquisição de 02 (duas) assinaturas do periódico “TELEJORNAL IMPRESSO”, produzido pela CONTRATADA, com compilação detalhada dos mais importantes telejornais do país, reproduzindo na íntegra as matérias de interesse do CONTRATANTE.	21/1/2008	31/12/2008
Contrato	006	2008	RADIOBRÁS - EMPRESA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÃO S.A	Constitui o objeto do presente Contrato a aquisição de 23 (vinte e três) assinaturas do periódico “Mídia Impressa”, produzido pela CONTRATADA, com compilação detalhada dos mais importantes jornais do País, reproduzindo na íntegra, as matérias, de interesse do MJ.	22/1/2008	31/12/2008
Contrato	007	2008	VITORIA DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA	Prestação de serviços de fornecimento e entrega de jornais e revistas, para atender a demanda das diversas unidades que compõem a estrutura do Ministério da Justiça em Brasília-DF.	31/1/2008	31/12/2008
Contrato	008	2008	EDITORIA FÓRUM LTDA.	aquisição de 12 (doze) assinaturas de publicações impressas: Fórum Administrativo – Direito Público (Volumes 83 a 94), Fórum de Contratação e Gestão	25/2/2008	31/12/2008

Tipo	Contr. nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
				Publica (Volumes 73 a 84) , Fórum de Direito Urbano e Ambiental (Volumes 37 ao 42), Revista Fórum de Direito.		
Contrato	009	2008	ART-GRÁFICA E EDITORA DELVÉ LTDA	Prestação de serviços gráficos.	27/2/2008	31/12/2008
Contrato	010	2008	DIRECTREDE LEGISLAÇÃO BRASILEIRA INFORMÁTIZADA S/A.	Assinatura anual para acesso do software de base de dados textuais e multidisciplinares, contendo banco de dados de legislações, jurídicas e jurisprudenciais, on-line, com acesso via Internet, devidamente tratada, estruturada, indexada e informatizada para 10 acessos simultâneos, incluindo o suporte de serviço, observadas as especificações técnicas do software, visando atender o MJ, conforme as condições estabelecidas no Projeto Básico.	5/3/2008	4/3/2009
Contrato	011	2008	FJ PRODUÇÕES LTDA	Prestação de serviços para organização de eventos a serem realizados pelo Ministério da Justiça.	24/3/2008	31/12/2008
Contrato	013	2008	DIAMOND PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA.	Prestação de serviços especializados em traduções/versões simultâneas e de textos, com revisão, compreendendo a sonorização de ambientes em reuniões, encontros, workshops, seminários, palestras e outros eventos de nível nacional e internacional, incluindo a gravação/degravação em fitas K7, ou outro meio disponível, para atender as necessidades do Minist. da Justiça, em Brasília-DF	24/3/2008	23/3/2009
Contrato	014	2008	ZWNET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA	Prestação de serviços técnicos de transposição e atualização de Conteúdos para cursos EAD para a WEB.	26/3/2008	31/3/2009
Contrato	015	2008	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação e de Gerenciamento de Conexões a INFOVIA BRASÍLIA, necessários à consecução de suas atividades-fim. A INFOVIA BRASÍLIA está estruturada sobre uma malha de cabeamento de fibra ótica, de propriedade do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.	31/3/2008	30/3/2009
Contrato	016	2008	BRASIL TELECOM S/A	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telecomunicações, para fornecimento mensal e contínuo de Telefonia Fixa Comutada - STFC, local, para atender a demanda do Ministério da Justiça, no Distrito Federal.	31/3/2008	30/3/2009
Contrato	017	2008	GD – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL LTDA	Prestação de serviços técnicos especializados em consultoria de gestão, denominada “Balanced Scorecard”, objetivando subsidiar a reformulação do Plano Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual, para o biênio 2008/2009.	8/4/2008	20/12/2008
Contrato	018	2008	BRASIL TELECOM S/A	Prestação de serviços de acesso IP permanente e exclusivo com largura de banda de 20 Mbps a 48 Mbps.	25/4/2008	24/4/2009
Contrato	019	2008	ESPAÇO E FORMA MÓVEIS E DIVISÓRIAS LTDA	Fornecimento, por demanda, de painéis e divisórias, forros e luminárias, incluindo os serviços de instalação, remanejamento, desmontagem e montagem, para atender o Ministério da Justiça em Brasília-DF, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital de Pregão nº 02/2007, do Ministério do Turismo.	30/4/2008	29/4/2009
Contrato	020	2008	SIGMA DATASERV INFORMÁTICA S/A	Prestação de serviços especializados, nos termos do Projeto elaborado pela FUNDEP, no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos/PR em Brasília – DF e 11 (onze) ouvidorias de polícia, localizadas em 11 (onze) diferentes estados do Brasil.	7/5/2008	7/8/2011
Contrato	021	2008	AMERICEL S/A.	Serviço de telefonia móvel pessoal.	8/5/2008	7/5/2009
Contrato	022	2008	DAMOVO DO BRASIL S/A	Aquisição de materiais e equipamentos de Telefonia, para utilização na Central Telefônica do Ministério da Justiça em Brasília, por meio do sistema de registro de preços.	8/5/2008	31/12/2008
Contrato	023	2008	FUTURA	Aquisição de 18 (dezoito) poltronas giratórias em	9/5/2008	5/9/2008

Tipo	Contr. nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
			INTERIORES E MOBILIÁRIO PANORÂMICO LTDA	couro, referente ao Item 06 do Edital.		
Contrato	024	2008	FIAT AUTOMÓVEIS S/A	aquisição de 08 (oito) veículos Furgão Ostensivo automotores sendo 02 (dois) para PCERJ e 06 (seis) para PMERJ, de acordo com especificações constantes neste Contrato e seus anexos, bem como a prestação de serviço de assistência técnica durante o período de garantia oferecido, conforme especificações técnicas do Anexo I-A do Edital do Pregão Eletrônico nº 35/2007.	9/5/2008	8/5/2009
Contrato	025	2008	NASA CAMINHÕES LTDA	AQUISIÇÃO DE 02 VEÍCULOS AUTOMOTORES OSTENSIVOS ARTICULADOS CONSTITUIDOS DE VEÍCULOS TRACIONADOR E CARRETA PARA TRANSPORTE DE EQUINOS.	9/5/2008	8/5/2009
Contrato	026	2008	MÔNACO DIESEL LTDA.	Aquisição de 01 (um) veículo auto guincho.	12/5/2008	11/5/2009
Contrato	027	2008	MOGIMA COMERCIAL LTDA	Aquisição de software intercooled stata versão 9.	21/5/2008	21/5/2012
Contrato	028	2008	INCOSEG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA	Fornecimento de 2.500 (dois mil e quinhentos) coldres para pistola, destinado ao uso de policiais da Força Nacional de Segurança, conforme as especificações técnicas constantes do item 26 do Anexo I-A do Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços.	27/5/2008	31/12/2008
Contrato	029	2008	W & E SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA	Prestação de serviços especializados em desinsetização e desratização em todas as dependências dos prédios do Ministério da Justiça, compreendendo suas áreas internas e externas, conforme as condições estabelecidas no Termo de Referência.	26/5/2008	31/12/2008
Contrato	030	2008	CARMONA & TEIXEIRA LTDA.	Serviços de chaveiro, com fornecimento de mão de obra residente e todo material necessário para o MJ e demais órgãos vinculados em Brasília/DF.	26/5/2008	31/12/2008
Contrato	031	2008	GD - GESTÃO E DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL LTDA	Serviços técnicos especializados de capacitação para elaboração do sistema de planejamento e gestão estratégica, utilizando a metodologia "balanced scorecard" alinhado a gestão por competências, objetivando o mapeamento e estruturação do processo de planejamento, acompanhamento e controle dos projetos estratégicos, de modo a permitir o estabelecimento de escritórios de projetos da Secretaria Executiva, para o quinquênio 2008/2012.	21/5/2008	2/3/2009
Contrato	032	2008	DIANA PAOLUCCI S/A IND. E COMÉRCIO	Aquisição de 10.952 (dez mil, novecentos e cinquenta dois) fardamentos camuflado padrão "digitalizado", para a Força Nacional de Segurança Pública.	5/5/2008	31/12/2008
Contrato	033	2008	NEW STAR PLACAS E ADESIVOS LTDA ME	CONFECÇÃO DE CARIMBOS E FORNECIMENTO DE REFIS PARA CARIMBOS AUITO ENTINTADOS PARA O MJ NO ÂMBITO DO DF.	2/6/2008	31/12/2008
Contrato	034	2008	IVECO LATIN AMERICA LTDA	Aquisição de um veículo especial tipo VAN adaptada especialmente para o transporte de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, em cadeira de rodas, conforme o Anexo I – A do Edital, incluindo-se a prestação dos serviços de assistência técnica durante o período de garantia oferecido.	9/6/2008	31/12/2008
Contrato	035	2008	BPGR TECNOLOGIA E INFORMAÇÃO LTDA	Fornecimento de Coletânea dos Diários Oficiais da União – D.O.U., Seções 1, 2 e 3, em mídia digital (DVD), juntamente com o sistema de busca com todos os atos indexados, conforme o Projeto Básico.	10/6/2008	9/6/2009
Contrato	036	2008	INBRA- TEXTIL INDUSTRIAL E COMÉRCIO DE TERCIDOS	Fornecimento de 6.000 coletes de proteção balística, nível III-A, para emprego em atividades de Segurança Pública do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC/Complexo do Alemão/RJ.	17/6/2008	17/7/2008

Tipo	Contr. nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
			TÉCNICOS LTDA			
Contrato	037	2008	LAVANDERIA PADRÃO LTDA.	Prestação de serviços de lavanderia.	18/6/2008	17/6/2009
Contrato	038	2008	MARIA LUIZA INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Aquisição de mobiliário para a expansão do Programa de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública, objetivando a instalação de tele-centros nas unidades da federação, conforme Anexo I-A do Edital.	18/6/2008	31/12/2008
Contrato	039	2008	STEEL COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE EMERGÊNCIA LTDA - ME	Aquisição de desencarceradores.	27/5/2008	31/12/2008
Contrato	040	2008	CEB DISTRIBUIÇÃO S/A	Fornecimento de energia elétrica para a SENASP (Cruzeiro Velho).	29/8/2008	29/8/2009
Contrato	041	2008	FOTO PRÓ-IMAGEM LTDA	Constitui o objeto do contrato a prestação de serviços fotográficos e fornecimento de materiais fotográficos, ampliação e impressão de fotos para atender a demanda do Gabinete do Ministro e demais unidades do MJ.	26/6/2008	31/12/2008
Contrato	042	2008	PARTNERS TI INFORMÁTICA E DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME	Constitui o objeto do presente instrumento a aquisição de 05 (cinco) computadores de mão e acessórios, de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência, visando atender a demanda da Comissão de Anistia do Gabinete do Ministro.	26/6/2008	25/7/2008
Contrato	043	2008	COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB	Prestação dos serviços de fornecimento de água potável, para fins de utilização do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, localizado na QNG 33/35 - área especial - Taguatinga Norte - Brasília-DF.	30/6/2008	29/6/2009
Contrato	044	2008	FORTIUM EDITORA E TREINAMENTO LTDA	Realização de Jornadas Formativas de Direitos Humanos destinados aos operadores de segurança pública tendo por finalidade a ampliação da oferta de formação em Direitos Humanos e a contribuição para formação de líderes operadores de Segurança Pública com consciência crítica, capaz de influenciar positivamente a cultura de suas instituições com a consciência e as práticas dos Direitos Humanos.	30/6/2008	31/12/2008
Contrato	045	2008	COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB	Fornecimento de água potável, para fins de utilização da Força Nacional de Segurança Pública, localizado no SRES "C" Comercial, Conjunto "B" - Cruzeiro Velho - Brasília-DF.	4/7/2008	3/7/2009
Contrato	046	2008	MASCARELLO - CARROCERIAS E ÔNIBUS LTDA	Constitui o objeto deste contrato a aquisição de 30(trinta) veículos tipo micro-onibus ostensivo SR, bem como a prestação de assistência técnica, para atender a demanda da SENASP.	27/6/2008	6/11/2009
Contrato	047	2008	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	Prestação de serviços de processamento de dados, seguindo as disposições previstas no convênio firmado em 15 de agosto de 2006 entre a Secretaria da Receita Federal e a CONTRATANTE, publicado no D.O.U. de 01 de setembro de 2006, respeitadas as disposições contidas nas INs 19 e 20, da SRF e demanda COTEC – 1.329/2007.	16/7/2008	15/7/2009
Contrato	048	2008	JOHN STEPHEN MORRIS - PESSOA FÍSICA	Tradução juramentada de documentos integrantes do Processo Administrativo nº 08012.010932/2007-18.	23/7/2008	23/8/2008
Contrato	049	2008	ENGETRON ENGENHARIA ELETRÔNICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	Fornecimento de 03 (três) No-Breaks de 40KVA.	24/7/2008	23/7/2009
Contrato	050	2008	CONSULTOC - CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA	Prestação de serviços de Clipping de Mídia Impressa e Eletrônica.	24/7/2008	31/12/2008
Contrato	051	2008	FUNDAÇÃO DE	Prestação de serviços técnico-especializado de	31/7/2008	30/7/2009

Tipo	Contr. nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
			APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA - FUNRIO	organização e realização de Processo Seletivo Simplificado (provas escritas e análise curricular) com vista à contratação temporária de profissional de nível superior para exercício nos Projetos, Programas, Ações e atos administrativos no âmbito do MJ.		
Contrato	052	2008	PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.	Aquisição de 02 (dois) veículos automotores tipo Peugeot 307, sedan 2.0	30/7/2008	14/10/2009
Contrato	053	2008	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD	Ministrar Curso de Especialização em Segurança Pública e Cidadania, conforme especificado no Projeto Básico.	31/7/2008	30/7/2009
Contrato	054	2008	PORTAL JURÍDICO-COMERCIAL DE LIVROS LTDA	Fornecimento de material bibliográfico nacional e estrangeiro constituído de livros, mapas cd-rom e audiovisuais necessários à atualização e complementação da biblioteca e dos diversos setores deste Ministério.	31/7/2008	31/12/2008
Contrato	055	2008	INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE PESQUISAS DO RIO DE JANEIRO - SERVIÇOS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS - IUPERJ	Ministrar Curso de Especialização em Gestão de Organizações de Segurança Pública.	1/8/2008	1/8/2009
Contrato	056	2008	GIROFLEX S/A	Fornecimento de cadeiras para atender as necessidades da Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH/PR e as freqüentes solicitações dos usuários das diversas unidades do Ministério da Justiça, e respectiva garantia integral, conforme previsto nas Especificações Técnicas constantes do Anexo 1 ao Edital do Pregão Eletrônico DEMAP no 12/2007 do Banco Central do Brasil.	5/8/2008	4/9/2008
Contrato	057	2008	LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LTDA.	Aquisição de 170 microcomputadores portáteis (notebooks)	6/8/2008	31/12/2008
Contrato	058	2008	INTERMICRO INTERTEC INFORMÁTICA LTDA-ME	Aquisição de 10(dez) microcomputadores portáteis-NOTEBOOKS conforme especificações e condições de fornecimento constantes no Anexo I do Edital.	8/8/2008	31/12/2008
Contrato	059	2008	PRISMA COMÉRCIO DE ELETROS ELETRÔNICOS LTDA-EPP	Aquisição de 06(seis)filmadoras digitais portáteis, com formato de sinal padrão NTSC, contendo disco rígido de no mínimo 20 gigabytes e demais características previstas no Edital.	8/8/2008	31/12/2008
Contrato	060	2008	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL	Ministrar Curso de Especialização, à distancia, em Policia Comunitária, conforme especificado no Projeto Básico.	8/8/2008	7/8/2009
Contrato	061	2008	ANTÔNIO VENÂNCIO DA SILVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	Locação de imóvel comercial destinado à ocupação por unidades da SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública e por unidades da SNJ - Secretaria Nacional de Justiça, ambos pertencentes à estrutura do Ministério da Justiça.	12/8/2008	11/8/2009
Contrato	062	2008	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO PARÁ LTDA - SESPA	Ministrar o Curso de Pos – Graduação “Latu Sensu” Política e Gestão em Segurança Pública, conforme especificado no Projeto Básico.	18/8/2008	17/8/2009
Contrato	063	2008	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL	Constitui o objeto deste contrato o credenciamento da Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina-UNISUL para ministrar curso de especialização Latu Sensu em Segurança Pública, conforme especificado no Projeto Básico.	18/8/2008	17/8/2009
Contrato	064	2008	JVS Centro Automotivo Ltda.	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos e viaturas oficiais de diversas marcas pertencentes à frota operacional do Ministério	27/8/2008	26/8/2009

Tipo	Contr. nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
				da Justiça.		
Contrato	065	2008	CRISTIANE DE SOUZA LENDENGUE - ME.	Aquisição de 24 (vinte e quatro) impressoras laser colorida, incluindo a instalação e o suporte de serviços (assistência técnica), on site, durante o período de vigência do contrato, acrescido do período de garantia do produto, de acordo com o previsto no subitem 7.2 do Anexo I do Edital.	2/9/2008	31/12/2008
Contrato	066	2008	CENTERMEDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,	Aquisição parcelada de medicamentos e materiais de consumo odontológicos destinados ao suprimento da Divisão de Promoção à Saúde do Ministério da Justiça.	10/9/2008	31/12/2008
Contrato	067	2008	PALMA INFORMÁTICA LTDA.	Aquisição de impressoras monocromáticas A4.	15/9/2008	31/12/2008
Contrato	068	2008	Mello Soares & Cia. Ltda.	Monitoramento e digitalização de noticiários televisivos de interesse do Ministério da Justiça.	19/9/2008	31/12/2008
Contrato	069	2008	ADOF - TRADUÇÕES E SERVIÇOS TAQUIGRÁFICOS LTDA	Contratação de serviços de tradução consecutiva referente ao Lote 02, itens 49 a 54 do Anexo I e IA do Edital do Pregão Eletrônico nº 21/2008.	23/9/2008	31/12/2008
Contrato	070	2008	SP LANGUAGE CENTER TREINAMENTOS E IDIOMAS LTDA	Contratação de serviços de tradução de textos conforme especificado no Lote 01, itens 01 a 48, de acordo com o Anexo I e IA do edital do Pregão Eletrônico 021/2008.	23/9/2008	31/12/2008
Contrato	071	2008	GLOBO TRADUÇÃO DE LÍNGUAS LTDA	Contratação de serviços de tradução simultânea, bem como gravações das traduções, referente ao Lote 03, itens 55 a 68, conforme Anexos I e IA do Edital do pregão Eletrônico nº 21/2008.	23/9/2008	31/12/2008
Contrato	072	2008	CLÓVIS JOSÉ PINTO COELHO	Aquisição de equipamentos de informática para a expansão do Programa de Ensino a Distância da Secretaria Nacional de Segurança Pública, objetivando a instalação de tele-centros nas Unidades da Federação de acordo com as especificações técnicas contidas no Anexo I-A do Edital. Item 04: Telas de Projeção.	26/9/2008	31/12/2008
Contrato	073	2008	ADA ENGENHARIA, CONSULTORIA, PROJETOS E CERTIFICAÇÕES LTDA	Aquisição e instalação de sistema ininterrupto de energia elétrica com 192 KVA de capacidade para atender os equipamentos de informática da sala 201 do Ed. Sede do MJ.	7/10/2008	31/12/2008
Contrato	074	2008	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT	O presente Contrato tem por objeto o licenciamento da Base de Dados Comercial do Diretório Nacional de Endereços - Tratamento de Endereços - DNETE, para uso não exclusivo, conforme condições estabelecidas.	9/10/2008	8/10/2009
Contrato	075	2008	SPLENDOR PRODUTORA DE EVENTOS LTDA	Prestação de serviços de Intérprete de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais, para atender as necessidades nos eventos promovidos pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH/PR.	9/10/2008	31/12/2008
Contrato	076	2008	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO PARÁ LTDA - SESPA	Ministrar Curso de Especialização em Perícia Criminal.	13/10/2008	12/10/2009
Contrato	077	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	Prestação de serviços especializados em apoio e organização eventos, denominado MARIA ANTÔNIA 1968-2008.	6/10/2008	8/10/2008
Contrato	078	2008	ESPAÇO E FORMA MÓVEIS E DIVISÓRIAS LTDA	Prestação dos serviços de manutenção, fornecimento, instalação e remanejamento de divisórias, lambris, armários, estantes, suportes para pastas suspensas, prateleiras, portas e fechaduras, revestimentos acústicos e forros diversos, de acordo com a demanda, nas dependências do Ministério da Justiça, para o exercício de 2008.	13/10/2008	31/12/2008
Contrato	079	2008	BRADIV INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Aquisição de mobiliário para o MJ, conforme Termo de Referência, em adesão a Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico 041/2008-INCR.	13/10/2008	12/10/2009
Contrato	080	2008	JB COMÉRCIO DE	Prestação de serviços de manutenção corretiva, com	13/10/2008	31/12/2008

Tipo	Contr. nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
			REFRIGERAÇÃO LTDA ME	fornecimento de peças originais e novas, em diversos equipamentos elétricos e eletro-eletrônicos pertencentes ao acervo patrimonial deste Ministério, durante o exercício de 2008. (bebedouro, frizer, geladeira, frigobar, cafeteira, fogão, fogão industrial, circulador de ar, ventilador, umidificador e liquidificador).		
Contrato	081	2008	DAMOVO DO BRASIL S/A	Aquisição de materiais e equipamentos de telefonia.	7/10/2008	31/12/2008
Contrato	082	2008	FORTT CONSULTORIA E COMÉRCIO DE TELEINFORMÁTICA LTDA,	Aquisição de materiais e equipamentos de telefonia.	7/10/2008	31/12/2008
Contrato	084	2008	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PÁRA E A FUNDAÇÃO DE AMPARO	Prestação de serviços com a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA e a FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP para apoiar o Curso de Especialização em Sociedade e Gestão de Segurança Pública CEGESP, ministrado pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, conforme especificado no Projeto Básico.	14/10/2008	13/10/2009
Contrato	085	2008	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PÁRA E A FUNDAÇÃO DE AMPARO	Prestação de serviços com a UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA e a FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA – FADESP para apoiar o Curso de Especialização em Sociedade e Gestão da Informação, ministrado pela UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, conforme especificado no Projeto Básico.	14/10/2008	13/10/2009
Contrato	086	2008	ASSOCIAÇÃO PRO-ENSINO EM SANTA CRUZ DO SUL - APESC	Ministrar Curso de Especialização em Políticas e Gestão em Segurança Pública.	17/10/2008	16/10/2009
Contrato	087	2008	SOCIEDADE EDUCACIONAL DO ESPIRITO SANTO	Ministrar Curso de Especialização em Inteligência de Segurança Pública. SOCIEDADE EDUCACIONAL DO ESPIRITO SANTO UNIDADE DE VILA VELHA ENSINO SUPERIOR	17/10/2008	16/10/2009
Contrato	088	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	Prestação de serviços especializados à organização de evento denominado REUNIÃO DE MINISTROS DA JUSTIÇA E DO INTERIOR DO MERCOSUL - PRESIDÊNCIA PRO TEMPORE DO BRASIL.	6/10/2008	8/10/2008
Contrato	089	2008	MARCIMAQ MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS & SERVIÇOS-LTDA.	Prestação de serviços de manutenção corretiva, com fornecimento de peças originais e novas, em diversos equipamentos elétricos e eletro-eletrônicos pertencentes ao acervo patrimonial deste Ministério, durante o exercício de 2008. (guilhotina de mesa, guilhotina semi-industrial, guilhotina industrial e fragmentadoras).	30/10/2008	31/12/2008
Contrato	090	2008	GIROFLEX S/A	O objeto do presente Contrato é o fornecimento de cadeiras para atender as necessidades da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Técnica Internacional - DRCI e respectiva garantia integral, conforme previsto nas Especificações Técnicas constantes do Anexo 1 ao Edital do Pregão Eletrônico DEMAP no 12/2007 do Banco Central do Brasil.	29/10/2008	28/11/2008
Contrato	091	2008	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CEARÁ	Ministrar Curso de Especialização em Perícia Criminal.	3/11/2008	2/11/2009
Contrato	092	2008	UNIÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - UNEC	Ministrar Curso de Pós-Graduação em Perícia Criminal.	4/11/2008	3/11/2009
Contrato	093	2008	BRADIV INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Aquisição de 200 (duzentas) cadeiras.	7/11/2008	7/11/2009
Contrato	094	2008	CIBX TECNOLOGIA	Constitui o objeto do presente instrumento a	7/11/2008	31/12/2008

Tipo	Contr. nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
			DA INFORMAÇÃO	aquisição de 02 (duas) placas E1 com sinalização ISDN modelo TE110P – Digium, e 02 (duas) placas VB0408 com 08 canais FXO – Digivoice, respectivamente itens 16 e 17 do Edital do Pregão 047/2007 SRP do DPRF, para implantação de sistemas de telefonia sobre IP da Rede INFOSEG de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência.		
Contrato	095	2008	SPUR COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.	Aquisição de equipamentos de informática. Scanner de mesa USB	12/11/2008	4/4/2009
Contrato	096	2008	NORTHWARE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	Aquisição de equipamentos de informática. Scanner de Mesa Colorido de 50 ppm.	12/11/2008	4/4/2009
Contrato	097	2008	LENOVO TECNOLOGIA BRASIL LTDA.	Aquisição de equipamentos de informática.	12/11/2008	4/4/2009
Contrato	098	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	EVENTO: OFICINA REGIONAL SOBRE ESTATUTOS DOS POVOS INDÍGENAS, A REALIZAR-SE EM MANAUS/AM ENTRE OS DIAS 15 A 17 DE OUTUBRO.	15/10/2008	17/10/2008
Contrato	099	2008	GIROFLEX S/A	Prestação de serviços técnicos de transferência ordenada e tratamento de acervos documentais com implantação de sistemas de arquivamento deslizante mecânicos, Ata de Registro de Preços do Pregão Eletrônico n.º 36/2007, da Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo.	11/11/2008	9/3/2009
Contrato	100	2008	DECISION SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	Aquisição de servidor de armazenamento de grande volume de dados. STORAGE NAS CATEGORIAS I.	14/11/2008	31/12/2008
Contrato	101	2008	AÇÃO INFORMÁTICA BRÁSIL LTDA.	O objeto deste instrumento consiste na aquisição de equipamentos de infra-estrutura de rede, para atender a demanda do Ministério da Justiça.	14/11/2008	31/12/2008
Contrato	102	2008	DIGSTAR TELECOMUNICAÇÕES S.S.A	Constitui o objeto do presente instrumento a aquisição de 100 (cem) telefones IP – item 14 do Termo de Referência do Edital do Pregão 047/2007 SRP do DPRF, para implantação de sistemas de telefonia sobre IP da Rede INFOSEG de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência.	17/11/2008	31/12/2008
Contrato	103	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	EVENTO: OFICINA REGIONAL SOBRE ESTATUTO OS POVOS INDÍGENAS, A REALIZAR-SE EM RIO BRANCO/AC ENTRE OS DIAS 21 A 23 DE OUTUBRO.	21/10/2008	23/10/2008
Contrato	104	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	EVENTO: OFICINA REGIONAL SOBRE ESTATUTOS DOS POVOS INDÍGENAS, A REALIZAER-SE EM CAMPO GRANDE/MS ENTRE OS DIAS 11 A 13 DE NOVEMBRO.	11/11/2008	13/11/2008
Contrato	105	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	EVENTO: OFICINA REGIONAL SOBRE ESTATUTO DOS POVOS INDÍGENAS, A REALIZAR-SE EM ILHÉUS/BA ENTRE OS DIAS 04 A 06 DE NOVEMBRO.	4/11/2008	6/11/2008
Contrato	106	2008	CAVIGLIA E CIA LTDA	Fornecimento, instalação e implantação de sistema de armazenamento e arquivamento deslizante mecânico.	26/11/2008	31/12/2008
Contrato	107	2008	NOROESTE - COMÉRCIO, SERVIÇO E REFORMA DE MÓVEIS LTDA-ME.	Fornecimento e montagem de mobiliário. Lote XII.	26/11/2008	31/12/2008
Contrato	108	2008	AA&SABA CONSULTANTS INC.	Constitui objeto do presente instrumento a aquisição de armamento não letal de porte (curta) e portátil, arma de lançamento de eletrodos energizados e seus componentes para emprego em atividades da Força Nacional de Segurança Pública, conforme as	27/11/2008	31/12/2008

Tipo	Contr. nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
				especificações técnicas e quantidades definidas no processo nº 08106.000220/2008-22 e no Termo de Inexigibilidade nº 38 /2008.		
Contrato	109	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	EVENTO: OFICINA REGIONAL SOBRE ESTATUTO DOS POVOS INDÍGENAS, A REALIZAR-SE EM CUIABÁ/MT ENTRE OS DIAS 21 A 23 DE OUTUBRO.	21/10/2008	23/10/2008
Contrato	110	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	EVENTO: II CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, A REALIZAR-SE EM BRASÍLIA-DF ENTRE OS DIAS 30 DE NOVEMBRO A 05 DE DEZEMBRO.	30/11/2008	5/12/2008
Contrato	111	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	EVENTO: 11ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, A REALIZAR-SE EM BRASÍLIA-DF ENTRE OS DIAS 15 A 18 DE DEZEMBRO.	15/12/2008	18/12/2008
Contrato	112	2008	ABILITY BR SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA		27/11/2008	31/12/2008
Contrato	113	2008	COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	Aquisição de espingardas calibre 12.	1/12/2008	30/11/2009
Contrato	114	2008	GRIF APLICAÇÃO E DECORAÇÃO LTDA	Fornecimento e montagem de mobiliário. Lotes III e XI.	1/12/2008	31/12/2008
Contrato	115	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	EVENTO: V CONGRESSO DO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR, A REALIZAR-SE EM FLORIANÓPOLIS/SC ENTRE OS DIAS 29 A 31 DE OUTUBRO.	29/10/2008	31/10/2008
Contrato	116	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	EVENTO: OFICINA REGIONAL SOBRE ESTATUTO DOS POVOS INDÍGENAS, A REALIZAR-SE EM CURITIBA-PR ENTRE OS DIAS 04 A 06 DE NOVEMBRO.	4/11/2008	6/11/2008
Contrato	117	2008	INBRA- TEXTIL INDUSTRIAL E COMÉRCIO DE TERCIDOS TÉCNICOS LTDA	Este contrato tem por objeto o fornecimento de escudos e capacetes balísticos para emprego em atividades das Polícias Militar e Civil do Estado do Rio de Janeiro, conforme as especificações técnicas constantes do Projeto Básico.	18/11/2008	31/12/2008
Contrato	118	2008	BRADIV INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Fornecimento e montagem de mobiliário. Lotes I, II, V e VI.	8/12/2008	31/12/2008
Contrato	119	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	EVENTO: OFICINA REGIONAL SOBRE ESTATUTO DOS POVOS INDÍGENAS, A REALIZA-SE E, BELÉM/PA ENTRE OS DIAS 29 A 31 DE OUTUBRO.	29/10/2008	31/10/2008
Contrato	120	2008	CAPITALPLAC COMÉRCIO DE PLACAS LTDA	Serviços de comunicação visual interna para instalação de nova programação visual na Biblioteca, bem como a coleta de dados, atualização, recuperação e substituição sempre que necessário dos materiais de identificação de setores e salas existentes nas dependências do Edifício Sede, Edifícios Anexos e demais unidades no âmbito do Ministério da Justiça.	9/12/2008	31/12/2008
Contrato	121	2008	AA&SABA CONSULTANTS INC.	Constitui objeto do presente instrumento a aquisição de armamento não letal de porte (curta) e portátil, arma de lançamento de eletrodos energizados e seus componentes para emprego nas Forças Policiais das Secretarias de Estado de Segurança Pública dos entes federados participantes do PRONASCI, conforme as especificações técnicas e quantidades definidas no processo nº 08020.005950/2008-60 e no Termo de Inexigibilidade nº 40 /2008.	12/12/2008	12/3/2009
Contrato	122	2008	ABILITY BR SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de Serviços de Treinamento, Avaliação e Certificação no uso de armas não letais TASER.	12/12/2008	12/2/2009
Contrato	123	2008	TAMANDARÉ INFORMÁTICA LTDA	Aquisição de 2 (dois) equipamentos servidores de rede de dados.	15/12/2008	31/12/2008
Contrato	124	2008	MAFRA RIBEIRO CONSTRUÇÕES E METALURGIA LTDA-	Fornecimento e instalação de toldos com estrutura metálica e cobertura em placas de policarbonato.	15/12/2008	31/12/2008

Tipo	Contr. nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
			ME			
Contrato	125	2008	EMPREENHIMENTO EDUCACIONAL MARACANAÚ - ENTIDADE MANTENEDORA DA FACULDADE METROPOLITANA DA GRANDE FORTALEZA - FAMETRO	Ministrar Curso de Especialização em Segurança Pública e Defesa Civil.	15/12/2008	14/12/2009
Contrato	126	2008	MEGATECH CONTROLS LTDA	Aquisição com instalação de equipamentos para integrar o sistema de circuito fechado de televisão - CFTV, digital, para o monitoramento de imagens do Ministério da Justiça, compreendendo as áreas de acesso e de movimentação interna de pessoas, veículos e materiais do Ed. Sede, Anexos I e II.	15/12/2008	29/1/2009
Contrato	127	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "VII CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO CONSUMIDOR", A REALIZAR-SE EM JOÃO PESSOA/ PB ENTRE OS DIAS 11 A 14 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.	11/11/2008	31/12/2008
Contrato	128	2008	TICKET SERVIÇOS S/A.	Fornecimento e gerenciamento do abastecimento de combustíveis da frota de veículos do DFNSP.	15/12/2008	14/12/2009
Contrato	129	2008	UNICAPE - União Capixaba de Ensino	Ministrar Curso de Especialização em Políticas e Gestão em Segurança Pública.	15/12/2008	14/12/2009
Contrato	130	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação de apoio logístico ao evento denominado "CAMPANHA DE ACESSIBILIDADE", A REALIZAR-SE EM BRASÍLIA/DF NO DIA 03 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.	31/10/2008	31/12/2008
Contrato	131	2008	NETWAY DATA COMERCIO DE SISTEMAS PARA INFORMÁTICA LTDA.	Aquisição de equipamentos de comutação de dados (SWITCH)	17/12/2008	31/12/2008
Contrato	132	2008	CGF COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA E SERVIÇOS LTDA	Aquisição de 04 aparelhos de Fax, destinados à Coordenação-Geral de Gestão Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Segurança Pública.	12/12/2008	31/12/2008
Contrato	133	2008	ART-GRÁFICA E EDITORA DELVÉ LTDA	Prestação de Serviços Gráficos.	19/12/2008	18/12/2009
Contrato	134	2008	COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	Aquisição de munição letal.	19/12/2008	28/3/2009
Contrato	135	2008	FIAT AUTOMÓVEIS S/A	Aquisição de ambulâncias para a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.	18/12/2008	18/12/2009
Contrato	136	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "II SIMPÓSIO DE OPERAÇÕES POLICIAIS ESPECIAIS - SIOPE", A REALIZAR-SE EM BRASÍLIA/ DF ENTRE OS DIAS	9/12/2008	31/12/2008

Tipo	Contr. nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
				09 A 11 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.		
Contrato	137	2008	COMPLEXO DE ENSINO SUPERIOR MERIDIONAL	Contratação de Instituição de Ensino Superior (IES) para ministrar Curso de Especialização em Políticas e Intervenção em Segurança Pública, na modalidade presencial, conforme especificado no Projeto Básico.	22/12/2008	21/12/2009
Contrato	138	2008	TPH COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MÓVEIS, DIVISÓRIAS E PISOS LTDA.	Fornecimento e montagem de mobiliário para atender, de acordo com a demanda do Ministério da Justiça conforme o Anexo I do Pregão N° 50/2007-PGR.	17/11/2008	31/12/2008
Contrato	139	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A LEI MARIA DA PENHA", A REALIZAR-SE EM BRASÍLIA/ DF ENTRE OS DIAS 06 E 07 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.	6/11/2008	31/12/2008
Contrato	140	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "SEMINÁRIO LATINO AMERICANO DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO E CONFERÊNCIA COM AS COMISSÕES DE REPARAÇÃO E VERDADE DA AMÉRICA LATINA",	17/11/2008	31/12/2008
Contrato	141	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "REUNIÃO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE A CORRUPÇÃO E A LAVAGEM DE DINHEIRO – ENCCLA 2009", A REALIZAR-SE EM SALVADOR/ BA ENTRE OS DIAS 25 A 28 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.	25/11/2008	31/12/2008
Contrato	142	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "OFICINA DE APERFEIÇOAMENTO NO COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO PARA POLICIAIS CIVIS DO BRASIL", A REALIZAR-SE EM SÃO PAULO/ SP ENTRE OS DIAS 01 A 05 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.	1/12/2008	31/12/2008
Contrato	143	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "TREINAMENTO ESPECIAL NA PREVENÇÃO E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO E AO TERRORISMO", A REALIZAR-SE EM BRASÍLIA/ DF ENTRE OS DIAS 08 A 11 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus	8/12/2008	31/12/2008

Tipo	Contr. nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
				Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.		
Contrato	144	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "XIV ENCONTRO DE AUTORIDADES EM DIREITOS HUMANOS E CHANCELARIAS DO MERCOSUL E ESTADOS ASSOCIADOS", A REALIZAR-SE EM BRASÍLIA/ DF ENTRE OS DIAS 10 A 12 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.	10/11/2008	31/12/2008
Contrato	145	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "III SEMINÁRIO NACIONAL DO PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS", A REALIZAR-SE EM RECIFE/ PE ENTRE OS DIAS 26 A 28 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.	26/11/2008	31/12/2008
Contrato	146	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "PELADA-AMIGOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA", A REALIZAR-SE EM BRASÍLIA/ DF NO DIA 03 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.	2/12/2008	31/12/2008
Contrato	147	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO COOPERAÇÃO E SEGURANÇA COM CIDADANIA NA IBERO-AMÉRICA: EXPERIÊNCIAS EXITOSAS E PERSPECTIVAS DE FUTURO", A REALIZAR-SE NO RIO DE JANEIRO/ RJ ENTRE OS DIAS 04 E 05 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.	4/12/2008	31/12/2008
Contrato	148	2008	FUNDAÇÃO DE APOIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - FAURGS	Ministrar Curso de Especialização Latu Sensu em Segurança Pública.	29/12/2008	28/12/2009
Contrato	149	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "II CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CHEFES DE ORGANISMOS DE INTELIGÊNCIA", A REALIZAR-SE EM BRASÍLIA/ DF ENTRE OS DIAS 01 A 03 DE DEZEMBRO DO	1/12/2008	31/12/2008

Tipo	Contr. nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
				CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.		
Contrato	150	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "CURSO PARA CAPACITAÇÃO DE COORDENADORES ESTADUAIS DO PROGRAMA DE PLENO ATENDIMENTO POLICIAL AO CIDADÃO", A REALIZAR-SE EM BRASÍLIA/ DF ENTRE OS DIAS 08 A 12 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.	8/12/2008	31/12/2008
Contrato	151	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "1º FÓRUM NACIONAL DE AVIAÇÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA", A REALIZAR-SE EM BRASÍLIA/ DF ENTRE OS DIAS 12 A 13 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.	12/12/2008	31/12/2008
Contrato	152	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "III ENCONTRO TÉCNICO DAS COMISSÕES TÉCNICAS", A REALIZAR-SE EM PORTO ALEGRE/ RS ENTRE OS DIAS 18 A 20 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.	18/11/2008	31/12/2008
Contrato	153	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍCIA COMUNITÁRIA", A REALIZAR-SE EM BRASÍLIA/ DF ENTRE OS DIAS 25 A 28 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.	25/11/2008	31/12/2008
Contrato	154	2008	TRGROUP - TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO LTDA.	Aquisição de licenças de uso de itens de software.	29/12/2008	29/11/2011
Contrato	155	2008	GOVERNANCE TECHNOLOGY ASSESSORIA & CONSULTORIA EM INFORMÁTICA E GOVERNANÇA CORPORATIVA	Aquisição de licenças de uso de itens de software: Webgovernance.	29/12/2008	28/12/2011

Tipo	Contr. nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
Contrato	156	2008	LTDA. ARTECOR GRÁFICA E EDITORA LTDA - ME	Prestação de serviços gráficos para atender a Coordenação-Geral de Logística.	29/12/2008	28/12/2009
Contrato	157	2008	AÇÃO INFORMÁTICA BRASIL LTDA.	Aquisição de software de virtualização.	29/12/2008	31/12/2008
Contrato	158	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "OFICINA DE CONSTRUÇÃO DO PROJETO PRONASCI/ CUFA", A REALIZAR-SE EM BRASÍLIA/ DF ENTRE OS DIAS 19 A 24 DE OUTUBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.	19/10/2008	31/12/2008
Contrato	159	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "PROGRAMA DE NEUTRALIZAÇÃO E REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE CARBONO RESULTANTES DAS ATIVIDADES DA POLÍCIA FEDERAL", A REALIZAR-SE EM BRASÍLIA/ DF NO DIA 27 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.	26/11/2008	31/12/2008
Contrato	160	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "CHEGADA DO TERRITÓRIO DE PAZ – RECIFE – SANTO AMARO", A REALIZAR-SE EM RECIFE/ PE NO DIA 02 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.	1/12/2008	31/12/2008
Contrato	161	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "CHEGADA DO TERRITÓRIO DE PAZ – RIO DE JANEIRO – COMPLEXO DO ALEMÃO", A REALIZAR-SE NO RIO DE JANEIRO/ RJ NO DIA 04 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.	3/12/2008	31/12/2008
Contrato	162	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "II FÓRUM PREPARATÓRIO PARA A 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA", A REALIZAR-SE EM BRASÍLIA/ DF ENTRE OS DIAS 07 A 09 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e	7/12/2008	31/12/2008

Tipo	Contr. nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
				complementar deste Instrumento.		
Contrato	163	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "CHEGADA DO TERRITÓRIO DE PAZ – ITAPOÁ/DF", A REALIZAR-SE EM BRASÍLIA/ DF NO DIA 16 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.	15/12/2008	31/12/2008
Contrato	164	2008	FRONT PROPAGANDA LTDA	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados em apoio à organização e prestação do evento denominado "CHEGADA DO TERRITÓRIO DE PAZ – ACRE – ZAP 5", A REALIZAR-SE NO RIO BRANCO/ AC NO DIA 10 DE DEZEMBRO DO CORRENTE ANO, que atenda as necessidades da CONTRATANTE, conforme descrito no Termo de Referência, no Edital do Pregão Eletrônico 170/2007 supracitados e seus Anexos, o qual, independentemente de suas transcrições, passam a fazer parte integrante e complementar deste Instrumento.	9/12/2008	31/12/2008
Contrato	165	2008	COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTUCHOS	Aquisição de munições novas no calibre 12, para o Departamento da Força Nacional de Segurança Pública, conforme as especificações e justificativas contidas no Projeto Básico.	31/12/2008	9/2/2009
Contrato	166	2008	SOCIEDADE TECNOPOLITANA DA BAHIA LTDA	Contratação de Instituição de Ensino Superior (IES) para ministrar Curso de Especialização em Perícia Criminal, conforme especificado no Projeto Básico.	31/12/2008	30/12/2009
Contrato	167	2008	LENOVO TECNOLOGIA BRASIL LTDA.	Aquisição de 633 (seiscentos e trinta e três) microcomputadores, com monitores de vídeo LCD de 17", com garantia técnica de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência e Anexo I do Edital de Licitação TSE nº 047/2008, modalidade pregão presencial.	31/12/2008	31/12/2011
Contrato	168	2008	ROCHA BRESSAN ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	Aquisição de fonte de alimentação suplementar de energia elétrica através de grupo gerador.	31/12/2008	30/3/2014
Contrato	169	2008	VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.	Aquisição de solução híbrida de armazenamento de dados, para expansão da Storage Area Network - SAN e implementação da Network Attached Storage – NAS, utilizando mídias fibre channel e serial ata, respectivamente, para uso operacional nas atividades pertinentes da Rede INFOSEG, de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência.	30/12/2008	31/12/2008
Contrato	170	2008	VSG – VISION SOLUTIONS GROUP LTDA.	Aquisição de solução de acesso sem fio destinada ao aumento do número de pontos da infra-estrutura de rede de dados do Edifício Sede do Ministério da Justiça (MJ) e de seus Anexos, incluindo instalação, testes e configuração de equipamentos ativos e passivos, bem como suporte de serviços.	31/12/2008	29/6/2009
Contrato	171	2008	APS ARMANDO PACELLO SINALIZAÇÕES LTDA	Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada no fornecimento de 70 (setenta) Kits para exame de concentração de etanol do ar profundo expirado do pulmão, compostos cada um de aparelho etilômetro acompanhado de impressora, bobinas de papel para impressão dos exames, softwares interno e de gestão, cabos, bocais descartáveis e maleta, além de realização de treinamento de uso dos equipamentos.	31/12/2008	20/4/2009

Tipo	Contr. nº	Ano	Contratada	Descrição dos Serviços	Início	Término
Contrato	172	2008	DRAGER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada no fornecimento de 380 (trezentos e oitenta) Kits para exame de concentração de etanol do ar profundo expirado do pulmão, compostos cada um de aparelho etilômetro , acompanhado de impressora, bobinas de papel para impressão dos exames, softwares interno e de gestão, cabos, bocais descartáveis e maleta, além de realização de treinamento de uso dos equipamentos.	31/12/2008	20/4/2009
Contrato	173	2008	F.B. GERA - EPP	Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada no fornecimento de 150 (cento e cinquenta) Kits para exame de concentração de etanol do ar profundo expirado do pulmão, compostos cada um de aparelho etilômetro acompanhado	31/12/2008	20/4/2009
Contrato	175	2008	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR DE PERNAMBUCO LTDA.	Ministrar Curso Latu Sensu em Perícia Criminal.	8/12/2008	7/12/2009
Contrato	176	2008	VERTOTECH DO BRASIL LTDA.	Aquisição de módulo de firewall para switch CISCO CATALYST 6509, (WS-SVC-FWM-1-K9; FR-SVC-FWM-VC-T1 e CON-SNT-WS-FWM1K9), conforme condições e especificações constantes no Edital.	31/12/2008	29/6/2009

d) Execução orçamentária

O montante recebido pela Coordenação-Geral de Logística para orçamento de custeio e capital foi de R\$ 94.979.865,69. Desse valor, foram empenhados 99,50% que correspondem a R\$ 94.513.810,37. Do valor total empenhado, 90,73%, que correspondem a R\$ 85.756.599,19, foram gastos com serviços de terceiros – Pessoa Jurídica (Natureza de Despesa final 39), conforme detalhamento a seguir.

DENOMINAÇÃO DO PLANO INTERNO-PI	PI	NATUREZA DESPESA	LEI Nº 11.647	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO CONTIDA	TOTAL DOTAÇÃO DISPON.	VALORES PRÉ-EMP.	VALORES EMPEN.	TOTAL VALORES DE EMP.	VALORES PAGOS	SALDOS VALOR. EMPEN.	SALDOS DE DOTAÇÃO	SALDOS EMPENHOS A PAGAR
				(A)	(B)	C = (A-B)	(D)	(E)	F=(D+E)	(G)	H= (F-G)	I = (C-F)	J = (H+I)
Administração da CGL	1101 DP	3390.14		320.842,69	0,00	320.842,69	0,00	317.189,27	317.189,27	317.189,27	0,00	3.653,42	3.653,42
963956		3390.33		235.975,00	0,00	235.975,00	0,00	235.975,00	235.975,00	235.975,00	0,00	0,00	0,00
		3390.36		6.500,00	0,00	6.500,00	0,00	2.405,71	2.405,71	2.405,71	0,00	4.094,29	4.094,29
		3390.93		7.577,00	0,00	7.577,00	0,00	7.216,61	7.216,61	7.216,61	0,00	360,39	360,39
		TOTAL		570.894,69	0,00	570.894,69	0,00	562.786,59	562.786,59	562.786,59	0,00	8.108,10	8.108,10
	141 D	3390.30		1.236.197,64	0,00	1.236.197,64	0,00	1.230.611,39	1.230.611,39	1.230.611,39	0,00	5.586,25	5.586,25
		3390.35		254.850,00	0,00	254.850,00	0,00	254.850,00	254.850,00	254.850,00	0,00	0,00	0,00
		3390.36		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		3390.39		61.081.957,89	0,00	61.081.957,89	0,00	61.081.220,88	61.081.220,88	61.081.220,88	0,00	737,01	737,01
		3390.47		13.700,00	0,00	13.700,00	0,00	13.700,00	13.700,00	13.700,00	0,00	0,00	0,00
		3390.92		663.654,00	0,00	663.654,00	0,00	663.653,27	663.653,27	663.653,27	0,00	0,73	0,73
		3390.93		1.965.317,00	0,00	1.965.317,00	0,00	1.965.317,00	1.965.317,00	1.965.317,00	0,00	0,00	0,00
		3391.39		3.368.017,40	0,00	3.368.017,40	0,00	3.234.522,19	3.234.522,19	3.234.522,19	0,00	133.495,21	133.495,21
		3391.92		25.151,00	0,00	25.151,00	0,00	25.150,71	25.150,71	25.150,71	0,00	0,29	0,29
		4490.52		2.506.251,00	0,00	2.506.251,00	0,00	2.381.830,17	2.381.830,17	2.381.830,17	0,00	124.420,83	124.420,83
		4490.92		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		TOTAL	0,00	71.115.095,93	0,00	71.115.095,93	0,00	70.850.855,61	70.850.855,61	70.850.855,61	0,00	264.240,32	264.240,32
	141 D 1	3390.30		23.005,99	0,00	23.005,99	0,00	20.552,70	20.552,70	20.552,70	0,00	2.453,29	2.453,29
	FT. 300	3390.39		54.958,01	0,00	54.958,01	0,00	54.003,12	54.003,12	54.003,12	0,00	954,89	954,89
		3390.93		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		3391.39		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		TOTAL		77.964,00	0,00	77.964,00	0,00	74.555,82	74.555,82	74.555,82	0,00	3.408,18	3.408,18
Obras e reformas	142 H	3390.39		1.072.000,00	0,00	1.072.000,00	0,00	1.072.000,00	1.072.000,00	1.072.000,00	0,00	0,00	0,00
		3390.51		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
		TOTAL		1.072.000,00	0,00	1.072.000,00	0,00	1.072.000,00	1.072.000,00	1.072.000,00	0,00	0,00	0,00
Serviços postais	146 D	3390.39		5.211.443,00	0,00	5.211.443,00	0,00	5.211.443,00	5.211.443,00	5.211.443,00	0,00	0,00	0,00
		3390.92		63.557,00	0,00	63.557,00	0,00	63.556,36	63.556,36	63.556,36	0,00	0,64	0,64
		TOTAL	0,00	5.275.000,00	0,00	5.275.000,00	0,00	5.274.999,36	5.274.999,36	5.274.999,36	0,00	0,64	0,64
Ações de informática	1106 E	3390.30		497.702,07	0,00	497.702,07	0,00	438.209,74	438.209,74	230.695,49	0,00	59.492,33	59.492,33
		3390.39		14.550.000,00	0,00	14.550.000,00	0,00	14.550.000,00	14.550.000,00	14.550.000,00	0,00	0,00	0,00
		4490.52		1.514.749,00	0,00	1.514.749,00	0,00	1.391.843,25	1.391.843,25	1.391.843,25	0,00	122.905,75	122.905,75
		TOTAL	0,00	16.064.749,00	0,00	16.064.749,00	0,00	16.380.052,99	16.380.052,99	16.172.538,74	0,00	122.905,75	122.905,75

DENOMINAÇÃO DO PLANO INTERNO-PI	PI	NATUREZA DESPESA	LEI Nº 11.647	DOTAÇÃO AUTORIZADA	DOTAÇÃO CONTIDA	TOTAL DOTAÇÃO DISPON.	VALORES PRÉ-EMP.	VALORES EMPEN.	TOTAL VALORES DE EMP.	VALORES PAGOS	SALDOS VALOR. EMPEN.	SALDOS DE DOTAÇÃO	SALDOS EMPENHOS A PAGAR
				0									
	1106 E1	3390.30		7.900,00	0,00	7.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.900,00	7.900,00
	FT. 300	TOTAL	0,00	7.900,00	0,00	7.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.900,00	7.900,00
LOCAÇÃO DE IMOVEIS	1108 A	3390.39		553.410,00	0,00	553.410,00	0,00	553.410,00	553.410,00	553.410,00	0,00	0,00	0,00
		TOTAL		553.410,00	0,00	553.410,00	0,00	553.410,00	553.410,00	553.410,00	0,00	0,00	0,00

RESUMO POR NATUREZA DE DESPESA													
DIÁRIAS	3390.14			320.842,69	0,00	320.842,69	0,00	317.189,27	317.189,27	317.189,27	0,00	3.653,42	3.653,42
OUT. SERV.TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	3390.36			6.500,00	0,00	6.500,00	0,00	2.405,71	2.405,71	2.405,71	0,00	4.094,29	4.094,29
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3390.33			235.975,00	0,00	235.975,00	0,00	235.975,00	235.975,00	235.975,00	0,00	0,00	0,00
	3390.93			7.577,00	0,00	7.577,00	0,00	7.216,61	7.216,61	7.216,61	0,00	360,39	360,39
TOTAL				570.894,69	0,00	570.894,69	0,00	562.786,59	562.786,59	562.786,59	0,00	8.108,10	8.108,10
DIÁRIAS	3390.14			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	3390.33			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
MATERIAL DE CONSUMO	3390.30			1.764.805,70	0,00	1.764.805,70	0,00	1.689.373,83	1.689.373,83	1.481.859,58	0,00	75.431,87	75.431,87
OUT. SERV.TERCEIROS-PESSOA FÍSICA	3390.36			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUT. SERV.TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	3390.39			82.523.768,90	0,00	82.523.768,90	0,00	82.522.077,00	82.522.077,00	82.522.077,00	0,00	1.691,90	1.691,90
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS/CONTRIBUTIVAS	3390.47			13.700,00	0,00	13.700,00	0,00	13.700,00	13.700,00	13.700,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3390.92			727.211,00	0,00	727.211,00	0,00	727.209,63	727.209,63	727.209,63	0,00	1,37	1,37
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	3390.93			1.965.317,00	0,00	1.965.317,00	0,00	1.965.317,00	1.965.317,00	2.028.873,36	0,00	0,00	0,00
OUT. SERV. TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA -INTRA ORÇ.	3391.39			3.368.017,40	0,00	3.368.017,40	0,00	3.234.522,19	3.234.522,19	3.234.522,19	0,00	133.495,21	133.495,21
	3391.92			25.151,00	0,00	25.151,00	0,00	25.150,71	25.150,71	25.150,71	0,00	0,29	0,29
TOTAL				90.387.971,00	0,00	90.387.971,00	0,00	90.177.350,36	90.177.350,36	90.033.392,47	0,00	210.620,64	210.620,64
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	4490.52			4.021.000,00	0,00	4.021.000,00	0,00	3.773.673,42	3.773.673,42	3.773.673,42	0,00	247.326,58	247.326,58
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	4490.92			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL				4.021.000,00	0,00	4.021.000,00	0,00	3.773.673,42	3.773.673,42	3.773.673,42	0,00	247.326,58	247.326,58
RESUMO DE CUSTEIO				90.958.865,69	-	90.958.865,69	-	90.740.136,95	90.740.136,95	90.596.179,06	-	218.728,74	218.728,74
RESUMO DE CAPITAL				4.021.000,00	-	4.021.000,00	-	3.773.673,42	3.773.673,42	3.773.673,42	-	247.326,58	247.326,58
TOTAL GERAL				94.979.865,69	0,00	94.979.865,69	0,00	94.513.810,37	94.513.810,37	94.369.852,48	0,00	466.055,32	466.055,32

e) Serviços gerais

A CGL, por meio da COSEG, é responsável por toda a pesquisa de preços dos processos de compra e de serviços a serem contratados através das diversas modalidades de licitação pública, ainda se incumbe das áreas de almoxarifado e patrimônio. Abaixo, um demonstrativo das ações realizadas por aquela Coordenação:

- **Almoxarifado**

O recebimento, a conferência, os registros, a classificação, a armazenagem e a distribuição dos materiais em estoque foram realizadas pelo Setor de Almoxarifado mediante solicitações das diversas áreas do Ministério da Justiça e órgãos vinculados. Outras atividades relevantes para o Órgão dizem respeito ao controle e atualização dos materiais de consumo, bem como a apropriação de todas as despesas relativas às aquisições no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

No que tange às movimentações de materiais de consumo, conforme as Requisições de Material de Consumo – RMC registradas no período, tem-se:

DEMONSTRATIVO DE MATERIAL DE CONSUMO ANUAL - 2008		
CONTA	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADES
1	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	01 litro
16	Materiais de Expediente	374.177
17	Materiais de Processamento de Dados (Cartuchos e Toners)	3.959
17	Materiais de Processamento de Dados (outros diversos)	26.240
19	Materiais de Acondicionamento e Embalagens	4.387
21	Materiais de Copa e Cozinha	3.128
22	Materiais de Limpeza de Produtos Higiênicos	753
24	Materiais para manutenção de Bens Imóveis	67
25	Materiais para manutenção de Bens Móveis	528
26	Materiais elétricos	3.890
29	Materiais para Áudio, Vídeo e Foto	1.755
30	Materiais para Comunicação	452
36	Materiais hospitalares	1.148
39	Materiais para manutenção de veículos	31
42	Ferramentas	85
50	Bandeiras, Flâmulas e insígnias	65

- **Patrimônio**

A CGL tem buscado melhorar sua estrutura em direção às condições ideais para o desenvolvimento das atividades a si atribuídas. A atuação do Setor de Patrimônio é vital para que se dê a correta fiscalização e a gerência dos bens e materiais permanentes do Ministério, de forma concreta e definitiva. As principais atividades realizadas por aquele Setor, no exercício de 2008, estão registradas no quadro demonstrativo abaixo:

QUANTIDADE	ATIVIDADE
77.916	Bens movimentados
10.457	Termos Responsabilidade emitidos
	3.481 Termos referentes a transferência de responsabilidade
	6.976 Termos referentes a movimentação de bens
31.094	Bens tombados e cadastrados
	24.436 Bens adquiridos por compra
	5.172 Bens adquiridos por compra extra-orçamentária
	920 Bens adquiridos por devolução
	523 Bens adquiridos por doação

QUANTIDADE	ATIVIDADE	
	42	Bens adquiridos por avaliação
	01	Bens adquiridos por reconstrução
483	Autorizações de saída de bens	
	124	Para conserto
	226	Para serviços externos
	239	Para transferência de Estado
	37	Para manutenção
	06	Para empréstimo
	0	Para orçamento
	0	Para reforma
1.500	ETR - Encaminhamento de Termos de Responsabilidade	

- **Marcenaria**

Relevantes foram os serviços prestados pela área de marcenaria na restauração do mobiliário em geral passível de recuperação, promovendo reformas, consertos, montagens, desmontagens e fixações, além da confecção de pequenas peças cujas demandas procedem das diversas áreas do Ministério e são feitas sob medida, de modo a conferir o melhor aproveitamento do espaço físico disponível. Os principais serviços são a seguir detalhados:

MATERIAL	REFORMA	CONSERTO	FIXAR	CONFECÇÃO	DESMONTAGEM	MONTAGEM	REMOÇÃO
MESA	07	04	01	0	28	34	0
CADEIRA	0	04	0	0	0	0	0
QUADRO P/ RECADO	18	01	81	03	0	0	0
PORTA	0	08	0	0	0	0	0
ARMÁRIO	03	02	0	0	04	0	0
GAVETEIRO	08	11	0	0	0	0	0
SUPORTE P/ PORTA	0	0	0	0	0	0	0
CLAVICULÁRIO	0	0	0	0	0	0	0
TROCA CORREDIÇA	0	0	0	0	0	0	0
APOIO P/ PÉ	0	0	0	12	0	0	0
ESCADA	0	0	0	0	0	0	0
RODAPÉ	0	0	0	0	0	0	0
CINZEIROS	0	0	0	0	0	0	0
MOLDURAS	0	0	0	0	0	0	0
ESTANTES	0	0	0	0	0	0	0
CAIXA P/ TRANSPORTE	0	0	0	0	0	0	0
SUPORTE QUADRO P/	0	0	0	0	0	0	0
PRATELEIRA	0	0	0	0	06	0	0
ESTANTE	0	0	0	0	0	0	0
ALIZAR PAREDE	0	0	0	0	0	0	0
BANCO	0	0	0	0	0	0	0
BALCÃO	0	0	0	0	0	0	0
SUPORTE P/ PALETÓ	0	0	0	0	0	0	0
SUPORTE TECLADO P/	0	04	02	0	0	0	0
CABIDEIRO	0	02	0	01	0	0	0

MATERIAL	REFORMA	CONSERTO	FIXAR	CONFECÇÃO	DESMONTAGEM	MONTAGEM	REMOÇÃO
SUPOORTE P/ CPU	0	01	0	0	0	0	0
TOTAL	36	37	84	16	38	34	0

- **Engenharia**

Atuando conjuntamente com as empresas contratadas para os serviços de manutenção predial, instalação e reforma de persianas, montagem e desmontagem de divisórias, registraram-se inúmeras ordens de serviço, com atendimento integral pelo Setor de Engenharia, enquanto outros projetos e serviços estão em execução e alguns aguardando sua realização.

Abaixo, registram-se alguns importantes projetos nas três formas mencionadas (executados, em execução e a executar), conduzidos pelo Setor de Engenharia, a saber:

PRINCIPAIS REFORMAS, OBRAS E SERVIÇOS EXECUTADOS EM 2008

UNIDADE (Órgão)	PROJETO	LOCAL (Edifício e Andar)
CGRH	Adequação de layout e remanejamento e confecção de divisórias, armários e mesas. Troca de luminárias e pintura de teto e parede.	térreo e 4º andar do Anexo II - salas T4 e 410
CGTI	Adequação de layout e remanejamento e confecção de divisórias, armários e mesas. Troca de luminárias. Instalação de Nobreaks no sistema elétrico da rede de dados do MJ.	2º e 3º andares do Sede - salas 201, 308 e 320
	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias, armários e mesas. Troca de luminárias.	5º andar do Anexo II - sala 524 (central de atendimento)
	Aquisição de 02 condicionadores de ar tipo split-system de 48.000 BTU's para QGBT/Nobreaks.	2º subsolo do Sede
SENASP	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias, armários e mesas. Troca de luminárias e pintura de teto e parede.	térreo e 5º andar do Sede - salas s/nº do Salão Negro, 506 e 508
	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias, armários, mesas e forro. Troca de luminárias e pintura de teto e parede. Instalação de bancadas e cubas nos refeitórios.	Cruzeiro
	Adequação de lay out e confecção de divisórias, armários, mesas e forro. Instalação de luminárias e pintura de teto e parede. Aquisição de persianas verticais e box em vidro temperado.	BEPE
DEEST	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias, armários e mesas. Troca de luminárias e pintura de teto e parede.	térreo, 3º e 5º andares do Anexo II - salas T3, 300, 303, 306, 308, 310, 320 e 510
GM	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias, armários e aquisição de mesas e gabinete para quadro branco. Troca de luminárias e pintura de teto e parede. Substituição de piso em carpete.	Sala de Situação - 430
	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias, armários e mesas. Troca de luminárias e pintura de teto e parede. Instalação de pisos e persianas verticais.	térreo, 3º e 4º andares do Sede - salas T9, 318, 328, 400, 401, 403, 408, 409, 412, 426, 436 e 438

PRINCIPAIS REFORMAS, OBRAS E SERVIÇOS EXECUTADOS EM 2008

UNIDADE (Órgão)	PROJETO	LOCAL (Edifício e Andar)
Secretaria Executiva - SE	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias e armários. Substituição de bancadas e cubas no wc e na copa e instalação de armários em mdf na copa.	3º andar do Sede - salas 300-A e 300-B
Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH (PR)	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias, armários e mesas. Troca de luminárias e pintura de teto e parede.	2º, 3º e 5º andares do Sede - salas 212-A, 322 e 503
	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias, armários e mesas.	3º e 6º andares do Anexo II - salas 301-A e 602
Secretaria Nacional de Justiça - SNJ	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias, armários e mesas. Troca de luminárias e pintura de teto e parede.	2º andar do Anexo II - sala 213
	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias, armários e mesas. Troca de luminárias e pintura de teto e parede.	4º andar do Sede - salas 428 e 430
DEPEN	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias, armários e mesas.	1º e 2º subsolo do Anexo II
	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias, armários e mesas. Troca de luminárias e pintura de teto e parede.	6º andar do Anexo II - salas 616, 618, 620, 621 e 627
DPU	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias, armários e mesas.	2º andar do Anexo II - salas 225 e 240
CGMA	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias, armários e mesas. Troca de luminárias e pintura de teto e parede.	3º andar do Sede - sala 314
Coordenação-Geral de Logística - CGL	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias, armários e mesas. Pintura de teto e parede.	1º e 2º andares do Anexo I - salas 100, 102 e 200
	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias, armários e mesas. Troca de luminárias e pintura de teto e parede.	1º subsolo do Anexo II - área ocupada pela Fortesul / pool de impressões
Comissão de Anistia - CA	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias, armários e mesas. Troca de luminárias e pintura de teto e parede.	2º andar do Sede - sala 200
DENATRAN	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias, armários e mesas.	5º andar do Anexo II - sala 524
Secretaria de Assuntos Legislativos - SAL	Adequação de lay out e remanejamento e confecção de divisórias, armários e mesas.	4º andar do Sede - sala 434
Biblioteca	Revitalização dos mobiliários.	térreo do Sede
SENASP e DRCI	Preparação do 1º e 2º andares do Shopping ID, locados pelo Ministério da Justiça para abrigar unidades da SENASP e o DRCI. Elaboração de lay out com instalação de divisórias, mobiliários, confecção de armários, instalação de rede, telefonia e elétrica.	1º e 2º andares do Ed. Venâncio 3000
Restaurante	Demolição de alvenarias no Restaurante para preparação do espaço para instalação de Empresa Pedagógica de Gastronomia do SENAC	2º subsolo do Anexo II

PRINCIPAIS REFORMAS, OBRAS E SERVIÇOS EXECUTADOS EM 2008

UNIDADE (Órgão)	PROJETO	LOCAL (Edifício e Andar)
Toldos	Instalação de toldos em policarbonato no acesso ao Anexo I, acessos ao Anexo II e estacionamento de motos.	Anexos I e II
Brises	Instalação de brises nas janelas do Anexo I.	Anexo I

PRINCIPAIS REFORMAS, OBRAS E SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS EM 2009

UNIDADE (Órgão)	PROJETO	LOCAL (Edifício e Andar)
Anexo III	Projeto de Construção do Anexo III	Terreno N2
Salão Negro	Revitalização do piso, substituição de forro e luminárias.	Térreo do Sede
Centro de Memória da Imigração no Brasil - CMIB	Implementação do projeto do CMIB.	Térreo do Sede
Esquadrias dos edifícios do MJ	Projeto de recuperação e substituição das esquadrias	Edifícios Sede e Anexos I e II
Instalações elétricas	Reforma das instalações elétricas	Edifícios Sede, Anexos I e II
Banheiros e copas	Reforma dos banheiros e instalações hidrossanitárias	Edifícios Sede e Anexo II
Garagens	Pintura e demarcação de vagas das garagens	Edifícios Sede
Caixas d'água	Limpeza e impermeabilização das caixas d'água	Edifícios Sede e Anexos I e II
Ar condicionado	Elaboração de Projeto Executivo de modernização do sistema de ar condicionado do Sede para posterior licitação	Edifício Sede
Instalações de prevenção e combate a incêndio	Elaboração de Projeto Executivo de modernização do sistema de prevenção e combate a incêndio e para posterior licitação	Edifícios Sede, Anexos I e II
Laje do privativo do Ministro	Impermeabilização da laje do privativo do Ministro	Edifício Sede
CGL	Reestruturação da CGL em área anteriormente ocupada pela DPU	Edifícios Anexos I e II
DEPEN	Reestruturação do DEPEN	Edifício Anexo II
CJ	Reestruturação da Consultoria Jurídica	Edifício Sede
SDE	Reestruturação de parte da SDE	Edifício Sede
SENASP	Readequação de áreas da SENASP que serão desocupadas por setores transferidos para o Shopping ID	Edifício Sede
Auditório	Troca dos revestimentos e reforma do mobiliário	Edifício Sede
SEDH	Reestruturação de áreas ocupadas pela SEDH, a ser transferida para edifício fora do Ministério da Justiça	Edifícios Sede e Anexo II

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

No exercício de 2008, a Coordenação-Geral de Logística executou o montante de R\$ 921.130,86 (novecentos e vinte e um mil, cento e trinta reais e oitenta e seis centavos) referente ao reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos do exercício anterior.

UG	Credor	Inscrição (Saldo Inicial)	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12
-----------	---------------	----------------------------------	--------------------------	-------------------------	-----------------------------

	Denominação	CNPJ/CPF	Data	Valor	Data	Valor	Data	Valor	
200005	Fortesul - Serviços, Construções e Saneamento Ltda.	03.059.584.0001/69	-	576.588,92	-	576.588,92	-	576.588,92	0,00
200005	Rápido Transnil Transportadora Ltda	26.435.370.0001/45	-	3.270,81	-	3.270,81	-	3.270,81	0,00
200005	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	34.028.316.0007/07	-	63.556,36	-	63.556,36	-	63.556,36	0,00
200005	Canal 27 Comunicações Ltda	37.079.498.0001/30	-	15.153,93	-	15.153,93	-	15.153,93	0,00
200005	Aplauso Organização de Eventos Ltda	37.986.239.0001/92	-	68.603,50	-	68.603,50	-	68.603,50	0,00
200005	Brasil Telecom S/A	76.535.764.0001/43	-	2.655,32	-	2.655,32	-	2.655,32	0,00
200001	DDB Brasil Publicidade Ltda	60.741.303.0001/97	-	130.375,16	-	130.375,16	-	130.375,16	0,00
200140	Boeing Turismo Ltda	32.913.329.0001/30	-	60.926,86	-	60.926,86	-	60.926,86	0,00
Total				921.130,86		921.130,86		921.130,86	0,00

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Em 2008, a CGL executou o valor equivalente a R\$ 69.474.287,71 (sessenta e nove mil, quatrocentos e setenta e quatro, duzentos e oitenta e sete reais e setenta e um centavos) referente a restos a pagar do exercício de 2007.

ANO DE INSCRIÇÃO	RP PROCESSADOS				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2007/06					2.100.587,09			
2008	4.277.166,73	11.077,86	4.237.402,87	28.686,00	69.474.287,71	11.656.010,51	46.412.783,09	13.506.081,20

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

TIPO	CÓDIGO SIAFI	Nº DO CONVENIO	PROCESSO	VIGÊNCIA	OBJETO	DATA DA PUBLIC.	VALOR PACTUADO	VALOR RECEBIDO NO EXERCÍCIO	CONTRAP.	BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA	DEMANDA
1	627029	01/2008	08025000204200830	27/06/2008 a 26/06/2009	Implantação de 01 (um) Núcleo de Justiça na Comunitária na Comunidade da Lomba Pinheiro, em Porto Alegre-RS.	03/07/2008	212.907,70	212.907,70	Isento	INSTITUTO CULTURAL FRANCISCO DE ASSIS	SÃO DE	SRJ
1	626680	02/2008	08001006172200854	30/06/2008 a 31/05/2009	Reestruturar a Promotoria de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, para a implementação da Lei Maria da Penha.	02/07/2008	207.072,24	200.000,00	7.072,24	MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS	DE	SRJ
1	627361	03/2008	08001006299200873	27/06/2008 a 26/10/2009	Instalação, estruturação e composição dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher nos juízos de Vitória, Vila Velha e Cariacica/ES.	04/07/2008	900.000,00	882.000,00	18.000,00	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESPIRITO SANTO	DE	SRJ
1	627030	04/2008	08001006276200869	27/06/2008 a 26/06/2009	Criação, estruturação e implementação do Núcleo de Defesa da mulher da Defensoria Pública	03/07/2008	247.602,95	244.602,95	3.000,00	DEFENSORIA PÚBLICA CEARÁ		SRJ
1	626695	05/2008	08001006281200871	27/06/2008 a 26/06/2009	Redução da revitimização das vítimas quando de seus atendimentos na DEAM-DF	02/07/2008	341.396,26	337.896,26	3.500,00	GOVERNO DO DF		SRJ
1	626703	06/2008	08025000170200883	27/06/2008 a 26/06/2009	Fortalecer o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública do DF	02/07/2008	303.055,00	300.055,00	3.000,00	SEJUS/CEAJUR		SRJ
1	626706	07/2008	08001006177200887	27/06/2008 a 26/06/2009	Criação, estruturação e implementação de Núcleo Especializado em Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar	02/07/2008	205.170,00	202.000,00	3.170,00	DEFENSORIA PÚBLICA CEARÁ		SRJ
1	626731	08/2009	08001006275200814	27/06/2008 a 26/06/2009	Instalar e estruturar na Comarca de Salvador/BA, uma Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	02/07/2008	505.050,00	500.000,00	5.050,00	TRIBUNAL DE JUSTIÇA BAHIA	DE	SRJ
1	627031	09/2008	08001006278200858	27/06/2008 a 26/06/2009	Criar estrutura e implementar a Defensoria Especial Pública Especializada na Defesa da Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar em Betim e Contagem/MG	03/07/2008	205.600,00	164.704,00	40.896,00	DEFENSORIA PÚBLICA MINAS GERAIS		SRJ
1	627366	10/2008	08001006007200801	27/06/2008 a 26/06/2009	Criação e implantação do Núcleo de Atendimento Especializado da Mulher Vítima de Violência Familiar - NAEM.	04/07/2008	311.490,00	300.590,00	10.900,00	DEFENSORIA PÚBLICA PARÁ		SRJ
1	627356	11/2008	08001006273200825	27/06/2008 a 26/06/2009	Aquisição de equipamentos para estruturação do Núcleo de Apoio ao Combate à Violência Doméstica e Familiar.	02/07/2008	209.908,59	207.408,59	2.500,00	PROCURADORIA GERAL PERNAMBUCO		SRJ

TIPO	CÓDIGO SIAFI	Nº DO CONVENIO	PROCESSO	VIGÊNCIA	OBJETO	DATA DA PUBLIC.	VALOR PACTUADO	VALOR RECEBIDO NO EXERCÍCIO	CONTRAP.	BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA	DEMANDA
1	627376	12/2008	08001006108200873	27/06/2008 a 26/06/2009	Estruturar e implementar as Defensorias Especializadas na Defesa da Mulher em situação de violência doméstica e familiar	04/07/2008	473.726,00	453.726,00	20.000,00	GOVERNO DO ESTADO PERNAMBUCO		SRJ
1	626739	13/2008	08001006267200878	27/06/2008 a 26/07/2009	Criar, estruturar e implementar a Coordenadoria de Atendimento as Mulheres Vítimas de Violência Domestica e Familiar	02/07/2008	306.000,00	300.000,00	6.000,00	DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO		SRJ
1	626742	14/2008	08001006277200811	27/06/2008 a 26/12/2009	Instalação e Estruturação do III Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher	02/07/2008	1.716.273,82	1.681.948,34	34.325,48	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO		SRJ
1	626749	15/2008	08001006170200865	27/06/2008 a 26/06/2009	Estruturação de Núcleo de Apoio no âmbito do Ministério Público do Rio Grande do Sul	02/07/2008	204.490,52	200.000,00	4.490,52	MINISTERIO PUBLICO DO RIO GRANDE DO SUL		SRJ
1	626781	16/2008	08001006272200881	27/06/2008 a 26/06/2009	Programa de implementação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) e criação de Núcleo Especializado de Atendimento de Mulheres	02/07/2008	303.000,00	300.000,00	3.000,00	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL		SRJ
1	627032	17/2008	08001006279200801	27/06/2008 a 26/06/2009	Estruturação e aparelhamento de sala de audiência nos Foros Regionais de Porto Alegre	03/07/2008	425.634,05	416.714,05	8.920,00	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL		SRJ
1	627382	18/2008	08001006171200818	27/06/2008 a 26/06/2009	Criação, estruturação e implementação do NUDEM/SP - Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher vítima de violência	04/07/2008	204.495,43	199.998,43	4.497,00	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO SÃO PAULO		SRJ
1	627416	19/2008	08001006280200827	27/06/2008 a 26/07/2009	Criação, implantação e aparelhamento de Unidade Especializada de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar	04/07/2008	293.080,00	290.149,00	2.931,00	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS		SRJ
1	627458	20/2008	08001006265200889	27/06/2008 a 26/07/2009	Fortalecer e ampliar o serviço de assistência jurídica integral aos presos e aos seus familiares	04/07/2008	508.800,00	503.702,00	5.098,00	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALGOAS		SRJ
1	626784	21/2008	08001006176200832	27/06/2008 a 26/07/2009	Fortalecer e ampliar o serviço de assistência jurídica integral aos presos e aos seus familiares	02/07/2008	505.000,00	500.000,00	5.000,00	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA		SRJ
1	627033	22/2008	08001006005200811	27/06/2008 a 26/07/2009	Fortalecer e ampliar o serviço de assistência jurídica integral aos presos e aos seus familiares	03/07/2008	1.020.408,16	1.000.000,00	20.408,16	DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL		SRJ
1	627461	23/2008	08001006174200843	27/06/2008 a 26/07/2009	Fortalecer e ampliar o serviço de assistência jurídica integral aos presos e aos seus familiares	03/07/2008	1.535.000,00	1.500.000,00	35.000,00	DEFENSORIA PUBLIDA DO RIO DE JANEIRO		SRJ
1	627357	24/2008	08001006107200829	27/06/2008 a 26/06/2009	Fortalecer e ampliar o serviço de assistência jurídica integral aos presos e aos seus familiares	03/07/2008	640.632,00	15.000,00	625.632,00	DEFENSORIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO		SRJ

TIPO	CÓDIGO SIAFI	Nº DO CONVENIO	PROCESSO	VIGÊNCIA	OBJETO	DATA DA PUBLIC.	VALOR PACTUADO	VALOR RECEBIDO NO EXERCÍCIO	CONTRAP.	BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA	DEMANDA
1	627034	25/2008	08001005350200820	27/06/2008 a 26/06/2009	Fortalecer e ampliar o serviço de assistência jurídica integral aos presos e aos seus familiares	03/07/2008	404.337,65	400.293,65	4.044,00	DEFENSORIA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL		SRJ
1	627035	26/2008	08001006173200807	27/06/2008 a 26/06/2009	Fortalecer e ampliar o serviço de assistência jurídica integral aos presos e aos seus familiares	03/07/2008	507.554,00	501.564,00	5.990,00	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA		SRJ
1	627482	27/2008	08001005351200874	27/06/2008 a 26/08/2009	Fortalecer e ampliar o serviço de assistência jurídica integral aos presos e aos seus familiares	04/07/2008	3.061.224,49	3.000.000,00	61.224,49	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO		SRJ
1	627036	28/2008	08001006266200823	27/06/2008 a 26/07/2009	Fortalecer e ampliar o serviço de assistência jurídica integral aos presos e aos seus familiares	03/07/2008	202.361,82	200.000,00	2.361,82	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PIAUI		SRJ
1	627037	29/2008	08001006268200812	27/06/2008 a 26/07/2009	Fortalecer e ampliar o serviço de assistência jurídica integral aos presos e aos seus familiares	03/07/2008	757.500,00	749.288,00	8.212,00	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO CEARA		SRJ
1	627038	30/2008	08001006269200867	27/06/2008 a 26/06/2009	Formação de 02 (dois) Núcleos de Justiça Comunitária na cidade de Fortaleza/CE	03/07/2008	562.073,00	556.267,00	5.806,00	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO CEARA		SRJ
1	627462	31/2008	08001006008200847	27/06/2008 a 26/06/2009	Fortalecer e ampliar o serviço de assistência jurídica integral aos presos e aos seus familiares	04/07/2008	600.000,00	588.000,00	12.000,00	DEFENSORIA PUBLICA DO ESPIRITO SANTO		SRJ
1	627473	32/2008	08001006006200858	27/06/2008 a 26/06/2009	Criação, estruturação e implementação do Núcleo Especializado Maria da Penha para atendimento e acompanhamento jurídico às mulheres	04/07/2008	300.500,00	294.000,00	6.500,00	DEFENSORIA PUBLICA DO ESPIRITO SANTO		SRJ
1	627480	33/2008	08001006274200870	27/06/2008 a 26/06/2009	Implantar 1 (um) Núcleo de Justiça Comunitária na Cidade de Recife/PE	04/07/2008	300.000,00	285.000,00	15.000,00	PROCURADORIA GERAL PERNAMBUCO		SRJ
1	627039	34/2008	08001006271200836	27/06/2008 a 26/06/2009	Implantar 1 (um) Núcleo de Justiça Comunitária na Cidade de Rio Branco/AC	03/07/2008	303.030,30	300.000,00	3.030,30	TRIBUNAL DE JUSTIÇA ACRE		SRJ
1	627547	35/2008	08015000242200810	27/06/2008 a 26/06/2010	Implementação de ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas	04/07/2008	100.000,00	99.000,00	1.000,00	SECRETARIA DE ESTADO DEFESA SOCIAL		SNJ
1	627686	36/2008	08001006134200800	27/06/2008 a 26/06/2010	Implementação de ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas	07/07/2008	101.000,00	100.000,00	1.000,00	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE GOIAS		SNJ
1	627541	37/2008	08001006523200827	27/06/2008 a 26/06/2010	Implementação de ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas	04/07/2008	102.000,00	100.000,00	2.000,00	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL DE DIREITOS HUMANOS		SNJ

TIPO	CÓDIGO SIAFI	Nº DO CONVENIO	PROCESSO	VIGÊNCIA	OBJETO	DATA DA PUBLIC.	VALOR PACTUADO	VALOR RECEBIDO NO EXERCÍCIO	CONTRAP.	BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA	DEMANDA
1	627562	38/2008	080010065502008	27/06/2008 a 26/06/2010	Implementação de ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas	04/07/2008	120.000,00	100.000,00	20.000,00	SECRETARIA DE JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA DO ESTADO DE SÃO PAULO		SNJ
1	627568	39/2008	08001006219200880	27/06/2008 a 26/06/2010	Viabilizar o fortalecimento da Coordenadoria e criação de Centro de Informação de ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas	04/07/2008	100.000,00	97.600,00	2.400,00	SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E DIREITO HUMANOS		SNJ
1	627488	40/2008	08001006282200816	27/06/2008 a 26/06/2009	Instalação, estruturação e composição do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher junto ao Fórum Criminal	04/07/2008	511.100,00	499.100,00	12.000,00	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO		SRJ
1	627040	41/2008	08025000269200885	27/06/2008 a 26/09/2009	Criação de 01 (uma) Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher	03/07/2008	765.306,12	750.000,00	15.306,12	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS		SRJ
1	635840	48/2008	08025000441200809	31/10/2008 a 31/10/2009	Realização de Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento em técnicas de Mediação e Composição de Conflitos	11/11/2008	183.600,00	180.000,00	3.600,00	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA		SRJ
1	635915	49/2008	08018000576200855	28/11/2008 a 27/07/2009	Fornecer apoio e assistência aos Refugiados(as) e solicitantes de refúgio	02/12/2008	317.020,00	292.300,00	24.720,00	CARITAS ARQUIDIOCESANA DESAO PAULO		CONADE
1	635922	50/2008	08018000603200890	28/11/2008 a 27/05/2009	Fornecer apoio e assistência aos Refugiados(as) e solicitantes de refúgio	02/12/2008	346.517,18	281.615,00	64.902,18	CARITAS ARQUIDIOCESANA DO RIO DE JANEIRO		CONADE
1	637706	51/2008	08025000516200843	01/12/2008 a 30/11/2009	Implementar no Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito da PUC/SP	24/12/2008	103.440,00	100.000,00	3.440,00	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE SAO PAULO		SRJ
1	637708	52/2008	08025000503200874	02/12/2008 a 01/12/2009	Implementar no Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito do Instituto Superior do Espírito Santo - UNES, a prática da mediação n o atendimento oferecido à comunidade em parceria com a Proponente.	24/12/2008	112.000,00	100.000,00	12.000,00	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO		SRJ
1	637709	53/2008	08025000522200809	02/12/2008 a 01/12/2009	Implementar no Núcleo de Prática Jurídica do Curso de Direito da Associação Caruarense de Ensino Superior - ASCES, a prática da mediação no atendimento oferecido à comunidade em parceria com a proponente	24/12/2008	119.200,00	100.000,00	19.200,00	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO		SRJ

TIPO	CÓDIGO SIAFI	Nº DO CONVENIO	PROCESSO	VIGÊNCIA	OBJETO	DATA DA PUBLIC.	VALOR PACTUADO	VALOR RECEBIDO NO EXERCÍCIO	CONTRAP.	BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA	DEMANDA
1	637710	54/2008	08025000509200841	02/12/2008 a 01/12/2009	Instalar Núcleos Avançados de Cidadania e Direitos Humanos em duas das regiões de maior índice de violência da Grande Vitória – Ilha do Príncipe e São Pedro	24/12/2008	102.000,00	100.000,00	2.000,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA		SRJ
1	637188	55/2008	08025000528200878	17/12/2008 a 17/06/2009	Oferecer curso de formação e capacitação teórica e prática aos estudantes do curso de direito da Universidade Cândido Mendes, nas temáticas de direitos humanos, ética, cidadania e mediação de conflitos	18/12/2008	102.000,00	100.000,00	2.000,00	SECRETARIA DE ESTADO DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS		SRJ
1	639715	56/2008	08025000530200847	26/12/2008 a 25/02/2010	Ampliar a assistência jurídica integral aos presos e familiares do Estado de Tocantins, através da implementação do Núcleo de Assistência e Defesa ao preso	30/12/2008	319.638,18	0,00	7.651,18	DEFENSORIA PUBLICA DE TOCANTINS		SRJ
1	639727	57/2008	08025000397200829	26/12/2008 a 25/05/2009	Aquisição de equipamentos para a implantação do Projeto Ministério Público Comunitário	30/12/2008	555.555,55	0,00	55.555,55	MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAPÁ		SRJ
1	643595	58/2008	08025000640200817	26/12/2008 a 25/03/2010	Fortalecer e ampliar a assistência jurídica integral aos presos e familiares do Estado do Rio Grande do Norte	30/12/2008	494.250,98	0,00	4.893,57	DEFENSORIA PUBLICA RIO GRANDE DO NORTE		SRJ
1	643596	59/2008	08025000385200802	26/12/2008 a 25/12/2009	Fortalecer o trabalho desenvolvido pela Defensoria Pública do Distrito Federal	30/12/2008	550.000,00	0,00	50.000,00	SECRETARIA DE JUSTIÇA/DF		SRJ
1	000000	60/2008	08001012107200868	26/12/2008 a 25/06/2010	Fortalecer e ampliar a assistência jurídica integral aos presos e familiares do Estado do Acre	30/12/2008	408.500,00	0,00	4.700,00	DEFENSORIA PUBLICA -GERAL DO ESTADO DO ACRE		SRJ
1	644253	61/2008	08025000445200889	26/12/2008 a 25/12/2009	Realização de Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento em Técnicas de Mediação e Composição de Conflitos para Operadores do Direito por intermédio do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.	30/12/2008	149.338,00	0,00	6.090,00	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE TOCANTINS		SRJ
1	644740	62/2008	08001008036200807	26/12/2008 a 25/12/2009	Realização de Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento em Técnicas de Mediação e Composição de Conflitos para Magistrados e Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul	30/12/2008	146.962,10	0,00	3.032,99	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL		SRJ

TIPO	CÓDIGO SIAFI	Nº DO CONVENIO	PROCESSO	VIGÊNCIA	OBJETO	DATA DA PUBLIC.	VALOR PACTUADO	VALOR RECEBIDO NO EXERCÍCIO	CONTRAP.	BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA	DEMANDA
1	644254	63/2008	08025000660200880	26/12/2008 a 25/01/2010	Fortalecer e ampliar a assistência jurídica integral aos presos e familiares, prestado pela Defensoria Pública do Estado de Sergipe	30/12/2008	333.223,00	0,00	3.605,00	DEFENSORIA PÚBLICA SERGIPE		SRJ
1	644255	64/2008	08025000657200866	26/12/2008 a 25/04/2010	Fortalecer e ampliar a assistência jurídica integral aos presos e familiares do Estado do Maranhão	30/12/2008	503.108,27	0,00	4.981,27	DEFENSORIA PÚBLICA DO MARANHÃO		SRJ
1	643658	65/2008	08025000635200804	26/12/2008 a 25/05/2010	Fortalecer e ampliar a assistência jurídica integral aos presos e familiares do Estado de Rondônia	30/12/2008	606.060,60	0,00	6.060,60	DEFENSORIA PÚBLICA DE RONDONIA		SRJ
1	637110	66/2008	08018000602200845	17/12/2008 a 31/10/2009	Cooperação dos partícipes na Acolhida a os Refugiados e Solicitantes de Refúgio, na Região Centro-Oeste do Brasil	18/12/2008	58.885,00	0,00	4.800,00	INSTITUTO MIGRACOES E DIREITOS HUMANOS		CONADE
1	647975	67/2008	08001012108200811	26/12/2008 a 25/06/2010	Criar, estruturar e implementar Núcleo Especializado na Defesa da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar com atuação na Comarca de Rio Branco/AC	30/12/2008	305.100,00	0,00	3.600,00	DEFENSORIA PÚBLICA DO ACRE		SRJ
1	644256	68/2008	08025000661200824	26/12/2008 a 25/04/2010	Implementação e estruturação dos Núcleos Especializados de Atendimento a Mulher - NEDIM no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Tocantins	30/12/2008	205.259,51	0,00	3.070,00	DEFENSORIA PÚBLICA DE TOCANTINS		SRJ
1	644257	69/2008	08025000693200820	26/12/2008 a 25/03/2010	Estruturar e implementar no âmbito do Ministério Público do Estado do Ceará, Promotoria de Justiça do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	30/12/2008	302.830,00	0,00	3.117,00	MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARA		SRJ
1	644258	70/2008	08025000662200879	26/12/2008 a 25/04/2010	Reestruturar a Promotoria de Justiça de Atendimento à Mulher vítima de violência doméstica e crimes contra Criança e Adolescente - 14º Promotoria de Justiça	30/12/2008	343.000,00	0,00	5.000,00	MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDONIA		SRJ
1	644259	71/2008	08025000664200868	26/12/2008 a 25/04/2010	Criar, estruturar e implementar Núcleos Especializados de Defesa da mulher em situação de violência doméstica e familiar na Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Norte	30/12/2008	296.856,70	0,00	3.685,00	DEFENSORIA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE		SRJ

TIPO	CÓDIGO SIAFI	Nº DO CONVENIO	PROCESSO	VIGÊNCIA	OBJETO	DATA DA PUBLIC.	VALOR PACTUADO	VALOR RECEBIDO NO EXERCÍCIO	CONTRAP.	BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA	DEMANDA
1	643661	72/2008	08025000663200813	26/12/2008 a 25/05/2010	Criar, estruturar e implementar Núcleo Especializado na Defesa da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar com atuação na Comarca de Porto Velho/RO	30/12/2008	303.030,00	0,00	3.030,00	MINISTÉRIO PÚBLICO DE RONDONIA		SRJ
1	650586	73/2008	08025000692200885	26/12/2008 a 25/02/2010	Instalar e estruturar o Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Maceió/AL	30/12/2008	296.744,75	0,00	5.378,40	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS		SRJ
1	644316	74/2008	08025000696200863	26/12/2008 a 25/12/2010	Instalar e estruturar o Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Recife/PE	30/12/2008	726.634,23	0,00	7.866,32	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO		SRJ
1	644318	75/2008	08025000692200819	26/12/2008 a 25/12/2010	Instalar, estruturar e compor Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no Estado Piauí	30/12/2008	1.221.123,00	0,00	16.740,00	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PIAUÍ		SRJ
1	644320	76/2008	08025000564200831	26/12/2008 a 25/02/2010	Estruturação do I Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca do Rio de Janeiro/RJ	31/12/2008	268.742,59	0,00	5.374,86	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO		SRJ
1	644322	77/2008	08025000683200894	26/12/2008 a 25/04/2010	Criar, estruturar e implementar o Núcleo de Combate a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e a inclusão na atribuição da 21ª Promotoria de Justiça Criminal de Vitória	31/12/2008	208.002,16	0,00	4.537,46	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESPÍRITO SANTO		SRJ
1	644324	78/2008	08025000659200855	26/12/2008 a 25/04/2010	Criar, estruturar e implementar o NUDEM/SE - Núcleo Especializado de promoção e Defesa dos Direitos da Mulher no âmbito da Defensoria Pública do Estado de Sergipe	31/12/2008	179.595,93	0,00	2.021,95	DEFENSORIA PÚBLICA DE SERGIPE		SRJ
1	644327	79/2008	08001012962200879	30/12/2008 a 29/12/2009	Fortalecer as formas alternativas de resolução de controvérsias através da implantação de unidades do Programa de Justiça Comunitária - mediação nas Comunidades de Pirambu e Grande Messejana, em Fortaleza/CE	31/12/2008	606.790,00	0,00	6.790,00	MINISTÉRIO PÚBLICO DO CEARÁ		SRJ
1	644332	80/2008	08001012326200847	29/12/2008 a 28/04/2010	Estruturar e implementar, no âmbito do Ministério Público do Estado de Goiás, Núcleos de Apoio para implementação da lei Maria da Penha	31/12/2008	450.047,52	0,00	7.242,75	MINISTÉRIO PÚBLICO GOIÁS		SRJ

TIPO	CÓDIGO SIAFI	Nº DO CONVENIO	PROCESSO	VIGÊNCIA	OBJETO	DATA DA PUBLIC.	VALOR PACTUADO	VALOR RECEBIDO NO EXERCÍCIO	CONTRAP.	BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA	DEMANDA
1	644334	81/2008	08025000747200857	29/12/2008 a 22/04/2010	Criar, estruturar e implementar no âmbito do Ministério Público do Estado de Bahia, Grupo de Atuação em Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar	31/12/2008	315.617,74	0,00	16.480,70	MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA		SRJ
1	644335	82/2008	08025000735200822	30/12/2008 a 29/12/2009	Realização do Curso de Capacitação e Aperfeiçoamento em Técnicas de mediação e Composição de Conflitos	31/12/2008	307.042,25	0,00	6.140,84	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO		SRJ
1	644643	83/2008	08025000748200800	26/12/2008 a 25/04/2010	Implementação e estruturação do Núcleo de Defesa da Mulher em Situação de Violência da Defensoria Pública do Estado do Piauí	31/12/2008	291.577,72	0,00	3.665,00	DEFENSORIA PÚBLICA DO PIAUÍ		SRJ

TIPO	CÓDIGO SIAFI	Nº DO CONVENIO	PROCESSO	VIGÊNCIA	OBJETO	DATA DA PUBLIC.	VALOR PACTUADO	VALOR RECEBIDO NO EXERCÍCIO	CONTRAP.	BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA	DEMANDA
1	644644	84/2008	08025000710200855	29/12/2008 a 28/09/2010	Estruturar a Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Rio Branco	31/12/2008	306.800,00	0,00	5.000,00	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE		SRJ
1	644645	85/2008	08025000637200895	26/12/2008 a 25/06/2010	Aquisição de equipamentos para consecução do Projeto de Criação, Estruturação do Núcleo de Atendimento Especializado da Mulher Vítima de Violência Familiar - ANAEM	31/12/2008	275.000,00	0,00	25.000,00	DEFENSORIA PÚBLICA DO AMAZONAS		SRJ
1	640106	86/2008	08015001188200811	31/12/2008 a 31/12/2010	Viabilizar o fortalecimento da Coordenadoria de Promoção dos Direitos dos Trabalhadores Rurais e de Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas	07/01/2009	101.000,00	0,00	1.000,00	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA - ACRE		SNJ
1	644646	87/2008	08001009395200732	31/12/2008 a 30/12/2009	Implantar Núcleos Populares de Justiça Comunitária no bairro São Pedro em Vitória/ES	07/01/2009	321.299,90	0,00	6.300,00	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA		SRJ
4	636474	01/2008	08025000496200819	01/12/2008 a 01/12/2009	Implantar um Núcleo de Mediação Comunitária que contenha serviços de assessoria jurídica na Região da Balsa	10/12/2008	126.000,00	100.000,00	26.000,00	ASSOCIAÇÃO CIVIL HOC TEMPORE		SRJ

TIPO	CÓDIGO SIAFI	Nº DO CONVENIO	PROCESSO	VIGÊNCIA	OBJETO	DATA DA PUBLIC.	VALOR PACTUADO	VALOR RECEBIDO NO EXERCÍCIO	CONTRAP.	BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA	DEMANDA
4	636475	02/2008	08025000498200808	01/12/2008 a 01/12/2009	Realizar cursos de capacitação e mobilização de redes sociais e institucionais para à promoção da democratização do acesso à justiça	10/12/2008	321.600,00	100.000,00	221.600,00	CENTRAL ÚNICA DE FAVELAS FORTALEZA		SRJ
4	637181	03/2008	08025000497200855	17/12/2008 a 16/12/2009	Implantar um Núcleo de Mediação Comunitária e Facilitação de Diálogos, no âmbito da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas/RJ,	18/12/2008	100.434,08	7.680,00	92.754,08	VIVA COMUNIDADE		SRJ
4	643669	04/2008	08025000789200898	30/12/2008 a 29/12/2009	Implantação de 01 (um) Núcleo de Justiça Comunitária no bairro de Sítio Cercado, em Curitiba	07/01/2009	122.447,40	0,00	119.998,40	INSTITUTO DESEMBARGADOR ALCEU CONCEIÇÃO MACHADO		SRJ

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

8. Renúncia Tributária

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

10. Operações de fundos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

11. Despesas com cartão de crédito

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas					
	Fatura		Saque		
	Quantidade -1	Valor	Quantidade	Valor	
2006					
2007					
2008	9	R\$ 17.139,50	4	R\$ 1.240,00	

OBS: O uso do Cartão Corporativo deu-se a partir de fevereiro/2008

Tabela y – Informações sobre as definições feitas pelo Ordenador de Despesas da UG, consoante previsão do art. 6º da Portaria MP nº 41, de 04.03.2005

Limite de utilização total da UG: R\$ 100.000,00	
Natureza dos gastos permitidos: 339030 e 339039	
Limites concedidos a cada portador:	
Portador	Limite
ABIMAEEL DE JESUS BARROS COSTA	R\$ 22.288,61
MARIA JOSÉ FEITOSA DA SILVA	R\$ 10.000,00
RENATA DOS ANJOS SIMÕES	R\$ 12.911,74

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Segue abaixo o Plano de Providências respondido pela CGL a respeito das contas examinadas pelo Relatório nº 208685/2008. Sobre este aspecto, a CGL encontra-se no aguardo do pronunciamento da CGU.

PLANO DE PROVIDÊNCIAS Exercício 2008

Unidade jurisdicionada responsável pela apresentação das contas:
COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA – CGL/SPOA/SE/MJ
Relatório nº: 208685

O presente Plano de Providências repete as respostas já apresentadas anteriormente, acrescentando o posicionamento desta Coordenação quanto aos quesitos para os quais solicitamos prazo adicional de resposta. As novas respostas estão apresentadas em negrito.

1 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.1 CONSTATAÇÃO: Improriedades detectadas na formalização do Processo nº 08020.000742/2007-91, referente à Inexigibilidade de Licitação nº 06/2007, tendo por objeto o fornecimento de munícão não letal.

1.1 Recomendação:

Diante das impropriedades relatadas, recomenda-se à Unidade o que segue:

- a) Executar fielmente as normas da Lei nº 8.666/93, conforme estabelece o art. 66. Ressalta-se, ainda, que nenhuma compra poderá ser feita sem a adequada caracterização de seu objeto e a indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa, conforme preceitua o art. 14 da Lei nº 8.666/93. Importante informar que o art. 30 do Decreto nº 93.872/86 determina que quando os recursos financeiros indicados em cláusula de contrato, convênio, acordo ou ajuste, para execução de seu objeto, forem de natureza orçamentária, deverá constar da própria cláusula, a classificação programática e econômica da despesa, com a declaração de haver sido esta empenhada à conta do mesmo crédito, mencionando-se o número e data da Nota de Empenho (Lei nº 4.320/64, art. 60 e Decreto-lei nº 2.300/86, art. 45, V).
- b) Cumprir o que dispõe o inciso V do art. 55 da Lei nº 8666/93, de que é cláusula necessária em todo contrato a que estabeleça o crédito orçamentário pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
- c) Evitar doravante quando forem firmados contratos administrativos com os fornecedores e prestadores, a inclusão de cláusulas relativamente aos prazos de entrega dos materiais licitados que possam comprometer o alcance dos objetivos previstos na Ação de Governo.
- d) Cumprir o contido no art. 38 da Lei nº 8666/93, juntando ao processo todos os documentos relativos a licitação.

1.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

1.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento do das recomendações dos itens “a”, “b”, “c” e “d”. Encontra-se em processo de elaboração nesta Coordenação “check-list” que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

1.4 Prazo limite de implementação:

Determinação imediata. Prazo até 22.09.2008 para confecção do *check-list*.

2 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.2 CONSTATAÇÃO: Impropriedades detectadas na formalização do processo nº 08020.000618/2007-28, da Adesão a Ata de Registro de Preços, Pregão Presencial nº 008/2006, do Ministério da Saúde referente à aquisição de ambulâncias.

2.1 Recomendação:

Diante das impropriedades relatadas, recomenda-se à Unidade o que segue:

- a) Executar fielmente as normas da Lei nº 8.666/93, conforme estabelece o art. 66. Ressalta-se, ainda, que nenhuma compra poderá ser feita sem a adequada caracterização de seu objeto e a indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa, conforme preceitua o art. 14 da Lei nº 8.666/93. Importante informar que o art. 30 do Decreto nº 93.872/86 determina que quando os recursos financeiros indicados em cláusula de contrato, convênio, acordo ou ajuste, para execução de seu objeto, forem de natureza orçamentária, deverá constar da própria cláusula, a classificação programática e econômica da despesa, com a declaração de haver sido esta empenhada à conta do mesmo crédito, mencionando-se o número e data da Nota de Empenho (Lei nº 4.320/64, art. 60 e Decreto-lei nº 2.300/86, art. 45, V).
- b) Cumprir o que dispõe o inciso V do art. 55 da Lei nº 8666/93, de que é cláusula necessária em todo contrato a que estabeleça o crédito orçamentário pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica.
- c) Evitar doravante quando forem firmados contratos administrativos com os fornecedores e prestadores, a inclusão de cláusulas relativamente aos prazos de entrega dos materiais licitados que possam comprometer o alcance dos objetivos previstos na Ação de Governo.
- d) Cumprir o contido no art. 38 da Lei nº 8666/93, juntando ao processo todos os documentos relativos a licitação.

2.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

2.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento do das recomendações dos itens "a", "b", "c" e "d". Encontra-se em processo de elaboração nesta Coordenação "check-list" que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

2.4 Prazo limite de implementação:

Determinação imediata. Prazo até 22.09.2008 para confecção do *check-list*.

3 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.3 CONSTATAÇÃO: Impropriedades detectadas na formalização do Processo nº 08020.000260/2007-28, Pregão Eletrônico nº 044/2007, para a aquisição de Motocicletas e Quadriciclos.

3.1 Recomendação:

Diante das situações anteriormente elencadas, recomenda-se:

Alíneas "a" e "c") Fixar prazos de entrega dos bens licitados e contratados em consonância com o inciso II do § 7º do art. 15 da Lei nº 8666/93, o qual estabelece que nas compras deverão ser observadas a definição das unidades e das quantidades em função do consumo e utilização prováveis, de modo a sanar as necessidades que fundamentaram sua aquisição e a atender os objetivos da Ação de Governo.

b) Proceder à publicação obrigatória no órgão de imprensa oficial, dos atos praticados, atendendo, assim, ao que estabelece o inciso I do art. 6º do Decreto nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, ou seja, que o preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão divulgados em órgão oficial da Administração e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

d) Cumprir o inciso XII do art. 38 da Lei nº 8666/93, o qual estabelece que devam ser juntados ao processo licitatório todos os documentos relativos à licitação.

e) Cumprir o contido na letra "b", do inciso XII, do art. 30, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, o qual estabelece que o Processo Licitatório de Pregão seja instruído, dentre outros documentos, com o comprovante de publicação do resultado da licitação, atendendo, assim, ao princípio constitucional da publicidade para a Administração Pública.

3.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

3.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento do das recomendações dos itens "a", "b", "c", "d" e "e". Encontra-se em processo de elaboração nesta Coordenação "check-list" que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

3.4 Prazo limite de implementação:

Determinação imediata. Prazo até 22.09.2008 para confecção do *check-list*.

4 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.4 CONSTATAÇÃO: Impropriedades detectadas na formalização do Processo nº 08020.001225/2007-31, Pregão Presencial nº 028/2007, para aquisição de equipamentos e materiais antibomba.

4.1 Recomendação:

Diante das situações anteriormente elencadas, recomenda-se:

a) Elaborar o Relatório de Acompanhamento Contratual, previsto no art. 3º da Portaria/MJ nº 80, de 11/04/2007, mantendo uma cópia junto ao processo licitatório, ou ao respectivo processo de pagamento, com vistas ao efetivo controle e ao atendimento do preceito contido no inciso XII do art.

38 da Lei nº 8666/93, o qual estabelece que ao processo licitatório devam ser juntados todos os documentos relativos à licitação.

b) Evitar esforços no sentido de manter atualizada a numeração seqüencial das peças inseridas no processo, como forma de atendimento ao princípio da transparência dos atos da Administração Pública e conforme estabelece o parágrafo 4º do art. 22, da Lei nº 9.784, de 29/01/1999.

c) Cumprir o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, o qual estabelece que as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração.

d) Evitar esforços no sentido de fazer cumprir os contratos na sua integralidade, em atendimento ao art. 66 da Lei nº 8.666/93, adotando as sanções cabíveis, previstas em contrato, quando verificados atrasos na entrega de materiais.

4.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

4.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento do das recomendações dos itens "a", "b", "c", e "d". Encontra-se em processo de elaboração nesta Coordenação "check-list" que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

4.4 Prazo limite de implementação:

Determinação imediata. Prazo até 22.09.2008 para confecção do *check-list*.

5 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.5 CONSTATAÇÃO: Improriedades na formalização de Processo nº 08020.002591/2006-27, Pregão Eletrônico nº 024/2007, para aquisição de fardamento camuflado.

5.1 Recomendação:

Diante das situações anteriormente elencadas, recomenda-se:

a) Cumprir o estabelecido no art. 14 da Lei nº 8.666/93, no sentido de que nenhuma compra será feita sem a indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa. Há que se lembrar, ainda, que a Declaração Orçamentária foi o documento de garantia de pagamento ao fornecedor e que autorizou o desencadeamento da licitação. Importante salientar, também, que o art. 30 do Decreto nº 93.872/86 estabelece que quando os recursos financeiros indicados em cláusula de contrato, convênio, acordo ou ajuste, para execução de seu objeto, forem de natureza orçamentária, deverá constar da própria cláusula, a classificação programática e econômica da despesa, com a declaração de haver sido esta empenhada à conta do mesmo crédito, mencionando-se o número e a data da Nota de Empenho (Lei nº 4.320/64, art. 60 e Decreto-Lei nº 2.300/86, art. 45, V).

b) Elaborar o Relatório de Acompanhamento Contratual, previsto no art. 3º da Portaria/MJ nº 111, de 12/06/2007, mantendo uma cópia junto ao processo licitatório, ou ao respectivo processo de pagamento, com vistas ao efetivo controle e ao atendimento do preceito contido no inciso XII do art. 38 da Lei nº 8666/93, o qual estabelece que ao processo licitatório devam ser juntados todos os documentos relativos à licitação.

c) Respeitar o contido no art. 66 da Lei nº 8.666/93, o qual estabelece que o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

d) Proceder, tempestivamente, aos registros contábeis no Sistema SIAFI Operacional de todas as garantias oferecidas pelas empresas contratadas pela Administração Pública, com vistas a permanente atualização contábil e ao efetivo controle.

e) Exigir da empresa contratada, à época da assinatura do contrato, a garantia exigida no instrumento convocatório, em cumprimento ao que estabelece o art. 56 da Lei nº 8.666/93, relativamente à

modalidade e valor da garantia prestada por fornecedores à Administração Pública. Recomenda-se, ainda, anexar ao Processo cópia do documento de garantia.

Alíneas "f" e "g") Realizar o aditamento ao contrato sempre que se caracterizar a alteração não prevista, como ocorreu no valor, no quantitativo e na prorrogação do prazo de entrega dos materiais relativos ao Contrato nº 081/2007, e na prorrogação do prazo de entrega do material e alteração do local de entrega dos materiais relativos ao Contrato nº 082/2007, adotando-se as formalidades exigidas no Parágrafo único do artigo 60 da Lei nº 8.666/93, de que, "é nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" desta Lei, feitas em regime de adiantamento".

h) Instruir o processo adequadamente, informando os motivos do descumprimento do contrato, avaliando a aplicabilidade das sanções e as conseqüências para a Administração Pública em razão da inadimplência por parte do contratado, primando cada uma das partes pelo fiel cumprimento das cláusulas avençadas e respondendo pelas conseqüências da inexecução parcial ou total conforme estabelece o art. 66 da Lei nº 8.666/93.

i) Cumprir, doravante, o estabelecido nos Editais principalmente quanto ao cumprimento da legislação, especialmente quanto a consulta obrigatória e previa ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados- CADIN, quando da assinatura de Ata de Registro de Preços e dos Contratos conforme estabelece o art. 6º, inciso III da Lei nº 10.522, de 19/07/2002.

Alíneas "j" e "k") Criar os mecanismos adequados para assegurar que as amostras apresentadas pelas Empresas licitantes atendam às características /especificidades exigidas no edital de licitação sob pena de ferir o princípio da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo. Na situação em comento, efetuar os testes necessários para comprovação das especificações dos materiais adquiridos, emitindo os respectivos laudos técnicos, estando incompatíveis com aquelas exigidas no edital, e promover a apuração de responsabilidade de quem deu causa aos prejuízos a Administração e a frustração da licitação.

l) Alertar os interessados sobre situações que podem afetar as disposições do edital, neste caso a alteração do local de entrega dos materiais licitados, haja vista que fatores como este podem influir na composição dos custos dos materiais licitados, podendo inibir a participação de empresas e reduzir a competitividade. Recomenda-se, ainda, adotar providências no sentido de efetuar a glosa do custo do frete embutido no valor inicial da contratação, haja vista a mudança no local de entrega do material.

5.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

5.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento do das recomendações dos itens "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j" e "k". Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação "check-list" que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

Com relação às recomendações contidas nas alíneas "j", "k" e "l", serão providenciados os laudos técnicos e adotadas providências no sentido de buscar o ressarcimento da diferença no custo do frete.

5.4 Prazo limite de implementação:

Determinação às áreas – imediata

Confecção do *check-list* – 22.09.2008

Laudos e técnicos e ressarcimento – 29.09.2008

6 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.6 CONSTATAÇÃO: Impropriedades na formalização de Processo nº 08020.000884/2007-51, Inexigibilidade nº 014/2007, para recuperação de helicóptero.

6.1 Recomendação:

Diante das situações anteriormente elencadas, recomenda-se:

a) Cumprir o disposto no § 4º, art. 7 da Lei nº 8.666/93, o qual determina que é vedada a inclusão, no objeto da licitação, de fornecimento de materiais e serviços sem previsão de quantidades ou cujos quantitativos não correspondam às previsões reais do projeto básico ou executivo.

b) Submeter à apreciação da Coordenação do Programa de Transparência e Consultoria Jurídica as alterações que ocorrerem na especificação do objeto a ser contratado, em conformidade com as Portarias/MJ nºs 1.417 e 1.418 de 2005.

c) Fazer constar do processo licitatório, desde o seu início, a previsão de recursos orçamentários pelo qual irá correr a despesa decorrente de obras ou serviços a serem executados. A Nota de Crédito 2007NC000227 comprova a existência de recursos para custear a despesa com a execução do Contrato em voga, todavia deve-se obedecer ao previsto no inciso III, § 2º, do art. 7º, da Lei nº 8.666/93.

d) Arquivar os documentos comprobatórios dos atos e fatos de gestão na unidade gestora executora, na mesma ordem do registro diário no prazo máximo de 48 horas, conforme preceitua a Instrução Normativa Conjunta STN/SFC nº 4/2000; e manter junto ao processo os comprovantes de aplicação das sanções previstas em razão da inadimplência do fornecedor, já que os serviços foram concluídos após 30/07/2007, prazo estabelecido para realização do objeto, de acordo com o Contrato nº255/2007. Por fim, cabe alertar a Unidade quanto à observância ao disposto no inciso I, art. 73 da Lei nº 8.666/93, o qual determina que executado o Contrato e em se tratando de obras e serviços, o seu objeto será considerado recebido:

"a) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no art. 69 desta Lei."

e) Atentar para que o contrato seja executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial, conforme preconiza o art. 66 da Lei nº 8666/93. Neste caso deveria ter sido cumprido Parágrafo Primeiro, Cláusula Nona, do Contrato nº 255/2007, que prevê o pagamento até o 10º dia após a aceitação e atesto das notas fiscais.

f) Exigir que a empresa licitante, no caso de inexigibilidade, comprove a exclusividade do fornecimento de materiais e serviços por meio de atestado, atualizado, fornecido pela ANAC, conforme sugeriu a CONJUR/MJ e para o efetivo cumprimento do disposto no art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93.

Alíneas "g" e "k") Comprovar que a Aeronave, Prefixo PP-EHY, efetivamente prestou apoio para realização dos Jogos Pan-Americanos, mantendo junto ao processo de pagamento o relatório operacional referente ao período compreendido entre 13/07/07 e 19/08/07, contendo a ordem de missão realizada, informando o dia, a hora, o trecho operado e o órgão apoiado na missão. Na situação da não utilização da referida aeronave nos fins que ensejaram a sua recuperação (apoiar as operações policiais dos Jogos Pan e Parapan-Americanos 2007), apurar a responsabilidade pela realização do gasto no montante de R\$ 1.116.737,84, considerando que o gasto não atendeu à finalidade da Ação de Governo 1F65. Além disso, a SENASP deve manter em processo a justificativa para realização, pela Helibrás, de serviços na aeronave Esquilo HB 350b prefixo PP-EHY, mesmo após encerrados os Jogos Parapan-Americanos, juntamente com os comprovantes dos serviços efetuados e o instrumento que ampara a realização do gasto.

h) Atentar para que não haja discrepância entre o Projeto Básico e o Contrato a ser celebrado, lembrando que, de acordo com o § 1º do art. 54 da Lei nº 8666/93 os contratos devem estar em conformidade com os termos da licitação a que se vinculam.

i) Apresentar documentos que possam comprovar a data de entrada do motor Arriel 1B SN nº.818 na Empresa Helibrás e a data de saída da aeronave Esquilo HB 3508 prefixo PP-EHY com destino à Cidade do Rio de Janeiro.

6.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

6.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações dos itens “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “h”. Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação “check-list” que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

Com relação às recomendações contidas nas alíneas “g”, “i” e “k”, esta Coordenação-Geral informa que a resposta será apresentada pela SENASP, unidade responsável e pela utilização da aeronave.

6.4 Prazo limite de implementação:

Determinação imediata em relação aos itens “a” a “f” e “h”.

Prazo até 22.09.2008 para confecção do *check-list*.

7 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.7 CONSTATAÇÃO: Improriedades na formalização de Processo nº 08020.000606/2006-87, referente à inexigibilidade de licitação para recuperação de Helicóptero (troca de pás do rotor principal) e falta de comprovação do seu recebimento.

7.1 Recomendação:

a) Fazer constar do Processo Licitatório o Contrato celebrado com a Empresa Helicópteros do Brasil S/A, para o efetivo cumprimento do inciso X do art. 38 da Lei nº 8666/93.

b) Fazer constar do Processo Licitatório os demais documentos relativos à licitação, conforme preconiza o inciso XII do art. 38 da Lei nº 8666/93.

c) Comprovar que a Aeronave Prefixo PP-EHY efetivamente prestou apoio na realização dos Jogos Pan e Parapan-Americanos de 2007, juntando ao Processo Licitatório o Relatório de Emprego Operacional daquela aeronave, referente ao período compreendido entre os dias 13/07/07 e 19/08/07 (época de realização dos Jogos Pan e Parapan-Americanos), com informações sobre a ordem de missão realizada, o dia, a hora, o trecho operado e o órgão apoiado nessa missão. Caso a aeronave não tenha operado durante a realização dos Jogos Pan e Parapan, apurar a responsabilidade de quem deu causa ao pagamento da despesa que não atendeu a finalidade da Ação de Governo 06.181.1127.1F65.0103 - Implantação de Infra-Estrutura e de Sistemas Vitais de Suporte de Segurança Pública nos Jogos Pan e Parapan-Americanos de 2007 - na Cidade do Rio de Janeiro.

7.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

7.3 Providências a serem Implementadas:

Alíneas “a” e “b” – A documentação em tela já foi juntada ao processo.

Com relação às recomendações contidas na alínea “c”, esta Coordenação-Geral informa que a resposta será apresentada pela SENASP, unidade responsável e pela utilização da aeronave.

7.4 Prazo limite de implementação: 22.09.2008

8 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.8 CONSTATAÇÃO: Improriedades detectadas na formalização do Contrato nº 159/2007, quanto a apresentação de garantia e fixação de prazo de entrega dos materiais após o início dos Jogos Pan-Americanos de 2007.

8.1 Recomendação:

Do exposto, recomendamos:

a) Exigir da contratada o cumprimento de cláusula contratual relativa à apresentação de garantia no ato de assinatura do contrato, fazendo constar do processo a respectiva cópia do documento

comprobatório, conforme disciplinado no art. 56 da Lei nº 8.666/93 e efetuar tempestivamente o seu registro no SIAFI, de modo a não caracterizar infringência ao art. 66 da mesma Lei.

b) Aprimorar o controle de arquivamento dos processos de pagamentos, de modo a facilitar a localização e disponibilização dos mesmos aos órgãos de controle interno e externo, quando solicitado.

c) Estabelecer o prazo para entrega dos bens contratados, compatíveis com o atingimento dos objetivos propostos pelo Programa/Ação.

8.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

8.3 Providências a serem Implementadas:

Os itens "a", "b" e "c" fazem parte das recomendações encaminhadas às áreas da CGL e do *check-list* em elaboração.

8.4 Prazo limite de implementação: 22.09.2008

9 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.9 CONSTATAÇÃO: Improriedades na formalização de Processo nº 08020.000833/2006-48, Pregão Eletrônico nº 09/2007, para aquisição, entre outros itens, de Simulador de Vôo para Aviões.

9.1 Recomendação:

Diante das situações anteriormente elencadas, recomenda-se:

a) Fazer constar dos autos, à época apropriada, o pronunciamento do setor competente para aprovação de alteração do Termo de Referência, mediante a elaboração de Parecer Técnico, que deve constar dos autos do processo, de modo a fazer cumprir o disposto no Art. 38 da Lei nº 8.666/93.

b) Estabelecer coerência entre o conteúdo do edital e o contrato a ser celebrado, no que se refere a vigência contratual, tendo em vista que deve haver vinculação entre o Contrato e o Edital. Cabe lembrar que o § 1º do Art. 54 da Lei nº 8666/93 estabelece que "Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam".

Alíneas "c" e "d") Documentar, em processo, o posicionamento frente às orientações emanadas pela Consultoria Jurídica, de modo a se comprovar que foram consideradas, demonstrando assim o cumprimento ao parágrafo único do art. 38 da Lei nº. 8.666/93, o qual estabelece que "as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração".

e) Fazer constar dos autos todos os documentos exigidos dos licitantes, para o atendimento e comprovação dos requisitos previstos no edital e no contrato, para instrução do Processo Licitatório, em atendimento ao previsto no inciso XII do Art. 38, o qual estabelece que sejam juntados oportunamente demais documentos relativos à licitação. Exigir do contratado apresentação da garantia contratual, em cumprimento à Cláusula Décima Segunda do Contrato nº. 64/2007, e com a medida, atender os ditames do inciso VI do art. 55 da Lei nº 8666/93, relativamente às garantias oferecidas para assegurar a plena execução dos contratos, tempestivamente, à época da assinatura do Contrato.

Além disso, proceder, tempestivamente aos registros contábeis no SIAFI Operacional de todas as garantias oferecidas pelas empresas contratadas.

f) Fazer constar, tempestivamente, dos autos do processo de pagamento, os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo e a Nota Fiscal; além disso, comprovar o recebimento de 23 cadeiras giratórias com encosto pequeno a ser fornecido pela Empresa Cofipel Comércio Atacadista Ltda., item 16 do Edital, de acordo com a Nota de Empenho nº 900543; ou, se for o caso, comprovar as sanções

aplicadas em razão da inadimplência da Contratada. Recomenda-se, por fim, que os documentos comprobatórios dos atos e fatos de gestão sejam arquivados na unidade gestora executora, na mesma ordem do registro diário no prazo máximo de 48 horas, conforme preceitua a Instrução Normativa Conjunta STN/SFC nº 4/2000.

g) Comprovar a realização dos treinamentos que motivaram a aquisição dos simulador, mantendo junto ao processo de pagamento da despesa a lista de presença, o período do curso, os cursos ministrados, o órgão a que pertence o treinando e se atuaram nos Jogos Pan e Parapan-Americanos. Caso não se comprove a utilização do simulador de vôo na instrução dos agentes que atuaram em apoio aos Jogos apurar a responsabilidade de quem deu causa ao gasto que não foi aproveitado ao objetivo que propunha a Ação de Governo 1F65.

Cabe lembrar que os documentos comprobatórios dos atos e fatos de gestão devem ser arquivados na unidade gestora executora, na mesma ordem do registro diário no prazo máximo de 48 horas, conforme preceitua a Instrução Normativa Conjunta STN/SFC nº. 4/2000.

h) Fazer constar do Processo Licitatório manifestação expressa da Comissão de Procedimentos Licitatórios - CAPLI, quanto à desnecessidade de seu pronunciamento no exame de legalidade dos procedimentos licitatórios, quando estes já tenham sido aprovados pela CONJUR/MJ, haja vista suas atribuições previstas na Portaria/MJ nº.1.289, de 09 de novembro de 2005.

i) Atentar para o contido no inciso II do § 7º do art. 15 da Lei nº 8.666/93, realizando as compras de acordo com a quantificação das unidades definidas levando-se em conta o consumo e a utilização prováveis, cuja estimativa esteja pautada, sempre que possível, em adequadas técnicas quantitativas de estimação.

j) Justificar, nos autos do Processo Licitatório, os motivos da demora na celebração dos Contratos resultantes do Pregão nº. 009/2007. Cabe lembrar que a Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da eficiência, conforme prevê o art. 2º da Lei nº 9.874/99 que regula o processo administrativo.

9.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

9.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações dos itens “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “h”, “i” e “j”. Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação “check-list” que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

Alíneas “f” e “g” – Com relação às recomendações contidas nestas alíneas, esta Coordenação-Geral informa que a resposta será apresentada pela SENASP, unidade responsável pela utilização do equipamento.

9.4 Prazo limite de implementação: 22.09.2008

10 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.10 CONSTATAÇÃO: Adesão a Registro de Preços nº 60/2006, cujas especificações divergem do Termo de Referência elaborado pela SENASP.

10.1 Recomendação:

Ao aderir à Ata de Registro de Preço com base apenas nas características básicas dos veículos pretendidos, e não pelas características registradas nas Atas, não se obedeceu ao Princípio da Economicidade, ou seja, estará adquirindo veículos com características e especificações além das necessidades reais do solicitante.

10.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

10.3 Providências a serem Implementadas:

Recomendação encaminhada à Coordenação de Procedimentos Licitatórios – COPLI/CGL para observação em futuras adesões.

10.4 Prazo limite de implementação: Imediato

11 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.11 CONSTATAÇÃO: - Improriedades na formalização de Processo nº 08020.002357/2006-08, Pregão Presencial nº 066/2007 para manutenção de Aeronave.

11.1 Recomendação:

Diante das situações anteriormente elencadas, recomenda-se:

Alíneas "a" e "b") Instruir os processos licitatórios relativos a projetos custeados com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, com documento que comprove o exame e a aprovação por parte do Conselho Gestor, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 4º da Lei nº 10.201/2001 e também o posicionamento da Unidade Gestora quando houver discordância das recomendações da Consultoria Jurídica/MJ.

c) Fazer constar dos autos autorização emitida pela autoridade competente, para realização da licitação, conforme prevista no Decreto nº 3.555/00:

Anexo I art. 7º... "A autoridade competente, designada de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

...

I - determinar a abertura de licitação"; e art. 21, inciso V do mesmo Decreto:

"Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:

...

V - autorização de abertura da licitação".

d) Instruir o processo licitatório, tempestivamente, com todos os documentos exigidos dos licitantes, para o atendimento e comprovação dos requisitos previstos no Edital e no Contrato, em atendimento ao previsto no Art. 38, inciso XII, da Lei nº. 8.666/93.

e) Atentar para a coerência exigida entre o conteúdo do Edital e o Contrato a ser celebrado, tendo em vista que deve haver vinculação entre o Contrato e o Edital. Cabe lembrar que o § 1º do Art. 54 da Lei nº 8666/93 estabelece que: "Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam".

f) Arquivar os documentos comprobatórios dos atos e fatos de gestão na Unidade Gestora executora, na mesma ordem do registro diário no prazo máximo de 48 horas, conforme preceitua a Instrução Normativa Conjunta STN/SFC nº. 4/2000.

g) Fazer constar do processo de pagamento os documentos comprobatórios dos atos e fatos de gestão sejam arquivados na Unidade Gestora executora, na mesma ordem do registro diário no prazo máximo de 48 horas, conforme preceitua a Instrução Normativa Conjunta STN/SFC nº 4/2000, neste caso, os seguintes:

- registro dos serviços executados pela contratada, constante da Cláusula Décima, subitem 10.1.2, Contrato nº. 155/2007, página 558; - orçamentos aprovados para a realização dos serviços e as respectivas ordens de serviços executadas no período de vigência do Contrato, conforme previsto na Cláusula Terceira, item 3.17, do Contrato nº155/2007; - relatório operacional (com dados estatísticos) da aeronave objeto deste Contrato, referente ao período de 12/07/07 a 19/08/07, contendo informações sobre ordem de missão realizada, com dia, hora, trecho operado e o órgão apoiado na missão, de modo a comprovar que efetivamente a aeronave apoiou a realização dos Jogos Pan e Parapan Americanos.

- controle executado pela contratante, do homem/hora trabalhado pela contratada, visto que o contrato estabelece na Cláusula Quinta esse critério como parte integrante do valor do contrato, página 556.

11.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

11.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações dos itens “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, e “f”. Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação “*check-list*” que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

Com relação às recomendações contidas na alínea “g”, esta Coordenação-Geral informa que a resposta será apresentada pela SENASP, unidade responsável pela utilização da aeronave.

11.4 Prazo limite de implementação: 22.09.2008

12 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.12 CONSTATAÇÃO: - Improriedades na formalização de Processo nº 08020.001510/2007-25, Pregão Eletrônico nº 78//2007, quanto a documentação de formalização do processo e relatório de acompanhamento contratual.

12.1 Recomendação:

Diante da análise efetuada, recomenda-se o que segue:

a) Instruir o processo licitatório, tempestivamente, referente ao Pregão Eletrônico, com o comprovante de publicação do resultado da licitação, em atendimento ao art. 30 do Decreto nº 5.450, inciso XII, alínea b, de 31.05.2005 e providenciar a referida publicação de acordo com o previsto no artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

b) Proceder consulta prévia ao CADIN quando da celebração de contratos, nos termos do art. 6º, III da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

c) Apresentar e fazer constar dos autos a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias, como condição indispensável para sua eficácia, conforme o disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

d) Cumprir o rito processual no que se refere à instrução do Processo com a declaração do Setor de Execução Orçamentária e financeira da existência de recurso orçamentário para fazer face à despesa, quando da abertura de Processo Licitatório para aquisição de material/prestação de serviço, em atendimento ao inciso IV do art. 30 do Decreto nº 5.450/05, combinado com o art. 7º e 14º da Lei nº 8.666/93.

e) Especificar na cláusula da dotação orçamentária dos contratos, o número e a data da Nota de Empenho e o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional-programática e da categoria econômica informadas na Declaração de Disponibilidade Orçamentária fornecida pelo Setor de Execução Orçamentária e Financeira, em cumprimento ao disposto no art. 38 c/c inciso V do art. 55 da Lei nº 8.666/93.

f e h) Compatibilizar o Edital e o Contrato, quanto ao objeto a ser licitado, com o previsto no Termo de Referência, evitando dessa forma incongruências, que de certa forma, poderiam acarretar dúvidas por parte dos participantes do certame.

i) Apresentar o processo de pagamento referente à segunda parcela do valor do contrato – R\$ 2.360.000,00 -, correspondendo à 50% do total, quitada financeiramente por meio da emissão da Ordem Bancária nº 2007OB904403, de 06/09/2007, e justificar a diferença apontada por essa auditoria quanto aos valores constantes na Nota Fiscal nº 000770 emitida pela Empresa prestadora do serviço e a Ordem Bancária nº 2007OB903923.

Além de que, deve aprimorar o controle de arquivamento dos Processos de Pagamentos, de modo a facilitar a localização e disponibilização dos mesmos aos órgãos de controle interno e externo, quando solicitado.

12.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

12.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações dos itens “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “h” e “i”. Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação “*check-list*” que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

Ainda com relação à alínea “i”, informo que o processo está sob verificação nesta Coordenação-Geral, a fim de apresentar justificativas e compor documentação comprobatória necessária.

12.4 Prazo limite de implementação: 29.09.2008

13 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.13 CONSTATAÇÃO: - Improriedades na formalização de Processo nº 08020.017754/2006-76 para aquisição de equipamentos desencarceradores, quanto à documentação de formalização do processo e falta de atendimento às recomendações da área jurídica do órgão.

13.1 Recomendação:

Diante da análise efetuada, recomendamos o que segue:

c) Instruir o Processo Licitatório referente ao Pregão Eletrônico, com o comprovante de publicação do resultado da licitação, em atendimento ao art. 30 do Decreto nº 5.450/2005.

d) Fazer constar do processo consulta prévia ao CADIN quando da celebração de contratos, de modo a comprovar o cumprimento ao art. 6º, inciso III da Lei nº 10.522/2002.

f) Fazer constar do Processo comprovante de que houve a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias, como condição indispensável para sua eficácia, de forma a demonstrar o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.

g) Instruir o Processo com a declaração do Setor de Execução Orçamentária e Financeira da existência de recurso orçamentário, com todos os elementos necessários, inclusive o valor, de forma a demonstrar que a Administração possui orçamento previsto para fazer face a despesa e que foi observado o inciso IV do art. 30 do Decreto nº 5.450/05, combinado com os arts. 7 e 14 da Lei nº 8.666/93.

h) Atender às recomendações formuladas pela Consultoria Jurídica/MJ relacionadas com as alterações das minutas de editais de licitação, contratos, acordos, convênios ou ajustes, de modo a fazer cumprir o Parágrafo Único do art. 38 da Lei nº 8.666/93. Em caso de discordância do posicionamento da Consultoria Jurídica, informar os motivos em Processo.

13.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

13.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações dos itens “c”, “d”, “f”, “g” e “h”. Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação “*check-list*” que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

13.4 Prazo limite de implementação: 22.09.2008

14 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.14 CONSTATAÇÃO: Improriedades na formalização de Processo nº 08020001260/2007-51, Pregão Presencial nº 054/2007, para aquisição de magnetômetros, quanto a ausência de comprovante da realização do treinamento operacional; ausência de documentos de comprovação da habilitação; ausência de divulgação das alterações do Edital; dentre outras falhas de natureza formal.

14.1 Recomendação:

Diante das situações anteriormente elencadas, recomenda-se:

a) Justificar em processo quando ocorrer à alteração da Ação de Governo pela qual correrá a despesa, informando, apropriadamente, a funcional- programática, de modo a cumprir efetivamente o art. 14 da Lei nº 8666/93, o qual estabelece que nenhuma compra seja feita sem a indicação dos recursos orçamentários para seu pagamento.

b) Comprovar a realização do treinamento operacional, mantendo junto ao processo de pagamento a informação a respeito do quantitativo de pessoas treinadas e a justificativa da divergência existente entre o quantitativo de treinandos previsto no Termo de Referência no item 10.19, e o previsto no Contrato de nº 120. E quanto à divergência, atentar para que os termos do Contrato estejam em conformidade com os termos da licitação, cumprindo, assim, o art. 41 da Lei nº 8.666/93.

c) Inserir no processo licitatório a cópia da Portaria de designação da comissão de recebimento para proceder à avaliação dos equipamentos a serem recebidos de forma definitiva, à época de sua emissão, de modo a comprovar o cumprimento do previsto no item 11.4, do Termo de Referência, e observância à alínea "b" do inciso II, art. 73 da Lei nº 8666/93, o qual determina que o objeto contratado seja considerado recebido definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação.

d) Divulgar as alterações do Edital, conforme previsto no § 4º, do art. 21, da Lei nº 8.666/93, ou seja, "Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas".

e) Exigir da contratada o cumprimento da cláusula contratual relativa a apresentação de garantia no ato de assinatura do contrato, fazendo constar do processo o documento comprobatório, e efetuar tempestivamente o seu registro no SIAFI, de modo a não caracterizar infringência ao art.66 da Lei 8.666/93.

f) Fazer constar do processo comprovante de publicação do extrato resumido do Contrato nº 120/2007 no DOU, conforme previsto no Decreto nº. 3555/00, art.21, inciso XII... "Art. 21. Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:

...

XII - comprovantes da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos a publicidade do certame, conforme o caso".

g) Juntar ao processo os termos de aditamento aos Contratos de nºs 120/2007 e 121/2007, de modo a cumprir efetivamente o inciso X do art. 38, bem como os respectivos comprovantes de publicação dos seus extratos no DOU, conforme previsto no art.61, Parágrafo Único da Lei nº. 8.666/93..." Parágrafo único. A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 desta Lei".

h) Providenciar para que todo o processo seja numerado na medida em que novas peças sejam nele inseridas, de modo a fazer cumprir o que estabelece o parágrafo 4º do art. 22 da Lei nº 9.784/99 e fazer constar o termo de abertura e encerramento de volume.

i) Juntar ao Processo as consultas formuladas ao CADIN e ao SICAF, previstas no art. 11, inciso XIII, do Decreto nº 3.555/00 e solicitado pela Consultoria Jurídica/MJ, de modo a cumprir o inciso XII do art. 38 da Lei nº 8666/93, que trata das peças que deverão ser juntadas ao processo.

j) Cumprir o disposto no inciso II, art. 73 da Lei nº. 8666/93, o qual determina que executado o contrato e em se tratando de compras ou de locação de equipamentos, o seu objeto será considerado recebido:

"a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação."

Recomenda-se, ainda, que os documentos comprobatórios dos atos e fatos de gestão sejam arquivados na unidade gestora executora, na mesma ordem do registro diário no prazo máximo de 48 horas, conforme preceitua a Instrução Normativa Conjunta STN/SFC nº 4/2000.

Por fim, caso os materiais não tenham sido entregues até 09/07/2007, prazo estabelecido nos contratos de nºs 120, 121 e 122/2007, aplicar as sanções previstas em razão da inadimplência do fornecedor.

k) Providenciar o cancelamento da Nota de Empenho nº 2007NE900838, tendo em vista a liquidação da despesa, uma vez que os pagamentos foram efetuados mediante Ordem Bancária nº 2007OB903911.

l) Juntar ao processo licitatório o termo de contrato devidamente preenchido, de modo a cumprir efetivamente o inciso X do art. 38 da Lei nº 8.666/93 e apor, quando da assinatura dos contratos, a data, como forma de atender o que estabelece o parágrafo único do art.61 da Lei nº 8.666/93.

14.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

14.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações dos itens “a”, “d”, “e”, “h”, “i”, “j”. Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação “*check-list*” que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

A alínea “b” será respondida pela SENASP, unidade responsável pelo treinamento.

Com relação às alíneas “c”, “f”, “g”, “j”, “k” e “l”, informo que o processo está sob verificação nesta Coordenação-Geral, a fim de providenciar e juntar ao mesmo a documentação comprobatória necessária.

14.4 Prazo limite de implementação: 29.09.2008

15 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.15 CONSTATAÇÃO: Improriedades detectadas na formalização de Processo nº 08020.017752/2006-87, Pregão Eletrônico nº 036/2007, destinado à aquisição de compressores, e falta de comprovação de recebimento dos materiais.

15.1 Recomendação:

Cumprir o disposto no art. 66 da Lei nº 8.666/93, o qual estabelece que o Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma das partes pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial. Portanto, não tendo as compras sido entregues até 09/07/07, prazo estabelecido no Contrato nº 165/2007, faz-se necessário apurar a responsabilidade pelo descumprimento da finalidade da aquisição e do objetivo da Ação 1F65, qual seja, implantar a Infra-Estrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública nos Jogos Pan e Parapan-Americanos de 2007.

Recomenda-se, ainda, que os documentos comprobatórios dos atos e fatos de gestão sejam arquivados na Unidade Gestora executora, na mesma ordem do registro diário no prazo máximo de 48 horas, conforme preceitua a Instrução Normativa Conjunta STN/SFC nº 004/2000.

15.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

15.3 Providências a serem Implementadas:

Informo que o processo está sob apuração nesta Coordenação-Geral, conforme recomendado.

15.4 Prazo limite de implementação: 19/12/2008

16 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.16 CONSTATAÇÃO: - Improriedades na Adesão ao Registro de Preços verificadas no Processo nº 08020.001108/2007-78, para aquisição de veículos,

quanto a ausência da documentação referente a comprovação de recebimento dos veículos; a indicação do fiscal do contrato e a prestação da garantia contratual.

16.1 Recomendação:

Do exposto, recomendamos à Unidade:

b) Apresentar aos órgãos de controle interno e externo toda a documentação que comprove a execução da despesa.

d) Exigir da contratada o cumprimento da cláusula contratual relativa a apresentação de garantia no ato de assinatura do contrato, fazendo constar do processo o documento comprobatório e efetuar tempestivamente o seu registro no SIAFI, de modo a não caracterizar infringência ao Art.66 da Lei 8.666/93, já que a exigência da garantia foi prevista em Contrato.

16.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

16.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações dos itens "b", e "d". Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação "check-list" que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

16.4 Prazo limite de Implementação: 22.09.2008

17 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.17 CONSTATAÇÃO: - Improriedades na formalização de Processo nº 08020.003918/2005-05, que trata do Pregão Presencial nº 110/2005, tendo por objeto o registro de preços para aquisição de veículos.

17.1 Recomendação:

Diante das situações anteriormente elencadas, recomenda-se:

a) Cumprir o disposto no inciso II § 7º, art. 15, da Lei nº 8.666/93, o qual determina que nas compras deverá ser observada a definição das unidades e das quantidades a serem adquiridas em função do consumo e utilização prováveis.

b) Publicar o aviso para convocação dos interessados em jornal de grande circulação, conforme estabelece a alínea "c", inciso I, do art. 11 do Anexo I do Decreto nº 3.555/2000, haja vista a estimativa de que o valor da licitação ultrapassaria a R\$ 650.000,00.

c) Indicar adequadamente a classificação funcional-programática pela qual correrá a despesa, quando da contratação e execução das despesas da Unidade de modo a fazer cumprir o que estabelece inciso V do art. 55 e o art. 14 da Lei nº 8.666/93.

d) Indicar previamente à realização da despesa os recursos orçamentários para seu pagamento, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de quem lhe tiver dado causa, em conformidade com o que preceitua o art. 14 da Lei nº 8.666/93.

e, f) Fazer constar do processo a justificativa prévia e fundamentada que ampare a prorrogação de contrato de modo a cumprir a § 2º do art.57 da Lei nº 8666/93, o qual estabelece que toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato. Não tendo sido justificável a prorrogação recomenda-se, ainda, apurar a responsabilidade pela falta de sanção ao fornecedor e pelo recebimento de veículos em data posterior à realização dos jogos Pan-Americanos de 2007.

g) Primar pelo cumprimento das obrigações contratuais, em caso de impossibilidade de cumprir o prazo de pagamento, informar em processo as causas do inadimplemento e a responsabilidade do ônus moratório decorrente do atraso.

17.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

17.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações dos itens "a", "b", "c", "d" e "g". Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação "check-list" que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

Com relação às alíneas "e" e "f", Informo que o processo está sob verificação nesta Coordenação-Geral, a fim de providenciar e juntar ao mesmo a documentação comprobatória necessária.

17.4 Prazo limite de Implementação: 29.09.2008

18 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.18 CONSTATAÇÃO: - Adjudicação e Homologação de itens do Pregão Presencial nº 054/2007, objeto do Processo nº 08020.001260/2007-51, para aquisição de magnetômetros, com valores superiores ao Mapa Comparativo de Preços.

18.1 Recomendação:

Diante das situações anteriormente elencadas, recomenda-se:

a) Apurar, em processo, os motivos da aquisição do Sistema de Inspeção por Raios-X - Tipo II pelo valor unitário de R\$ 146.000,00, 53,18% mais caro que o preço pesquisado e 44% acima do registrado no Mapa Comparativo de Preços, responsabilizando a quem deu causa a aquisição em comento por ato antieconômico.

b, c) Apurar, em processo, os motivos da adjudicação dos itens 5, 6, e 7 à empresa com proposta de preços inexequíveis frente aos valores constantes do Mapa comparativo de preços, considerando que não restou comprovado com registro em ata do pregão qualquer manifestação do pregoeiro quanto à disparidade de preços; responsabilizando a quem deu causa à aquisição em comento por ato antieconômico.

18.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

18.3 Providências a serem Implementadas:

Serão instaurados os procedimentos de apuração recomendados.

18.4 Prazo limite de Implementação: 29.09.2008

19 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.2.19 CONSTATAÇÃO: Improriedades na realização de licitação na modalidade Concorrência Internacional, sob o nº 01/2006, para aquisição de sistema de radiocomunicação digital troncalizado e criptografado a ser utilizado nos Jogos Pan-Americanos Rio-2007.

19.1 Recomendação:

Diante das justificativas apresentadas e da análise efetuada, recomenda-se:

a) Abster-se de realizar licitação com descrição de mera aquisição, quando o objeto contemplar execução de serviços, ou faça constar do edital descrição completa de todo o objeto, mesmo que a Unidade entenda que o serviço não tenha relevância, haja vista que o objeto licitado deve ser claro e objetivo, não dando margem para subentendimentos ou procedimentos de dedução, pois são alheios aos procedimentos licitatórios.

Assim, de acordo com a Súmula TCU nº 177 e Decisão TCU nº 695/1996- Plenário, a "definição precisa e suficiente do objeto licitado constitui regra indispensável da competição..." e "a fim de que seja fornecido aos licitantes e órgãos de controle todo o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto da licitação, conforme prevêem os artigos 6º, inciso IX, e 40, inciso I, ambos da Lei nº 8.666/93, de modo a garantir a contratação do objeto mais adequado às necessidades da Entidade, em termos qualitativos e quantitativos, bem como a homogeneização, a objetividade e a igualdade de tratamento às propostas".

Deverá, ainda, ser apurada a responsabilidade pela definição do objeto licitado como mera aquisição, quando contemplava a execução de diversos serviços, infringindo as disposições do art. 7º, e todos seus incisos, da Lei nº 8.666/93. A não observância das determinações previstas no art. 7º, por si só implicaria na invalidação do certame licitatório.

b) Promover as alterações recomendadas pela Consultoria Jurídica, em atenção aos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, ou fundamentar os motivos para o seu não atendimento, sob pena de responsabilização.

Recomenda-se ainda, que faça constar a "definição dos objetos a serem licitados de forma precisa e completa, tanto nos projetos básicos, quanto nos instrumentos convocatórios...", conforme orienta o Tribunal de Contas da União, por intermédio da Decisão nº 695/1996-Plenário.

c) A recomendação para este item depende de apreciação por parte de engenheiro de comunicação sobre o enquadramento dos serviços como sendo serviços de engenharia.

d) Abster-se de incluir nas exigências de documentação relativa à habilitação jurídica, qualificação técnica e econômico-financeira e de regularidade fiscal, documentação estranha àquelas relacionadas nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93, em razão da falta de amparo legal e em atenção às determinações constantes do Acórdão TCU nº 1670/2003 - Plenário.

"e" e "f") Apurar a responsabilidade sobre a realização de licitação em desacordo com o previsto no Decreto nº 1.070/94 e na Lei nº 8.248/91 e, abster-se de realizar licitação em desacordo com os procedimentos prescritos em Lei e Decretos regulamentadores.

h) Providenciar junto ao Consórcio Tetrapan e à empresa Telvent, comprovação de que contrataram o mesmo escritório ou profissional para elaborar suas propostas técnicas, conforme sugerido pela Unidade e com vistas a afastar os indícios de conluio. A presente recomendação consubstancia-se nos termos análogos constantes da Decisão TCU nº 638/1997 - Plenário.

i) Demonstrar no processo a existência de previsão orçamentária para pagamento da obrigação contratada no exercício em curso ao da licitação ou da execução do objeto licitado, conforme disciplinado nos artigos 14 e 38 da Lei nº 8.666/93.

j) Informar sobre a existência de Relatório de conclusão das atividades do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº SENASP nº 13, de 18.4.2006 e, caso positivo, incluir cópia dele no processo, visando motivar e justificar a tomada de decisão da administração, quanto à definição da tecnologia exigida, a especificação dos equipamentos, bem como em relação às quantidades a serem adquiridas na licitação, com vistas a dar transparência aos atos administrativos.

k) Em que pese a informação prestada pela Unidade em suas justificativas, dando conta que sanou a desconformidade, recomenda-se o cumprimento das determinações constantes do § 1º do art. 40 da Lei nº 8.666/93, o qual dispõe que o "original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir...".

l) Evidenciar de forma definitiva, com elementos técnicos e robustos, a inviabilidade do parcelamento do objeto licitado, conforme disciplina o art. 23, parágrafo 1º, da Lei nº 8.666/93, ou apurar responsabilidade para o não parcelamento do objeto, haja vista que a licitação em um único item do objeto, restringiu a competitividade do certame, com possível prejuízo ao erário.

m) Compor os processos licitatórios com as justificativas técnicas, fundamentadas e motivadas, comprovando que os parâmetros fixados são adequados, necessários, suficientes e pertinentes ao objeto a ser licitado, assegurando-se de que a exigência não implica em restrição ao caráter competitivo do certame.

"n", "o" e "p") Abster-se de incluir nos editais de licitação, exigências que restrinjam o caráter competitivo do certame e apurar a responsabilidade pela inclusão dos itens 1.3.2 e 1.4.2 do Anexo I-A, por ter restringido o objeto licitação à tecnologia Tetra.

A recomendação para as questões apontadas referentes aos itens 1.1.13, 1.2.12, 1.3.14, 1.4.14, 1.1.17.2, 1.2.16.2, 1.3.17, 1.4.17, 1.1.23, 1.2.22, 1.3.18 e 1.4.18 do Anexo I - A do edital depende de

manifestação conclusiva de profissional competente da área de engenharia de comunicação ou radiocomunicação.

19.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

Providências a serem Implementadas:

O assunto está sendo respondido pela SENASP, a partir dos levantamentos realizados pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SENASP nº 13, de 18.04.2006.

19.3 Prazo limite de Implementação:

20 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.3.1 CONSTATAÇÃO: Impropriedades detectadas no Processo nº 08020.002694/2006-97 para aquisição de munição não letal, quanto à documentação ausente ao processo e fixação de prazo de entrega do material após o início dos Jogos Pan-Americanos de 2007.

20.1 Recomendação:

Diante do exposto, cabe recomendar o que segue:

- a) Atentar para a correspondência entre a classificação funcional programática estabelecida na Declaração Orçamentária e a constante na Nota de Empenho e no Contrato, de modo a fazer cumprir o art. 14, combinado com o inciso V do art. 55, da Lei nº 8.666/93.
- b) Cumprir o art. 65 da Lei nº 8.666/93 quando houver alteração da classificação funcional-programática pela qual correrá a despesa.
- c) Estabelecer o prazo para entrega dos materiais contratados, visando o atingimento dos objetivos propostos pelo Programa/Ação.

20.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

20.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações dos itens "a", "b", e "c". Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação "check-list" que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

20.4 Prazo limite de Implementação: 22.09.2008

21 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.3.2 CONSTATAÇÃO: Impropriedades detectadas no Processo nº 08020.016597/2006-81 para aquisição de veículos automotores adaptados

21.1 Recomendação:

Diante da análise efetuada cabem as seguintes recomendações:

- a) Exigir da contratada o cumprimento de cláusula contratual relativa a apresentação de garantia no ato de assinatura do contrato, fazendo constar do Processo cópia do documento comprobatório, e efetuar tempestivamente o seu registro no SIAFI, de modo a não caracterizar infringência ao art. 66 da Lei nº 8.666/93.
- b) Atender às recomendações formuladas pela Consultoria Jurídica/MJ relacionadas com as alterações das minutas de editais de licitação, contratos, acordos, convênios ou ajustes, de modo a fazer cumprir o Parágrafo Único do art. 38 da Lei nº 8.666/93. Em caso de discordância do posicionamento da Consultoria Jurídica, informar os motivos em Processo.
- c) Assinar os contratos na presença de duas testemunhas, providenciando as respectivas assinaturas, de modo a propiciar o efetivo controle e a transparência dos atos relacionados aos gastos públicos.

d) Providenciar, tempestivamente, a aposição da data, rubrica de todas as folhas e assinatura no edital, por parte da autoridade que o expediu, em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do art. 40 da Lei nº 8.666/93.

e) Aprimorar o controle de arquivamento dos processos de pagamentos, de modo a facilitar a localização e disponibilização desses aos órgãos de controle interno e externo, quando solicitado.

21.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

21.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações dos itens “a”, “b”, “c”, “d” e “e”. Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação “check-list” que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

21.4 Prazo limite de implementação: 22.09.2008

22 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.3.3 CONSTATAÇÃO: Impropriedades detectadas no Processo nº 08020.001226/2007-86 para aquisição de equipamentos de resgate aéreo, quanto a ausência de documentos de composição do processo.

22.1 Recomendação:

Diante da análise efetuada, recomenda-se o que segue:

a) Instruir os Processos Licitatórios relativos a projetos custeados com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, com documento que comprove o exame e a aprovação por parte do Conselho Gestor, de forma a demonstrar o cumprimento ao disposto no § 1º do art. 4º da Lei nº 10.201/2001.

b) Informar na Declaração Orçamentária, o recurso orçamentário existente para fazer face a despesa, em atendimento ao inciso IV do art. 30 do Decreto nº 5.450/05, combinado com os arts. 7º e 14º da Lei nº 8.666/93.

c) Instruir o Processo Licitatório referente ao Pregão Eletrônico, com o comprovante de publicação do resultado da licitação, em atendimento ao art. 30 do Decreto nº 5.450, de 31.05.2005.

d) Providenciar a publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, conforme dispõe o Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, mantendo nos autos do processo o comprovante de publicação.

e) Designar, tempestivamente, os representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, fazendo constar dos autos do Processo o comprovante de designação, em observação ao contido no art. 67, da Lei nº 8.666/93.

f) Aprimorar o controle de arquivamento dos Processos de Pagamentos, de modo a facilitar a localização e disponibilização desses aos órgãos de controle interno e externo, quando solicitado.

22.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

22.3 Providências a serem Implementadas.

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações dos itens “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f”. Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação “check-list” que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

22.4 Prazo limite de implementação: 22.09.2008

23 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.3.4 CONSTATAÇÃO: Impropriedades detectadas na formalização do Processo nº 08020.000766/2006-61- referente ao Pregão Presencial - SRP nº 021/2006, para aquisição de aeronaves e falta de comprovação de recebimento de materiais.

23.1 Recomendação:

Diante do exposto, recomenda-se o que segue:

a) Adotar, preferencialmente, o Sistema Registro de Preços somente quando configuradas as hipóteses previstas no art. 2º do Decreto nº 3.931/01.

b) Manter junto aos processos de destinação do legado a relação das instituições participantes dos Jogos Pan e Parapan-Americanos 2007, bem assim os critérios adotados para distribuição dos materiais.

c) Documentar em processo os motivos que levaram ao descumprimento das condições editalícias estabelecidas para execução do objeto contratado, neste caso, no que se refere ao item 8.13 do Termo de Referência, Anexo I do Edital e ao item 14, cláusula segunda, dos Contratos celebrados.

d) Contratar o seguro aeronáutico obrigatório (RETA) das aeronaves, com validade de 01(um) ano, a contar do recebimento definitivo, em cumprimento ao previsto no item 8.16.2 do Termo de Referência, Anexo I do Edital e no item 22, da cláusula segunda, dos Contratos celebrados, mantendo a cópia dos seguros nos processos de pagamento.

e) Numerar seqüencialmente e rubricar as páginas do processo em cumprimento ao parágrafo 4º do art. 22 da Lei nº 9.784/99, e ao art. 38 da Lei nº 8.666/93.

f) Instruir os processos licitatórios relativos a projetos custeados com recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública, com documento que comprove o exame e a aprovação por parte do Conselho Gestor, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 4º da Lei nº 10.201/2001.

Alíneas "g", "h", "i") Apurar em Processo os motivos que levaram ao recebimento provisório de 4 helicópteros Classe Patrulhamento e Instrução, em 23/11/2007, quando já tinham sido realizados os Jogos Pan e Parapan- Americanos de 2007 e quando já havia determinação expressa no Ofício nº 787/07-CGL/SPOA/SE/MJ, de 12/09/2007, proibindo o recebimento das aeronaves. Além disso, instruir o Processo, adequadamente, informando os motivos do descumprimento do Contrato, avaliando a aplicabilidade das sanções em razão da inadimplência por parte do contratado, de modo que cada uma das partes sejam responsabilizadas pelo descumprimento das cláusulas avençadas, respondendo pelas conseqüências de sua inexecução parcial ou total, de modo a cumprir efetivamente o que estabelece o art. 66 da Lei nº 8.666/93.

Recomenda-se, ainda, em razão da morosidade em se obter os comprovantes do recebimento das aeronaves, que os documentos comprobatórios dos atos e fatos de gestão sejam arquivados na Unidade Gestora executora, na mesma ordem do registro diário no prazo máximo de 48 horas, conforme preceitua a Instrução Normativa Conjunta STN/SFC nº 004/2000.

23.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

23.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações dos itens "a" e "f". Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação "check-list" que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

Com relação às recomendações contidas nas demais alíneas, esta Coordenação-Geral informa que a resposta será apresentada pela SENASP, unidade responsável pela utilização da aeronave.

23.4 Prazo limite de implementação: 29/09/2008 (para o check list)

24 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.3.5 CONSTATAÇÃO: Assinatura de Termo Aditivo nº 01 ao Contrato nº 122/2007, para aquisição de magnetômetros, mantendo-se os valores do contrato inicial, os quais apresentavam superiores ao Mapa Comparativo de Preços.

24.1 Recomendação:

Apurar, em processo, os motivos da aquisição de mais 60 unidades, objeto do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 122/2007, divididas em três partes iguais, itens 5, 6 e 7 da licitação, os quais possuem a mesma especificação, preços diferentes, e foram fornecidos pela mesma empresa, responsabilizando a quem deu causa a aquisição em comento por ato antieconômico. Providenciar junto à empresa contratada a devolução dos valores pagos a maior, considerando o que dispõe o art. 65 da Lei nº 8.666/93, in verbis:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

(...).

§ 1º O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

24.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

24.3 Providências a serem Implementadas:

Será providenciada a apuração conforme recomendado.

24.4 Prazo limite de implementação: 19/12/2008

25 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.3.6 CONSTATAÇÃO: Improriedades na formalização de Termo de Aditamento ao Contrato nº 153/2006, decorrente de Processo nº 08020.001461/2006-77, para aquisição de armamento.

25.1 Recomendação:

Cumprir o disposto no inciso IV, do art. 55 da Lei nº 8.666/93, o qual determina como cláusula necessária em todo contrato com a administração pública, as que estabeleçam os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo conforme o caso.

25.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

25.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações acima. Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação "check-list" que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

25.4 Prazo limite de implementação: 22.09.2008

26 Item do Relatório de Auditoria: 2.1.3.7 CONSTATAÇÃO: Falhas formais detectadas no Processo nº 08020.0017449/2006-84 para aquisição de motocicletas originalmente modificadas de fabrica.

26.1 Recomendação:

a) Especificar na cláusula da dotação orçamentária dos contratos, número e data da Nota de Empenho, o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional-programática, e a categoria econômica de acordo com a Declaração de Disponibilidade Orçamentária fornecida pelo setor de Execução Orçamentária e Financeira, em cumprimento ao disposto no art. 14 combinado com o inciso V do art. 55 da Lei nº 8.666/93.

b) Informar na Declaração Orçamentária, o recurso orçamentário existente para fazer face a despesa, em atendimento ao inciso IV do art. 30 do Decreto nº 5.450/05, combinado com os arts. 7º e 14º da Lei nº 8.666/93.

26.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

26.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações dos itens "a" e "b". Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação "check-list" que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

26.4 Prazo limite de implementação: 22.09.2008

27 Item do Relatório de Auditoria: 2.2.1.1 CONSTAÇÃO: Improriedades nos procedimentos de inexigibilidade de licitação nº 08/2007, para aquisição de materiais e equipamentos para laboratório de DNA forense.

27.1 Recomendação:

Diante do exposto, recomenda-se:

a) Abster-se de dar continuidade a processos de compra ou prestação de serviços que não tenha manifestação formal da autoridade competente, aprovando o Projeto Básico ou Termo de Referência. No presente processo, a Unidade deverá suprir a impropriedade fazendo constar a aprovação do Projeto Básico pela autoridade competente à época e envio do documento de aprovação para esta CGU.

b) Compor o processo com documentos originais e específicos para o mencionado processo. Caso se utilize de cópia como meio de comprovação de situação de regularidade técnica ou fiscal, ela deverá ser autenticada. A Unidade deverá informar a equipe de Auditoria quando da completa e correta formalização do processo para futura averiguação.

c) Realizar pesquisa de preços com o fito de comprovar que os preços propostos estão de acordo com o praticado no mercado, inclusive pelas empresas a serem contratadas por meio de inexigibilidade ou dispensa de licitação, em outras contratações com terceiros, em atendimento às determinações do inciso III, parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8.666/93.

d) Compor o processo com a manifestação formal dos "Peritos em DNA que compõem o grupo representante dos Laboratórios Regionais de DNA", afirmando que "não existe no mercado produtos substituto para utilização no citado equipamento" e que o "mercado brasileiro não oferece até o presente momento nenhum outro equipamento que realize as mesmas análises", conforme alegado às fls. 01/02 do processo, para comprovar de forma inequívoca o enquadramento da contratação como inexigibilidade de licitação. O citado documento deverá ser enviado a esta CGU.

e) Comprovar que os produtos ou materiais objeto da inexigibilidade são os únicos existentes no mercado que atendem aos equipamentos instalados nos laboratórios de DNA dos órgãos beneficiados pela compra por meio dos documentos que evidencie a exclusividade do produto no mercado.

"f", "g" e "m") abster-se de reconhecer e ratificar inexigibilidade licitação que não estejam devidamente comprovadas nos termos dos artigos 25 e 26 da Lei nº 8.666/93, bem como sem o atendimento de todas exigências feitas pela Consultoria Jurídica do MJ, sob pena de responsabilização.

h) Abster-se de prever entregas parceladas de materiais nos moldes feitos na presente inexigibilidade, por falta de amparo legal.

"i" e "l") Proceder aos recebimentos de bens e materiais na forma e prazo estabelecido nos contratos e projeto básico e incluir os Termos de Recebimento - provisórios e definitivos, nos respectivos processos.

j) Zelar pela segregação de função nas atividades realizadas na SENASP, evitando-se possíveis falhas ou impropriedades.

k) Esclarecer sobre o recebimento do material em desacordo com as especificações do item 6 do anexo do Projeto Básico. Deverá ser apurada diferença de preços e proceder a reposição ao erário. A conclusão deverá ser encaminhada a esta CGU para o total esclarecimento do item.

n) Obedecer aos termos dos artigos 43 do Decreto 93.872/86 e 64 da Lei nº 4.320/64, quanto aos procedimentos de liquidação e pagamento de despesa, fazendo constar a autorização do ordenador de despesa para efetuar os pagamentos.

o) Esclarecer o pagamento no valor total de R\$ 182.449,98 a empresa Prodimol, quando o valor da nota de empenho 2006NE901759 era de R\$ 181.717,00.

"p" e "q") Proceder ao registro individual dos bens/materiais adquiridos nos termos da Instrução Normativa SEDAP/PR nº 205/1988.

Informar qual documento utilizado pela Unidade para dar baixa no Patrimônio dos citados bens/materiais, uma vez que eles foram destinados a outros órgãos de segurança pública. Os comprovantes de baixa deverão ficar à disposição para futura averiguação desta CGU.

r) Compor o processo com informação e/ou cópia dos termos de garantias prestadas pelas empresas Applied Biosystems do Brasil Ltda. e Safetech Sistemas Tecnológicos de Segurança Ltda., conforme determina a Clausula Décima - Segunda dos Contratos. Deverá ser enviada cópia a esta CGU.

s) Observar e cumprir as disposições da Instrução Normativa Conjunta SFC/STN nº 04/2000, que versa sobre os procedimentos de conformidade documental.

t) Encaminhar a esta equipe de auditoria, cópia dos documentos mencionados pela Unidade em sua justificativa, contendo os motivos para a não adoção dos Registros de Preços realizados por meio dos processos nº 08020.002600/2006-80 e 08020.002599/2006-93, promovidos pelo Ministério da Justiça, em que constam os mesmo materiais objeto do processo de inexigibilidade.

27.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

27.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações dos itens “a”, “c”, “f”, “g”, “m”, “i”, “j”, “l”, “n” e “s”. Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação “check-list” que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

Com relação à documentação referida nas alíneas “a”, “b”, “d”, “e”, “o”, “p”, “q”, “r” e “t”, informo que será providenciada no prazo abaixo.

27.4 Prazo limite de implementação: 19/12/2008

28 Item do Relatório de Auditoria: 3.1.3.3 CONSTATAÇÃO: - Ausência de justificativa na fase preparatória do Pregão, ausência de determinação da abertura do Pregão, e falta de assinatura da autoridade competente no Despacho de Adjudicação e Homologação.

28.1 Recomendação:

Em que pese a falta de justificativa da Unidade entendemos ser necessário fazer as seguintes recomendações.

a) Observe o preceituado no Inciso I do art. 30 do Decreto nº 5.450/2005, quanto à exigência de se instruir o processo licitatório com a apresentação prévia da justificativa da contratação.

b) Adote providências, no futuro, no sentido de instruir os processos relativos a Pregão com documento determinando a abertura do processo licitatório, a fim de se atender o disposto no inciso III do art. 8º do Decreto nº 5.540/2005.

c) Providenciar junto à autoridade competente a assinatura do Despacho de Adjudicação e Homologação de fls. 406, a fim de se evitar que o vício documental impossibilite a aferição do requisito da legitimidade do ato.

28.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

28.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações dos itens “a” e “b”. Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação “check-list” que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

Alínea “c” – providenciado

28.4 Prazo limite de implementação: 22.09.2008

29 Item do Relatório de Auditoria: 3.1.3.4 CONSTATAÇÃO: - Impropriedades detectadas na formalização da Concorrência nº 002/2005.

29.1 Recomendação:

a) Manter arquivada a documentação que subsidia a formalização do processo de planejamento das Ações de Comunicação, com vistas a atender os órgãos de controle interno e externo.

b) Cumprir o que determina o inciso III do art. 8º do Decreto nº 4.799/2003.

"c" e "d") Disponibilizar a documentação solicitada para análise em tempo hábil, com vistas a evitar desperdício com cópias.

29.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(1) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

29.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações dos itens “a”, “b”, “c” e “d”. Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação “check-list” que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

29.4 Prazo limite de implementação: 22.09.2008

30 Item do Relatório de Auditoria: 3.1.3.5 CONSTATAÇÃO: Inclusão indevida no Contrato de Limpeza de categoria de profissional de auxiliar de encarregado.

30.1 Recomendação:

a) Adotar as providências necessárias no sentido de que seja excluída do Contrato de limpeza a categoria de Auxiliar de encarregado, haja vista a falta de previsão na Instrução Normativa nº 18/97.

b) Realizar levantamento detalhado das áreas (piso interno e externo, fachada envidraçada e esquadrias interna e externa), onde estão sendo executados os serviços de limpeza e conservação, no âmbito do Ministério da Justiça, haja vista que as informações apresentadas no Doc.01 apresentam divergências em relação aos dados previstos no Termo de Referência, a fim de esta Controladoria-Geral da União possa averiguar se os serviços contratados estão sendo realizados em conformidade com o disposto na alínea "b" do item 4.2 da IN/SEDAP nº 18/97.

30.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

30.3 Providências a serem Implementadas:

Determinada nova medição de áreas a serem limpas, de forma a corrigir eventuais discrepâncias nos quantitativos estabelecidos em contrato.

30.4 Prazo limite de implementação: 31/10/2008

31 Item do Relatório de Auditoria: 3.1.4.1 CONSTATAÇÃO: Pagamentos a maior efetuados à contratada em face da morosidade na implementação da determinação do TCU.

31.1 Recomendação:

Instauração de processo administrativo disciplinar com o intuito de apurar responsabilidades pelas falhas cometidas na condução da aludida contratação, bem como apurar prováveis prejuízos ao erário em razão de:

- considerar as planilhas anexas à missiva da FORTESUL como documento que deu embasamento ao acordo resultante da negociação entre contratada e contratante com o intuito de se cumprir a determinação do Tribunal de Contas; - edição do Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato 115/2006 visando dar cumprimento à Decisão do TCU, com atraso de 10 meses e 20 dias; e - respaldar em planilha contendo o timbre da empresa CONSERVO, para proceder a revisão dos valores efetivamente pagos à FORTESUL, relativamente ao período de agosto de 2006 a junho de 2007, em decorrência da decisão do Tribunal de Contas da União.

31.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(3) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

31.3 Providências a serem Implementadas:

Considerando as informações abaixo, esta Coordenação-Geral discorda das recomendações propostas por essa Controladoria.

- Adoção das Planilhas:

Face determinação feita pelo TCU e que a empresa apresentou, a título de parâmetro, somente a aludida planilha, e a mesma foi apreciada pela Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração, pela Secretaria Executiva e pela Douta Consultoria Jurídica deste Ministério.

- Período de 10 meses e 20 dias para a formalização do Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato nº 1158/2006:

Este Ministério, com lastro no preconizado no inciso II, do art. 57, da Lei nº 8.666/93, no que se refere à manutenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, procedeu a negociação com a empresa para atender à determinação do TCU, considerando aos preceitos legais, uma vez que quando ocorrida a mencionada negociação não existia norma estipulando prazo máximo para sua conclusão.

Ademais a licitação em tela teve como norma norteadora a Instrução Normativa nº 18, de 22 de dezembro de 1997, que determina em seu item 7.1, textualmente: "Será permitida a repactuação do contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da data do orçamento a que a proposta se referir, ou da data da última repactuação" e no item 7.2.: "Será adotada como data do orçamento a que a proposta se referir, a data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta, vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de antecipações e de benefícios não previstos originariamente".

Ocorre que a proposta apresentada pela Contratada, ainda em 2005, tomava por orçamento a Convenção Coletiva atinente à data-base de 01/01/2005. Assim, quando da assinatura do aludido Contrato (24/08/2006) a empresa já fazia jus ao pleito de repactuação, ao qual fez valer seu direito em solicitação válida e tempestiva.

Considerando que repactuação também implica negociação e como tal configura dever do gestor público envidar todos os esforços possíveis a fim de reduzir os custos operacionais, procedemos as duas negociações, relativas à determinação do TCU e à repactuação por força de Convenção Coletiva, tornando-as ainda mais complexas, o que ocasionou o decurso do prazo de 10 meses e 20 dias.

- Ressarcimento de diferença:

Na forma descrita no item anterior, consignado o Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato em tela, esta Coordenação-Geral, formatou as Planilhas referentes às retroatividade das duas negociações, conforme demonstrado a seguir:

I - Total da retroatividade da repactuação devida pelo Ministério da Justiça correspondente ao período de agosto/2006 a junho/2007	R\$ 732.342,18
(setecentos e trinta e dois mil, trezentos e quarenta e dois reais e dezoito centavos)	

II - Total da diferença devida pela empresa correspondente à negociação determinada pelo TCU (período de agosto/2006 a junho/2007)	R\$ (498.815,98)
(quatrocentos e noventa e oito mil, oitocentos e quinze reais e noventa e sete centavos)	
III - Total a ser pago pelo MJ à empresa fortesul (CT nº 115/2006) ref. repactuação 2006 – a negociação determinada pelo TCU (I – II)	R\$ 233.526,20
(duzentos e trinta e três mil, quinhentos e vinte e seis reais e vinte centavos)	

Assim, fica evidenciado que os procedimentos adotados não causaram dano ao erário vez que o valor devido pela empresa foi descontado do valor ao qual ela teria direito, referente à repactuação de preços.

31.4 Prazo limite de implementação: ____ / ____ / ____

32 Item do Relatório de Auditoria: 3.1.4.3 CONSTATAÇÃO: Realização de despesa com confecção de divisórias objetivando a instalação de empresas para exploração comercial no âmbito das instalações do Ministério da Justiça, falta de pagamento de aluguel relativo à utilização de prédio público, ausência de procedimento licitatório com vistas a selecionar concorrentes interessados em explorar atividade comercial nas dependências do Ministério da Justiça.

32.1 Recomendação:

Em que pese a falta de justificativa da Unidade entendemos ser necessário fazer as seguintes recomendações:

- a) Adotar as providências necessárias no sentido de apurar a responsabilidade pela realização de despesa no valor de R\$ 4.020,40, relativa à confecção de divisórias e estantes, que foram instaladas em espaço físico (subsolo do edifício anexo II do Ministério da Justiça) que está sendo utilizado por pessoas jurídicas que exploram diversas atividades comerciais, haja vista a falta de amparo legal.
- b) Providenciar a realização de procedimento licitatório com o objetivo de selecionar possíveis interessadas em ocupar espaço físico para a exploração de atividades comerciais no âmbito do Ministério da Justiça, a fim de atender o disposto no Art. 2º da Lei nº 8.666/93 ou a dispensa de licitação devidamente fundamentada. Sendo necessário, também, a celebração do termo de contrato de aluguel, pois não existindo a licitação nem o termo de contrato entre as partes, o que é vedado pelo art. 60, parágrafo único da referida Lei, não se pode assegurar que os estabelecimentos comerciais ali instalados paguem pela ocupação de prédio público.
- c) Ponha término, se já não o fez, à cessão gratuita de toda e qualquer dependência do Ministério da Justiça que esteja sendo ocupada por pessoa jurídica de direito privado com o objetivo de explorar atividade comercial, caso não exista processo de dispensa de licitação devidamente fundamentada.

32.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(3) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

32.3 Providências a serem implementadas:

Trata-se de área cedida a GASJUS (Associação dos Servidores do Ministério da Justiça), conforme processo de cessão de uso nº 08004.000712/2003-51 e de acordo com o Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001.

A referida cessão prevê o ressarcimento das despesas de manutenção predial. A Administração do MJ não exerce qualquer influência ou controle sobre a utilização do espaço feita pela Associação.

32.4 Prazo limite de implementação: ____ / ____ / ____

33 Item do Relatório de Auditoria: 3.1.4.4 CONSTATAÇÃO: Impropriedades detectadas na execução contratual.

33.1 Recomendação:

a) Adequar a Cláusula Oitava - Remuneração, item 8.5 do Contrato nº 129/2005, em atendimento ao que determina o Acórdão nº 2062/2006/TCU/Plenário em seu item 9.1.3 e subitem 9.1.3.2.

b) Nomear um servidor capacitado para representar a Administração Pública nas negociações junto a terceiros, com vistas a atender a determinação exarada pelo TCU no já citado acórdão em seu subitem 9.1.3.7.1.

"c" e "d") Anexar aos processos de pagamentos as propostas de preços das empresas subcontratadas, bem como criar mecanismos efetivos de controle das inserções de vinculações, com vistas a atender o item 9.1.3.6 do Acórdão nº 2062/2006/TCU/Plenário e seus subitens.

e) Aprimorar os controles internos com vistas a evitar situações dessa natureza, as quais poderão causar prejuízos aos cofres públicos.

f) Fazer constar dos processos financeiros toda e qualquer forma de negociação, com vistas a obter melhores preços para a Administração Pública, em atendimento ao disposto no item 5.1.5 do Contrato nº 129/2005.

33.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

33.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações dos itens “c”, “d” e “f”. Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação “check-list” que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

Com relação às alíneas “a” e “b”, informo que serão providenciadas as recomendações supra.

33.4 Prazo limite de implementação: 29/09/2008

34 Item do Relatório de Auditoria: 3.1.4.5 CONSTATAÇÃO: Contratação indevida de supervisores e ausência de apólice de seguro de vida em grupo e do plano de saúde em grupo referentes aos empregados contratados.

34.1 Recomendação:

a) Promover a alteração do contrato suprimindo o posto de supervisor, haja vista a falta de amparo legal, bem como dotar o Núcleo criado por meio da Portaria/SE/MJ nº 572, de 12.05.2006, de pessoal capacitado para exercer as funções ali inseridas.

b) Exigir da contratada a apresentação da apólice de seguro de vida e do plano de saúde em grupo, caso a mesma não comprove o pagamento destes benefícios, retirar os percentuais da planilha de custo, desde a data da assinatura do Contrato nº 32/03, em atendimento ao item 1.1.5.3.1 da IN/SEDAP nº 18/97.

34.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

34.3 Providências a serem Implementadas:

Considerando a data de encerramento do Contrato, estamos adotando providências no sentido de atender à alínea “b”.

34.4 Prazo limite de implementação: 31/10/2008

35 Item do Relatório de Auditoria: 3.2.4.6 CONSTATAÇÃO: Criação de Postos de Vigilância não previsto no Termo de Referência e contratação de brigadistas sem oferecer os materiais necessários para o desempenho da função.

35.1 Recomendação:

"a", "b" e "d") Extinguir os postos dos estacionamentos da via N-2 e do Anexo II; o posto de vigilância da sala de telefonia e um dos postos existentes no serviço médico, a fim de atender o princípio da economicidade.

c) Dotar o posto de brigadista de meios e aparelhagem adequada a sua contratação, ou desativá-lo, com vistas a atender as determinações contidas no já citado Decreto.

e) Elaborar Termo Aditivo com vistas a readequar a localização dos postos contratados.

35.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

35.3 Providências a serem Implementadas:

Iniciado estudo para confecção de Plano de Segurança e Plano de Combate a Incêndio, de acordo com os normativos da Polícia Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do DF, respectivamente.

35.4 Prazo limite de implementação: 30/11/2008 (foi necessária dilatação do prazo de implementação)

36 Item do Relatório de Auditoria: 4.1.1.1 CONSTATAÇÃO: Rasura, Divergência no período de aplicação do suprimento de fundos, Utilização de recursos fora do prazo de aplicação, Ausência do extrato da conta corrente e atraso na prestação de contas.

36.1 Recomendação:

Diante dos esclarecimentos prestados pela Unidade, recomendamos o que se segue:

"a" e "m") Evitar rasuras em documentos oficiais, de modo a não comprometer a lisura do ato de concessão.

"b", "h" e "n") Atentar para que haja correlação entre as datas previstas nos documentos de autorização e de liberação dos recursos, de forma a não restar dúvidas quanto aos prazos de aplicação autorizados pelo ordenador de despesas.

"d", "i" e "o") Observar o descrito no subitem 11.4.6 da Macrofunção nº 02.11.21, do Manual SIAFI, que menciona como componente da prestação de contas do suprimento de fundos o extrato da conta bancária discriminando todo o período de utilização, quando se tratar de suprimento de fundos concedido por meio de conta bancária, com vistas a subsidiar a análise dos processos de prestação de contas.

"e", "j" e "p") Cumprir o que determina o subitem 11.2.1 da Macrofunção nº 02.11.21, do Manual SIAFI, ou seja: o servidor que receber suprimento de fundos, é obrigado a prestar contas de sua aplicação, procedendo-se, automaticamente, à tomada de contas, se não o fizer no prazo assinalado pelo Ordenador de Despesas, sem prejuízo das providências administrativas para apuração das responsabilidades e imposições estabelecidas pelos Decretos nºs 2.289, de 04.08.1987 e 3.639 de 23.10.2000.

f) Numerar cronologicamente os processos, com vistas a evitar a retirada de documentos comprobatórios da despesa efetuada.

"g", "l" e "q") Fazer constar na análise do Despacho encaminhado ao ordenador de despesas com a proposição para a aprovação da prestação de contas, as informações necessárias para subsidiar a sua aprovação.

RECOMENDAÇÃO: 002

c) Recolher aos cofres públicos o valor de R\$ 975,86, referente a utilização fora do prazo de aplicação, conforme verificado no Processo nº 08008.002582/2007-85, em atendimento ao previsto no item 8.2 da Macrofunção nº 02.11.21, do Manual SIAFI, que estabelece o prazo máximo para aplicação do suprimento de fundos será de até 90 (noventa) dias a contar da data do ato de concessão do suprimento de fundos, e não ultrapassará o término do exercício financeiro.

36.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

36.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações dos itens “a”, “m”, “b”, “h”, “n”, “d”, “i”, “o”, “e”, “j”, “p”, “f”, “g”, “l”, “q”. Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação “check-list” que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

Com relação à alínea “c”, será apurada responsabilidade para o recolhimento recomendado.

36.4 Prazo limite de implementação: 29/11/2008

37 Item do Relatório de Auditoria: 5.1.1.1 CONSTATAÇÃO: Falta de conclusão na elaboração do Inventário Anual de Bens Móveis referente ao exercício de 2007.

37.1 Recomendação:

Cumprir o disposto no item 8 da IN/SEDAP nº 205/88 quanto à elaboração do inventário de bens móveis. Ainda, cumprir o contido no artigo 96 da Lei nº 4.320/64, que menciona que o levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.

37.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

37.3 Providências a serem Implementadas:

Esta Coordenação está adotando providências para evitar atrasos no Inventário 2009.

37.4 Prazo limite de implementação:

Prazo estabelecido para realização do Inventário 2009, referente ao exercício 2008.

38 Item do Relatório de Auditoria: 5.1.2.1 CONSTATAÇÃO: Desatualização dos Termos de Responsabilidade.

38.1 Recomendação:

Atualizar os Termos de Responsabilidade referentes aos bens móveis e providenciar a apuração de responsabilidade pela falta de localização de bens móveis, conforme dispõe os itens 7.11, 7.13.4, 7.13.5, 7.13.6, 10.6, 10.7.2 e 10.8 da IN/SEDAP nº 205/88.

38.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

(2) (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

38.3 Providências a serem Implementadas:

Esta Coordenação está adotando providências para atualizar os Termos de Responsabilidade e apurar eventuais falhas de localização de bens.

38.4 Prazo limite de implementação: 19/12/2008

39 Item do Relatório de Auditoria: 6.2.1.1 CONSTATAÇÃO: Improriedades constatadas nas Propostas de Concessão de Diárias – PCD.

39.1 Recomendação:

a) Fazer constar dos processos de concessões de diárias justificativa expressa da autoridade concedente do motivo do afastamento em finais de semana, de forma objetiva e detalhada.

c) Providenciar o recolhimento imediato do valor não utilizado, vez que o prazo estabelecido art. 7º do Decreto nº 5.992/2008 foi descumprindo e, promova se for o caso, o competente procedimento apuratório para a responsabilização ao causador desse fato.

d) Providenciar o recolhimento imediato do valor não utilizado, vez que foi realizado pagamento a maior e, promova se for o caso, o competente procedimento apuratório para a responsabilização ao causador desse fato.

e) Observar na elaboração de qualquer documento público, em especial na Proposta de Concessão de Diárias, esta seja confeccionada de forma legível, com preenchimento de todos os campos necessários, datadas e assinadas, de forma a garantir a autenticidade/fidedignidade do documento.

39.2 Posicionamento do Gestor em relação à recomendação:

() (1) Concordo (2) Concordo parcialmente (3) Discordo

39.3 Providências a serem Implementadas:

Determinado às áreas de Contrato e Licitações da CGL o estrito cumprimento das recomendações dos itens “a”, “c”, “d” e “e”. Encontra-se em fase de elaboração nesta Coordenação “check-list” que contemple todas as recomendações, a ser observado em cada processo.

39.4 Prazo limite de implementação: 29/09/2008

13. Determinações e recomendações do TCU

Segue abaixo quadro resumido das diligências oriundas do Tribunal de Contas da União com as respectivas respostas encaminhadas por esta Coordenação Geral.

DOCUMENTO (Ofício, Decisão, Acórdão e Item)	Determinações/Recomendações	Providências Tomadas
Ofício nº 1320/2008-TCU/SECEX-6 COMUNICAÇÃO Acórdão nº 2658/2008	Determinação quanto à observância dos disposto nos §§ 2º e 4º do art. 45 da Lei nº 8.666/93 e no art. 3º da Lei nº 8.248/91, no que diz respeito aos critérios de desempate de propostas, abstendo-se de estabelecer critérios não previstos em Lei, como observado nos itens 9.9, 9.9.1 e 9.9.2 do edital da Concorrência Internacional nº 01/2006.	Acatado e dado conhecimento à todas as áreas competentes.
	Determinação quanto à abstenção de exigir dos licitantes além do estabelecido no art. 28 da Lei nº 8.666/93, como, por exemplo, declaração expressa de que a empresa ou sociedade estrangeira se submete à legislação brasileira em vigor, ao edital e renuncia a qualquer reclamação por via diplomática.	Acatado e dado conhecimento à todas as áreas competentes.
	Arquivamento do processo.	Acatado.
Ofício nº 903/2008-TCU/SECEX-6 COMUNICAÇÃO Acórdão nº 1553/2008	Determina a observância do disposto no art. 7º, § 5º, da Lei 8.666/93, de modo que a CGL abstenha-se de levar adiante licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade, de características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que o processo contar com justificativa técnica suficiente e adequada para a rigidez de especificação, nos termos do referido dispositivo legal, a qual deverá ser documentada pela unidade ou área técnica responsável pelas emendas e especificações, com indicação do responsável por suas definições.	Acatado e dado conhecimento à todas as áreas competentes.

DOCUMENTO (Ofício, Decisão, Acórdão e Item)	Determinações/Recomendações	Providências Tomadas
	Determinação no sentido de que a CGL atente, nos processos licitatórios que realizar, para as especificações técnicas sugeridas pelas unidades demandantes, de modo a realizar confrontações com os produtos existentes no mercado, de forma a evitar que sejam elas responsáveis por, via indiereta, indicar bens de marcas ou características sem similaridade, com direcionamento indevido da licitação para produto ou fornecedor específico.	Acatado e dado conhecimento à todas as áreas competentes.
	Determinação de, na hipótese de interrupção dos trabalhos de pregão eletrônico, somente proceder à reabertura do pregão depois de assegurar-se de que as informações necessárias de interesse dos licitantes foram devidamente publicadas pelos mesmos meios utilizados pelo órgão para a publicação do Edital, sem prejuízo de sua veiculação por outros meios que julgar pertinentes, atendendo-se assim ao princípio da publicidade, expressamente informado pela Constituição Federal e pela Lei 8.666/93.	Acatado e dado conhecimento à todas as áreas competentes.
Ofícios nºs 1470, 1471 e 1473/2008 - TCU/SECEX-6 OITIVA / DILIGÊNCIA	Solicita informações/esclarecimentos referentes ao Pregão Presencial nº 055/2008, cujo objeto trata de aquisição de etilômetros	Respondido por meio do Ofício nº 1225-A/2008 - CGL/SPOA/SE/MJ, de 22/12/2008
Ofício nº 564/2008-TCU/SECEX-6 DILIGÊNCIA	Solicita informações/esclarecimentos e encaminhamento de documentos comprobatórios referentes ao processo de contratação da empresa CONSERVO Brasília Serviços Técnicos Ltda.	Respondido por meio do Ofício nº 993/2008 - CGL/SPOA/SE/MJ, de 01/07/2008
Ofício nº 659/2008-TCU/SECEX-6 COMUNICAÇÃO Acórdão nº 1198/2008	Determinação para, no prazo de 15 dias, adotar as medidas necessárias com vistas à renegociação de preços do Contrato nº 109/2006, celebrado com a empresa EBCO Systems Ltda., de forma a reduzi-los aos patamares indicados na presente deliberação, considerando, para tanto, a necessidade de expurgar a ocorrência de sobrepreço na aquisição dos equipamentos da ordem de US\$ 9.534,00/unidade.	Acatado. Renegociação realizada. Respondido por meio dos Ofícios nºs 1001, 1009 e 1026-A-CGL/SPOA/SE/MJ
	Determinação no sentido de dar ciência ao TCU, ao final do prazo indicado anteriormente, das providências adotadas e dos resultados com elas alcançados.	Acatado. Respondido por meio dos Ofícios nºs 1001, 1009 e 1026-A-CGL/SPOA/SE/MJ
Ofício nº 494/2008-TCU/SECEX-6 COMUNICAÇÃO Acórdão nº 929/2008	Determinação no sentido de proceder à glosa do valor total de R\$ 426.813,00 nas faturas referentes à execução contratual do exercício de 2008, admitida a retenção em 6 parcelas mensais e sucessivas, devidamente atualizadas, conforme autorizado por força do Acórdão nº 290/2008-TCU-Plenário, dando ciência a esta Corte das providências adotadas.	Acatado. Retenção realizada. Respondido por meio do Ofício nº 1016/2008-CGL/SPOA/SE/MJ
Ofício nº 465/2008-TCU/SECEX-6 COMUNICAÇÃO Acórdão nº 776/2008	Dar ciência ao MJ acerca deste Acórdão, referente ao Pregão Eletrônico nº 31/2005	Encaminhado às unidades interessadas para conhecimento.

DOCUMENTO (Ofício, Decisão, Acórdão e Item)	Determinações/Recomendações	Providências Tomadas
Ofício nº 154/2008-TCU/SECEX-6 COMUNICAÇÃO Acórdão nº 260/2008	Determinação à CGL no sentido de, em licitações futuras, abster-se de exigir, ainda que como condição facultativa, a apresentação de documentos não previstos nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93 e/ou que extrapolem o disposto no art. 37, inc. XXI, da Constituição Federal, a exemplo das cópias autenticadas de contratos relativos aos atestados de capacidade técnica solicitadas no âmbito da Tomada de Preços nº 4/2007.	Acatado e dado conhecimento à todas as áreas competentes.
	Determinação à CGL no sentido de, em licitações futuras, abster-se de estabelecer prazo para realização de visita técnica em data anterior à realização da sessão de abertura, quando esta for condição essencial para participação no certame, a exemplo do ocorrido na Tomada de Preços nº 4/2007.	Acatado e dado conhecimento à todas as áreas competentes.
Ofício nº 152/2008-TCU/SECEX-6 COMUNICAÇÃO Acórdão nº 248/2008	Determinação no sentido de informar ao TCU, no prazo de 60 dias, as providências adotadas no que se refere à rescisão dos Contratos 207, 208 e 209/2006, firmados com as empresas Aeromot, Edra e Helibras, respectivamente, para aquisição de aeronaves para atuar na segurança dos Jogos Pan Americanos de 2007.	Acatado. Respondido por meio do Ofício nº 718-A/2008 - CGL/SPOA/SE/MJ.
	Determinação no sentido de informar ao TCU, no prazo de 60 dias, a aplicação de eventuais sanções às empresas contratadas nos ajustes acima indicados.	Acatado. Respondido por meio do Ofício nº 718-A/2008 - CGL/SPOA/SE/MJ.
	Determinação no sentido de encaminhar cópia dos documentos referentes às providências apontadas nos itens anteriores.	Acatado. Respondido por meio do Ofício nº 718-A/2008 - CGL/SPOA/SE/MJ.
Ofício nº 145/2008-TCU/SECEX-6 COMUNICAÇÃO Acórdão nº 290/2008	Autoriza à CGL que a retenção de pagamentos, nas faturas vencidas, se processe em 6 parcelas mensais e sucessivas, devidamente atualizadas, até atingir o valor residual de R\$ 497.296,00, até que o tribunal se pronuncie, definitivamente, acerca da matéria.	Acatado e dado conhecimento à todas as áreas competentes.
Ofício nº 115/2008-TCU/SECEX-6 COMUNICAÇÃO Acórdão nº 260/2008	Determinação à CGL de que se abstenha de realizar licitações sem que exista orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, conforme previsto no art. 7º, § 2º, inc. II, da Lei nº 8.666/93.	Acatado e dado conhecimento à todas as áreas competentes.
Ofício nº 7/2008-TCU/SECEX-6 MEDIDA CAUTELAR e OITIVA	Determinação no sentido de promover no âmbito do contrato 190/2007 retenção cautelar do valor de R\$ 634.136,00, correspondente a parcelas pagas a maior, até que o Tribunal delibere definitivamente acerca da matéria.	Acatado e respondido por meio do Ofício nº 54/2008-CGL/SPOA/SE/MJ
	Determinação à CGL no sentido de manifestar-se, se assim o desejar, acerca dos fatos apontados na Representação de que tratam os autos, especialmente quanto à execução do Contrato nº 190/2007, com a realização de pagamentos a maior, no período de julho a novembro do exercício de 2007, no valor de R\$ 634.136,00, correspondentes a serviços de operacionalização não prestados.	Acatado e respondido por meio do Ofício nº 54/2008-CGL/SPOA/SE/MJ

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC Quantidade
Admissão	0	0
Desligamento	0	0
Aposentadoria (*)	2	2
Pensão	0	0

(*) As aposentadorias referem-se a 2 (dois) servidores lotados na CGL. Todavia, os Atos são da competência da CGRH.

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não houve ocorrências no período.

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Obs: Qtde – posição em 31.12; Despesa – total incorrido no exercício.

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	21	901.878,05	18	1.000.476,49	25	1.100.748,19
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	0		0		0	
Total Pessoal Próprio	21	901.878,05	18	1.000.476,49	25	1.100.748,19

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	3	96.034,44	3	161.754,90	10	288.710,44

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qt	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	0	0	0	0	0	0

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância /Limpeza	180	4.327.319,17	187		201	
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	116		123		115	
Pessoal Terceirizado Outras atividades		1.361.431,47		1.383.568,82		2.035.038,79
Estagiários	1	6.240,00	1	6.240,00	5	20.160,00
Total Pessoal Terc + Estag						

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	0		0		0	
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	7	94.025,75	7	163.940,73	4	166.524,66
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	7	94.025,75	7	163.940,73	4	166.524,66

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus						
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus						
Total Pessoal cedido pela Unidade						

* Os dados da tabela acima foram registrados na CGRH

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	4	132.442,39
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	35	1.423.540,90
Total Geral	39	1.555.983,29

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
TERCEIRIZADOS						
Vigilância		R\$ 2.672.533,44		R\$ 2.788.363,22		R\$ 2.761.583,90
Limpeza		R\$ 1.654.785,73		R\$ 1.380.948,00		R\$ 1.416.988,73
Apoio Administrativo	116	R\$ 1.150.851,19	123	R\$ 4.283.617,94	115	R\$ 4.864.303,59
Copeiragem		R\$ 1.257.856,60		R\$ 1.374.254,95		R\$ 1.426.766,26
Jardinagem		R\$ 103.572,87		R\$ 9.313,87		R\$ 89.872,53
Brigadistas						R\$ 518.400,00
Total Pessoal Terceirizado						

OBSERVAÇÕES:

No ano de 2007, o Contrato de terceirização para Jardinagem foi assinado em 22/11/2007, havendo, portanto, uma única fatura, no valor acima descrito.

Os contratos de Vigilância, Limpeza, Copeiragem, Jardinagem e Brigada contra Incêndio são conduzidos pela própria CGL, atendendo às demandas de todas as Unidades, portanto, os valores globais são incluídos em nosso Relatório.

Já o contrato de Apoio Administrativo é dividido por unidades, constando em nosso relatório os valores relativos apenas

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

Relatório de Correição

Número do processo:	08008.001080/2008-18					
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa			<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial			<input type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)

Número e data do Ato:	Nº: 16		Data: 22/02/2008			
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Apurar desaparecimento de bens nas dependências da SEDH.					
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa	<input type="checkbox"/>	Relatório
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em ___/___/___		<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>	Arquivamento	
Pena aplicada:						
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF		<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):				

2.

Número do processo:	08005.000329/2008-06			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 80		Data: 22/04/2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Desaparecimento de CPU nas dependências da SEPPIR.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em ___/___/___		<input checked="" type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

3.

Número do processo:	08008.002128/2008-13			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 81		Data: 22/04/2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Problemas ocorridos no transporte de equipamentos de Projeto SENASP.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em ___/___/___		<input type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

4.

Número do processo:	08008.001324/2006-09			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 117		Data: 07/07/2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Desaparecimento de microcomputador nas dependências da CDI/CGMA			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em ___/___/___		<input checked="" type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input checked="" type="checkbox"/>
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

Observação: Bem ressarcido pela empresa REMAN, prestadora de serviços de segurança nas dependências do MJ.

5.

Número do processo:	08008.005489/2008-11			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 164		Data: 04/09/2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Desaparecimento de material de informática nas dependências do DPU.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em 05/11/2008		<input type="checkbox"/>
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

6.

Número do processo:	08001.010327/2008-57			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 201		Data: 22/10/2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Furto de notebook nas dependências do Hotel Nacional.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Relatório		<input type="checkbox"/>
	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em 23/12/2008	<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
	<input type="checkbox"/>	Arquivamento		
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

7.

Número do processo:	08008.000656/2006-68			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Número e data do Ato:	Nº: 210		Data: 30/10/2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Desaparecimento de processadores, componentes de microcomputadores e licença de Windows XP nas dependências da DPU.			
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Relatório		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em ___/___/___	<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
	<input type="checkbox"/>	Arquivamento		
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

8.

Número do processo:	08008.005209/2008-67			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>			Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº: 213		Data: 03/11/2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta)				
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Relatório		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em ___/___/___	<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>			Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>			Arquivamento
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

9.

Número do processo:	08008.006151/2008-79			
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância investigativa	<input type="checkbox"/>	Sindicância acusatória
	<input type="checkbox"/>	Sindicância patrimonial	<input type="checkbox"/>	Processo administrativo-disciplinar
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço
	<input type="checkbox"/>			Outros (especificar)
Número e data do Ato:	Nº: 215		Data: 05/11/2008	
Fato sob apuração (descrição sucinta)	Desaparecimento de notebook.			
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Instrução	<input type="checkbox"/>	Indiciamento/Defesa
	<input type="checkbox"/>	Relatório		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>	Processo encaminhado para julgamento em ___/___/___	<input type="checkbox"/>	Processo Julgado
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação
	<input type="checkbox"/>	Penalidade prescrita		<input type="checkbox"/>
	<input type="checkbox"/>			Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)
	<input type="checkbox"/>			Arquivamento
Pena aplicada:				
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU
Recomendação de Instauração de TCE:	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):		

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Não aplicável à natureza jurídica da UJ

COORDENAÇÃO GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS (CGOF)

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Coordenação Geral de Orçamento e Finanças (CGOF)	
CNPJ	00394.494/0095-16	
Natureza jurídica	Órgão da Administração Pública Federal	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Palácio da Justiça Raymundo Faoro, Edifício Sede do Ministério da Justiça, 3º andar, sala 320, Brasília – DF, CEP 70.064-900.	
Endereço da página Institucional na Internet	www.mj.gov.br	
Normativos de criação, definição de competência e estrutura organizacional	Decreto nº 5.834, de 6 de julho de 2006, publicado nas páginas 05 a 13, seção 1, do DOU de 07/07/2006, revogado pelo Decreto nº 6.031, de 15 de março de 2007. Portaria MJ nº 572, de 12 de maio de 2006, publicada nas páginas 19 a 25, seção 1, do D.O.U. de 15/05/2006.	
Código da UJ titular do relatório	200094	
Código das UJ abrangidas	200094	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Administrativa	
Tipo de atividade	Elaboração, análise e acompanhamento do Orçamento do MJ.	
Nome e código no SIAFI	CGOF - 200094	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	CGOF	200094

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticas

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Coordenação Geral de Orçamento e Finanças – CGOF, constitui-se em uma Unidade transferidora dos recursos orçamentários e financeiros do Ministério da Justiça – MJ, e, por conseguinte, a sua atuação consiste na orientação normativa e a supervisão técnica dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, bem como a elaboração da programação financeira, observando as diretrizes emanadas dos Órgãos Centrais dos Sistemas de Orçamento e Finanças.

A Portaria nº 3.746, de 17 de dezembro de 2004, instituiu o Programa de Transparência do Ministério da Justiça e estabeleceu medidas internas para aperfeiçoar os instrumentos preventivos de controle da atividade administrativa.

Através da Portaria nº 1.418, de 27 de julho de 2005, foi disciplinada a divulgação de informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira do Ministério da Justiça e de seus órgãos vinculados.

Atendendo a este preceito normativo a CGOF vem disponibilizando por meio eletrônico 4 relatórios técnico-gerenciais sobre orçamento e finanças do Ministério para o referido Programa, a saber:

- I. Quadro de Detalhamento da Despesa por Plano Interno – QDD de outros custeios e capital;
- II. Quadro Consolidado da Execução por Programa;
- III. Relatórios da Execução dos Programas por Natureza de Despesa; e
- IV. Demonstrativo dos Êmpenhos por Unidade/Credor.

Os relatórios citados têm periodicidade mensal e são disponibilizados para os dirigentes e técnicos das Unidades Administrativas, Gestoras e Orçamentárias integrantes do Ministério da Justiça.

A estrutura da CGOF é composta pelas seguintes Divisões:

- Divisão de Orçamento;
- Divisão de Programação Orçamentária da Administração Direta;
- Divisão de Programação Orçamentária da Administração Indireta;
- Divisão de Orçamento de Pessoal;
- Divisão de Finanças;

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

Além de ajustar as atividades e os fatos das gestões orçamentária e financeira, compete a CGOF na área de Programação Orçamentária da Administração Direta e da Administração Indireta, as seguintes atribuições institucionais:

- Orientar, avaliar, consolidar e encaminhar a Proposta Orçamentária das Unidades do MJ, através do Sistema Integrado de Dados Orçamentários - SIDOR;
- Acompanhar o desempenho do orçamento e analisar as solicitações de créditos adicionais do Ministério (outros custeios e capital);
- Contribuir com sugestões para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);
- Analisar e acompanhar as emendas aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social que são aprovados pelo Congresso Nacional;
- Analisar e detalhar os planos internos das ações orçamentárias do Ministério da Justiça;
- Disponibilizar os limites orçamentários para as Unidades executarem as suas programações;
- Descentralizar os créditos orçamentários para Unidades Gestoras (UG) da Pasta da Justiça;
- Acompanhar a legislação pertinente à área de atuação da Coordenação Geral de Orçamento e Finanças - CGOF;
- Analisar as solicitações das Unidades referentes a alterações no detalhamento das naturezas das despesas, quanto a possibilidade de atendimento, e, dependendo do resultado da avaliação, realizá-las no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;
- Avaliar as propostas de alteração de modalidade, conforme a legislação vigente;
- Acompanhar e analisar mensalmente a evolução das receitas arrecadadas;
- Estudar e analisar a estimativa anual das receitas vinculadas e diretamente arrecadadas pelas Unidades;
- Acompanhar e analisar mensalmente as alterações orçamentárias e a sua execução mediante a elaboração dos Quadros de Detalhamento das Despesas (QDD);
- Elaborar relatório de consolidação dos programas do Ministério da Justiça;
- Ministrando treinamento técnico nas áreas de orçamento e finanças (Workshop) às unidades do Ministério; e
- Elaborar e encaminhar relatórios gerenciais para o Programa de Transparência do Ministério da Justiça, conforme Portaria nº 1.418, de 27 de julho de 2005.

À Divisão de Orçamento de Pessoal, cumpre:

- Analisar e avaliar as informações referentes a pessoal fornecidas pelas Unidades;
- Manter atualizada as informações de pessoal constantes do SIDOR/SIPES;
- Promover estudos comparativos das despesas realizadas pelas Unidades, referentes a pessoal ativo, inativo e pensionistas, utilizando-se dados disponibilizados pelo SIAFI, SIAPE e SIDOR/SIPES;
- Elaborar projeções anuais das despesas de pessoal ativo, inativo e pensionista, para subsidiar as Propostas Orçamentárias da Pasta da Justiça, bem como subsidiar o Diretor de Programa quanto a emissão de declaração de disponibilidade orçamentária;
- Elaborar mensalmente planilhas contendo informações sobre a evolução das despesas de pessoal ativo, inativo e pensionista;
- Elaborar mensalmente Relatório de Pessoal, contendo as informações físicas e de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionista;
- Elaborar planilhas, contendo informações das despesas de pessoal, para subsidiar o processo decisório quanto a necessidade de créditos adicionais
- Elaborar quadro de detalhamento de despesa mensal de pessoal;
- Subsidiar as Unidades Orçamentárias com informações pertinentes à disponibilidade e execução orçamentária;
- Subsidiar as Unidades Orçamentárias com informações referentes às alterações orçamentárias;

- Subsidiar as Unidades Orçamentárias com informações referentes às atualizações/alterações legais que dispõem sobre questões orçamentárias;
- Disponibilizar às Unidades Orçamentárias quadros, planilhas e relatórios com informações pertinentes ao orçamento para fechamento do exercício;
- Gerar tipo (via sistema SIDOR) à Secretaria de Orçamento Federal das solicitações de alteração, suplementação ou cancelamento orçamentários para as Unidades;
- Ministrando treinamento técnico nas áreas de orçamento e finanças (Workshop) às unidades do Ministério.

Dentre as atividades desenvolvidas pela Divisão de Finanças, destacam-se:

- Ministrando treinamento técnico em finanças (Workshop) às Unidades do Ministério (apuração de folha, DARF sem transferência e recursos diferidos);
- Coordenar, analisar e consolidar as propostas de programação financeira (PPF) das Unidades Gestoras do Ministério da Justiça, necessárias ao atendimento de despesas com “Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes, Investimento, Inversões Financeiras, Amortização, Juros e Encargos da Dívida Externa”;
- Solicitar ao Ministério da Fazenda/STN a proposta de programação financeira (PPF) mensal/total do Ministério da Justiça, detalhado por categoria de gasto e fontes de recursos;
- Sistematizar procedimentos para transferência dos recursos às Unidades Gestoras, tais como:
 1. Verificar saldos financeiros;
 2. Disponibilizar por fonte de recursos;
- Elaborar relatório para a Secretaria do Tesouro Nacional-STN/CODIV e CODIP referente ao cumprimento das metas estabelecidas para a carreira de finanças e controle;
- Emitir o relatório de conformidade diária;
- Emitir relatório de conformidade mensal dos operadores do SIAFI;
- Acompanhar mensalmente e analisar as receitas diretamente arrecadadas;
- Elaborar relatório referente a extração de dados, através do “Extrator SIAFI” e consolidar as informações gerenciais para acompanhamento da execução financeira;
- Orientar e supervisionar às Unidades Gestoras, quanto à aplicação da legislação de programação financeira;
- Extrair informações gerenciais do SIAPE, das Unidades Pagadoras UPAG’s pertinentes à execução, com vistas à liberação dos recursos financeiros para pagamento das folhas de pessoal ativo, inativo e pensionista;
- Elaborar relatório semanal com as demandas de recursos financeiros apresentadas pelas Unidades, com vista a submeter ao Diretor de Programa quanto às respectivas liberações;
- Liberar recursos financeiros para Unidades Gestoras Vinculadas (do exercício e restos a pagar);
- Elaborar demonstrativo das liberações financeiras e recursos recebidos;
- Transferir, através de sub-repasses, os recursos financeiros para as UG’s da Administração Direta, Indireta e Fundos do Ministério da Justiça;
- Elaborar relatórios (extraído do SIAFI Gerencial) para serem encaminhados às Unidades do Ministério da Justiça.

Com o andamento da execução orçamentária e financeira, foram realizadas diversas gestões do Senhor Ministro, do Senhor Secretário-Executivo e do Diretor de Programa junto à área econômica do Governo no sentido de minimizar o impacto do contingenciamento e viabilizar a execução das Unidades.

Com a atuação das Autoridades do Ministério da Justiça, conseguiu-se descontingenciar consideravelmente o orçamento, chegando ao final do exercício com apenas 13% bloqueados.

Além disso, visando à otimização da execução do orçamento, procedeu – se o remanejamento de limites entre as unidades orçamentárias com vistas à recomposição dos valores de forma a objetivar a não existência de sobras desses limites.

2.3. Programas

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.3.1. Principais Ações do Programa

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.4. Desempenho Operacional

O exercício de 2008 foi marcado pelo acompanhamento da execução das ações através da administração do orçamento com o objetivo de otimizar os recursos orçamentários e financeiros disponíveis. O resultado final foi a execução de 98,75% da dotação total disponível, incluídos os créditos adicionais abertos durante o exercício, o que caracteriza um excelente desempenho orçamentário.

Indicadores de Resultado	:	% DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA = 98,75%
--------------------------	---	--

Simultaneamente a publicação da Lei Orçamentária de 2008 foi editada o Decreto nº 6.439, de 22 de abril de 2008, onde esta Pasta teve um contingenciamento inicial de 6,4%, correspondendo a R\$ 204,2 milhões.

Através da Portaria Interministerial nº 88, também de 22 de fevereiro de 2007, foi detalhado por anexos o valor destinado ao Ministério da Justiça (R\$ 2.978.000.000,00), por grupos de despesas e fontes de recursos.

Em 2008, diversos créditos adicionais foram abertos para a Pasta da Justiça, conforme quadro a seguir:

QUADRO I

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO DAS UNIDADE	CRÉDITOS SUPLENTARES	CRÉDITOS ESPECIAIS	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	REABERTURA DE CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL
30.101 - MJ	(234.463.932)	-	55.327.000	77.964	(179.058.968)
30.107 - DPRF	13.478.514	-	-	3.580.971	17.059.485
30.108 - DPF	46.754.666	-	-	6.439.960	53.194.626
30.109 - DPU	5.389.000	-	-	-	5.389.000
30.202 - FUNAI	29.156.010	-	1.000.000	305.514	30.461.524
30.211 - CADE	204	-	-	-	204
30.906 - FDD	640.861	-	-	-	640.861
30.907 - FUNPEN	141.700.000	8.350.000	-	2.576.729	152.626.729
30.909 - FUNA POL	17.200.000	700.000	9.671.524	1.088.867	27.960.391
30.911 - FNSP	67.436.766	-	-	31.114.716	98.551.482
TOTAL	87.292.089	9.050.000	65.998.524	45.184.721	206.825.334

Foram disponibilizados, também mensalmente, aos dirigentes e gerentes de programa, relatório sintético sobre o desempenho dos programas que compõem o orçamento desta Pasta, bem como foram elaboradas avaliações sobre a execução programática das ações, com o objetivo de corrigir incongruências nas naturezas de despesas, além das orientações sobre as inconsistências nas contas contábeis.

Para subsidiar a análise dos orçamentos das Unidades visando atender a regionalização dos recursos por Unidades da Federação, foram desenvolvidos relatórios gerenciais específicos dos FUNPEN, DPRF, DPF, FUNAI, SENASP e FNSP.

Com relação às Unidades relacionadas à Segurança Pública foram produzidos relatórios e notas técnicas encaminhadas à Assessoria de Comunicação Social objetivando subsidiar respostas aos veículos de comunicação sobre orçamento.

2.4.1 - Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS			
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS			

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	66.539,45	188.942,83	184.343,44
3.1 Publicidade			
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação			
3.3 Tecnologia da Informação			
3.4 Outras Terceirizações (*)	66.539,45	188.942,83	184.343,44
(*) Pessoal Terceirizado - Apoio Administrativo			
3.5 Suprimento de Fundos			
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO			
TOTAIS	66.539,45	188.942,83	184.343,44

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

O valor inscrito em restos a pagar em 2008 totalizou R\$ 1.099.326 mil, dos quais R\$ 1.072.177 mil referem-se a Restos a Pagar não Processados, e R\$ 27.149 mil a Restos a Pagar Processados, correspondentes aos grupos de despesas: outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras, constantes do Decreto de Programação Orçamentária e Financeira. A sinalização para 2009 é de que o MJ poderá ter dificuldades para a cobertura das despesas em função do limite de pagamentos que foi estabelecido para 2009 (R\$ 2.966.437.000,00), constante do Decreto nº 6.752, de 28/01/2009.

A seguir, **Quadro II** sintetiza os valores orçamentários e financeiros movimentados no exercício

QUADRO II
ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - POSIÇÃO FINAL 2008

R\$ 1,00

UNIDADES	LEI + CRÉD. (1)	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO	%EMP/DIS	% LIQ/DIS
30101 - NÚCLEO CENTRAL	1.314.277.882	1.198.427.455	1.179.955.699	1.179.953.283	98,5	100,0
CGOF	100.000	4.511	4.511	4.511	100,0	100,0
GM	12.500.000	12.500.000	12.500.000	12.500.000	100,0	100,0
SRJ	4.860.000	3.428.015	3.015.591	3.015.591	88,0	100,0
CNCP	300.000	119.257	118.168	118.168	99,1	-
DPROG	700.000	38.180	38.180	38.180	100,0	100,0
SAL	1.500.000	1.500.000	1.500.000	1.500.000	100,0	100,0
SDE	7.390.000	5.185.856	4.694.892	4.694.892	90,5	100,0
SENASP	26.255.410	10.456.680	10.410.466	10.410.466	99,6	100,0
SNJ	4.231.500	3.808.985	3.485.585	3.485.585	91,5	100,0
SPOA						
- CGRH	7.339.235	6.502.838	6.347.474	6.347.474	97,6	100,0
- CGL	95.739.234	94.579.234	94.132.584	94.132.584	99,5	100,0
- CGTI	7.300.000	7.300.000	7.191.744	7.191.744	98,5	100,0
- CGVA	500.000	-	-	-		
RESMANUT./DEPEN	8.390.416	6.195.132	6.057.998	6.057.998	97,8	100,0
ANISTIA	4.784.000	4.521.789	4.344.805	4.344.805	96,1	
PRONASCI	1.132.388.087	1.042.286.978	1.026.113.701	1.026.111.285		
30107 - DPRF	258.002.806	222.339.973	221.910.459	221.910.459	99,8	100,0
30108 - DFF	411.754.666	390.799.925	387.623.962	387.623.849	99,2	100,0
30109 - DPU	38.998.365	37.187.338	37.179.454	37.179.454	100,0	100,0
30202 - FUNAI	172.481.633	131.412.063	129.148.274	129.148.274	98,3	100,0
30211 - CADE	8.232.372	7.894.673	7.865.458	7.865.458	99,6	100,0
30905 - FDDD	7.159.474	6.666.968	5.902.205	5.902.205	88,5	100,0
30907 - FUNPEN	333.890.570	225.879.804	224.145.336	224.145.336	99,2	100,0
30909 - FUNAPOL	340.203.554	341.212.369	338.080.200	338.080.200	99,1	100,0
30911 - FNSP	417.687.550	300.157.341	299.765.977	299.765.142		100,0
30000 - RESERVA						
20 TOTAL GERAL	3.302.688.872	2.861.977.909	2.831.577.024	2.831.573.660	98,9	100,0

Ao longo de 2008, as Unidades do MJ não enfrentaram dificuldades na liquidação e no pagamento da folha de pessoal. A dotação total disponibilizada para o Ministério foi de R\$ 5.351.299 mil, incluindo R\$ 707.053 mil em créditos adicionais, com o resultado da execução financeira correspondendo a R\$ 5.334.997 mil, equivalente a 99,7% da previsão, o que demonstra plena utilização dos recursos.

A seguir o Quadro III demonstra a execução orçamentária de pessoal e a percentagem de participação de cada Unidade, respectivamente.

UNIDADE	LEI N° 11.647 (A)	SUPLEMENT. (B)	TOTAL DISPONÍVEL (C=A+B)	Executado até 31/12/2008 (D)	% Executado (E=D/C)
CGRH	141.793.169	20.332.366	162.125.535	161.824.844	99,81
DPRF	1.664.593.373	59.923.996	1.724.517.369	1.718.857.930	99,67
DPF	2.636.224.604	566.420.228	3.202.644.832	3.201.108.356	99,95
DPU	60.819.242	350.000	61.169.242	60.301.335	98,58
FUNAI	138.643.246	59.488.293	198.131.539	190.405.182	96,10
CADE	2.172.587	538.851	2.711.438	2.499.605	92,19
TOTAL	4.644.246.221	707.053.734	5.351.299.955	5.334.997.252	99,70

Indicadores de Resultado	:	% DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PESSOAL = 99,7
--------------------------	---	---

A Coordenação Geral de Orçamento e Finanças disponibilizou mensalmente às Unidades e ao Programa de Transparências diversos relatórios gerenciais, dentre eles o Quadro de Detalhamento da Despesa (QDD), que é considerado o carro chefe em termos gerenciais.

Dando continuidade ao aperfeiçoamento técnico de servidores do Ministério da Justiça que atuam em atividades relacionadas com programação, execução orçamentária, financeira e contábil, e com vistas a dotar esses técnicos de conhecimentos específicos e tornar mais eficiente o desempenho das suas funções nas Unidades Gestoras de origem, a Coordenação Geral de Orçamento e Finanças ministrou, no exercício de 2008, cursos de Treinamento Técnico, a saber:

- Treinamento Técnico de Orçamento, Finanças e Contabilidade, realizado em Manaus - AM, no período de 14 a 18 de abril, destinado a 101 participantes, e
- Treinamento Técnico de Orçamento, Finanças e Contabilidade, realizado em Florianópolis - SC, no período de 20 a 24 de outubro destinado a 52 participantes.

O quadro a seguir apresenta o número de participantes por Unidade Orçamentária, para os dois cursos.

QUADRO IV
PARTICIPAÇÃO DAS UNIDADES NOS TREINAMENTOS TÉCNICOS DO ORÇAMENTO,
FINANÇAS E CONTABILIDADE/2008.

Unidade	Norte e Centro-Oeste		Sul e Sudeste	
	14 a 18 de abril Manaus/AM		20 a 24 de outubro Florianópolis/SC	
	n° de participantes	n° unidades gestoras	n° de participantes	n° unidades gestoras
DPRF	13	12	9	7
DPF	43	17	20	9
FUNAI	32	27	11	9
CADE	4	1	2	1
CGL, CGRH, SUFRAMA	9	3	10	4
TOTAL	101	60	52	30

Acrescente-se que essas preleções visam a reduzir a incidência de incorreções pelo órgão de controle e proporcionar maior segurança ao gestor, mediante a elucidação das aplicações e limitações que são impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Decretos de Contingenciamento.

Em atendimento a Metas estabelecidas pela STN/MF a equipe técnica da CGOF realizou também visitas técnicas às Unidades Gestoras para a regularização de inconsistências específicas nas contas orçamentárias e financeiras, como nos casos dos Departamentos da Polícia Rodoviária Federal e Polícia Federal, sediadas no Recife – PE.

Entretanto, essa atribuição de treinamentos ministrados e de visitas técnicas realizadas, têm demandado uma preparação adequada da equipe da CGOF para o perfeito cumprimento dessas incumbências.

Neste sentido, o corpo técnico desta Coordenação Geral participou de eventos de treinamento e aperfeiçoamento nas atividades de orçamento, finanças e administração de pessoas, nos seguintes casos:

Curso:	Curso Internacional de Política Orçamentária e Gestão Pública por Resultados
Local:	Instituto Latino Americano e do Caribe de Planificação Econômica e Social – ILPES/CEPAL, na cidade de Santiago do Chile
Período	24 de novembro a 5 de dezembro de 2008
Objetivo:	Proporcionar um Panorama Global das Finanças Públicas e das Inovações Orçamentárias na América Latina e no Caribe, Difundir Experiências Recentes de Planejamento Estratégico do Desenvolvimento e de Avaliação de Desempenho dos Programas Públicos, e Difundir Conceitos Básicos de Avaliação de Programas e projetos e do Uso da Matriz de Macro e Logística como Instrumento de Gestão desses Conceitos.
Curso:	Congresso Nacional sobre Gestão de Pessoas
Local:	São Paulo – SP
Período:	19 a 22 de agosto de 2008
Objetivo:	Análise do Crescimento da Empresas, sob a Ótica da Gestão de Pessoas e das Estratégias Comparativas. Debate de Temas nas Áreas de Recursos Humanos que fazem Motivar e Engajar os Funcionários Rumo a Atividades que levem à Superação de Resultados.

Indicadores de Resultado : **SERVIDORES TREINADOS = 2**

Dentro do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos desenvolvido pelo MJ, a Coordenação Geral de Orçamento e Finanças disponibilizou vagas para estágio, o que permitiu que 1 estudante de nível superior recebessem complementação técnico-cultural e de relacionamento humano.

Indicadores de Resultado : **ESTAGIÁRIOS TREINADOS = 1**

Foram analisadas e encaminhadas à Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP cento e duas (102) solicitações de créditos adicionais visando possibilitar às diversas unidades do Ministério da Justiça uma melhor adequação de seus orçamentos, bem como o atendimento de suas ações finalísticas.

Das diversas solicitações de modificações de modalidade de aplicação encaminhadas pelas Unidades à Coordenação Geral de Orçamento e Finanças, apenas 5 foram objeto de publicação de Portaria do Diretor de Programa na Imprensa Nacional.

Desta forma, as atividades desenvolvidas por esta Coordenação Geral de Orçamento e Finanças devem ser classificadas como “técnicas e administrativas”, pois visam a possibilitar que as Unidades do Ministério da Justiça levem a bom termo as ações voltadas para as prioridades

estabelecidas pela Secretaria Executiva, constante do planejamento estratégico da Coordenação Geral de Orçamento e Finanças.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

8. Renúncia Tributária

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

10. Operações de fundos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

11. Despesas com cartão de crédito

Não houve ocorrências no período.

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Não houve ocorrências no período.

13. Determinações e recomendações do TCU

Não houve ocorrências no período.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Obs: Qtde – **Posição em 31.12.2008** - Despesa – total incorrido no exercício.

FONTE: DADOS INFORMADOS PELA CGRH/MJ

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	7	295.177,35	8	368.112,80	4	304.790,61
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	0		0		0	
Total Pessoal Próprio	7	295.177,35	8	368.112,80	4	304.790,61

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	3	58.429,52	3	14.047,82	2	87.917,93

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	0	0	0	0	0	0

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Terceirizado						

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Vigilância/ Limpeza						
Pessoal Terceirizado	7	66.539,45	8	188.942,83	7	184.343,44
Apoio Administrativo						
Pessoal Terceirizado						
Outras atividades						
Estagiários						
Total Pessoal Terc + Estag.	7	66.539,45	8	188.942,83	7	184.343,44

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	0		0			
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	2	53.769,36	2	55.503,27	11 *	72.747,68
Total Pessoal Requisitado em exercício na Unidade	2	53.769,36	2	55.503,27	11	72.747,68

*Incluídos 8 (oito) servidores Exercício Carreira Descentralizada.

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Cedido em exercício na Unidade, com ônus						
Pessoal Cedido em exercício na Unidade, sem ônus						
Total Pessoal Cedido em exercício na Unidade						

* Os dados da tabela acima foram registrados na CGRH.

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	17	465.456,22
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	0	0
Total Geral	17	465.456,22

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Não houve ocorrências no período.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Não houve ocorrências no período.

COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE (CCONT)

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Coordenação de Contabilidade/MJ – CCONT - 200003	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	<ul style="list-style-type: none"> • Criada pelo Regimento Interno da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, aprovado pela Portaria nº 572, de 12 de maio de 2006, publicado no DOU de 15/05/2006. • As competências regimentais estão definidas nos arts. 69, 70 e 71 do mencionado regimento. • Está hierarquicamente subordinada a Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças da Diretoria de Programas da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça. 	
CNPJ	00.394.494/0095-16	
Nome e código no SIAFI	Coordenação de Contabilidade do Ministério da Justiça - 200003	
Código da UJ titular do relatório	200142	
Códigos das UJ abrangidas	200003, 200005, 200006, 200094	
Endereço completo da sede	Edifício Sede MJ, 4º andar, Esplanada dos Ministérios.	
Endereço da página Institucional na Internet	www.mj.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Administração	
Tipo de atividade	(Pública em geral) Coordenação e execução das atividades de acompanhamento e orientação contábil dos órgãos e entidades que compõem a estrutura do Ministério da Justiça	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Coordenação de Contabilidade do Ministério da Justiça é responsável regimental pela coordenação e execução das atividades de acompanhamento e orientação contábil dos órgãos e entidades que compõem a estrutura Central do Ministério, cujas competências regimentais estão definidas no Regimento Interno da Secretaria Executiva, aprovado pela Portaria nº 572, de 12 de maio de 2006, publicado no DOU de 15/05/2006.

Na estrutura do Sistema de Contabilidade Federal, em conformidade com o art. 6º do Decreto nº 3.589, de 28/09/2000, atua como órgão superior do Departamento de Polícia Federal e do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e Defensoria Pública da União como órgãos singulares e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e da como entidades vinculadas.

Para cumprimento de suas atribuições regimentais, a Coordenação de Contabilidade executou, ao longo do exercício de 2008, as seguintes ações:

- Orientação e acompanhamento das atividades contábeis executadas pelos órgãos e entidades ligadas ao Ministério da Justiça;
- Analisou as demonstrações contábeis desses órgãos;
- Cadastrou e habilitou os operadores do sistema SIAFI no âmbito do Ministério;
- Prestou apoio técnico aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União;
- Respondeu e atendeu às recomendações do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal;
- Registrou e acompanhou as conformidades contábeis das Unidades Gestoras sob sua responsabilidade;

- Acompanhou as conformidade de registros de Gestão das Unidades Gestoras do Ministério;
- Realizou tomada de contas especiais dos responsáveis por bens ou valores públicos;
- Orientou e acompanhou a inclusão e atualização de dados dos gestores no rol de responsáveis das Unidades sob sua responsabilidade;
- Participou de eventos de treinamento e capacitação, visando a atualização e aprimoramento das atividades desenvolvidas.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

Conforme o disposto no artigo 6º do Decreto nº 3.589, de 28 de setembro de 2000, compete aos órgãos setoriais de contabilidade:

- Prestar assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesas e responsáveis por bens, direitos e obrigações da união ou pelos quais responda;
- Realizar a conformidade dos registros no SIAFI dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa e responsáveis por bens públicos, à vista das normas vigentes, da tabela de eventos do SIAFI e da conformidade documental das unidades gestoras;
- Apoiar o órgão central do sistema na gestão do SIAFI;
- Efetuar, nas unidades jurisdicionadas, quando necessário, registros contábeis;
- Com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, efetuar os registros pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente, comunicando o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e ao órgão ou unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a que estejam jurisdicionados;
- Verificar a conformidade de suporte documental efetuada pela unidade gestora;
- Realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;
- Analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras jurisdicionadas;
- Integralizar, mensalmente, no SIAFI, os balancetes e demonstrações contábeis dos órgãos e entidades federais que ainda não se encontram em linha com o SIAFI.

2.3. Programas

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.3.2. Principais Ações do Programa

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

2.4. Desempenho Operacional

A Coordenação de Contabilidade não executou ações, ao longo do exercício de 2008, vinculadas aos programas governamentais. Contudo, as atividades desempenhadas e os resultados alcançados foram aferidos conforme abaixo se demonstra:

• Orientações às Unidades Gestoras

- Mensagens Recebidas e Enviadas

Total de Mensagens	Nº de mensagens atendidas	% de atendimento
8.698	8.698	100%

% de mensagens atendidas: $\frac{\text{total de mensagens recebidas e enviadas}}{\text{total de mensagens atendidas e enviadas}} = \frac{8.698}{8.698} = 100\%$

a) Número de unidades Atendidas

Órgão	Nº de Unidades
Departamento de Polícia federal – DPF	75
Departamento de polícia Rodoviária federal – DPRF	28
Fundação Nacional do Índio - FUNAI	96
Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE	2

Órgão	Nº de Unidades
Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN	4
Secretaria de Direito Econômico - SDE	2
Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP	2
Gabinete do Ministro – GM	1
Coordenação de Recursos Humanos – CGRH	1
Coordenação-Geral de Logística – CGL	1
Total de Unidades	212

Resultados alcançados: todas as Unidades Gestoras que buscaram orientações foram atendidas, resultando na redução de erros na execução orçamentária, financeira e contábil dos atos e fatos.

b) Cadastramento de Operadores nos Sistemas SIAFI/SIASG E SIAFI Gerencial, treino SIASG e SIAFI Educacional.

Nº de solicitações	Nº de atendimentos	% de atendimentos
871	871	100

% de atendimentos: $\frac{\text{total de solicitações}}{\text{total de atendimentos}} = \frac{871}{871} = 100\%$

Resultados alcançados = 100% de habilitações nos sistemas SIAFI, Siasg, SIAFI Gerencial, treino Siasg e SIAFI Educacional.

c) Tomada de Contas Especiais

Total de processos que tramitaram na UG	processos concluídos	% de processos concluídos	processos devolvidos	% de processos devolvidos
25	8	32%	17	68%

- Dos 8 (oito) processos de TCE's concluídos, todos referiam-se a Convênios e foram encaminhados à Secretaria Federal de Controle Interno - SFC/CGU/PR; Os outros 17 (dezessete) processos foram devolvidos às Unidades Técnicas competentes para inclusão de peças essenciais, para a formalização da TCE, como previa o art. 4 da IN - TCU nº 13, de 4 de dezembro de 1996, (nova redação dada pela IN-TCU nº 35, de 23 de agosto de 2000), dentre os quais, 1 (um) para a Funai com orientação o quanto à formalização de Tomada de Contas Especial, visando o andamento de etapas administrativas ainda pendentes.

Resultados alcançados: Todos os processos que tramitaram na Unidade foram analisados. Contudo, observa-se que 68% foram devolvidos por falta de peças fundamentais para formalização das TCE's, sem a observância dos normativos pertinentes. Mediante percentual apresentado, sugerimos, a adoção de ações de treinamento e capacitação dos setores responsáveis pelos serviços de análise e prestação de contas.

d) Outras Ações Realizadas

- Análise de registros contábeis das Unidades Gestoras do Departamento de Polícia Federal – DPF, Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF, Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, emitindo orientações técnicas aos operadores do sistema SIAFI, objetivando o bom desenvolvimento da gestão dos ordenadores de despesas;
- Análise e acompanhamento das restrições automáticas apuradas pelos auditores do sistema SIAFI (CONCONTIR e CONICONS) das Unidades sob sua responsabilidade;
- Registro das conformidades contábeis das Unidades sob sua responsabilidade;
- Orientações aos gestores (ordenadores de despesas e executores), quanto aos registros realizados no Subsistema – CPR – Contas a Pagar e a Receber;
- Participação como palestrantes em 2 (dois) treinamentos de servidores dos Departamentos de Polícia federal – DPF e Polícia Rodoviária Federal – DPRF, Fundação Nacional do Índio – FUNAI e Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, promovidos pela Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças – CGOF/MJ, realizados em Manaus/AM e Florianópolis/SC;

- Atualização do cadastro de Convênios das unidades gestoras, quando solicitado pelos gestores;
- Emissões de relatórios mensais referentes à análise dos balancetes contábeis das unidades, dos órgãos do Ministério da Justiça, Departamento de Polícia Federal – DPF e Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF, de órgão superior, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, Fundação Nacional do Índio – FUNAI;
- Conciliação e avaliação dos Relatórios de Movimentação de Bens Móveis (RMB) e Relatórios de Movimentação de Almoarifado (RMA), com os registros contábeis efetivados no Siafi, da administração central e unidades supervisionadas;
- Acompanhamento e orientação para inclusão e atualização de dados dos gestores no Rol de Responsáveis do sistema Siafi;
- SICONV – Considerando a implementação do Portal www.convenios.gov.br, esta unidade ficou responsável pelo cadastramento de senhas aos servidores/usuários do sistema, bem assim em relação à aprovação/homologação da documentação encaminhada, nos termos dos artigos 17 a 19 da Portaria Interministerial n.º 127, de 29 de maio de 2008, na seguinte razão:

Quantidade de Proponentes/documentação encaminhada ao MJ	Aprovação/Homologação da documentação perante o sistema (*)	Disponibilização de senhas a usuários/servidores mediante requerimento por formulário
26	12	56

- (*) A aprovação/homologação perante o sistema depende unicamente da apresentação, por parte dos pretendentes convenientes, dos documentos em originais exigidos pela Portaria Interministerial n.º 127 de 29 de maio de 2008, sem os quais resta pendente de homologação/aprovação a respectiva proposta.

e) **Quadro de Técnicos da Unidade**

Para realização de suas competências regimentais a Coordenação de Contabilidade conta com 12 (doze) colaboradores, sendo 6 (seis) servidores e 6 (seis) técnicos terceirizados.

2.4.1. Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	0	0	0
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTODE DESPESAS EM VIAGENS	0	0	0
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	65.371,21	261.990,33	305.108,54
3.1. Publicidade	Não houve ocorrências no período.	Não houve ocorrências no período.	Não houve ocorrências no período.
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.	Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.	Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.
3.3. Tecnologia da Informação	Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.	Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.	Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.
3.4. Outras Terceirizações (*) (*) Pessoal Terceirizado - Apoio Administrativo	65.371,21	261.990,33	305.108,54
3.5. Suprimento de Fundos	Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.	Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.	Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	Não aplicável à natureza Jurídica	Não aplicável à natureza Jurídica	Não aplicável à natureza Jurídica

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
	da UJ.	da UJ.	da UJ.
TOTAIS	65.371,21	261.990,33	305.108,54

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

8. Renúncia Tributária

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

10. Operações de fundos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

11. Despesas com cartão de crédito

Não houve ocorrências no período.

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Não houve ocorrência de recomendações do Órgão de Controle Interno dirigidas à Coordenação de Contabilidade no exercício de 2008.

13. Determinações e recomendações do TCU

Não houve ocorrência de determinações ou recomendações do TCU dirigidas à Coordenação de Contabilidade no exercício de 2008.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Obs: Qtde – Posição em 31.12.2008 - Despesa – total incorrido no exercício.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade *					3	116.651,46
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	0	0	0	0	0	0
Total de Pessoal Próprio	0	0	0	0	3	116.651,46

*As despesas referentes aos anos 2006 e 2007 estão incluídas nas despesas da CGOF.

Descrição	2006	2007	2008
-----------	------	------	------

	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo*					1	58.646,10

* As despesas referentes aos anos 2006 e 2007 estão incluídas nas despesas da CGOF.

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	0	0	0	0	0	0

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/limpeza	Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.	Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.	Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.	Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.	Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.	Não aplicável à natureza Jurídica da UJ.
Pessoal Terceirizado Apóio Administrativo	5	65.371,21	7	261.990,33	7	305.108,54
Pessoal Terceirizado Outras Atividades	0	0	0	0	0	0
Estagiários	0	0	0	0	0	0
Total Pessoal Terc. + Estag.	5	65.371,21	7	261.990,33	7	305.108,54

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal requisitado em exercício na Unidade, com ônus	0	0	0	0	1	0*
Pessoal requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	0	0	0	0	1**	0
Total Pessoal requisitado, em exercício na Unidade					2	

* A Despesa está na SENASP

** Incluído 1 (um) servidor Exercício Carreira Descentralizada

Descrição	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal cedido pela Unidade, com ônus	0	0	0	0	0	0
Pessoal cedido pela Unidade, sem ônus	0	0	0	0	0	0
Total Pessoal cedido pela Unidade	0	0	0	0	0	0

* Os dados da tabela acima foram registrados na CGRH.

Descrição	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da Unidade	13	480.406,10
Pessoal envolvido em ações de suporte da Unidade		
Total geral	13	480.406,10

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Não houve ocorrências no período.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Não houve ocorrências no período.

COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (CGTI)

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI)	
CNPJ	Não se aplica	
Natureza jurídica	Órgão da Administração Pública Direta	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Sala 308 70064-900 Brasília, DF Telefone: (61) 3429-3243	
Endereço da página institucional na Internet	http://www.mj.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Estrutura regimental: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, publicado no DOU nº 52, de 16 de março de 2007. Regimento interno: Portaria nº 572, de 12 de maio de 2006, publicada no DOU nº 91, de 15 de maio de 2006.	
Código da UJ titular do relatório	3000	
Códigos das UJ abrangidas	Não se aplica	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Administração	
Tipo de atividade	Tecnologia da Informação	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Não se aplica	

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

Na Visão de Futuro e Missão da CGTI, verifica-se a importância conferida para o alinhamento das atividades de tecnologia da informação (TI) com os negócios do Ministério da Justiça e por consequência com a execução das políticas públicas correlatas ao Ministério. A Visão de Futuro da CGTI é ser referência na gestão da informação e do conhecimento no âmbito da Justiça, e ser reconhecida por seus clientes pela excelência na qualidade dos serviços prestados em TI. Sua Missão é propor, implementar políticas e gerir recursos de TI para a gestão da informação e do conhecimento de forma a contribuir com os resultados do Ministério da Justiça em prol da sociedade.

Os planos e projetos são realizados com a participação dos interessados, inclusive a área de planejamento estratégico. As atividades a serem executadas pela CGTI são priorizadas pelas instâncias superiores, que por sua vez, em princípio, estão alinhadas com seus próprios planos estratégicos e com os negócios que abrangem a atuação das unidades do órgão.

Além disso, a Portaria nº 1.806, de 21 de novembro de 2003, que cria o Comitê Gestor da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública (CGTI-Plataforma), tendo a CGTI como unidade executora da ação, tem como propósito conferir ao Ministério da Justiça e aos operadores de justiça e de segurança pública do país a infra-estrutura de comunicação de voz, dados e imagem destinada à interligação dos órgãos vinculados ao combate da criminalidade em seus aspectos de prevenção, intervenção e ressocialização.

O objetivo da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública (Plataforma) é conferir ao Ministério da Justiça um instrumento de gestão do controle da criminalidade em seus aspectos de prevenção, intervenção e ressocialização, por meio da integração e oferta de informação, em extensão nacional, sobre criminalidade e segurança pública. Além disso, deverão ser atendidas, inclusive, as necessidades de informação e tecnologia relativas ao Direito Econômico e à FUNAI.

Desse modo, deverão ser atingidos os seguintes objetivos principais:

- Interligação, em extensão nacional, de todos os operadores de justiça e segurança pública, a saber: delegacias de polícia, unidades móveis, unidades das polícias militares, institutos de criminalística, institutos médico legais, institutos de identificação, varas comuns, varas especializadas, tribunais superiores, presídios federais, penitenciárias, casas de detenção, cadeias públicas, centrais de penas alternativas, cartórios, secretarias estaduais de justiça e segurança pública;
- Constituir o instrumento de integração de informações de todos os estados brasileiros de forma a viabilizar o seu cruzamento no contexto de segurança pública e justiça (dados sobre criminalidade, processos judiciais, detentos, identificação, etc.);
- Integração de informações dos diversos sistemas do Ministério da Justiça constituindo uma base consolidada de informações estratégicas viabilizando gestão do conhecimento no âmbito federal;
- Racionalização de investimentos já realizados e a realizar em tecnologia da informação no âmbito dos órgãos participantes.
- Integração de todas as redes de todos os órgãos do Ministério da Justiça, constituindo uma rede nacional de comunicação unificada.

A CGTI/MJ é integrante da estrutura da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/SPOAISE/MJ e, conforme estabelecido pelo Regimento Interno, aprovado pela Portaria MJ nº 572, de 12 de maio de 2006, possui as seguintes competências:

I — planejar, coordenar, implementar, acompanhar, supervisionar, orientar e controlar, com exclusividade, programas e projetos relacionados com as atividades de tecnologia da informação do Ministério, observadas as diretrizes, padrões e normas emanadas dos órgãos centrais de administração dos recursos de informação e informática do Governo Federal;

II — administrar todos os recursos de tecnologia da informação, a saber: hardware, software, dado e informação, serviço provido por meio eletrônico e meio de comunicação;

III — coordenar os processos de construção e incorporação de sistemas de informação no âmbito do Ministério;

IV — propor normas operacionais e de utilização adequada dos recursos de tecnologia da informação e zelar pelo seu fiel cumprimento;

V — zelar pelo atendimento da demanda, conforme ordem de priorização estabelecida na Política de Tecnologia da Informação do Ministério;

VI — assessorar os órgãos e entidades vinculadas ao Ministério em assuntos relacionados à tecnologia da informação, bem como na formulação do plano plurianual, em programas e ações que envolvam o suporte de tecnologia da informação;

VII — elaborar pareceres técnicos sobre propostas de projetos para o Ministério e seus órgãos e entidades vinculadas, que envolvam tecnologia da informação;

VIII — identificar demandas e necessidades de atualização e capacitação técnico-operacional dos usuários de tecnologia da informação, bem como acompanhar a realização de treinamentos, em conjunto com os órgãos setoriais de recursos humanos e de modernização do Ministério;

IX — zelar pela segurança de dados e informações armazenados e manipulados pelos sistemas de informação e serviços disponibilizados aos usuários;

X — coordenar e supervisionar o uso de Certificados Digitais no âmbito do Ministério;

XI — representar o Ministério em eventos multilaterais nacionais ou internacionais relacionados a tecnologias da informação e comunicação;

XII — participar de fóruns de discussão sobre Tecnologia da Informação e Comunicação, em que o tema seja pertinente a sua área de atuação;

XIII — promover o intercâmbio de experiências e informações com organizações externas e órgãos centrais de administração dos recursos de informação e informática do Governo Federal; e

XIV — registrar, no Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, o acervo de sistemas desenvolvidos com recursos do Ministério.

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

Quanto às responsabilidades institucionais, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação — CGTI/MJ não executa diretamente políticas públicas, no entanto, apóia diversas unidades do Ministério da Justiça/MJ na implementação de procedimentos de controle, mensuração e avaliação de programas, ações, projetos e operações especiais.

O Planejamento institucional da unidade prioriza atividades sustentáveis que tragam benefícios efetivos para a sociedade, evitando-se a malversação do dinheiro público. Neste contexto a CGTI busca atender ao máximo as necessidades das demais unidades integrantes do MJ, sobretudo as atividades ligadas ao planejamento estratégico do MJ. Pode-se aqui explicitar diversos resultados obtidos nos últimos anos tais como o desenvolvimento de sistemas de informação: Sistema de Informações Penitenciárias — INFOPEN, Sistema Gerencial de Ouvidoria — SIGO, Sistema de Informações em Segurança Pública — INFOSEG, Sistema de Gestão da Estrutura Organizacional — SIGEO, Cadastro Nacional de Entidades — CNEs, Sistema Nacional de Defesa do Consumidor – SINDEC, Sistema de Informação para a Infância e Adolescência — SIPIA, Sistema de Transparência do MJ, Sistema de Controle de Processos e Documentos — MJDOC, dentre outros.

Destaca-se que o serviço de suporte técnico da CGTI atendeu uma média acima de 2.161 chamados mensais. O outro resultado positivo foi a criação do Grupo de Atendimento e Tratamento de Incidentes de Segurança da Informação — GATI — com aprovação do Ministro, na Portaria no 2086/05. Desde a sua instituição, o GATI trabalha para atender às necessidades de Segurança da Informação do MJ, otimizando a infra-estrutura de segurança que provê a interligação das redes com os demais órgãos.

Esta Coordenação também age pro-ativamente na prevenção, detecção, resposta e tratamento de incidentes de acordo com os requisitos estabelecidos pela Política de Segurança da Informação — PSI, Portaria nº 279/2006. O GATI desenvolve ferramentas específicas de monitoração de ataques contra a rede do MJ. As ferramentas identificam os tipos e as naturezas dos incidentes de segurança da informação. Além disso, há os serviços continuados de coordenação, gerência e operação da Rede de Dados de Longa Distância - WAN e a Rede de Dados Local - LAN que interligam as unidades organizacionais integrantes da estrutura do Ministério da Justiça, de modo a assegurar a disponibilidade dos serviços de conectividade dessas Redes, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Ministério. Nesse sentido, o projeto que compreende o estabelecimento de uma infra-estrutura de rede de dados de longa distância (Infovia MJ) para interligar os operadores de segurança pública e justiça, conhecido como Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública, adota um planejamento em fases, fases estas estabelecidas segundo a disponibilidade orçamentária do MJ e consoante as necessidades dos órgãos integrantes do MJ.

Desse modo, a Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública tomou por base os resultados obtidos no diagnóstico de tecnologia da informação levado a efeito no âmbito do Projeto Planjus, projeto esse viabilizado por intermédio de uma parceria com o Ministério das Comunicações no ano de 2004. Com base no diagnóstico realizado e nas premissas enumeradas para o Projeto, foi adotada a tecnologia MPLS (Multiprotocol Label Switching) para a especificação técnica da infra-estrutura de comunicação de dados, voz e imagem. A utilização desta tecnologia permite o estabelecimento de parâmetros de qualidade de serviço para o tráfego de informações, bem como implantação primária de protocolos de segurança da informação por intermédio do estabelecimento de VPNs (Virtual Private Networks), redes privadas virtuais. Essas VPNs, além do aspecto de gerenciamento de segurança da informação, segregam o tráfego de informações segundo os órgãos envolvidos na Plataforma. Paralelamente à implantação desta infra-estrutura de comunicações de dados, realiza-se o intercâmbio de informações de interesse comum por parte de atores envolvidos na Plataforma, intercâmbio este realizado por intermédio de sistemas de informações. Assim, a unidade de medida de ação, estabelecida para avaliação do Projeto, é a de percentual de sistema implantado, estando compreendidas por esta métrica a conectividade e a arquitetura informacional necessárias ao intercâmbio gerenciável e seguro de informações.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

Estudos realizados nos exercícios de 2004 e 2005 permitiram que as atividades do Ministério da Justiça/MJ fossem classificadas em (04) quatro macro-funções, descritas abaixo. O conjunto dessas macro-funções busca apresentar, em termos de funções, como implementar as demandas de informatização, na forma de sistemas de informação e infra-estrutura computacional. As macro-funções identificadas são:

- I- Estado, relacionada a sistemas de informação que promovam a melhoria na gestão;
- II- Cidadania, com foco em promover a melhoria de serviços para o cidadão;
- III- Instituição, voltada para a melhoria da informação e processos institucional; e
- IV- Administração, com o fim de melhoria de sistemas de gestão, planejamento estratégico, orçamento, logística, entre outros, integrados aos sistemas estruturantes do governo federal.

A quantificação das demandas de TI necessárias para o atendimento das áreas de negócio do Ministério são obtidas por meio do Sistema de Atendimento ao Usuário (SICAU) e acompanhadas pelo Sistema Gerencial de Desenvolvimento de Sistemas (SG-CGTI).

Ressalte-se que com o advento do PRONASCI, o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI 2008/2011), ao ser elaborado, deverá estar alinhado com as estratégias de negócio e prioridades de TI, resultantes dessa nova diretriz ministerial. As estratégias de negócio e as prioridades de TI estarão refletidas nos projetos a serem executados a curto, médio e longo prazo, por intermédio dos planos tático-operacionais, contendo os objetivos, planos de trabalho e tarefas que serão acordadas entre a área demandante e equipe de TI.

Quanto aos planos de médio e longo prazo, especificamente no aspecto de governança de TI, está em fase de elaboração, com estudos sendo realizados pela equipe, um documento-mestre denominado Políticas de Tecnologia da Informação e outro denominado Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação e Matriz de Avaliação PDTI, os quais ainda não foram divulgados para o público interno do MJ.

A DIPROS está constantemente reavaliando a capacidade de prestação de serviços versus à demanda, visando alocar os recursos do contrato de TI da forma mais apropriada. Para isso, lança mão de quadros de controle, do Sistema Gerencial CGTI/SPOA, bem como controla as solicitações realizadas, produtos e serviços entregues. Os produtos entregues são necessariamente armazenados em sistema de versionamento (CVS). Os serviços prestados são registrados em relatórios, quando o interessado tem a oportunidade de atestar juntamente com a área de TI a realização dos mesmos.

A implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública ocorreu segundo as Diretrizes do Projeto da Infovia/MJ. A Infovia/MJ é a infra-estrutura de comunicação de dados, voz e imagem destinada à Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública. Em 2008, o planejamento orçamentário da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública abrangue:

- a) a implementação do serviço de provimento de comunicação de dados referente à Fase 2 da Infovia MJ e manutenção da Fase 1;
- b) a adequação da infra-estrutura de hardware e software ao novo cenário interposto pela ampliação da Infovia/MJ; e
- c) o aumento da capilaridade da Infovia/MJ consoante o preceito de racionalização de recursos.

Assim, foram previstos os recursos para as seguintes iniciativas:

- a) manutenção do contrato de provimento de serviço de comunicação de dados referente a Fase 1 e Fase 2 da Infovia/MJ;
- b) implementação do serviço de provimento de comunicação de dados referente à implantação da VPN-DPGU e à expansão da VPN-DEPEN (Fase 2);
- c) manutenção do contrato com o SERPRO que garantiu a continuidade da utilização da Infovia Brasília, permitindo que o MJ estabelecesse conectividade com os órgãos governamentais abrangidos por essa Infovia, de forma gerenciável e segura;
- d) Aquisição de servidores de serviços de mensageria para o MJ;
- e) Contratação de rede sem fio para atender aos usuários do MJ, compreendendo o Edifício Sede, Anexo I, Anexo II e Shopping ID (Venâncio 3000, onde se encontram as dependências da SENASP e DRCI).

Quanto às aquisições de softwares, a DIARTI recebe dos usuários, justificativa da demanda e verifica as funcionalidades frente às necessidade dos usuários, realizando estudo técnico comparativo dos softwares proprietários com os softwares livres existentes, para redução dos custos da contratação. São avaliadas as quantidades dos softwares existentes e a verificação da necessidade de aquisição ou atualização de versões.

Com o advento da publicação da MP no 384, de 20 de agosto de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) e descritivo constante do Plano Plurianual PPA 2008/2011, que detalha cada uma das 93 ações que compõem o PRONASCI, foram inseridas no planejamento estratégico, novas demandas de atividades da unidade CGTI, como por exemplo bolsa-formação, mães da paz, protejo, reservista-cidadão, sistema de gestão do programa PRONASCI, entre outras.

Ressalta-se que para o atendimento das demandas do programa PRONASCI, com a utilização da atual infra-estrutura e contrato de prestação de serviços de TI, fizeram-se necessárias diversas ações, tais como interromper projetos de sistemas de informação em andamento na CGTI, expandir a infra-estrutura de TI, adquirir e implantar ferramentas gerenciais, estabelecer parceria com

a Fundação Getúlio Vargas, entre outras. A CGTI teve papel fundamental no PRONASCI, tendo desempenhado as seguintes ações:

- a) promover a melhor e mais ampla utilização das informações técnicas, normativas, necessárias ao funcionamento da Secretaria-Executiva do PRONASCI;
- b) harmonizar conceitos, métodos e critérios de utilização das bases de dados e informações intersetoriais de interesse do PRONASCI;
- c) apoiar a Secretaria-Executiva do PRONASCI nas ações de planejamento, coordenação e supervisão relacionadas aos Sistemas Federais de Planejamento e de Orçamento, de Contabilidade e de Administração Financeira, de Administração de Recursos de Informação e Informática, e de Serviços Gerais no âmbito do PRONASCI.

Além disso, diversas situações no decorrer do ano de 2008 contribuíram para diminuir ou mesmo interromper o desempenho operacional da CGTI. Ressaltam-se algumas:

- a) carência de recursos humanos, servidores especializados, do próprio órgão;
- b) alta rotatividade de prestadores de serviço na Unidade;
- c) falhas no fornecimento de energia elétrica ou no-break;
- d) falhas na climatização da sala 201 (equipamentos sensíveis);
- e) falta de comprometimento / envolvimento dos solicitantes de sistemas de informação;
- f) estrutura organizacional inadequada para a área de TI;
- g) falta de espaço físico adequado as atividades de TI;
- h) contrato atual de pessoal de TI – inadequado;
- i) falha na comunicação externa – áreas de negócio.

2.3. Programas

A Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública do Ministério da Justiça é parte integrante do Plano Plurianual de Metas – PPA, por intermédio da Ação 3974, vinculada ao Programa 0698 - Gestão e Apoio Institucional (Política) na Área da Justiça.

Essa Ação segue as orientações emanadas pelo Comitê Gestor da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública (Comitê Gestor), que tem por objetivo estabelecer diretrizes, promover, priorizar e supervisionar programas, projetos e atividades de tecnologia da informação no âmbito do Ministério da Justiça. Este Comitê foi instituído por intermédio da Portaria nº. 1806 de 21 de novembro de 2003 da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça.

2.3.1. Programa 0698 – Gestão e Apoio Institucional na Área da Justiça

Tabela 2 – Dados gerais do programa

Tipo de programa (1)	Programa de Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da justiça.
Objetivos Específicos	
Gerente do programa (2)	Luiz Paulo Teles Ferreira Barreto
Gerente executivo (2)	Paulo Francisco Britto Garcia
Responsável pelo programa no âmbito da UJ(3)	Paulo Francisco Britto Garcia
Indicadores ou parâmetros utilizados para avaliação do programa (2)	
Público-alvo (beneficiários)	Governo Federal

2.3.2. Principais Ações do Programa

A Ação 3974 – Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública é de responsabilidade da CGTI, cabe ressaltar que existem outras ações relacionadas ao programa que são de responsabilidade de outras unidades do Ministério da Justiça/MJ.

2.3.2.1. Ação 3974 – Implementação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública.

Tabela 3 – Dados gerais da ação

Tipo	

Finalidade	Conferir ao Ministério da Justiça um instrumento de gestão do controle da criminalidade em seus aspectos de prevenção, intervenção e ressocialização, por meio da integração e oferta de informação, em extensão nacional, sobre criminalidade e segurança pública.
Descrição	Estabelecimento de infra-estrutura de comunicação e padrões nacionais para troca de informação entre os diversos atores dos sistemas nacional, estadual e municipal de justiça e de segurança pública, e constituição de sistema de informação de âmbito nacional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Secretaria-Executiva
Coordenador nacional da ação (1)	Jorilson da Silva Rodrigues
Unidades executoras (1)	Órgãos do MJ
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação- Geral de Tecnologia da Informação - CGTI
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Conhecimento gerencial e técnico aplicado à elaboração de diretrizes, normas e especificações de processos relativos ao desenvolvimento de sistemas e implantação de infra-estrutura de comunicação de dados, voz e imagem.

A tabela a seguir pode ser utilizada em apoio à composição das informações sobre os resultados obtidos em cada ação:

Tabela 4 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	7.300.000,00	7.034.210,00	96
Física	77	77	100

2.4. Desempenho Operacional

Com relação aos indicadores de desempenho utilizados para aferir o desempenho operacional da CGTI, serão demonstrados tanto o referente à Ação 3974 – Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública (sobre e Justiça), quanto os referentes aos informativos do esforço e da eficiência governamental, que no caso, se consolidam através dos indicadores do Sistema de Controle de Atendimento aos Usuários – SICAU, responsável pelo cadastro de todas as solicitações de suporte técnico no âmbito do MJ.

a) Avaliação dos resultados da execução em 2008 relativas à Ação 3974 – Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública

A Infovia MJ foi ampliada com sucesso, tendo provido acesso à VPN/DPGU e VPN/DEPEN, cumpridos os objetivos e metas delineadas pelo Comitê Gestor, conforme demonstrado nas figuras 1 e 2 a seguir.

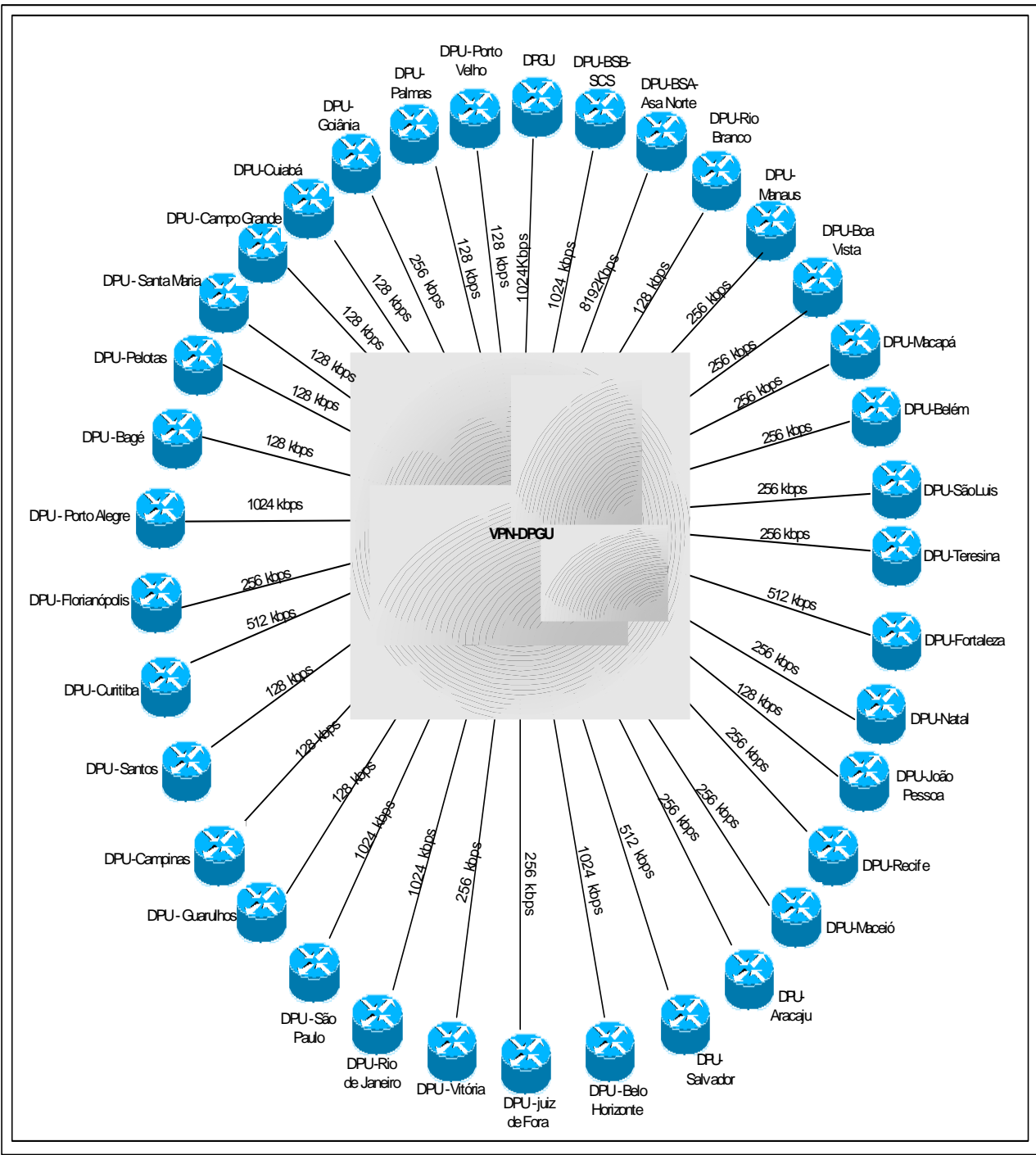


Figura 1 – Expansão da VPN/DPGU

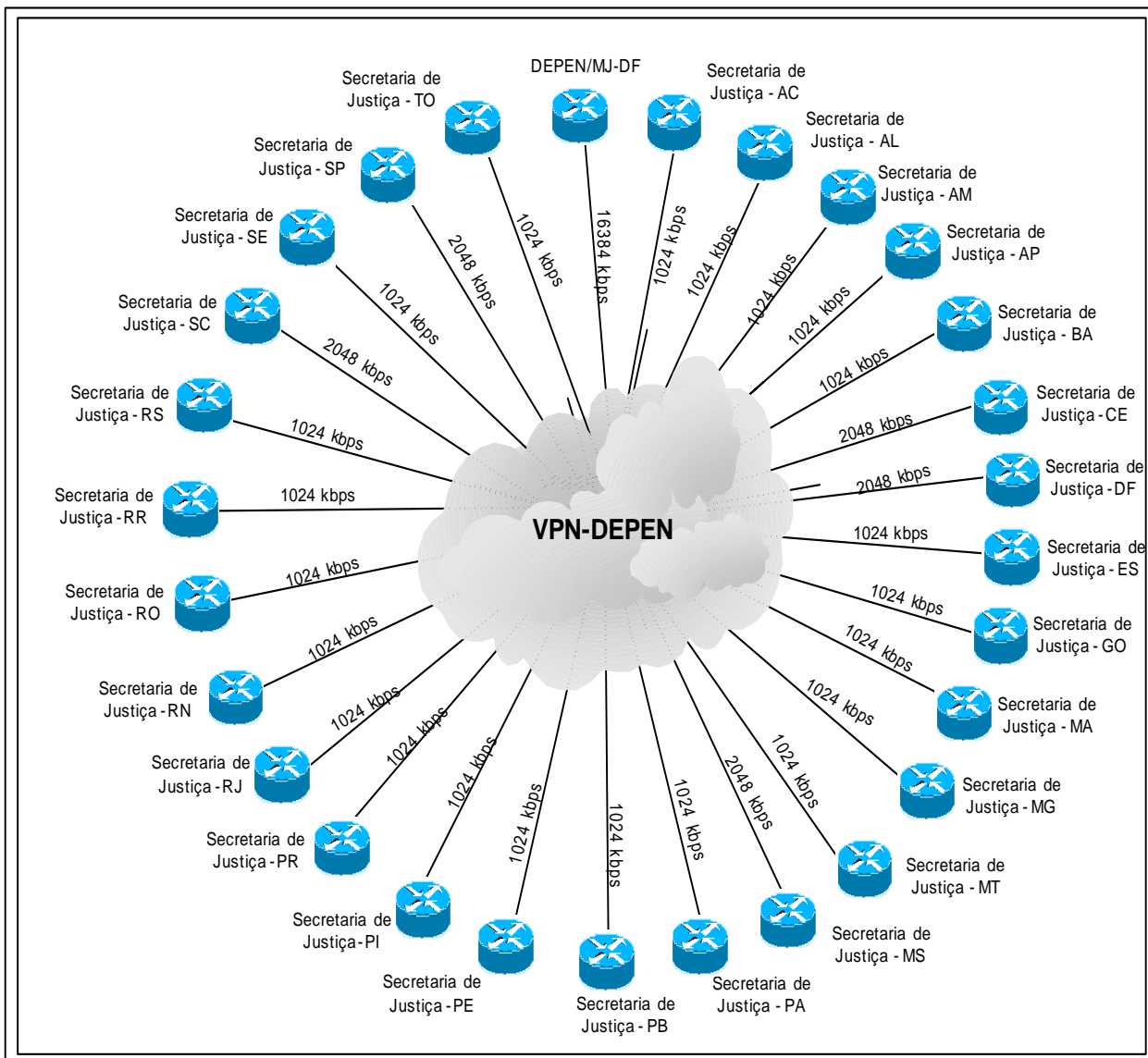


Figura 2 – Expansão da VPN/DEPEN

b) Indicadores obtidos no gerenciamento da Ação 3974 – Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública.

Indicadores e Metas foram definidos de acordo com a natureza e característica de cada serviço e expressos em unidade de medida percentual. A frequência de avaliação e aferição dos níveis de serviço – NS, é mensal, devendo a unidade responsável elaborar Relatório Técnico e enviar ao Coordenador-Geral até quinto dia útil do mês subsequente. O Relatório Técnico contém os indicadores/metas de níveis de serviço alcançados, recomendações técnicas, administrativas e gerenciais para o próximo período, além das demais informações relevantes para a gestão contratual.

Níveis de Serviço - NS: são critérios objetivos e mensuráveis, com a finalidade de aferir e avaliar diversos fatores relacionados à prestação de serviços, quais sejam: qualidade, desempenho, disponibilidade, custos, abrangência e segurança.

Indicadores de Níveis de Serviço: os serviços prestados são medidos com base em indicadores e metas de níveis de serviço, vinculados a fórmulas de cálculo específicas, e são executados pela empresa contratada de modo a alcançar as respectivas metas exigidas.

c) A CGTI utiliza os seguintes Indicadores de Níveis de Serviço - NS:

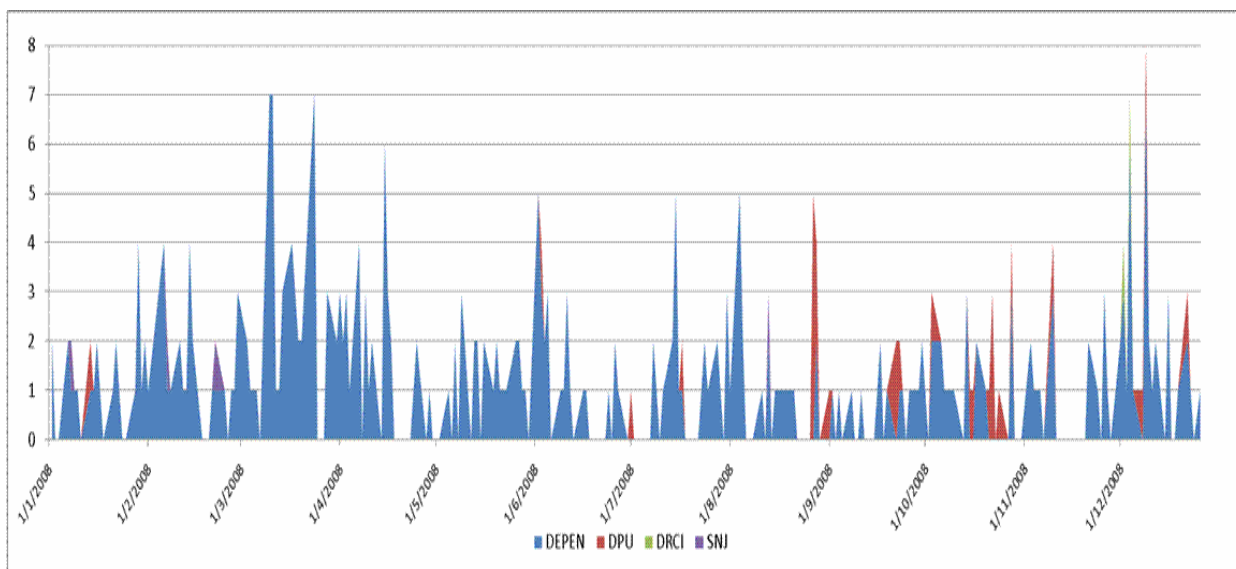
I – índice de chamados efetuados no Sistema de Controle de Atendimento a Usuário (SICAU) atendidos (concluídos); e

II – índice de disponibilidade das conexões da Infovia MJ (Plataforma).

Tabela 5 – Indicadores de Níveis de Serviço: suporte de redes

Item	Indicadores de Níveis de Serviço	Fórmula de Cálculo	Unidade de Medida	Meta Atingida
1	Índice de chamados efetuados no Sistema de Controle de Atendimento a Usuários (SICAU) atendidos (fechados)	Total de chamados atendidos (fechados) no mês (SICAU)/Total de chamados recebidos (SICAU) no mês x 100	% percentual	>=95%
2	Índice de disponibilidade das conexões da plataforma	Total de tempo com indisponibilidade do link no mês/Total do tempo no mês x 100	% percentual	>=95%

O quadro a seguir ilustra a evolução da quantidade de chamados de primeira categoria, a qual refere-se a chamados cuja solução requereu somente a intervenção da equipe técnica do MJ, realizados pelo Suporte Infovia no ano de 2008:



Dentre os órgãos atendidos encontram-se: o DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional, por intermédio das Penitenciárias Federais e de sua sede (Centro de Monitoramento); o DRCI – Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional por intermédio de sua sede e do escritório situado no CCBB – Centro Cultural do Banco do Brasil; DPU – Defensoria Pública da União, por intermédio de sua sede e de seus núcleos estaduais e a SNJ – Secretaria Nacional de Justiça.

Desta forma, considerando os Níveis de Serviço apresentados, a disponibilidade da infraestrutura de comunicações de dados de que trata a Ação 3974 – Implantação da Plataforma Nacional de Informações sobre Justiça e Segurança Pública consolidou-se da seguinte forma:

Índice de disponibilidade da Infra-estrutura de comunicação de dados, voz e imagem de que trata a Ação 3974 – Implantação da Plataforma de Informações sobre Justiça e Segurança Pública.

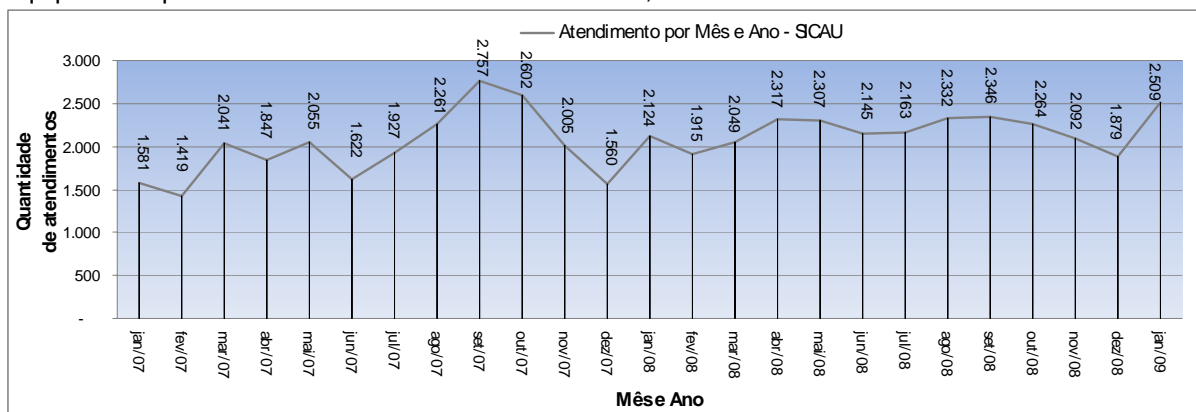
MÊS	MÉDIA (%):
JAN	97,42
FEV	99,17
MAR	97,89
ABR	99,70

MÊS	MÉDIA (%):
MAI	99,76
JUN	99,87
JUL	98,43
AGO	98,54
SET	99,52
OUT	98,19
NOV	99,27
DEZ	99,17
Média Anual	98,91

a) **Utilidade do indicador:** este indicador refere-se à infra-estrutura de comunicação e padrões nacionais para troca de informação entre os diversos atores dos sistemas nacional, estadual e municipal de justiça e de segurança pública. Por seu intermédio, obtém-se o percentual de disponibilidade registrado no serviço destinado ao estabelecimento de conectividade entre as redes de dados dos atores mencionados anteriormente. É obtido dividindo-se o total de horas durante as quais o serviço ficou disponível em cada mês pelo total de horas do mês em questão.

b) **Tipo:** eficiência. Esta métrica indica apenas o quanto, em termos de serviço, foi obtido em retorno ao montante de recursos aplicados. A eficácia e a efetividade somente poderão ser obtidas na fase subsequente deste projeto, a ser iniciada no próximo PPA e dispondo-se de 100% dos sistemas implantados. A partir da consolidação da infra-estrutura de comunicação de dados, voz e imagem e, em paralelo, do intercâmbio de informações por intermédio desta infra-estrutura será obtido o universo de usuários a serem abrangidos pelo sistema implantado – estaremos falando de eficácia ao analisarmos o número de usuários abrangidos em relação ao total de usuários. Subseqüentemente, a efetividade será obtida pelos resultados obtidos em decorrência da utilização dos sistemas implantados em prol dos resultados esperados pela aplicação das políticas públicas vinculadas ao Programa, nomeadamente, “Promover um ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos”.

O quadro a seguir ilustra a evolução da quantidade de chamados técnicos atendida pela Equipe de Suporte e Atendimento aos Usuários do MJ, com base no SICAU:



Desta forma, o desempenho das atividades de suporte técnico aos usuários do MJ consolidou-se da seguinte forma:

Ano/Mês	Total de chamados recebidos no mês (SICAU)	Total de chamados atendidos no mês (SICAU)	Percentual de Atendimento
2008/01	2336	2124	90,92%
2008/02	2111	1915	90,72%
2008/03	2330	2049	87,94%
2008/04	2551	2317	90,83%
2008/05	2595	2307	88,90%

Ano/Mês	Total de chamados recebidos no mês (SICAU)	Total de chamados atendidos no mês (SICAU)	Percentual de Atendimento
2008/06	2527	2145	84,88%
2008/07	2472	2163	87,50%
2008/08	2651	2332	87,97%
2008/09	2717	2347	86,38%
2008/10	2513	2265	90,13%
2008/11	2322	2094	90,18%
2008/12	2041	1884	92,31%

2.4.1 - Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	8.500,27	218,01	12.104,40
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	6.785,67	1.002,81	15.631,64
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	11.085.148,49	11.990.120,03	12.502.170,06
3.1 Publicidade	-	-	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	-	-	-
3.3. Tecnologia da Informação	11.004.934,41	11.604.706,43	11.947.184,97
3.4 Outras Terceirizações	80.214,08	385.413,6	554.985,09
3.5. Suprimento de Fundos	-	-	-
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	-	-	-
TOTAIS	11.100.434,43	11.991.340,85	12.529.906,10

Observações :

- Despesas de Vigilância, Limpeza e Conservação, são absorvidas pela CGL como supridora de infra-estrutura do MJ.
- Os valores demonstrativos da execução orçamentária e financeira estão consolidados no mesmo programa da CGL.

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

6. Previdência Complementar Patrocinada

NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

8. Renúncia Tributária

NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

10. Operações de fundos

NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

11. Despesas com cartão de crédito

NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

NÃO HOUVE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO

13. Determinações e recomendações do TCU

O Acórdão 1163/08 – Plenário TCU - trata-se de auditoria realizada na Secretaria Executiva do Ministério da Justiça/MJ, entre os dias 9/10 e 7/12/2007, visando avaliar a Terceirização no setor de Tecnologia da Informação - TI de entes da Administração Pública Federal, em especial no que concerne à adequação da estrutura da unidade e aos processos de aquisição e gestão de serviços terceirizados.

O referido Acórdão apontou diversas falhas detectadas, especialmente no que diz respeito à contratação de Serviços Terceirizados, bem como apresentou determinações e recomendações.

Em resposta às determinações e recomendações contidas no Acórdão 1.163/2008 – TCU – Plenário, e conforme requisitado no item 9.6 do referido acórdão, a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação do Ministério da Justiça preparou, nos meses de Agosto e Setembro de 2008, um Plano de Ação, que visa aplicar ações corretivas em relação às propostas apresentadas com base no

amplo diagnóstico constante do Acórdão referenciado, objetivando a criação de processos, a identificação de riscos e implementação de controles.

O Ministério da Justiça foi escolhido em face da materialidade dos contratos de terceirização dos serviços de TI e da localização do órgão na Capital.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

NÃO HOUE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	2	305.656,71	3	260.791,05	1	213.461,13
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	0		0		0	
Total Pessoal Próprio	2	305.656,71	3	260.791,05	1	213.461,13

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	1	64.607,19	1	46.740,27	1	32.874,27

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	0	0	0	0	0	0

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância /Limpeza						
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	7	80.214,08	9	385.413,60	10	554.985,09
Pessoal Terceirizado Outrasatividades (TI)	127	11.004.934,41	134	11.604.706,43	136	11.947.184,97
Estagiários	1	6.240,00	3	15.960,00	1	6.240,00
Total Pessoal Terc + Estag	135	11.091.388,49	146	12.006.080,03	147	12.508.410,06

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	0		0		0	
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	3	89.209,26	3	98.821,34	3	113.569,99
Total Pessoal Requisitado, em exercício na Unidade	3	89.209,26	3	98.821,34	3	113.569,99

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus						
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus						
Total Pessoal cedido pela Unidade						

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	4	327.271,20
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	1	32.634,19
Total Geral	5	359.905,39

- Os dados fornecidos pela CGRH/SPOA/SE/MJ

Observações:

- Os quantitativos baseiam-se na posição em 31.12. Com relação ao pessoal terceirizado, considerando a variação do quantitativo, o mesmo baseia-se na média anual;
- A Despesa corresponde ao total incorrido no exercício;
- Quantitativo considera a localização física do Servidor, a despesa, entretanto, não contabiliza as funções deslocadas para exercício de servidores noutras unidades.

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

NÃO HOUE OCORRÊNCIAS NO PERÍODO

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

NÃO APLICÁVEL À NATUREZA JURÍDICA DA UJ

COORDENAÇÃO GERAL DE PLANEJAMENTO SETORIAL (CGPLAN)

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Coordenação-Geral de Planejamento Setorial - CGPLAN	
CNPJ	Não aplicável a Natureza Jurídica da UJ	
Natureza jurídica	Órgão da Administração Pública Federal Direta	
Vinculação ministerial	Não há vinculação ao Diretor de Programa por Delegação de Competência da Secretaria Executiva	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco "T" Edifício SEDE, Sala 326. CEP: 70.064-900 Tel: 3429-3123/ 3124	
Endereço da página institucional na Internet	www.mj.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	PORTARIA Nº 572, DE 12 DE MAIO DE 2006 PUBLICADA EM 15 DE MAIO DO RESPECTIVO ANO (ART. 72)	
Código da UJ titular do relatório	NÃO HÁ	
Códigos das UJ abrangidas	NÃO HÁ	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	ATIVA	
Função de governo predominante	ADMINISTRAÇÃO	
Tipo de atividade	PLANEJAMENTO	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Coordenação Geral de Planejamento Setorial (CGPLAN), órgão setorial integrante do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, é responsável pela articulação entre as funções de planejamento setorial e sua implementação, bem como pela integração da atuação governamental e a consistência das ações contidas no Plano Plurianual (PPA).

Por se tratar de área meio, a CGPLAN não possui nenhum Programa sob a sua alçada, sendo apenas responsável por três ações que integram o Programa 0698 - Gestão e Apoio Institucional na Área da Justiça, quais sejam: 8673 - Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores; 1J90 - Implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial do PPA (Infrasig); 2272 – Gestão e Administração do Programa.

Conforme o Regimento Interno da Secretaria-Executiva, Portaria Ministerial nº 572, de 12 de maio de 2006, Art. 72, publicada no dia 15 do referido ano, cabe à CGPLAN:

- I. coordenar, executar, acompanhar e disseminar o planejamento técnico e operacional e dar suporte ao planejamento estratégico;
- II. participar de estudos e disseminar, sob orientação técnica do órgão central de Planejamento Federal, métodos de planejamento estratégico, de monitoramento e de avaliação de gestão;
- III. compatibilizar estratégias de atuação referente à consolidação dos planos, programas e projetos desenvolvidos nos órgãos e entidades vinculados do Ministério, relativos ao Plano Plurianual;
- IV. planejar, coordenar, acompanhar e avaliar a elaboração do Plano Plurianual - PPA, no que se refere a programas e ações de responsabilidade dos órgãos e entidades vinculados ao Ministério da Justiça;
- V. apoiar e prestar consultoria técnica e normativa aos órgãos do Ministério, na definição e implementação de programas, projetos e atividades de planejamento técnico e operacional e dar suporte ao planejamento estratégico;
- VI. coordenar o desenvolvimento de estudos, seminários e encontros, para a disseminação da cultura de planejamento, na definição das políticas e diretrizes que orientem a elaboração do Plano de Ação do Ministério;
- VII. normatizar e compatibilizar as ações de planejamento e desenvolvimento institucional do Ministério;

VIII. atuar como Secretaria Executiva do Comitê de Coordenação dos Programas do Ministério da Justiça, criado pela Portaria MJ nº 1.849, de 23 de setembro de 2005.

A CGPLAN, no exercício de 2008, empreendeu esforços buscando contribuir para o perfeito funcionamento da Secretaria Executiva de modo a subsidiar à execução dos programas finalísticos do MJ, em especial, o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI).

2.1.1. Das atividades desenvolvidas pela Coordenação-Geral de Planejamento Setorial - CGPLAN

I. Acompanhamento e Monitoramento dos Programas – PPA (2008-2011)

Os resultados de avaliação e revisão contribuíram para aperfeiçoar os mecanismos de gestão do conjunto dos programas sob responsabilidade do MJ, superar as restrições internas e externas que afetavam a sua implementação e aprimorar o desenho e a estratégia adotada nos programas, de sorte a refletir no alcance dos objetivos setoriais e no sucesso das políticas sob responsabilidade de cada órgão, seguindo orientações estratégicas de Governo.

II. Consultoria Técnica e Normativa às Unidades do Ministério da Justiça

Em 2008, visando disseminar a cultura de planejamento em seus diversos níveis, a CGPLAN reformulou a sua metodologia de trabalho, buscando atender às demandas de Planejamento das Unidades Finalística do MJ, por meio da identificação primária das necessidades da Área demandante, diagnóstico preliminar, proposição de metodologia a ser empregada na construção do Planejamento Estratégico, realização de Oficinas, preparação de material de apoio, acompanhamento de suporte na implementação dos Projetos oriundos do Planejamento.

As consultorias técnicas realizadas ao longo do exercício foram:

- (1) No Conselho Nacional de Combate à Pirataria e aos Delitos Contra a Propriedade Intelectual – a CGPLAN atuou na reformulação do Planejamento Estratégico, com base na Metodologia do BSC.
- (2) Na Secretaria Nacional de Justiça – a CGPLAN atuou na formulação do Planejamento estratégico, utilizando como metodologia o BSC.
- (3) No Departamento de Polícia Federal no processo de elaboração e construção dos indicadores operacionais.

III. Elaboração de Documentos de Gestão

A CGPLAN foi a responsável pela compilação e sistematização das informações e dados inerentes às diversas unidades do Ministério da Justiça, tanto qualitativas quanto quantitativas, necessárias à elaboração dos relatórios.

Os relatórios elaborados em 2008, que mais se destacaram foram: a Mensagem Presidencial, o Balanço-Geral da União, dentre outros, cujos destinatários foram à Casa Civil e a Controladoria Geral da União (CGU), ambos da Presidência da República e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP).

IV. Manutenção de Sistemas Gerenciais

O Sistema de Informações Gerenciais – SIGPLAN é o instrumento de informações gerenciais que armazena e gerencia a estrutura do Plano Plurianual no âmbito do Governo Federal. Nesse sentido, a CGPLAN é responsável pelo acompanhamento e monitoramento do Sistema junto às unidades responsáveis pelos Programas e Ações, de forma que os mesmos sejam satisfatoriamente preenchidos no transcorrer de suas execuções, permitindo uma projeção efetiva de seus andamentos.

V. Comitê de Organização das Informações do MJ (COI)

O Comitê de Organização das Informações do Ministério da Justiça, formado por dois representantes de cada unidade do MJ, tem como função realizar o repasse das informações estratégicas resultantes dos Programas do Ministério. Tais informações são repassadas mensalmente de acordo com uma sistematização prévia e demandas eventuais da Casa Civil da Presidência da República, a fim de consubstanciar relatórios de informações do Governo.

O Comitê foi criado com a intenção de consolidar a interlocução entre o Ministério e a Casa Civil em uma só unidade, a fim de não haver duplicidade nas informações, que são divulgadas em números para melhor entendimento quando do repasse à sociedade.

VI. Divulgação da Cultura de Planejamento na Estrutura Organizacional do MJ

A CGPLAN tem como missão institucional a inserção da Cultura de Planejamento na estrutura organizacional do MJ. Essa atividade busca estabelecer uma prática mental nos gerentes, coordenadores e dirigentes, de que o planejamento estratégico permite a sistematização, racionalização, eficiência, eficácia e efetividade na implementação das políticas públicas, afetas à Pasta da Justiça.

A CGPLAN, ciente de que a Cultura necessita de estímulo e indução, vem promovendo diversas atividades com o fulcro estratégico-educacional, tornando possível o contato entre os operadores dos órgãos e da cultura de planejamento. As atividades materializaram-se em cursos e oficinas.

O conjunto das experiências adquiridas está proporcionando a melhoria da gestão estratégica na CGPLAN, no processamento das informações e no desenvolvimento de programas, planos e ações, bem como na formulação de políticas públicas.

VII. Acompanhamento do Programa Nacional de Segurança com Cidadania - PRONASCI

A CGPLAN, como Unidade de Monitoramento e Avaliação, realiza o monitoramento de todos os Programas do MJ. No decorrer do último exercício, que foi o primeiro ano de implementação do PRONASCI, a CGPLAN realizou um acompanhamento mais de perto da execução orçamentária e repasse de recursos aos Estados e Municípios, para a implementação das Ações afetas ao Programa.

O trabalho consiste em verificar como e onde os recursos previstos para o PRONASCI estão sendo investidos, conforme comprometimento político do Senhor Ministro, além de realizar, juntamente com a Diretoria de Programas, a reorganização orçamentária de Planos Internos, com o objetivo final de otimizar a aplicação dos recursos no remanejamento desses para ações que tiveram maior execução.

VIII. Planejamento Estratégico da Secretaria Executiva

Em se considerando uma das Competências Institucionais da CGPLAN no sentido de coordenar, executar, acompanhar e disseminar o planejamento técnico e operacional e dar suporte ao planejamento estratégico, a Coordenação Geral de Planejamento Setorial subsidiou o processo de Planejamento Estratégico da Secretaria Executiva que teve como metodologia base o BSC. Este processo resultou em mais de quinhentas horas de Oficinas de Planejamento, confecção de um Mapa Estratégico, desenvolvimento de indicadores estratégicos, criação de uma metodologia de gerenciamento de Projetos, mapeamento das competências gerenciais criação de uma lista de projetos estratégicos e, por fim, a criação de um Escritório de Projetos.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

A dinâmica de atuação da CGPLAN está pautada em processos de trabalho, projetos estratégicos em consonância como os objetivos estratégicos derivados do processo de Planejamento Estratégico que está sendo implementado na Secretaria Executiva, fundamentado, em sua essência pela metodologia do BSC – Balanced Score Card.

A CGPLAN, para o alcance de seus objetivos, utiliza-se da metodologia de trabalho em equipe e por matriz de resultado. Tal concepção permite que a Equipe Técnica gerencie os Programas do PPA 2008-2011 com maior eficiência e eficácia. De igual modo, esse processo de trabalho permite a identificação imediata de falhas e a melhoria do controle na gestão.

A CGPLAN utiliza, também, o método de Planejamento Estratégico Situacional (PES), para a análise de problemas, identificação de cenários, visualização de outros atores sociais, com ênfase na análise estratégica, para subsidiar o processo de elaboração dos Programas do PPA, Plano, Ações Estratégicas, assim como na construção de Políticas Públicas.

2.3. Programas

2.3.1. Programa 0698 – Gestão e Apoio Institucional na Área da Justiça

Programa sob a responsabilidade da Secretaria Executiva

2.3.2. Principais Ações do Programa

2.3.2.1. Ação 8673 – Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Permitir a avaliação do resultado dos programas do Ministério da

Tipo	Atividade
	Justiça.
Descrição	Realização de estudos com vistas a elaborar e aperfeiçoar indicadores de resultado para os programas do Órgão, a partir de dados e estatísticas produzidas por instituições reconhecidas e de informações próprias.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Secretaria Executiva
Coordenador nacional da ação (1)	Marcos Antônio Moreira West
Unidades executoras (1)	Coordenação Geral de Planejamento Setorial
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	CGPLAN
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Assessoramento externo

2.3.2.2. Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Tabela 3– Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Secretaria Executiva
Coordenador nacional da ação (1)	Marcos Antonio Moreira West
Unidades executoras (1)	Coordenação Geral de Planejamento Setorial
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	CGPLAN
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Ação padronizada

2.3.2.3. Ação 1J90 – Implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial do PPA (Infrasig)

Tabela 4 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Dotar o Sistema de Informações para Gestão Setorial do PPA (InfraSIG) de infra-estrutura necessária à gestão e controle de

Tipo	Projeto
	informações pertinentes ao Ministério da Justiça, de modo a integrar, monitorar e disponibilizar as informações de ações, programas, projetos, contratos, orçamento e planejamento.
Descrição	Implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial do PPA (Infrasig), atualização da infra-estrutura tecnológica e capacitação dos usuários para sua operacionalização.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Secretaria Executiva
Coordenador nacional da ação (1)	Marcos Antonio Moreira West
Unidades executoras (1)	Coordenação Geral de Planejamento Setorial
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	CGPLAN
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

A tabela a seguir pode ser utilizada em apoio à composição das informações sobre os resultados obtidos em cada ação:

Tabela 5 – Metas e resultados da Ação 8673 – Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	100.000	0	0
Física			
Justificativa	Não houve execução física por se tratar de pagamento de RAP, pois os produtos já foram entregues. Do ponto de vista de execução não impactou no orçamento de 2008 uma vez que foi um RAP de 2007 no orçamento de 2008. Esta ação foi encerrada no ano corrente porque os objetivos foram alcançados.		

Tabela 6 – Metas e resultados da Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	600.000	0	0
Física			
Justificativa	Não há execução física por se tratar de ação padronizada conforme a metodologia do Plano Plurianual.		

Tabela 7 – Metas e resultados da Ação 1J90 – Implantação do Sistema de Informações para Gestão Setorial do PPA (Infrasig)

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	420.000	38.180	9%
Física			
Justificativa	O percentual não está contemplado encontra-se em processo de licitação. INFORMAÇÃO NO SIGPLAN - 31/12/2008 - Está em processo de aquisição módulo de firewall para reforçar a estrutura de segurança da informação existente no MJ, através do pregão eletrônico nº 072/2008 - processo nº 08006.000581/2008-05. Será inserido no ativo de rede de dados de estrutura escalável, CISCO CATALYST 6509, de forma a agregar ao desempenho operacional do sistema a funcionalidade específica de controle de acesso. Estão previstas as aplicações recursos da ordem de R\$ 168.000,00.		

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
	<p>É o elemento que implementa o controle de acesso entre a estação do usuário e os serviços oferecidos pelo servidor de rede de dados, fazendo com que a estação do usuário possa acessar determinados computadores por portas de conexões específicas, o que reduz os riscos inerentes aos acessos não autorizados, garantindo a preservação da confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações. O módulo objetivará, precipuamente: o monitoramento detalhado, em tempo real ou período específico, da utilização da Internet ou da comunicação entre as sub-redes internas do MJ; a garantia do alto desempenho na comutação de pacotes entre as 18 (dezoito) sub-redes do MJ tratando todo o tráfego sem perda ou enfileiramento de pacotes; a centralização do controle das sub-redes.</p> <p>Esta iniciativa reforçará a estrutura de segurança da informação do MJ, aprimorando o serviço de filtro de pacotes, no âmbito da Infovia MJ, o qual permite acessar os órgãos que utilizarão informações oriundas do Infrasiq-MJ, representando uma ferramenta relevante para garantir a segurança dos recursos computacionais do MJ, fundamentais para atingir a missão do órgão.</p>		

2.4. Desempenho Operacional

Com o desenvolvimento da metodologia de elaboração de indicadores objeto da Ação 8673 – Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores, destinados ao programas do PPA 2004-2007 com aproveitamento no PPA 2008-2011, a CGPLAN incorporou no processo de elaboração do Planejamento Estratégico da Secretaria Executiva 2009-2012 do Ministério da Justiça, em conformidade com a metodologia do *Balanced Scorecard – BSC*, de acordo com as perspectivas de resultados, clientes, processos internos e pessoas e tecnologias. Os indicadores estratégicos são:

I. Resultados

PERSPECTIVA: Resultados					
Nº	Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo	Nome Indicador	Finalidade	Fórmula de cálculo
1	Prestar assessoramento eficaz ao Ministro da Justiça.	Assistir plenamente ao Ministro de Estado da Justiça no desempenho de suas funções e contribuir na articulação das ações e políticas das demais Unidades do MJ.	Eficácia do assessoramento	Medir a percepção da eficácia do assessoramento da Secretaria Executiva ao Ministro da Justiça	Média de avaliação
2	Contribuir de forma efetiva para a implementação do PRONASCI.	Atender prontamente e com proatividade as demandas relacionadas ao PRONASCI.	Atendimento às demandas do PRONASCI	Medir o percentual de atendimento às demandas do PRONASCI	(Número de demandas atendidas / Total de demandas do PRONASCI) x 100
3	Alcançar a excelência dos processos de Gestão.	Atender as demandas com excelência e oferecer soluções para o melhor cumprimento das suas atribuições institucionais.	Excelência dos processos de gestão	Medir o alcance dos objetivos estratégicos referentes aos processos internos, que são base para o alcance da excelência dos processos de gestão da SE-MJ.	Média dos percentuais de alcance das metas estabelecidas para os objetivos estratégicos da perspectiva processos internos

II. Clientes

PERSPECTIVA: Clientes					
Nº	Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo	Indicador	Finalidade	Fórmula de cálculo
4	Assegurar atendimento de qualidade às demandas dos servidores, das áreas finalísticas, dos órgãos externos e da sociedade.	Prever e suprir as demandas dos servidores, prestadores de serviços, estagiários e colaboradores, das unidades do Ministério da Justiça, dos demais órgãos governamentais e da sociedade, de forma plena, ágil e eficaz.	Grau de Satisfação	Medir o atendimento satisfatório das demandas	(Número de demandas atendidas satisfatoriamente / Número de demandas registradas) x 100

III. Processos Internos

PERSPECTIVA: Processos Internos - PROCESSOS INTERNOS – 1ª Camada					
Nº	Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo	Indicador	Finalidade	Fórmula de cálculo
9	Aprimorar a comunicação institucional	Desenvolver estratégia de melhoria da comunicação interna, que possibilite a geração e disseminação de informações claras e fidedignas a toda força de trabalho.	Eficácia da comunicação institucional	Medir a retenção das mensagens veiculadas para o público-alvo	Percentual de respostas a itens da enquete (Intranet) Percentual de retorno de convites destacáveis do Informe MJ
10	Desenvolver mecanismos de medição e de avaliação do desempenho.	Estabelecer sistemática de medição do desempenho institucional e de equipes, a partir de critérios técnicos e objetivos, que permita a avaliação dos resultados.	Mecanismos necessários de Medição	Medir a suficiência do(s) mecanismos e instrumentos desenvolvidos	Mecanismos implementados / criados x 100
11	Otimizar a alocação dos recursos disponíveis	Assegurar a utilização racional dos recursos humanos, materiais, orçamentários, financeiros e tecnológicos alinhando-os às demandas e aos objetivos estratégicos.	Alocação ótima de recursos materiais, orçamentários e tecnológicos	Medir a suficiência de recursos materiais orçamentários e tecnológicos para atingimento do objetivo estratégico	Recursos disponíveis / recursos necessários x 100
			Alocação ótima de recursos humanos	Medir a alocação adequada de profissionais	(Número de profissionais existentes / número de profissionais necessários ao processo) x 100
12	Mapear e sistematizar processos e procedimentos internos de trabalho	Diagnosticar, analisar e racionalizar processos, procedimentos e rotinas estruturadas e não estruturadas na execução das competências da Secretaria Executiva.	Estruturação de processos	Medir a quantidade de processos estruturados	Número total de processos estruturados

IV. Pessoas e Tecnologia

PERSPECTIVA: PESSOAS E TECNOLOGIA					
Nº	Objetivo Estratégico	Descrição do Objetivo	Indicador	Finalidade	Fórmula de cálculo
13	Promover o uso integrado de informações	Estabelecer, sistematizar e gerir o fluxo de informações e conhecimentos consolidados ou produzidos pela Secretaria Executiva.	Informações Integradas	Medir o grau de integração das informações da SE-MJ	% de implantação do CICLO-MJ
14	Desenvolver cultura interna orientada para a cooperação e resultados	Promover ações que incentivem o trabalho em equipe, a valorização do servidor e o alcance dos resultados esperados.	Ações Integradas	Medir as ações de integração e valorização de equipes	Número de ações de incentivo à integração de equipes
			Clima Organizacional	Medir o percentual de satisfação da força de trabalho no ambiente de trabalho, com ênfase na percepção de valorização e integração	Média de satisfação da força de trabalho (Pesquisa de Clima Organizacional)
15	Promover o desenvolvimento de lideranças para a gestão de mudanças.	Capacitar gestores para liderar e operar as mudanças .	Capacitação de Lideranças	Medir o percentual de gestores capacitados em temas de liderança com no mínimo 80 horas anuais	(Número de gestores capacitados com no mínimo 80 horas anuais / número total de gestores) x 100
16	Adequar as competências da força de trabalho à implementação da Estratégia	Mapear as competências gerenciais e técnicas, e readequar a alocação da força de trabalho.	Mapeamento de Competências Gerenciais	Medir o percentual de competências gerenciais mapeadas	(Número de competências gerenciais mapeadas / total de competências gerenciais) x 100
			Mapeamento de Competências Técnicas	Medir o percentual de competências técnicas mapeadas	(Número de competências técnicas mapeadas / total de competências técnicas) x 100

2.4.1 - Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS (*)	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade
(*) Por não se tratar de Unidade Gestora de Recursos, os gastos referentes a este item são Geridos pela CGL/SPOA/SE/MJ			
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS (*)	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade
(*) Por não se tratar de Unidade Gestora de Recursos, os gastos referentes a este item são Geridos pela CGL/SPOA/SE/MJ			
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	20.391,81	199.217,77	354.881,02
3.1 Publicidade	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
3.3 Tecnologia da Informação	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade
3.4 Outras Terceirizações (*)	20.391,81	199.217,77	354.881,02
(*) Pessoal Terceirizado - Apoio Administrativo			
3.5 Suprimento de Fundos	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade	Não se aplica a Unidade
TOTAIS	20.391,81	199.217,77	354.881,02

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

8. Renúncia Tributária

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

10. Operações de fundos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

11. Despesas com cartão de crédito

Não houve ocorrências no período.

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Não houve ocorrências no período.

13. Determinações e recomendações do TCU

Não houve ocorrências no período.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Obs: Qtde - Posição em 31.12.2008 - Despesa – total incorrido no exercício.

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Servidores Ativos do quadro próprio em exercício na Unidade	10	798.414,15	11	593.022,44	6	798.414,15
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	0		0		0	
Total Pessoal Próprio	10	798.414,15	11	593.022,44	6	798.414,15

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	0	749,16	0	749,18	0	

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	0	0	0	0	0	0

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/ Limpeza	Não aplicável à natureza jurídica da UJ	Não aplicável à natureza jurídica da UJ	Não aplicável à natureza jurídica da UJ	Não aplicável à natureza jurídica da UJ	Não aplicável à natureza jurídica da UJ	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	2	20.391,81	7	199.217,77	8	354.881,02
Pessoal Terceirizado Outras atividades	Não aplicável à natureza jurídica da UJ	Não aplicável à natureza jurídica da UJ	Não aplicável à natureza jurídica da UJ	Não aplicável à natureza jurídica da UJ	Não aplicável à natureza jurídica da UJ	Não aplicável à natureza jurídica da UJ
Estagiários	Não houve ocorrência no período	Não houve ocorrência no período	Não houve ocorrência no período	Não houve ocorrência no período	Não houve ocorrência no período	Não houve ocorrência no período
Total Pessoal Terc + Estag.	2		7	199.217,77	8	354.881,02

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	2	28.077,90	2	37.251,55	1	43.271,49
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	0	0	1	11.149,03	1	16.832,38
Total Pessoal Requisitado em exercício na Unidade	2	28.077,90	3	48.400,58	2	60.103,87

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Cedido em exercício na Unidade, com ônus	0	0	0	0	0	0
Pessoal Cedido em exercício na Unidade, sem ônus	0	0	0	0	0	0
Total Pessoal Cedido em exercício na Unidade	0	0	0	0	0	0

* Os dados da tabela acima foram registrados na CGRH.

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	6	314.152,78
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	2	544.365,24
Total Geral	8	858.581,02



Nota Explicativa: O quantitativo considera a localização física do servidor; a despesa alta decorre de funções deslocadas para exercício de servidores noutras unidades, bem como a despesa baixa decorre de servidores em exercício nesta Coordenação-Geral com funções de outras unidades.

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Não houve ocorrências no período.

18. Conteúdos específicos por uj ou grupo de unidades afins

Não houve ocorrências no período.

SECRETARIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS (SAL)

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria de Assuntos Legislativos /SAL	
CNPJ	00394494/0074-91	
Natureza jurídica	Órgão da Administração Direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça - 30101	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede do Ministério da Justiça, 4º Andar, Sala 434, Brasília – DF, CEP 70064-900	
Endereço da página institucional na Internet	www.mj.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional, regimento interno ou estatuto da unidade de que trata o Relatório de Gestão e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Portaria nº 1.315, de 26 de julho de 2007, publicado no D.O.U em 27 de julho de 2007, Seção I, página 51	
Código da UJ titular do relatório	200020	
Códigos das UJ abrangidas	Não se aplica	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Unidade em funcionamento	
Função de governo predominante	Direitos da Cidadania	
Tipo de atividade	Unidade Meio	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Não se aplica	

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Secretaria de Assuntos Legislativos possui, basicamente, três responsabilidades institucionais:

- (i) Elaboração normativa – produção de normas jurídicas (desde Portarias até anteprojeto de lei e Emendas Constitucionais) nas áreas pertinentes ao Ministério da Justiça (segurança pública, direito dos povos indígenas, direito econômico, direito do consumidor, direitos políticos, direito dos estrangeiros, direito processual civil, penal e trabalhista, dentre outros);
- (ii) Acompanhamento do processo legislativo – monitoramento da tramitação de projetos de lei de interesse do Ministério da Justiça, nas áreas pertinentes a esta Pasta, com a produção de notas técnicas a serem utilizadas para instruir o debate parlamentar;
- (iii) Manifestação técnica nos processos de sanção presidencial de projetos de lei aprovados no Congresso – análise da constitucionalidade de todos os projetos de lei aprovados e também análise de eventual violação do interesse público quando houver pertinência temática com as áreas afetas ao Ministério.

Portanto, como Unidade-meio, a Secretaria não executa diretamente políticas públicas. Em contrapartida, o órgão é responsável, juntamente com a Consultoria Jurídica, pela formatação jurídica das políticas e ações formuladas em outras unidades do Ministério da Justiça, incluindo o próprio gabinete do Ministro da Justiça.

A Secretaria também é responsável por manter o Sistema de Acompanhamento de Normas (SISNORMA) contendo o registro atualizado dos debates legislativos e dos textos de todas as leis aprovadas pelo Congresso Nacional, registro gerenciado pela Coordenação de Informação Legislativa (CIL), que fornece informações a órgãos do Poder Público e a cidadãos e entidades de modo geral, sempre que solicitada.

Como ação orçamentária, a Secretaria possui a ação Democratização do Processo de Elaboração Normativa, dentro do Programa Gestão e Apoio Institucional da Área da Justiça, ação que atualmente é desenvolvida no âmbito de um acordo de cooperação internacional com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o chamado Projeto “Pensando o Direito” – Documento de Projeto BRA 07/004, a ser detalhado mais adiante.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

Assim como ocorreu em 2007, também em 2008 a Secretaria manteve como objetivos institucionais o aprimoramento de sua interlocução (i) com o Congresso Nacional e (ii) com a sociedade civil.

A busca por maior inserção no debate legislativo e o estreitamento da relação com o Congresso Nacional procuram potencializar o trabalho desenvolvido na Secretaria, de tal forma que as notas técnicas produzidas em seu âmbito possam instruir as discussões jurídicas travadas no Poder Legislativo com a posição do Poder Executivo.

Nesse sentido, cabe destacar abaixo alguns dos projetos de grande interesse do Poder Executivo em que esta Secretaria teve papel primordial em 2008, seja no momento de sua elaboração, seja no momento de sua interlocução direta com o Congresso Nacional.

➤ **Leis Sancionadas pelo Presidente da República**

- (i) Lei 11.706, de 19.6.2008, publicada no DOU de 20.6.2008 - Altera e acresce dispositivos à Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição e sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes;
- (ii) Lei 11.707, de 19.6.2008, publicada no DOU de 20.6.2008 - Altera a Lei no 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI;
- (iii) Lei 11.672, de 8.5.2008, publicada no DOU de 9.5.2008 - Acresce o art. 543-C à Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, estabelecendo o procedimento para o julgamento de recursos repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça;
- (iv) Leis de Reforma do Código de Processo Penal:
 - Lei 11.690, de 9.6.2008, publicada no DOU de 10.6.2008 - Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências;
 - Lei 11.689, de 9.6.2008, publicada no DOU de 10.6.2008 - Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri, e dá outras providências;
 - Lei 11.719, de 20.6.2008, publicada no DOU de 23.6.2008 - Altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à suspensão do processo, emendatio libelli, mutatio libelli e aos procedimentos;
- (v) Lei 11.705, de 19.6.2008, publicada no DOU de 20.6.2008 - Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei no 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências.

➤ **Projetos de lei do Poder Executivo encaminhados ao Congresso Nacional**

- (i) Projetos de Reforma Política e Eleitoral
 - Exposição de Motivos nº 215/2008 - Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9ª da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, alterando a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;
 - Exposição de Motivos nº 220/2008 - Dispõe sobre as coligações eleitorais, alterando a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
 - Exposição de Motivos nº 219/2008 - Dispõe sobre o voto em listas partidárias pré-ordenadas, alterando a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições);
 - Exposição de Motivos nº 218/2008 - Dispõe sobre a fidelidade partidária, alterando a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos);
 - Exposição de Motivos nº 217/2008 - Dispõe sobre a cláusula de desempenho eleitoral, alterando o artigo 17 da Constituição Federal de 1988;
 - Exposição de Motivos nº 216/2008 - Dispõe sobre o financiamento público exclusivo de campanhas eleitorais, alterando a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;

- (ii) 4.036 / 2008 - Exposição de Motivos nº 154, Altera as Leis nos 4.878, de 3 de dezembro de 1965, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para dispor sobre sanções administrativas e penais aplicáveis em casos de interceptação de comunicações e de violação de sigilo, e dá outras providências.

Já no que diz respeito ao aprimoramento de sua interlocução com a sociedade, a Secretaria decidiu priorizar a consolidação e o aprofundamento do Projeto BRA/07/004: Democratização de Informações no Processo de Elaboração Normativa. Para tanto, lançou mais duas convocações públicas para o recebimento de propostas de pesquisas em 13 novas áreas temáticas.

O Projeto Pensando o Direito tem sido uma ação estratégica extremamente exitosa, representando a abertura de um canal de diálogo inédito entre o governo, a academia (professores e pesquisadores) e o Congresso Nacional. É sensível a melhora nos trabalhos desenvolvidos pela Secretaria e o aprimoramento da interlocução não só com o Congresso, mas com a sociedade de forma geral e com os acadêmicos de forma específica. Os resultados finais das pesquisas já concluídas estão disponíveis no site institucional da SAL (www.mj.gov.br/sal) e outras formas de divulgação estão sendo estudadas para as Convocações de 2008 (publicação de livros, revistas, etc), assim como ocorreu com a publicação na Revista Jurídica da Presidência, no caso da Convocação de 2007.

No geral, o ano de 2008 transcorreu sem maiores problemas ou imprevistos para a execução do Projeto. O maior desafio foi o tempo gasto com a formalização das Cartas de Acordo. Os principais problemas encontrados foram, principalmente, (i) a demora na assinatura das Cartas Acordo pelas agências implementadoras e (ii) a demora na inclusão de algumas Cartas Acordo no sistema Atlas do PNUD. A SAL buscou, com o auxílio dos consultores, minimizar os efeitos dos atrasos prestando todo o suporte às equipes de pesquisa.

Ao lado desta questão, há que se apontar como um desafio enfrentado pela Secretaria a dificuldade de comunicação com as equipes. Foi possível observar que as equipes levaram algum tempo para entender o que a SAL propunha com o projeto BRA 07/004. Mesmo com as reuniões iniciais organizadas pela SAL com cada equipe logo após o processo de seleção e mesmo cada equipe tendo uma Carta Acordo, um termo de referência e sua proposta de pesquisa como guias para a execução do trabalho, na prática, o que se observou foi que nem sempre as equipes tinham total clareza com relação aos objetivos do Pensando o Direito. Para tentar resolver esta questão, novas conversas foram travadas com as equipes e os produtos intermediários foram avaliados por escrito e diretas foram traçadas para que os objetivos fossem clarificados.

Para identificar os pontos positivos e negativos, no dia 20 de novembro de 2008, foi realizado um seminário avaliativo com a presença de membros da SAL, PNUD e agências implementadoras (equipes de pesquisas) para discutir os principais entraves ao bom desenvolvimento do projeto e como resolvê-los, atribuindo-se, inclusive, os responsáveis em cada tarefa.

A idéia de que o Poder Executivo e o Poder Legislativo podem e devem manter um diálogo constante e qualificado com a academia conduz a um incremento imediato na qualidade do debate público sobre temas que são pautas da sociedade e que estão em discussão no Congresso Nacional. O Projeto Pensando o Direito, ao buscar aproximar esses três atores, procura contribuir para o aumento da qualidade do debate público e, assim, promover de fato a democratização do processo de elaboração normativa, um dos objetivos prioritários desta Secretaria.

2.3.1. Programa 0698 – Gestão e Apoio Institucional na Área da Justiça

Programa sob a responsabilidade da Secretaria Executiva

2.3.2. Principais Ações do Programa

2.3.2.1. Ação 2733 – Democratização do Processo de Elaboração Normativa

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Ampliar o diálogo da Secretaria de Assuntos Legislativos do MJ com a sociedade e, principalmente, com seus atores acadêmicos, para democratizar, subsidiar e qualificar o trabalho da Secretaria na elaboração técnica de seus pareceres e propostas normativas.
Descrição	Elaboração de um projeto de participação social de acadêmicos,

Tipo	Atividade
	sejam especialistas, sejam instituições, nos debates cotidianos e na produção de curto, médio e longo prazo da Secretaria de Assuntos Legislativos, subsidiando e ampliando a qualidade técnico-jurídica do trabalho desenvolvido. Realização de encontros pontuais, participação em projetos de estudos temáticos e em publicações pertinentes
Unidade responsável pelas decisões estratégicas (1)	Secretaria de Assuntos Legislativos
Coordenador nacional da ação (1)	Maria Cristina Leite
Unidades executoras (1)	Secretaria de Assuntos Legislativos
Áreas (dentro da UJ) responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Secretaria de Assuntos Legislativos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	Proporcionar a defesa da ordem jurídica, dos direitos políticos, das garantias constitucionais e das instituições democráticas e republicanas.

A tabela a seguir pode ser utilizada em apoio à composição das informações sobre os resultados obtidos em cada ação:

Tabela 3 – Metas e resultados da ação no exercício

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO %
Financeira	R\$ 1.500.000,00	R\$ 1.500.000,00	100
Física	-	-	-

As duas convocações de 2008 do Projeto Pensando o Direito (Projeto BRA 07/004) selecionaram as seguintes equipes, com as quais foram firmadas Cartas de Acordo para o desenvolvimento das pesquisas:

CONVOCAÇÃO 001/2008

ÁREAS TEMÁTICAS	INSTITUIÇÃO VENCEDORA
Tráfico de Drogas	Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
Pena Mínima	Fundação Getulio Vargas – FGV
Pena Mínima	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUC-RS
Crime Organizado	Universidade do Vale dos Sinos - UNISINOS
Responsabilidade Penal de Pessoas Jurídicas	Fundação Getulio Vargas - FGV
Processo Eleitoral	UnB / ABRAMPPE
Separação de Poderes – Vício de Iniciativa	Universidade Federal de Santa Catarina

CONVOCAÇÃO 002/2008

ÁREAS TEMÁTICAS	INSTITUIÇÃO VENCEDORA
Conflitos Coletivos sobre a posse e propriedade de bens imóveis	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC – SP
Sucessão – Cônjuge e Companheiro	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC - RJ
Grupos de Interesse (<i>lobby</i>)	UniCEUB
Estatuto dos Povos Indígenas	Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC – PR
Estado Democrático de Direito e Terceiro Setor	Instituto Pro Bono
Igualdade de Direitos entre Homens e Mulheres	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP

2.4. Desempenho Operacional

Considerando a competência legal da Secretaria e as metas institucionais propostas, é possível apresentar os seguintes resultados em 2008:

- Análise de Projetos de Lei e Elaboração Normativa

O quadro abaixo indica o número de documentos produzidos pela Secretaria em 2008 de acordo com sua estrutura orgânica competente para o trabalho de mérito: Departamento de Elaboração Normativa (DEN), Departamento de Processo legislativo (DPL) e Gabinete (GAB).

Ano de 2008	
Nota	
DEN	33
DPL	54
GAB	17
<i>Total</i>	104
Nota Técnica	
<i>Total</i>	264
Parecer	
<i>Total</i>	172
Exposição de Motivos	
<i>Total</i>	42

- Coordenação de Informações Legislativas

Como já referido, a Coordenação de Informação Legislativa da Secretaria é o setor que cataloga, cadastra mantém arquivo da legislação brasileira e dos atos regulamentares dela provenientes, publicados no Diário Oficial da União. Com um acervo de aproximadamente 3 milhões de documentos, a referida Coordenação atende, para além de todo o material disponível na Internet, consultas por telefone, fax, e-mail ou cartas.

O quadro abaixo indica o trabalho desenvolvido em relação ao SISNORMA e SISNORMIN, referente a inserção e revisão de normas nos sistema.

Informações Fornecidas	2.699
Normas inferiores separadas e arquivadas em pastas	1.349
Pastas de dossiês de normas preparadas	630
Textos e andamentos de projetos de lei separados e arquivados	3.995
SISNORMA	
Normas cadastradas e inseridas	2.839
Normas revisadas	3.690
Dossiês cadastrados, digitalizados e inseridos	630
Dossiês revisados	1.009
SISNORMIN	
Normas inferiores indexadas e inseridas	1.349
Normas inferiores indexadas e inseridas - Períodos Anteriores	1.725

2.4.1. Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	R\$ 27.248,63	R\$ 45.749,47	R\$ 161.594,93
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	R\$ 33.940,76	R\$ 25.157,47	R\$ 62.268,80
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade	-	-	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	-	-	-
3.3. Tecnologia da Informação	-	-	-

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
3.4. Outras Terceirizações (*) (*) Pessoal Terceirizado - Apoio Administrativo	R\$ 154.975,86	R\$ 633.410,76	R\$ 688.208,42
3.5. Suprimento de Fundos	-	-	-
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO			
TOTAIS	R\$ 216.165,25	R\$ 704.317,70	R\$ 912.072,15

O aumento dos gastos com serviços terceirizados de 2006 para 2007 deve-se ao fato de que, em 2006, foram computados apenas os meses de setembro a dezembro, além da última semana de agosto. Além disso, deve-se levar em consideração também o fato de que os salários dos prestadores foram reajustados em 2007. A quantidade de prestadores permaneceu praticamente inalterada, apenas com o acréscimo de um ou dois prestadores em 2007 em relação a 2006.

O aumento dos gastos gerais da UJ no ano de 2008 em comparação com os anos de 2006-2007 deve-se à ampliação da interlocução da Secretaria com a sociedade, em especial com Universidades e centros de pesquisa. O aumento do número de equipes de pesquisa participantes do Projeto Pensando o Direito (ou seja, mais áreas temáticas sendo pesquisadas, em comparação com 2007) levou a um correspondente aumento da participação de advogados e funcionários da Secretaria em eventos, congressos, reuniões técnicas etc. Apenas a título ilustrativo, na área temática do Estatuto dos Povos Indígenas (Convocação 002/2008), um dos projetos prioritários desta Secretaria, ocorreram 10 Oficinas Regionais em diversos locais do país, organizadas pela Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), contando sempre com a participação de um advogado da SAL, em colaboração à assessoria indigenista do gabinete do Ministro da Justiça.

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Quadro II.A.3 - Transferências (convênios e outros tipos)

Tipo*	Código Siasi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou de Aditivos (nº de processo e do termo, data assinatura, Vigência etc)	Objeto da Avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido ou transferido no exercício	Contra partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?) **
Acordo de Cooperação Técnica		BRA/07/004 Data Assinatura: 03/05/2007 Data Vigência: 31/03/2010	Democratização de Informações no Processo de Elaboração Normativa	31/03/08	R\$1.500.000,00	R\$1.500.000,00	-	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento CNPJ: 03.723.329/0001-79	Não houve ocorrências no período

* Projeto Pensando o Direito - BRA/07/004

Data da transferência dos Recursos: 06/06/2008

Assinatura: 03/05/2007 – Vigência Inicial 31/12/2007

1ª Revisão Substantiva - Prorrogação da Vigência para 31/03/2009 – Publicação no DOU: 31/03/2008

2ª Revisão Substantiva – Prorrogação da Vigência para 31/03/2010 – Publicação no DOU: 20/02/2009

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

8. Renúncia Tributária

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

10. Operações de fundos

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

11. Despesas com cartão de crédito

Não houve ocorrências no período.

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Não houve ocorrências no período.

13. Determinações e recomendações do TCU

Não houve ocorrências no período.

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não aplicável à natureza jurídica da UJ.

16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Obs: Qtde - Posição em 31.12.2008 - Despesa – total incorrido no exercício.

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despe
Servidores Ativos do quadro	17	657.610,76	14	691.662,92	13	788.71
Funcionários Contratados – CLT	0		0		0	
Total Pessoal Próprio	17	657.610,76	14	691.662,92	13	788.71

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo	12	554.190,56	11	701.822,66	13	945.772,94

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Contratações temporárias (Lei 8.745/1993)	0	0	0	0	0	0

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Terceirizado Vigilância/ Limpeza	0		0		0	
Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	15	R\$ 154.975,86	17	R\$ 633.410,76	17	R\$ 688.208,42

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Terceirizado Outras atividades	0		0		0	
Estagários	2	R\$12.480,00	2	R\$12.480,00	2	R\$12.480,00
Total Pessoal Terc + Estag.	17	R\$167.455,86	19	R\$645.890,76	19	R\$700.688,42

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	0		0		0	
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	1	37.653,38	5	135.048,67	4	257.915,17
Total Pessoal Requisitado em exercício na Unidade	1	37.653,38	5	135.048,67	4	257.915,17

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa
Pessoal Cedido em exercício na Unidade, com ônus						
Pessoal Cedido em exercício na Unidade, sem ônus						
Total Pessoal Cedido em exercício na Unidade						

* Os dados da tabela acima foram registrados na CGRH.

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesa
Pessoal envolvido em ações finalísticas da unidade	15	798.588,64
Pessoal envolvido em ações de suporte da unidade	15	1.193.818,33
Total Geral	30	1.992.406,97

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão

Não houve ocorrências no período.

18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins

Não houve ocorrências no período.